

SUMÁRIO

6. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL.....	1
6.4. MEIO SOCIOECONÔMICO.....	1
6.4.1. <i>Caracterização da População.....</i>	2
6.4.2. <i>Infraestrutura, serviços públicos e vulnerabilidades.....</i>	27
6.4.3. <i>Populações Tradicionais.....</i>	130
6.4.4. <i>Patrimônio Arqueológico e Cultural.....</i>	138
6.4.5. <i>Localidades AEL.....</i>	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidade de Saúde em Miracema do Tocantins/TO.....	38
Figura 2 - Unidade de Saúde em Fortaleza do Tabocão/TO.....	38
Figura 3 - Unidade Básica de Saúde em Guaraí/TO.....	39
Figura 4 - Centro Integrado de Saúde de Miranorte/TO.....	39
Figura 5 - Básica de Saúde em Itaporã do Tocantins/TO.....	39
Figura 6 - Hospital em Arapoema/TO.....	39
Figura 7 - Laboratório em Arapoema/TO.....	39
Figura 8 - Estratégia de Saúde da Família em Floresta do Araguaia/PA.....	39
Figura 9 - Laboratório em Floresta do Araguaia/PA.....	40
Figura 10 - Estratégia de Saúde da Família em Rio Maria/PA.....	40
Figura 11 - Laboratório Municipal em Rio Maria/PA.....	40
Figura 12 - Posto de Saúde em Sapucaia/PA.....	40
Figura 13 - UPA em Xinguara/PA.....	40
Figura 14 - Posto de Saúde em Xinguara/PA.....	40
Figura 15 - Hospital Municipal de Eldorado do Carajás/PA.....	41
Figura 16 - Hospital Municipal de Curionópolis/PA.....	41
Figura 17 - Base Descentralizada do SAMU em Curionópolis/PA.....	48
Figura 18 - Ambulância na UPA em Xinguara/PA.....	48
Figura 19 - Veículo que atende a Atenção Básica em Arapoema/TO.....	48
Figura 20 - Veículo que atende a Atenção Básica em Fortaleza do Tabocão/TO.....	48
Figura 21 - Colégio Tocantins em Miracema do Tocantins/PA.....	59
Figura 22 - Centro de Ensino Médio Santa Terezinha em Miracema do Tocantins/PA.....	59
Figura 23 - Escola Estadual de Tempo Integral Major Juvenal Pereira de Souza em Fortaleza do Tabocão/TO.....	60
Figura 24 - Educandário Moranguinho em Guaraí/TO.....	60
Figura 25 - Instituto Educacional Santa Catarina – Faculdade Guaraí em Guaraí/TO.....	60
Figura 26 - Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante em Miranorte/TO.....	60
Figura 27 - Escola Municipal Anna Tavares da Costa em Rio dos Bois/TO.....	60
Figura 28 - Quadra Poliesportiva Fabrício Pereira Brito em Rio dos Bois/TO.....	60
Figura 29 - Escola Municipal Dona Augusta Maria de Jesus em Itaporã do Tocantins/TO.....	61
Figura 30 - Escola Estadual Antônio Delfino Guimarães em Arapoema/TO.....	61
Figura 31 - Escola Estadual Ruilon Dias Carneiro em Arapoema/TO.....	61
Figura 32 - Escola Municipal Criança Feliz em Bernardo Sayão/TO.....	61

Figura 33 - Colégio Estadual Bernardo Sayão em Bernardo Sayão/TO.....	61
Figura 34 - Escola Municipal Domingas Ribeiro em Pau D'Arco/TO.....	61
Figura 35 - Ginásio Poliesportivo Juarez Ferreira Lira em Pau D'Arco/TO.....	62
Figura 36 - Quadra Escolar Coberta da Escola Municipal Domingas Ribeiro em Pau D'Arco/TO.....	62
Figura 37 - Colégio Estadual de Ensino Médio Monsenhor Augusto Dias em Floresta do Araguaia/PA.....	62
Figura 38 - EMEF Antônio Veríssimo de Amorim em Rio Maria/PA.....	62
Figura 39 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta em Sapucaia/PA.....	62
Figura 40 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Acy de Barros Pereira em Xinguaçu/PA.....	62
Figura 41 - EMEF Juscelino Kubitschek em Curionópolis/PA.....	63
Figura 42 - EMEF Instituto Educacional Betel em Curionópolis/PA.....	63
Figura 43 - BR-153 em direção a Eldorado do Carajás/PA e Marabá/PA.....	74
Figura 44 - PA-275 em Curionópolis/PA.....	74
Figura 45 - Estrada de Floresta do Araguaia/PA para Rio Maria/PA.....	74
Figura 46 - Estrada para Pau D'Arco/PA.....	74
Figura 47 - Batalhão da Polícia Militar em Guaraí/TO.....	80
Figura 48 - Batalhão da Polícia Militar em Itaporã do Tocantins/TO.....	80
Figura 49 - Pelotão da Polícia Militar em Bernardo Sayão/TO.....	80
Figura 50 - Pelotão da Polícia Militar em Floresta do Araguaia/PA.....	80
Figura 51 - Sindicato Rural de Pacajá/PA.....	85
Figura 52 - APAE de Rio dos Bois/TO.....	85
Figura 53 - Sindicato Rural de Guaraí/TO.....	85
Figura 54 - Sindicato Rural de Arapoema/TO.....	85
Figura 55 - Colônia de Pescadores Z-17, Pau D'arco/TO.....	86
Figura 56 - Sindisaúde, Floresta do Araguaia/PA.....	86
Figura 57 - Sítio São José, vicinal 2 Irmãos em Novo Repartimento-PA (100 m do traçado).....	141
Figura 58 - Pequena propriedade na vicinal São Vicente em Pacajá (500 m do traçado).....	141
Figura 59 - Condições de moradia dos entrevistados.....	144
Figura 60 - Residência em condições precárias em Belo Monte 2.....	145
Figura 61 - Residência com paredes e piso revestidos na Vila de Nazaré.....	145
Figura 62 - Residência de madeira com cobertura de fibrocimento na Vila do 7,5.....	145
Figura 63 - Residência com paredes revestidas e cobertura de telhas de cerâmica no PA Paraíso do Araguaia.....	145
Figura 64 - Morador transportando saco de farinha em motocicleta na Vila Carimã – Marabá /PA.....	146
Figura 65 - Transporte em motocicleta na Vila Capistrano de Abreu – Marabá / PA.....	146

Figura 66 - Condições das estradas segundo os entrevistados.....	146
Figura 67 - Vicinal 1ª no PA Tuerê.....	147
Figura 68 - BR-230 em Pacajá-PA.....	147
Figura 69 - Ponte de madeira na BR-230.....	147
Figura 70 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueiras – Marabá / PA.....	147
Figura 71 - Proveniência da água e esgotamento sanitário segundo entrevistados.....	148
Figura 72 - Poço artesiano no PA Tuerê.....	149
Figura 73 - Cisterna na vila Nazaré.....	149
Figura 74 - Captação direta de olho d'água no PA Jardim.....	149
Figura 75 - Lançamento de esgoto in natura em corpo hídrico na vila Belo Monte 2.....	149
Figura 76 - Lixão na entrada da Vila de Belo Monte 2.....	150
Figura 77 - Queima do lixo na Vila do Gelado.....	150
Figura 78 - Galpão de triagem de recicláveis no PA Palmares - Parauapebas.....	150
Figura 79 - Entrevista com o Paulo, enfermeiro da unidade de Belo Monte do Pontal.....	154
Figura 80 - Entrevista com Maria da Cruz, técnica em de enfermagem na Vila Isabel.....	154
Figura 81 - Entrevista com a Marta, enfermeira da unidade de Neteolândia.....	154
Figura 82 - Entrevista com a Cícera, agente de saúde da unidade da Vila Sucupira.....	154
Figura 83 - Unidade de saúde em Belo Monte 2.....	157
Figura 84 - Unidade de saúde na Vila de Bom Jardim.....	157
Figura 85 - Unidade de na Vila Isabel.....	158
Figura 86 - Farmácia popular na Vila de Nazaré.....	158
Figura 87 - Unidade de saúde Cristo é Vida em Neteolândia.....	158
Figura 88 - Unidade de saúde na Vila Sucupira.....	158
Figura 89 - EMEIEF do Evangelho em Belo Monte 2.....	160
Figura 90 - EMEF José de Andrade Silva em Belo Monte do Pontal.....	160
Figura 91 - EMEF Pequeno Príncipe, em reforma, em Belo Monte do Pontal.....	160
Figura 92 - EMEF Doutor Acy De Jesus Barros Pereira na Vila Isabel.....	160
Figura 93 - Escola Estadual na Vila Cruzeiro do Sul.....	161
Figura 94 - EMEF Santa Ana na Vila Novo Planalto.....	161
Figura 95 - Nível de escolaridade dos entrevistados e familiares.....	161
Figura 96 - Transporte escolar em Belo Monte 2.....	163
Figura 97 - Transporte escolar na Vila Itaperuna.....	163
Figura 98 - Transporte escolar em Neteolândia.....	163

Figura 99 - Transporte escolar em Novo Horizonte.....	163
Figura 100 - Boiada de 2.000 cabeças – origem: Uruará-PA, destino: Xinguara-PA (BR-230).....	164
Figura 101 - Pastagens no PA Cirilo Gomes.....	164
Figura 102 - Piscicultura na Vila Nazaré.....	164
Figura 103 - Fábrica de cerâmica na Vila de Neteolândia.....	164
Figura 104 - Área produtiva de babaçu e açaí na Vila Novo Horizonte.....	165
Figura 105 - Criação de animais para subsistência no PA Conquista.....	165
Figura 106 - Plantação de banana no PA Travessão.....	165
Figura 107 - Secagem do arroz na Vila Novo Planalto.....	165
Figura 108 - Plantação de açaí e cacau na Vila Nazaré.....	165
Figura 109 - Secagem do cacau na Vila Nazaré.....	165
Figura 110 - Mineradora instalada na Vila União/Buritirama, uma das principais atividades da localidade.....	166
Figura 111 - Peixaria em Belo Monte do Pontal.....	166
Figura 112 - Comercialização da produção na Vila do Gelado.....	166
Figura 113 - Local de coleta do leite produzido na Vila Capim.....	166
Figura 114 - Criação de ovinos no PA Travessão.....	166
Figura 115 - Plantação de milho em Mirandópolis.....	166
Figura 116 - Edvan, representante da comunidade de Belo Monte 2 pela prefeitura de Vitória do Xingu.....	168
Figura 117 - Antônio José, presidente da associação de moradores da Vila Nazaré.....	168
Figura 118 - Sede da associação de moradores da Vila Isabel.....	168
Figura 119 - Sede da associação de moradores da Vila Nazaré.....	168
Figura 120 - Cachoeira no rio Xingu na Vila do 7,5.....	175
Figura 121 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Capim.....	175
Figura 122 - Igarapé na Vila do Gelado.....	176
Figura 123 - Balneário Águas Claras na Vila Manoel Baiano.....	176
Figura 124 - Parque de Exposições da Vila Novo Horizonte.....	176
Figura 125 - Campo de futebol da Vila Novo Planalto.....	176
Figura 126 - Igreja Católica no PA Providência.....	176
Figura 127 - Jogo de dominó e baralho no PA Palmares.....	176
Figura 128 - Moradora Joyce de Belo Monte 2 que perdeu o emprego após o assassinato do patrão em abril de 2018.....	177
Figura 129 - Posto policial na Vila do Gelado.....	177
Figura 130 - Visão geral da comunidade.....	180
Figura 131 - BR-230 na entrada da Vila de Belo Monte 2.....	180

Figura 132 - Vias internas pavimentadas.....	180
Figura 133 - Via sem pavimentação.....	180
Figura 134 - Edivan, representante da comunidade.....	181
Figura 135 - Lidinei, professor de educação física.....	181
Figura 136 - Residências e iluminação pública na vila.....	181
Figura 137 - Residências com tijolo revestido na vila.....	181
Figura 138m- Lixo acumulado na entrada da vila.....	182
Figura 139 - Balsa cruzando o rio Xingu.....	182
Figura 140 - Comunidade na margem esquerda do rio Xingu.....	182
Figura 141 - Loja de materiais de construção.....	183
Figura 142 - Mini mercado.....	183
Figura 143 Entrevista com a pescadora Keila.....	183
Figura 144 Entrevista com a Rosiane, representante da Colônia Z-12 nas Vilas Belo Monte 1 e 2.....	183
Figura 145 UHE Belo Monte.....	184
Figura 146 Travessia das LTs no rio Xingu, próximo a vila.....	184
Figura 147 - Praça e parque infantil.....	185
Figura 148 - Espaço de convivência comunitária.....	185
Figura 149 - Quadra de futebol sintético.....	185
Figura 150 - Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira.....	185
Figura 151 - Campanha de vacinação no Posto de Saúde.....	186
Figura 152 - Posto de Saúde.....	186
Figura 153 - Quadra de esportes da EMEIEF do Evangelho.....	186
Figura 154 - EMEIEF do Evangelho.....	186
Figura 155 - Visão geral da comunidade.....	187
Figura 156 - BR-230 na entrada da Vila de Belo Monte do Pontal.....	187
Figura 157 - Vias internas pavimentadas com iluminação pública.....	188
Figura 158 - BR-230 próximo ao rio Xingu.....	188
Figura 159 - Renato, comerciante e morador mais antigo.....	188
Figura 160 - Comércio do Renato.....	188
Figura 161 - Visão geral das moradias.....	189
Figura 162 -Residências e iluminação pública na vila.....	189
Figura 163 - Travessia no rio Xingu.....	189
Figura 164 - Fila para Balsa na BR-230.....	189

Figura 165 - Entrevista com a pescadora Roseane na Peixaria da comunidade.....	190
Figura 166 - Comunidade na margem esquerda do rio Xingu.....	190
Figura 167 - SE Xingu próxima a vila.....	191
Figura 168 - Quadra de futebol.....	191
Figura 169 - Choperia na comunidade.....	191
Figura 170 - Igreja Nossa Senhora da Conceição.....	191
Figura 171 - Campanha de vacinação no Posto de Saúde.....	192
Figura 172 - Sala do dentista.....	192
Figura 173 - EMEF Pequeno Príncipe.....	192
Figura 174 - EMEF José de Andrade Silva.....	192
Figura 175 - Posto da Polícia Militar.....	193
Figura 176 - Provedor de internet.....	193
Figura 177 - Visão geral da comunidade na margem direita do Xingu.....	194
Figura 178 - Vila às margens da BR-230.....	194
Figura 179 - Via sem pavimentação.....	194
Figura 180 - Francisca, primeira moradora da comunidade.....	194
Figura 181 - Padrão construtivo na vila.....	195
Figura 182 - Residência com tijolo revestido.....	195
Figura 183 - Loja de materiais de construção.....	196
Figura 184 - Bar na Vila do 7,5.....	196
Figura 185 - Pastagem na margem da BR-230.....	196
Figura 186 - Comunidade na margem direita do rio Xingu.....	196
Figura 187 - Entrevista com a pescadora Lindacy.....	197
Figura 188 - Campo de futebol.....	198
Figura 189 - Igreja na Vila do 7,5.....	198
Figura 190 - Cachoeira do rio Xingu.....	198
Figura 191 - Visão geral da comunidade.....	200
Figura 192 - BR-230 na entrada da Vila Isabel.....	200
Figura 193 - Vias internas erodidas.....	200
Figura 194 - Via interna sem pavimentação.....	200
Figura 195 - Raimundo, presidente da associação de moradores.....	200
Figura 196 - Padrão construtivo na vila.....	201
Figura 197 - Residências e iluminação pública na vila.....	201

Figura 198 Caixa d'água de abastecimento da vila.....	201
Figura 199 Igarapé Najá.....	201
Figura 200 Mercado na Vila Isabel.....	202
Figura 201 Restaurante na Vila Isabel.....	202
Figura 202 - Pescadora Marlene.....	202
Figura 203 -Canteiro de obras da XRTE.....	203
Figura 204 - LT cruzando a Vila Isabel.....	203
Figura 205 - Campo de futebol.....	203
Figura 206 - Igreja Católica na Vila Isabel.....	203
Figura 207 - Posto de Saúde na Vila Isabel.....	204
Figura 208 - Maria da Cruz, agente de saúde na Vila Isabel.....	204
Figura 209 - EMEF Dr. Acy de Jesus.....	204
Figura 210 - EMEF Dr. Acy de Jesus.....	204
Figura 211 - Visão geral da comunidade.....	205
Figura 212 - Drenagem pluvial da BR-230 na Vila Sucupira.....	205
Figura 213 - Via interna sem pavimentação.....	205
Figura 214 - Delfino Gomes, primeiro morador e representante da comunidade.....	205
Figura 215 - Visão geral das moradias.....	206
Figura 216 - Residências e iluminação pública na Vila Sucupira.....	206
Figura 217 - Padrão construtivo na vila.....	206
Figura 218 - Residência de madeira com cobertura de telha de cerâmica.....	206
Figura 219 - Giovani, morador e produtor rural na vila.....	207
Figura 220 - Propriedade rural do Giovani.....	207
Figura 221 - Áreas das atividades agrossilvipastoris dentro da Vila Sucupira.....	207
Figura 222 - Criação de gado dentro da vila.....	207
Figura 223 - Borracharia na Vila Sucupira.....	207
Figura 224 - Mercado da Vila Sucupira.....	207
Figura 225 Campo de futebol na Vila Sucupira.....	208
Figura 226 Igreja Pentecostal na Vila Sucupira.....	208
Figura 227 - Posto de Saúde na Vila Sucupira.....	208
Figura 228 - Cícera, agente de saúde da Vila Sucupira.....	208
Figura 229 - EMEF Wenceslau Braz.....	209
Figura 230 - EMEF Wenceslau Braz.....	209

Figura 231 - Local do projeto desativado de processamento de frutas.....	209
Figura 232 - Visão geral da Vila Manoel Baiano.....	210
Figura 233 - BR-230 na Vila Manoel Baiano.....	210
Figura 234 - Patrícia, primeira moradora da vila.....	210
Figura 235 - Via principal da Vila Manoel Baiano, sem pavimentação.....	210
Figura 236 - Visão geral das moradias.....	211
Figura 237 - Casa de madeira na Vila Manoel Baiano.....	211
Figura 238 - Área produtiva na Vila Manoel Baiano.....	212
Figura 239 - Tanque de criação de peixes dentro da vila.....	212
Figura 240 - Área de agricultura dentro da vila.....	212
Figura 241 - Chicão, produtor rural na vila.....	212
Figura 242 - Campo de futebol na Vila Manoel Baiano.....	213
Figura 243 - Comércio na Vila Manoel Baiano.....	213
Figura 244 - EMEF Manoel Baiano.....	213
Figura 245 - EMEF Manoel Baiano.....	213
Figura 246 - Visão geral da comunidade.....	215
Figura 247 - Via principal da vila sem pavimentação.....	215
Figura 248 - Eulis, morador da Vila Nazaré.....	215
Figura 249 - Visão geral das moradias.....	216
Figura 250 = Casa de alvenaria.....	216
Figura 251 - Lixo acumulado na vila.....	216
Figura 252 - Fazenda de extração de cacau e açaí dentro da Vila Nazaré.....	217
Figura 253 - Tanque de criação de peixes dentro da vila.....	217
Figura 254 - Plantação de cacau na Vila Nazaré.....	217
Figura 255 - Açaizal na Vila Nazaré.....	217
Figura 256 - Campo de futebol na Vila Nazaré.....	218
Figura 257 - Igreja Evangélica na Vila Nazaré.....	218
Figura 258 - Supermercado na Vila Nazaré.....	218
Figura 259 - Lanchonete na Vila Nazaré.....	218
Figura 260 - EMEF Dr. Acy de Jesus, posto de saúde e Igreja Católica na Vila Nazaré.....	219
Figura 261 - Entrevista com a enfermeira Lígia.....	219
Figura 262 - Visão geral da comunidade.....	220
Figura 263 - BR-230 na vila.....	220

Figura 264 - Edson, vereador e representante da comunidade.....	220
Figura 265 - Alcino, um dos fundadores da Vila Bom Jardim.....	220
Figura 266 - Visão geral das moradias na Vila Bom Jardim.....	221
Figura 267 - Casa de madeira na Vila Bom Jardim.....	221
Figura 268 - Ponte dentro da Vila Bom Jardim.....	221
Figura 269 - Lixo acumulado na vila Bom Jardim.....	221
Figura 270 - Fazenda de cacau, banana e açaí na Vila Bom Jardim.....	222
Figura 271 - Extração de material para construção civil dentro da vila.....	222
Figura 272 - Campo de futebol na Vila Bom Jardim.....	223
Figura 273 - Igreja Católica na Vila Bom Jardim.....	223
Figura 274 - Moto peças e farmácia na Vila Bom Jardim.....	223
Figura 275 - Supermercado na Vila Bom Jardim.....	223
Figura 276 - Hotel na Vila Bom Jardim.....	223
Figura 277 - EMEF Antônio Tozetti na Vila Bom Jardim.....	225
Figura 278 - Antena para telefonia pública na Vila Bom Jardim.....	225
Figura 279 - Telecentro na Vila Bom Jardim.....	225
Figura 280 - Visão geral da comunidade.....	226
Figura 281 - Vicinal 4 na entrada da Vila Novo Horizonte.....	226
Figura 282 - Diretora da EMEF Rei dos Reis.....	226
Figura 283 - Maria José, moradora mais antiga da vila.....	226
Figura 284 - Visão geral das moradias.....	227
Figura 285 - Casa de alvenaria na Vila Novo Horizonte.....	227
Figura 286 - Casas de madeira na Vila Novo Horizonte.....	227
Figura 287 - Poço raso em residência na Vila Novo Horizonte.....	227
Figura 288- Produção de babaçu na Vila Novo Horizonte.....	228
Figura 289 - Tanques de criação de peixe dentro da vila.....	228
Figura 290 - Campo de futebol.....	229
Figura 291 - Igreja Assembleia de Deus.....	229
Figura 292 - Igreja Católica.....	229
Figura 293 - Posto e restaurante.....	229
Figura 294- Moto peças na Vila Novo Horizonte.....	230
Figura 295 - Supermercado na Vila Novo Horizonte.....	230
Figura 296 - Hotel na Vila Novo Horizonte.....	230

Figura 297 - Moveleira na Vila Novo Horizonte.....	230
Figura 298 EMEF Rei dos Reis.....	231
Figura 299 - Posto de saúde na Vila Novo Horizonte.....	231
Figura 300 - Visão geral da comunidade.....	232
Figura 301 - Vicinal 3 na entrada da vila.....	232
Figura 302 - Maria José, ex-diretora da escola da Vila Novo Planalto.....	232
Figura 303 - Mazinho, um dos moradores mais antigos da vila.....	232
Figura 304 - Casas de madeira na Vila Novo Planalto.....	233
Figura 305 - Casa de alvenaria sem reboco.....	233
Figura 306 - Pastagens ao longo da vicinal 3.....	233
Figura 307 - Secagem do arroz Vila Novo Planalto.....	233
Figura 308 - Campo de futebol na Vila Novo Planalto.....	234
Figura 309 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Novo Planalto.....	234
Figura 310 - Supermercado na Vila Novo Planalto.....	234
Figura 311 - Posto de gasolina na Vila Novo Planalto.....	234
Figura 312 - Escola Santa Ana na Vila Novo Planalto.....	235
Figura 313 - Posto de saúde na Vila Novo Planalto.....	235
Figura 314 - Visão geral da comunidade.....	236
Figura 315 - Vicinal 1A próximo a vila.....	236
Figura 316 - João, morador e comerciante.....	236
Figura 317 - José Garcia, um dos primeiros moradores da Vila Neteolândia.....	236
Figura 318 - Visão geral das moradias.....	237
Figura 319 - Pastagem na área da Vila Neteolândia.....	237
Figura 320 - Pastagens ao longo da vicinal 1A.....	237
Figura 321- Campo de futebol na Vila Neteolândia.....	238
Figura 322 - Igreja Católica na Vila Neteolândia.....	238
Figura 323 - Posto de combustível na Vila Neteolândia.....	238
Figura 324 - Loja de variedades na Vila Neteolândia.....	238
Figura 325 - EMEF Netelcio Ferreira de Brito.....	239
Figura 326 - Enfermeira Marta no Posto de Saúde da Vila Neteolândia.....	239
Figura 327 - Adriana, uma das primeiras moradoras da Vila Capim.....	240
Figura 328 - Vicinal 1A próximo à vila.....	240
Figura 329 - Tipo de moradia predominante na Vila Capim.....	240

Figura 330 -Propriedade produtora de leite na Vila Capim.....	241
Figura 331 - Moradores jogando sinuca em bar na Vila Jardim.....	242
Figura 332 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Jardim.....	242
Figura 333 -Supermercado na Vila Jardim.....	242
Figura 334 -Posto de gasolina na Vila Jardim.....	242
Figura 335 -EMEF Silva Matias.....	243
Figura 336 -Visão geral da comunidade.....	244
Figura 337 - Ponte quebrada na vicinal 5, na entrada da vila.....	244
Figura 338 - João Nunes, fundador da comunidade.....	244
Figura 339 - Visão geral das moradias.....	245
Figura 340 - Queima de lixo.....	245
Figura 341 - Padrão das moradias.....	245
Figura 342 - Escritório do representante da comunidade pela prefeitura.....	245
Figura 343 - Aplicação aérea de herbicidas para formação de pastagens.....	246
Figura 344 - Áreas produtivas ao longo da vicinal 1A.....	246
Figura 345 - Comércio de produtos agropecuários na Vila do Gelado.....	247
Figura 346 - Igreja Assembleia de Deus na Vila do Gelado.....	247
Figura 347 - Comércio de eletrodomésticos na Vila do Gelado.....	247
Figura 348 - Posto de combustível na Vila do Gelado.....	247
Figura 349 - Açougue na Vila do Gelado.....	247
Figura 350 - Churrascaria na Vila do Gelado.....	247
Figura 351 - Hotel na Vila do Gelado.....	248
Figura 352 - Comércio de hortifrúti e assistência de celulares na Vila do Gelado.....	248
Figura 353 - EMEF Raimundo Nonato Carmo Silva.....	249
Figura 354 - Visão geral da comunidade.....	250
Figura 355 - Vicinal 1A, na entrada da vila.....	250
Figura 356 - Nadir, primeira moradora da Vila Nova Conquista.....	250
Figura 357 - Visão geral das moradias.....	251
Figura 358 - Casas de madeira na Vila Nova Conquista.....	251
Figura 359 - Igreja da comunidade Vila Nova Conquista.....	251
Figura 360 - Pastagens ao longo da vicinal 1A.....	251
Figura 361 - Via de acesso a Vila do Café.....	252
Figura 362 - Via de acesso a Vila do Café.....	252

Figura 363 - Rodovia BR 155.....	252
Figura 364 - Pátio Ferroviário da Vale na BR 155.	252
Figura 365 - Empresa Sinobrás localizada na via de acesso à Vila do Café.....	253
Figura 366 - Registro da Entrada da empresa Sinobrás ampliada.	253
Figura 367 - Empresa Mercúrio localizada próxima a Vila do Café.....	253
Figura 368 - Empresa Ibérica localizada na Via de acesso a Vila do Café.....	253
Figura 369 - Viaduto e Estrada de Ferro próximas a Vila do Café.....	253
Figura 370 - Área da Subestação Itacaiunas.	254
Figura 371 - Linhas de Transmissão na vicinal de acesso à Vila do Café-.....	254
Figura 372 - Agente de saúde da Vila do Café.....	255
Figura 373 - Plantio para subsistência do senhor José de Jesus.	256
Figura 374 - Plantio para subsistência na Vila do Café.....	256
Figura 375 - Criação de gado do lote de morador da Vila do Café.....	256
Figura 376 - Criação de animais para subsistência.....	256
Figura 377 - Moradias na Vila do Café.....	257
Figura 378 - Vila do Café.....	257
Figura 379 - Entrevista com Jânia Cristina.	258
Figura 380 - Entrevista com diretora da Escola João XXIII.....	258
Figura 381 - Entrada da Escola João XXIII.....	258
Figura 382 - Transporte escolar da Escola João XXIII.	258
Figura 383 - Igreja São Raimundo (Católica).	260
Figura 384 - Igreja Assembléia Deus Missão.....	260
Figura 385 - Estabelecimento comercial da Vila do Café.....	260
Figura 386 - Ensaio de peça teatral a ser apresentada na festa da Igreja do Dia das Mães.....	260
Figura 387 - Parque de Exposições Agropecuária de Marabá.....	260
Figura 388 - Comunidade Vila Sororó, entrada para vicinal de acesso ao PA Lajedo I.....	261
Figura 389 - BR 155.....	261
Figura 390 - Área para queima de resíduos.	262
Figura 391 - Caixa d'água do poço artesiano comunitário, localizado atrás da Escola Olavo Billac.....	263
Figura 392 - Forma de acondicionamento de água no PA Lajedo.....	263
Figura 393 - Escola Municipal Olavo Billac.....	263
Figura 394 - Rio Vermelho, próximo à Vila do PA Lajedo.....	264
Figura 395 - Vicinal de acesso ao PA Itacaiunas.....	265

Figura 396 - Uso do solo no PA Itacaiunas.....	265
Figura 397 - Igreja Assembleia de Deus no PA Itacaiunas.....	266
Figura 398 - Entrevista na casa de moradora do PA Itacaiunas.....	266
Figura 399 - Rodovia PA 275.....	267
Figura 400 - Entrada para o acesso ao PA Sereno, no km 30 da PA 275.....	267
Figura 401 - Uso do solo no acesso ao PA Sereno.....	267
Figura 402 - Uso do solo caracterizado por pastagem.....	267
Figura 403 - Moradias em madeira na Vila Rica, PA Sereno.....	268
Figura 404 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Rica.....	268
Figura 405 - Fossa rudimentar no quintal do morador João Pereira.....	268
Figura 406 - Poço artesiano na Escola Municipal Castelo Branco.....	268
Figura 407 - Área de armazenamento do leite na Vila Rica - PA Sereno.....	269
Figura 408 - Área de lote do PA Sereno com atividade mineradora.....	269
Figura 409 - Criação de animais para subsistência.....	269
Figura 410 - Congregação Cristã no Brasil do PA Sereno I.....	270
Figura 411 - Entrevista na casa da Sra. Margarete Pereira.....	270
Figura 412 - Subestação Eletronorte na Rodovia Faruc Salmé.....	271
Figura 413 - Torres de Linhas de Transmissão nas vias de acesso ao PA Palmares.....	271
Figura 414 - Palmares I na Rodovia Faruc Salmé.....	272
Figura 415 - Palmares II na Rodovia Faruc Salmé.....	272
Figura 416 - Área Rural do PA Palmares.....	272
Figura 417 - Agrovila Palmares II.....	272
Figura 418 - Caminhão limpa fossa para higienização das fossas rudimentares.....	273
Figura 419 - Poste de luz com ligações clandestinas.....	273
Figura 420 - Caixa d'água na agrovila Palmares II.....	273
Figura 421 - Pátio de Triagem dos resíduos recicláveis.....	274
Figura 422 - Atividade comercial na agrovila Palmares II.....	274
Figura 423 - Área de pastagem na zona rural de Palmares II.....	274
Figura 424 - Entrevista com a pescadora Raimunda.....	275
Figura 425 - Transporte oferecido pela Coopalmás do PA Palmares.....	275
Figura 426 - Atividade recreativa na rua da agrovila Palmares II.....	276
Figura 427 - Balneário na Agrovila de Palmares II.....	276
Figura 428 - Bar Skol Beats promove festas semanalmente na agrovila do PA Palmares II.....	276

Figura 429 - Entrevista com Sandra Regina, técnica de enfermagem e moradora do PA Palmares II.....	277
Figura 430 - USF Palmares II.....	277
Figura 431 - Entrevista com Jorge Neri, presidente da APROCPA e liderança do MST.....	278
Figura 432 - Escola Municipal Osiel Alves Pereira.....	278
Figura 433 - EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno.....	278
Figura 434 - Via de acesso ao PA 3 voltas.....	279
Figura 435 - Torres próximas à via de acesso ao PA 3 Voltas.....	279
Figura 436 - Entrada para ramal de acesso ao PA 3 Voltas, cortado por ferrovia.....	279
Figura 437 - Poço raso na casa da entrevistada Raimunda Marques.....	280
Figura 438 - Área de queima de resíduos.....	280
Figura 439 - Caminhões de fazendeiros da região.....	281
Figura 440 - Venda da Irani, moradora do PA 3 Voltas e comerciante.....	281
Figura 441 - Venda na porta da casa da moradora Raimunda Marques.....	281
Figura 442 - Igreja Assembleia de Deus.....	282
Figura 443 - Moradora pescando em um trecho do Rio Parauapebas.....	282
Figura 444 - Entrevista com Francisco de Assis, liderança local.....	282
Figura 445 - Entrevista com moradora Raimunda Marques.....	282
Figura 446 - Via de acesso para PA Brasil Novo.....	283
Figura 447 - Vicinal de acesso ao PA Brasil novo, após dia de chuva.....	283
Figura 448 - Vila Brasil Novo.....	283
Figura 449 - Poço raso na casa da moradora Noemia Rodrigues da Silva.....	283
Figura 450 - Área de pastagem de lote no PA Brasil Novo.....	284
Figura 451 - Entrevista com moradores do PA Brasil Novo.....	284
Figura 452 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueira.....	285
Figura 453 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueiras.....	285
Figura 454 - Uso do solo na área do PA Taboqueiras.....	286
Figura 455 - Entrevista com Kleiton Silva.....	286
Figura 456 - Curral em lote do PA Taboqueiras.....	286
Figura 457 - Igreja Assembléia de Deus na Vila do PA Taboqueiras.....	287
Figura 458 - Via de acesso ao PA Jardim.....	287
Figura 459 - Entrevista com senhor Goiano, presidente da associação e morador do PA.....	288
Figura 460 - Vila do PA Jardim com seu padrão construtivo e iluminação pública.....	288
Figura 461 - Poço raso em lote do PA Jardim.....	288

Figura 462 - Uso do solo na área do PA Jardim.....	289
Figura 463 - Pecuária é a principal atividade produtiva do PA Jardim.....	289
Figura 464 - Galpão da Igreja Assembléia de Deus para a realização de cultos e eventos.....	290
Figura 465 - Entrevista com Maria e Silvino, moradores do PA Jardim.....	290
Figura 466 - Acesso à Vila Carimã.....	290
Figura 467 - Ponte de acesso à Vila Carimã.....	290
Figura 468 - Poste de iluminação pública na Vila Carimã.....	291
Figura 469 - Estabelecimento comercial na Vila Carimã.....	291
Figura 470 - Atividade comercial na Vila Carimã.....	291
Figura 471 - Igreja Assembleia de Deus.....	292
Figura 472 - Moradores jogando dominó na Vila Carimã.....	292
Figura 473 - Escola Municipal Pedro Vale.....	292
Figura 474 - Entrevista com Joelma de Melo Souza.....	292
Figura 475 - Via de acesso da Vila Itaperuna.....	294
Figura 476 - Moradia no PA Itaperuna.....	294
Figura 477 - Uso do solo em trecho do acesso ao PA Itaperuna.....	295
Figura 478 - Igreja Evangélica da Vila Itaperuna.....	295
Figura 479 - Acesso ao PA Conquista.....	296
Figura 480 - Via de acesso ao PA Conquista.....	296
Figura 481 - Armazenamento de água em propriedade do PA Conquista.....	297
Figura 482 - Tanque de peixe em lote do PA Conquista.....	297
Figura 483 - Restaurante da Marinês, ponto de apoio e comércio na região.....	297
Figura 484 - EMEF Virgem de Nazaré.....	298
Figura 485 - Aparecida, diretora da EMEF Virgem de Nazaré.....	298
Figura 486 - Via de acesso ao PA Goianos.....	299
Figura 487 - Vila PA Goianos.....	299
Figura 488 - Área de queima de resíduos sólidos.....	299
Figura 489 - Uso do solo na área do PA Goianos.....	300
Figura 490 - Balneário Itacaiunas.....	300
Figura 491 - EMEF Célia de Jesus Silva Pinto.....	301
Figura 492 - Oferta de transporte escolar para a EMEF Célia de Jesus Silva Pinto.....	301
Figura 493 - Via de acesso à Vila São Raimundo.....	301
Figura 494 - Vila São Raimundo.....	301

Figura 495 - Cultivo de açaí na via de acesso ao PA São Raimundo.....	302
Figura 496 - Comércio, uma das atividades produtivas do PA São Raimundo.....	302
Figura 497 - Campo de futebol para lazer no PA São Raimundo.	303
Figura 498 - Antena parabólica e armazenamento de água na residência.....	303
Figura 499 - Entrevista com Almir Costa Neves.....	304
Figura 500 - Escola Geraldo Luiz Gonzaga.....	304
Figura 501 - Manutenção na via de acesso à Vila União.....	304
Figura 502 - Via de acesso à Vila União.....	304
Figura 503 - Entrada da Buritirama e trecho remanescente de floresta.....	305
Figura 504 - Área de pasto no acesso à Vila União.....	305
Figura 505 - Comércio local na Vila União.....	305
Figura 506 - Padrão construtivo da Vila União.....	306
Figura 507 - Padrão construtivo e caixa d'água de poço artesiano comunitário.....	306
Figura 508 - Bar com sinuca no Buritirama.....	307
Figura 509 - Igreja Católica da Vila.....	307
Figura 510 - Praça da Vila União.....	307
Figura 511 - Posto de Saúde na Vila União.....	308
Figura 512 - Escola Estadual Faixa Linda.....	308
Figura 513 - Serviço de Educação para Jovens e Adultos.....	308
Figura 514 - Carnê de pagamento da empresa Connect, responsável pela instalação e manutenção do Wi-Fi.....	309
Figura 515 - Um dos estabelecimentos que disponibiliza internet para seus clientes.....	309
Figura 516 - Acesso pavimentado (Av. Casimiro Florêncio).....	310
Figura 517 - Via interna de terra batida.....	310
Figura 518 - Visão aérea da Vila Capistrano de Abreu.....	310
Figura 519 - Poço artesiano de atendimento à escola.....	311
Figura 520 - Galpão para acondicionamento e acúmulo de latas de alumínio.....	311
Figura 521 - Caminhão responsável pelo recolhimento de recicláveis.....	311
Figura 522 - Comércio na área da Vila.....	312
Figura 523 - Comércio na principal via da Vila.....	312
Figura 524 - Bares, opção de lazer para os moradores.....	313
Figura 525 - Conversa com o time de futebol feminino de Capistrano de Abreu.....	313
Figura 526 - Academia na Vila.....	313
Figura 527 - Crianças brincando com bolas de gude.....	313

Figura 528 - Ambulância do Posto de Saúde de Capistrano de Abreu.....	314
Figura 529 - Entrevista com o enfermeiro Francisco.....	314
Figura 530 - Escola Municipal Nagibe Mutran.....	314
Figura 531 - Posto Policial de Capistrano de Abreu.....	314
Figura 532 - Acesso à Vila São Pedro.....	315
Figura 533 - Via principal da Vila São Pedro, com construções em madeira.	316
Figura 534 - Laticínio instalado próximo à Vila São Pedro.....	317
Figura 535 - Comércio local da Vila São Pedro.....	317
Figura 536 - Comércio local para atendimento aos moradores.....	317
Figura 537 - Igreja Assembleia de Deus na Vila São Pedro.....	318
Figura 538 - Escola Municipal Castro Alves.....	318
Figura 539 - Transporte Escolar na Vila São Pedro.....	318
Figura 540 - Via pavimentada na Vila Cruzeiro do Sul.....	319
Figura 541 - Via de terra batida na Vila Cruzeiro.....	319
Figura 542 - Via de terra batida e danificada na Vila Cruzeiro.....	319
Figura 543 - Imagem aérea da Vila Cruzeiro do Sul.....	320
Figura 544 - Uso do solo no acesso à Vila Cruzeiro do Sul.	321
Figura 545 - Área de comércio e residência na Vila Cruzeiro do Sul.....	321
Figura 546 - Uso do solo e torre de linha de transmissão.	321
Figura 547 - Estrutura de moradia na Vila Cruzeiro do Sul.....	322
Figura 548 - Estrutura de moradia e iluminação pública da Vila Cruzeiro do Sul.....	322
Figura 549 - Poço raso em residência da Vila Cruzeiro do Sul.....	322
Figura 550 - Caixa d'água de poço artesiano que abastece a Vila Cruzeiro do Sul.....	322
Figura 551 - Comércio da Vila Cruzeiro do Sul.	323
Figura 552 - Área de pastagem próximo à Vila Cruzeiro do Sul.....	323
Figura 553 - Igreja evangélica local.....	323
Figura 554 - ASPAPE, associação e produtora de um dos festejos da Vila Cruzeiro do Sul.....	323
Figura 555 - PSF Cruzeiro do Sul.....	324
Figura 556 - Entrevista com Katia Silene, Técnica de enfermagem.....	324
Figura 557 - Escola Municipal José Inocêncio Junior.....	325
Figura 558 - Escola Estadual Professora Liberalinas Carvalho de Aragão Dias.	325
Figura 559 - Posto Policial da Vila Cruzeiro do Sul.	325
Figura 560 - Via de acesso no Reassentamento Novo Mundo.....	326

Figura 561 - Entrevista com D. Maria, presidente da Associação do Reassentamento Novo Mundo	327
Figura 562 - Moradores descascando mandioca para a produção de farinha.....	327
Figura 563 - Escola Municipal de Tempo Integral Campo Verde.....	328
Figura 564 - Sede da Associação Boa Esperança.....	329
Figura 565 - TO-336 que dá acesso à localidade de Mirandópolis.....	330
Figura 566 - Entrevista com o Sr. Félix e o Sr. Carlinhos, agente de saúde e comerciante de Mirandópolis.....	330
Figura 567 - Cultivo de mandioca em Mirandópolis.....	331
Figura 568 - Horta na localidade de Mirandópolis.....	332
Figura 569 - Igreja Evangélica em Mirandópolis.....	332
Figura 570 - Posto de Saúde em Mirandópolis.....	333
Figura 571 - Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima em Mirandópolis.....	333
Figura 572 - Entrevista com o Sr. Valdivino, presidente da ASPPAG da Matinha.....	335
Figura 573 - Frutíferas cultivadas na comunidade da Matinha.....	335
Figura 574 - Campo de futebol na localidade da Matinha.....	336
Figura 575 - Escola Municipal Carlos Chagas na localidade da Matinha.....	337
Figura 576 - Casa de Farinha da comunidade da Matinha.....	337
Figura 577 - Entrevista com D. Raimunda em Canto da Vazante.....	339
Figura 578 - Córrego da Água Fria na localidade Canto da Vazante.....	339
Figura 579 - Tipos de moradias na comunidade Canto da Vazante.....	340
Figura 580 - Quadra esportiva na localidade Canto da Vazante.....	341
Figura 581 - Escola Municipal Núcleo São Miguel em Canto da Vazante.....	341
Figura 582 - Cemitério utilizado pela comunidade Canto da Vazante.....	342
Figura 583 - Entrevista com o Sr. Cleiton Lopes no PA Providência.....	343
Figura 584 - Fábrica de cimento no PA Providência.....	344
Figura 585 - NProdução de cimento no PA Providência.....	344
Figura 586 - Campo de futebol no PA Providência.....	344
Figura 587 - Igreja evangélica no PA Providência.....	344
Figura 588 - Posto de Saúde no PA Providência.....	345
Figura 589 - Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.....	346
Figura 590 - Veículo de transporte escolar no PA Providência.....	346
Figura 591 - Via interna no território do PA Travessão.....	347
Figura 592 - Entrevista com o Sr. Luís Jardim, vice-presidente da Associação do PA Travessão.....	347
Figura 593 - Tipo de residência no PA Travessão.....	348

Figura 594 - Plantação de abacaxi no PA Travessão.....	349
Figura 595 - Pequeno comércio no PA Travessão.....	349
Figura 596 - Igreja Evangélica no PA Travessão.....	349
Figura 597 - Entrevista com Sr. Horizontino, vice-presidente da Associação do PA Paraíso do Araguaia.....	351
Figura 598 - Poço raso em residência no PA Paraíso do Araguaia.....	351
Figura 599 - Caixa d'água em residência no PA Paraíso do Araguaia.....	351
Figura 600 - Estrada vicinal de acesso ao PA Paraíso do Araguaia.....	352
Figura 601 - Igreja no PA Paraíso do Araguaia.....	352
Figura 602 - Posto de Saúde da Família (PSF) no PA Paraíso do Araguaia.....	353
Figura 603 - E M E F Ayrton Senna no PA Paraíso do Araguaia.....	353
Figura 604 - Entrevista com o Sr. Raimundo Ferreira no Acampamento Frei Henri.....	354
Figura 605 - Memorial a Frei Henri no acampamento.....	355
Figura 606 - Exemplo de moradia no Acampamento Frei Henri.....	355
Figura 607 - Igreja no Acampamento Frei Henri.....	356
Figura 608 - Posto de Saúde no Acampamento Frei Henri.....	357
Figura 609 - EMEF Domingos Martins - Anexo São Benedito.....	357

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Assentamentos Rurais.....	107
Mapa 2 - Terras indígenas na AER.....	135
Mapa 3 - Uso do solo da AEL.....	142
Mapa 4 - Áreas urbanas e rurais do AEL.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População dos municípios da AER.....	11
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da AER.....	14
Tabela 3 - Polos regionais da área de influência do empreendimento.....	16
Tabela 4 - População dos municípios da AER conforme situação de domicílio.....	22
Tabela 5 - Grau de urbanização dos municípios da AER.....	23
Tabela 6 - Densidade demográfica dos municípios da AER.....	24
Tabela 7 - Distribuição da População da AER por gênero.....	25
Tabela 8 - Tipos de estabelecimento de saúde nos municípios da AER do estado do Pará	28
Tabela 9 - Tipos de estabelecimento de saúde nos municípios da AER do estado do Tocantins.....	30
Tabela 10 - Recursos humanos disponíveis na área de saúde nos municípios da AER do estado do Pará.....	33
Tabela 11 - Recursos humanos disponíveis na área de saúde nos municípios da AER do estado do Tocantins.....	34
Tabela 12 - Nº de leitos nos municípios da AER – Maio/2018.....	37
Tabela 13 - Casos de AIDS nos municípios da AER.....	43
Tabela 14 - Casos de sífilis nos municípios da AER.....	44
Tabela 15 - Casos de Hanseníase nos municípios da AER	45
Tabela 16 - Casos de Leishmaniose Visceral nos municípios da AER	46
Tabela 17 - Nº de Unidades móveis de saúde nos municípios da AER.....	47
Tabela 18 - Número de Matrículas na Educação Básica por Etapa de Ensino na AER - 2017	51
Tabela 19 - Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa na AER - 2017	53
Tabela 20 - Número de Estabelecimentos na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa	55
Tabela 21 - Números de Turmas na Educação Básica por Etapa de Ensino.....	55
Tabela 22 - Número de Turmas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa.....	58
Tabela 23 - Índice de Escolaridade dos Municípios da AER, conforme grau de instrução	64
Tabela 24 - Condições das rodovias situadas na região do empreendimento.....	75
Tabela 25 - Infraestrutura de segurança nos municípios da AER do empreendimento.....	77
Tabela 26 - Homicídios por arma de fogo nos municípios da ERA.....	79
Tabela 27 - Organizações Sociais dos municípios da AER.....	81
Tabela 28 - PIB dos municípios da AER (R\$).....	87
Tabela 29 - Número de empregos formais, variação absoluta e relativa nos anos de 2015 e 2016, por setor de atividade econômica, nos municípios da AER.....	93

Tabela 30 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência nos municípios da AER	98
Tabela 31 - Flutuação do emprego nos municípios da AER	99
Tabela 32 - População ocupada nos municípios da AER segundo seção de atividade	100
Tabela 33 - População Economicamente Ativa nos municípios da AER segundo a renda	102
Tabela 34 - Taxa de desemprego nos municípios da AER.....	104
Tabela 35: Assentamentos nos municípios da AER.....	108
Tabela 36 - Aglomerados populacionais na AER do empreendimento.	118
Tabela 37 - Uso, ocupação e cobertura vegetal do solo na AER do empreendimento – estado do Pará.....	121
Tabela 38 - Território dos Estados da AER, conforme TIs e UCs.....	124
Tabela 39 - Trechos dos municípios da AER interceptados pelo empreendimento	124
Tabela 40 - Rodovias federais na AER do empreendimento.	127
Tabela 41 - Rodovias estaduais na AER do empreendimento.....	127
Tabela 42 - LTs existentes nos municípios da AER.....	128
Tabela 43 - Gasodutos que interceptam a AER do empreendimento.....	129
Tabela 44 - Ferrovias que interceptam a AER do empreendimento	129
Tabela 45 - Terras indígenas identificadas no entorno do empreendimento.....	136
Tabela 46 - Serviços oferecidas e infraestrutura física e humana das unidades de saúde.	151
Tabela 47 - atendimentos oferecidos, doenças e epidemias.....	154
Tabela 48 - Percepções sobre a saúde.....	158
Tabela 49 - Escolas municipais identificadas.....	161
Tabela 50 - Organizações sociais identificadas nas comunidades da AEL.	170
Tabela 51 - Áreas de lazer e festas anuais da AEL.	172
Tabela 52 - informações sobre segurança de acordo com os moradores.	177
Tabela 53 - Comunidades da AEL da LT	179

6. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

6.4. MEIO SOCIOECONÔMICO

O diagnóstico socioeconômico é uma importante ferramenta para a análise da dinâmica social, envolvendo uma investigação integrada entre diferentes esferas da vida social, que inclui as relações econômicas, sociais, culturais e ambientais da área de estudo.

A elaboração deste diagnóstico fez uso tanto de dados secundários como primários, bem como quantitativos e qualitativos, pois, neste estudo, entende-se estes como elementos complementares um ao outro para produção de informações pertinentes.

A pesquisa de dados secundários foi realizada por meio de um levantamento com coleta de informações fundamentalmente em banco de dados oficiais dos órgãos responsáveis pela consolidação dos dados estatísticos municipais/governamentais e federais, sendo os principais: Prefeituras e Câmaras Municipais da área de estudo; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios (PNUD Brasil); Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do instituto de pesquisa de âmbito estadual que apresenta dados regionais e municipais relativos às unidades federativas do Pará.

Já a pesquisa de dados primários consistiu-se na captação de informações por meio de aplicação de questionários com perguntas dos tipos abertas e fechadas junto a uma amostra da população estudada. O público prioritário pesquisado foi a população residente na Área de Estudo Local (AEL) e Área Diretamente Afetada (ADA), incluindo lideranças comunitárias, representantes de escolas e unidades de saúde e demais *stakeholders* das localidades visitadas, além de gestores responsáveis pelas pastas das Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Educação e representantes da sociedade civil organizada presentes nos municípios definidos como área de estudo regional (AER). Além dos questionários, também foi utilizado o caderno de campo para anotações eventuais baseadas em observações diretas e coleta de dados etnográficos. Foram ainda realizados registros fotográficos e de coordenadas geográficas das localidades visitadas ao longo da atividade de campo.

Para definição do recorte espacial a ser trabalhado, foi realizado um levantamento prévio dos pontos que deveriam ser observados em campo por meio da análise das imagens de satélite, priorizando determinados elementos, tais como características do uso e ocupação do solo, edificações próximas ou inseridas na faixa de servidão, equipamentos de uso coletivo e aglomerados populacionais.

Por fim, procedeu-se a análise dos dados de forma convencional abrangendo análises estatísticas tanto dos dados secundários como primários (questionários), assim como a técnica da análise de conteúdo, que consiste em ler, analisar, sistematizar e submeter a recortes de acordo com a síntese que se busca (QUEIROZ, 1991).

6.4.1. Caracterização da População

6.4.1.1. *Processo de ocupação e formação dos municípios da AER*

Os municípios da AER do empreendimento estão inseridos em três mesorregiões, estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são: Mesorregião Sudoeste Paraense, Mesorregião Sudeste Paraense e Mesorregião Ocidental do Tocantins.

As referidas regiões tiveram sua ocupação relacionada às invasões ocorridas durante o período de colonização e exploração das Américas, tendo como povos exploradores os franceses, os holandeses e os ingleses. Assim, o processo de povoamento das três mesorregiões que compõem a AER do empreendimento ocorreu durante diversos ciclos econômicos, sendo considerados os mais importantes, até o início da década de 1980, os do extrativismo vegetal e mineral.

Tais atividades desenvolveram-se em função da abundância de matéria-prima na região paraense, inserida em parte da Floresta Amazônica, contendo uma grande biodiversidade e grande quantidade de minerais preciosos.

O ciclo da borracha foi um dos mais importantes, cujo início se deu no final do século XIX, quando da descoberta que do líquido extraído da seringueira poderia ser feito o plástico, que serviria como matéria-prima para inúmeros artigos, entre eles pneus, utilizados na fabricação de automóveis. Diante do crescimento da exploração da borracha, iniciou-se um grande fluxo migratório, sobretudo proveniente da região nordeste do país, emigração esta originada por conta do grande período de seca que a mesma estava passando.

No início do século XX o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador de borracha, acarretando num crescimento das cidades da região, como Manaus (AM) e Belém (PA). No entanto, na década de 1920, os holandeses e ingleses começaram a produzir a borracha na Ásia, vendendo o produto mais barato, o que levou a borracha brasileira a começar a perder espaço no mercado internacional, visto que seu preço era mais caro.

Diante da crise da borracha surgiu um novo ciclo econômico na região, durante as décadas de 1920 e 1940, o do extrativismo mineral, cuja procura pelos minerais passou a ocorrer às margens do Rio Tocantins. Devido à prosperidade e crescimento dos garimpos, a região passou por um período de grande desenvolvimento, com surgimento de grandes polos, sendo que em 1940 o extrativismo passou por um processo de decadência e a região ficou abandonada. Apenas na década de 1980, com a descoberta de uma das maiores jazidas de minerais do mundo, Serra Pelada, a economia local ressurgiu, o que foi verificado, especialmente, no município paraense de Marabá.

O Estado do Pará teve sua ocupação iniciada em 1616, com a fundação da cidade de Belém, sendo este o passo inicial para a realização do plano político da conquista do vale amazônico, visto que a região era rica em biodiversidade e os portugueses estavam interessados nas especiarias, denominadas “drogas do sertão” (frutas, sementes, raízes e outras plantas utilizadas com finalidades medicinais e culinárias, e que possuíam elevado valor no mercado europeu, como baunilha, cacau, canela, cravo, guaraná, urucum, dentre outros). Contudo o processo não ocorreu de maneira rápida e fácil, havendo conflitos com os nativos da terra e com outras nações que possuíam feitorias na região amazônica.

Com o passar do tempo as expedições militares foram, aos poucos, conquistando vitórias e, desse modo, novos territórios foram sendo anexados, entre eles, os vales dos rios Guamá, Acará e Mojú, o baixo Tocantins, a costa dos Caetés (hoje chamado costa do Salgado), a região da “estrada do Maranhão” (hoje Bragantina), a Ilha Grande Joannes (atual ilha do Marajó), a península de Gurupá, Cabo Norte (atual estado do Amapá), baixo Amazonas, os vales do Xingu e Tapajós e, por fim, o vale do rio Negro.

Cada território conquistado correspondia a uma rota de exploração, fossem as drogas do sertão, fossem estradas e riquezas minerais, todas eram incluídas no patrimônio dos colonizadores. O padrão econômico conquistado fez surgir duas colônias portuguesas, a que compreendia Amazônia, Grão-Pará, Maranhão, leste do Piauí e parte do Ceará, caracterizada pela navegação fluvial e extrativismo vegetal, diferenciando da outra colônia, que abrangia a maior parte do Nordeste, o Sudeste e o Sul, e que tinha como principal atividade econômica a monocultura.

Encontravam-se entre os grupos de ocupação os padres enviados pela Igreja Católica, as chamadas “Missões Jesuítas”, visando catequizar os índios e garantir à instituição vastas áreas de terra na região. A igreja acabou por entrar em conflito com colonos, visto que em seu poder encontravam-se grandes porções de terras, que se tornaram pontos de produção. Quando da nomeação do primeiro ministro Marquês de Pombal pela Coroa Portuguesa, este resolve destituir de seus postos os padres jesuítas, tomando para Portugal as terras antes pertencentes à Igreja, já que o seu plano político visava um novo modelo mercantilista, o tráfico negreiro, como instrumento para elevação da produção e a valorização das colônias portuguesas, que se encontravam abandonadas.

Desse modo, a política do Marquês de Pombal voltou-se para o Rio do Prata e o vale Amazônico, realizando uma mudança tanto social quanto econômica no Grão-Pará, começando por trazer centenas de especialistas, entre eles, cientistas, militares, engenheiros, geógrafos, desenhistas, arquitetos e naturalistas, com o pretexto de realizar uma demarcação do espaço amazônico, como a descrição de sua flora, fauna e hidrografia, o que levou o Grão-Pará a tomar posse da maior parte do território amazônico. Outra preocupação foi em melhor povoar a região, levando o Marquês a providenciar a transferência de 1.700 famílias da antiga praça colonial portuguesa Mazagão, na África, sendo a maioria delas nobre, além de milhares de habitantes do arquipélago dos Açores, que também foram trazidos.

A saída do Marquês de Pombal do poder lançou o Grão-Pará e o Maranhão num período de decadência que durou até por volta de 1870, quando surgiu a vulcanização da borracha, que permitia a sua utilização na indústria. Iniciava-se, assim, o “ciclo da borracha”, tornando Belém o centro mundial da borracha, fazendo surgir um novo crescimento da região, que passou a ser conhecida como “Belle Époque Amazônica”, em referência ao período de transformações culturais e sociais que contribuíram para a modernização na Europa do fim do século XIX ao início da Primeira Guerra Mundial.

A ocupação do território no Estado do Tocantins iniciou-se no século XVII com a chegada dos franceses, ingleses e holandeses, que começaram a explorar a região norte em contrapartida da colonização portuguesa, que se concentrava no litoral. Segundo Rodrigues (2001), os franceses construíram o Forte São Luís localizado na costa

maranhense, desbravando o interior da região, descobrindo, deste modo, a foz do Rio Tocantins em 1610, sendo o rio o caminho para exploração do território que atualmente encontra-se o estado do Tocantins.

O território atual do estado do Tocantins pertencia ao norte do Estado de Goiás, cuja região teve três denominações diferentes, sendo a primeira “Norte de Goiás”, essa sendo somente uma atribuição geográfica dentro da região das “Minas de Goyazes”, na época do descobrimento de ouro no século XVIII. Essa nomeação perdurou por mais de dois séculos, até o momento da emancipação do Estado de Goiás, quando a região norte passa a ser o Estado do Tocantins.

Diante da descoberta de jazidas de ouro no norte de Goiás, a região passa por um crescimento tanto econômico quanto populacional, fazendo crescer o temor pelo contrabando, o que fez com que a Coroa Portuguesa tornasse os impostos na região maior que em outros lugares. Com a decadência do ciclo do ouro, a região passou a ser conhecida pelo atraso tanto econômico quanto social, sendo considerado um polo de pobreza, cuja decadência fez com que a área fosse completamente abandonada pelos governantes.

O declínio fez com que a população se voltasse para cultura de subsistência, levando a um crescimento lento, sendo que essa atividade fez a região reintegrar-se nacionalmente, na qual a agropecuária tornou-se a base econômica do Tocantins até os dias atuais.

Fica evidente, assim, que os ciclos da borracha, do ouro e da agropecuária marcaram, intensamente, a colonização e o povoamento do norte do Brasil. Nos parágrafos seguintes serão abordados os históricos municipais contidos nos dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, coletados junto ao portal IBGE Cidades.

A origem do município de Anapu/PA está ligada à construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica) e com o Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970, que visava promover uma série de obras para a aceleração da infraestrutura em várias áreas na Região Norte, tendo em vista a integração desta com a economia nacional. Dentre os objetivos do PIN estava o de desenvolver um programa de reforma agrária e povoamento para Amazônia, incentivando, desse modo, a imigração de trabalhadores sem-terra de todas as partes do Brasil, sobretudo da região Nordeste. Anapu foi elevado à categoria de município em 28 de dezembro de 1995, através do decreto nº5. 929/95.

O município de Pacajá/PA tem sua criação também ligada ao Programa de Integração Nacional (PIN), que foi criado durante o Governo Militar, com o intuito de colonizar a Amazônia. O programa se ordenava a partir das construções de agrovilas, estas compostas por casas (com espaçamento de 100 m umas das outras), postos de saúde, uma igreja ecumênica, escola de primeiro grau e em alguns casos um armazém de produtos agrícolas, cujas agrovilas seriam habitadas por trabalhadores sem terras, também vindos, principalmente, da região nordeste. O núcleo urbano do município surgiu quando um colono se instalou à margem da rodovia, atual BR-230 (Rodovia Transamazônica), e construiu um armazém, com um bar que servia de ponto de apoio a ônibus e caminhões que por lá passavam. À medida que as obras da rodovia prosseguiram, foram surgindo mais pontos de apoio, tornando o lugar ponto de parada quase que obrigatória para os viajantes. No fim da década de 1970 e início da década de 1980, com o aumento populacional da área, o descontentamento pela não atenção dada

a Pacajá pela prefeitura de Portel, município ao qual pertencia, tomou grandes proporções, fazendo surgir a vontade de emancipação, sendo essa conquistada em 1988, quando da criação do Estado do Tocantins.

O município de Novo Repartimento/PA teve sua origem através de um vilarejo localizado à margem do rio Repartimento, quando o senhor Evaristo ali se instalou em 1970, próximo ao alojamento da Construtora Mendes Junior, empresa responsável pela terraplanagem da BR-422, que ligaria a BR-230 (Rodovia Transamazônica) à hidrelétrica de Tucuruí. A justificativa oficial para o surgimento do primeiro núcleo populacional da região foi por que o mesmo se encontrava perto da reserva indígena Parakanã, sendo separadas somente pelo rio Repartimento. O antigo povoamento foi mudado de local, devido à inundação da hidrelétrica de Tucuruí, ficando visível o chamado Repartimento Velho somente quando a baixa do rio acontece. Novo Repartimento foi emancipado de Tucuruí em 1991.

A origem do município de Itupiranga/PA remonta os anos de 1886, quando os extratores de cauchos, provenientes do estado de Goiás, fundaram um núcleo chamado Lago Vermelho, que pertencia ao município de Baião, ficando Itupiranga em posse desse município até 1915 quando passou a pertencer a Marabá. A fertilidade da terra fez com que várias pessoas se instalassem em Itupiranga e, mesmo com a queda no preço da castanha-do-Pará, a região teve um rápido crescimento, acarretando na sua emancipação em 1948.

As primeiras investidas no território que hoje é o município de Marabá/PA deveu-se a Carlos Leitão, chefe político de Boa Vista do Tocantins, que vencido nas lutas políticas foge com sua família e alguns partidários para o estado vizinho do Pará. Descendo o Rio Tocantins estabeleceu-se na foz do Itacaiúnas, numa elevação onde fundou uma colônia agrícola, posteriormente conhecida como Burgo de Itacaiúnas, e que fez parte de um projeto de colonização planejada para o Alto Tocantins, financiado pelo Governo do Estado, tendo originado o primeiro núcleo populacional planejado no Sudeste do Estado do Pará. A colônia comandada por Carlos Leitão, uma de várias criadas pelo governo estadual de cunho positivista de Lauro Sodré, que pretendia acelerar o desenvolvimento socioeconômico incentivando a vinda de colonos de fora da região, trouxe consigo certo progresso a área ao influenciar a vinda de vários imigrantes, especialmente após a descoberta dos campos de caucho e da extração e comercialização de látex. Em 1895 os irmãos Abrão e Hermínio Pimentel, tentando alcançar os campos do Xingu, encontram grandes jazidas de minerais, cuja notícia se espalha rapidamente e logo a região começa a receber imigrantes de vários estados, entre eles, Maranhão e Goiás, para trabalhar na extração de minerais. Em 1897, Francisco Coelho da Silva, maranhense residente em Grajaú, almejando enriquecer com o comércio do caucho, transfere-se para região, estabelecendo na foz do Itacaiúnas, construindo nova moradia, que colocou o nome de Marabá, em homenagem a sua antiga casa em Grajaú. Com o tempo, em torno da casa surgiu um pequeno arraial, que se tornou o ponto obrigatório dos caucheiros que subiam e desciam o rio, originando o município. Marabá passou a condição de cidade em 1923.

O município de Curionópolis/PA originou-se do desmembramento de Marabá. Durante a década de 1970 o Projeto Ferro Carajás fez com que houvesse o deslocamento de várias pessoas em busca de oportunidades de trabalho, ao Km 30 da rodovia PA-275, local onde acontecia a construção da estrada de ferro Carajás-Ponta da Madeira, ou ao encontro dos muitos garimpos que se multiplicavam na região. Com a descoberta de ouro em Serra Pelada, no início da década de 1980, muitas mulheres e filhos de garimpeiros se instalaram no local, pois

não podiam entrar em Serra Pelada, consolidando Curionópolis como ponto de apoio aos garimpeiros. Para dar suporte às pessoas que chegavam à região, surgiram dormitórios, hotéis, restaurantes e o comércio começou a desenvolver-se, fortalecendo o local como um povoado, mesmo depois do encerramento do garimpo. Em maio de 1988, a localidade foi elevada à condição de município. O nome Curionópolis é uma homenagem ao Major Sebastião Curió, ex-oficial do exército Brasileiro que exerceu grande liderança sobre os garimpeiros quando o garimpo de Serra Pelada estava sob sua administração.

O município de Eldorado do Carajás/PA originou-se de uma tentativa realizada pelo fazendeiro Geraldo Mendonça, proprietário da Fazenda Abaeté, de construir um loteamento, sendo os primeiros habitantes Manoel Alves da Costa, José Leandro e Cicero Tiago da Silva e vários outros trabalhadores que foram à região por conta da construção da Estrada de Ferro Carajás, mas também devido à crescente exploração de ouro em Serra Pelada. A emancipação do município está ligada intimamente a Curionópolis, pois a comunidade de Eldorado do Carajás lutava para emancipação de Marabá, pois o desejo era que Eldorado se tornasse sede do município, porém, foi Curionópolis que se tornou a sede, causando revolta nas lideranças de Eldorado. Para os mesmos a cidade possuía mais infraestrutura que Curionópolis. Iniciou-se um movimento para a separação de Curionópolis, o que fez com que a Câmara Municipal deste redigisse um documento, a Assembleia do Estado, destacando o prejuízo que a cidade sofreria com a emancipação de Eldorado, sendo assim implantada uma subprefeitura, para tentar minimizar e resolver as desavenças. No entanto, a subprefeitura não conseguiu minimizar os problemas ocorrentes, já que Eldorado crescia e com ela a população, sendo que as demandas por bens e serviços não seguiam os mesmos passos do crescimento. A primeira parte da mobilização da população foi um abaixo-assinado pela aceitação da emancipação de Eldorado, e em 1987 foi realizada uma solicitação de plebiscito, para que a população decidisse se queria ou não a separação de Curionópolis. A votação foi realizada em 1991 sendo o resultado favorável para o desmembramento de Eldorado do município de Curionópolis, fato realizado em 13 de dezembro de 1991.

O município de Sapucaia/PA tem sua emancipação efetivada em abril 1996 através de lei estadual. Seu território, enquanto era apenas localidade, pertencia ao município de Xinguara. O nome da cidade é uma referência uma espécie de árvore de mesmo nome, presente na região.

O município de Xinguara/PA surgiu a partir da construção da PA-279 que liga a cidade São Felix do Xingu à rodovia PA-150. O marco inicial da PA-279 foi colocado onde hoje está a sede municipal. Em pouco tempo, indústrias e fazendas agropecuárias começaram a instalar-se na localidade, fazendo com que a mesma passasse por um processo de crescimento acelerado, o que levou Xinguara a ser vista como um polo da região. Sua emancipação foi conquistada no ano de 1982.

O município de Rio Maria/PA foi fundado em 1982 e sua formação está diretamente ligada ao projeto de povoamento da região Norte quando, através da construção da rodovia que liga o município de Conceição do Araguaia a Marabá, houve grande migração de trabalhadores e posseiros em buscas de terras para produção agropecuária e extração de madeira as margens do rio Maria. Posteriormente, ampliou-se um significativo comércio nas redondezas atraindo mais pessoas e desenvolvendo o local, a ponto do então prefeito do

município de Conceição do Araguaia, ao qual a localidade pertencia, decretar a emancipação político-administrativa de Rio Maria.

A formação do município de Floresta do Araguaia/PA está delineada por dois processos distintos, o primeiro de aspecto social e religioso e o segundo econômico. A princípio as terras pertencentes ao município de Conceição do Araguaia eram ocupadas apenas por uma família que vivia em situação de conflito com indígenas locais até o aparecimento do Monsenhor Augusto Dias de Brito que, em busca de implantar uma comunidade moldada em princípios religiosos e com ajuda de forasteiros, estes à procura de boas terras para plantio e pastagens, deram início a formação do povoado, construindo, inclusive uma igreja e uma pista de pouso. Através de influências políticas o Monsenhor conseguiu, em 1973, perante o então governador estadual, que seu requerimento para transformar o povoado em glebas devidamente divididas e unidas em uma colônia fosse aceito e publicado no Diário Oficial do Pará. Em 1988 chega à localidade um empresário interessado no potencial econômico da extração de minério na região e implanta a Mineradora Vale das Andorinhas, contribuindo para o suporte econômico e de infraestrutura do local, que alcança determinado desenvolvimento e posterior emancipação política em 1993.

A região onde se encontra o município de Araguaína/TO, conforme a história, era habitada antes da colonização por índios pertencentes à tribo Carajás. A ocupação pela nação indígena compreendia a margem direita do Rio Araguaia e seus afluentes de mesma margem, os Rios Andorinhas e Rio Lontra. Os descendentes dos índios ainda habitam a margem do rio, numa pequena área determinada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como reserva. O início da colonização deu-se em 1876 quando João Batista junto com a família estabeleceu-se na margem direita do Rio Lontra, em um local que recebeu a denominação de Livre-nos Deus, devido ao medo de ataques dos índios e dos animais que naquelas matas viviam. Tempos depois mais famílias se instalaram na localidade que, com o tempo, tornou-se povoado, recebendo a nomeação de Lontra. Por conta da falta de estradas e por ser distante dos grandes polos, o povoado não progrediu sendo abandonado. Foi ocupado novamente somente em 1925, quando chegaram à região com suas famílias, Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira. Araguaína passou a pertencer ao município de Filadélfia a partir de 1945, ficando em poder deste até 1959, quando consegue emancipação.

A origem do município de Pau D'Arco/TO, da mesma forma que diversos municípios da região norte, deu-se ao ciclo da borracha no final do século XIX. Na margem direita do Rio Araguaia havia caído uma árvore de Ipê (também conhecido como Pau D'Arco), cujo ponto onde a árvore se localizava era propício para a atracação de embarcações que ali passavam a caminho de Belém do Pará, além de fornecer uma frondosa sombra, o que, com o tempo, fez com que essa área se tornasse um ponto de passagem das navegações, assim nascendo o porto Pau D'Arco. Várias famílias foram se instalando na região, o que acarretou conflitos dos não-nativos com os índios Caiapós que ali habitavam, conflitos estes sangrentos, com muitas mortes acontecidas dos dois lados. Como o conflito tomou grandes proporções, o exército enviou um grupamento militar comandado pelo Coronel Grizort, conseguindo fazer o conflito cessar. Enquanto o conflito acontecia, famílias se estabeleceram na margem direita do rio, formando um povoado numa área próxima onde ficava a aldeia dos índios Carajás e estes, sendo pacíficos, não entraram em conflito com os moradores, levando o povoado, com o tempo, a começar a prosperar, até tornar-se povoado, a princípio pertencendo ao município de Araguacema e,

posteriormente, a Arapoema. O desmembramento deste ocorreu em 1991, quando Pau D'Arco tornou-se município.

O município de Arapoema/TO teve sua origem em 1956, quando da descoberta de uma jazida de Cristal de Rocha, às margens do Rio Jenipapo. Na época da descoberta, o garimpo de Ximboiá estava em declínio, quando notícias vindas da cidade de Conceição do Araguaia, informam sobre a descoberta de jazidas em terras próximas ao rio Araçaji, hoje rio Jacu, onde se localizava o famoso garimpo Rebojo, sendo este responsável pela chegada de milhares de pessoas a procura do Cristal de Rocha. Em 1963 o povoado foi reconhecido como município. O nome Arapoema surgiu da criatividade de um garimpeiro chamado Jurandir, que colocou na primeira sílaba o nome Araguaia e na segunda sílaba colocou o nome Poema, então Arapoema significa "O poema do Araguaia".

O município de Bernardo Sayão surge através de um Projeto do INCRA denominado Projeto Integrado de Colonização Bernardo Sayão, do governo de Goiás, que pretendia assegurar a permanência do homem do campo em suas terras, oferecendo terra e condições adequadas de vida. Foram assentados cerca de 850 parceiros (donos de uma parcela de terra) em glebas, com orientação técnica, sanitária e educacional. Os assentados não eram da região, tinham sido trazidos do sul do estado de Goiás, quando o projeto passou pelo processo de emancipação em 1979, sendo que a maioria das pessoas vendeu seus pedaços de terra e foi tentar a vida em outras regiões, e outras que ficaram tiveram que se organizar para sobreviver. O município de Bernardo Sayão/TO consegue emancipação em 1987, sendo que o nome da cidade é uma homenagem ao idealizador do projeto que morreu durante a construção da rodovia Belém-Brasília.

O município de Pequizeiro/TO teve sua origem diretamente ligada à extração do Cristal de Rocha. Em 1943 caçadores encontraram uma jazida do Cristal de Rocha, sendo instalado um garimpo no local, que logo passou a prosperar, fazendo surgir no local, comércios, residências das famílias dos garimpeiros e uma pista de pouso. O nome Pequizeiro veio de uma frondosa árvore de Pequi encontrada na região. Com o ciclo da extração mineral o povoado passou a prosperar, tornando parte do município de Araguacema. Pequizeiro conseguiu tornar-se município em 1963, separando-se de Araguacema, tendo como distrito o povoado de Colmeia. A evolução do distrito de Colmeia fez com que em 1980 a sede municipal fosse transferida para este local fazendo Pequizeiro retornar a ser distrito. Somente em 1987 o distrito de Pequizeiro é desmembrado de Colmeia, voltando à categoria de município.

O município de Itaporã do Tocantins/TO também teve seu surgimento ligado à extração do Cristal de Rocha. Nas décadas de 1940 e 1950, pessoas instalaram-se na região e ali criaram um pequeno povoado, o qual a principal atividade era o extrativismo mineral, sendo o Cristal de Rocha o principal produto extraído. São considerados os fundadores do povoado os senhores Isidoro Teixeira e Domingos Batista de Oliveira que transformaram amontoados de casebres de garimpeiros em povoado. Algumas pessoas possuíam uma pequena porção de terra, utilizadas para cultivo, terras essas que circundavam a região, sendo que a denominação da localidade onde ficavam essas terras era Ponta da Serra. Em meados da década de 1940 um caçador, cujo nome não se tem registro, encontrou dentro de um buraco de tatu, uma grande pedra de Cristal de Rocha. A notícia espalhou-se e no ano seguinte da descoberta o povoado se encontrava em um crescimento

acelerado, o que levou o mesmo a ser elevado à categoria de distrito, tendo conseguido sua emancipação no ano de 1963, passando a chamar-se Itaporã de Goiás. Com a criação do estado de Tocantins, o município passou a pertencer a este estado, mudando o nome para Itaporã do Tocantins.

A fundação de Guaraí/TO se deu quando a atividade de comércio ficou saturada na cidade de Pedro Afonso/TO, e o comerciante Leôncio de Sousa Miranda, prevendo uma queda na atividade, resolveu atravessar o rio Tocantins em 1937, instalando-se com seu comércio a margem esquerda do rio, que na época era a rota de comunicação com o norte goiano. Ao lado do comércio, o senhor Leôncio construiu três edificações residenciais onde surgiu um lugarejo que chamou de Trindade, e em pouco tempo outras casas foram construídas e pessoas se alocaram no lugarejo, fazendo-o desenvolver rapidamente, logo passando para a categoria de vila. Pertencente ao município de Araguacema/TO, pouco tempo depois passou a chamar Tocantinópolis e em 1953, Trindade conseguiu a emancipação, passando a chamar Tupirama. Com o surgimento da rodovia Belém-Brasília o rio Tocantins começou a perder em importância e a cidade de Tupirama começou a sofrer decadência, até que o fazendeiro Pacífico Silva adquiriu a fazenda Guará que ficava dentro do território de Tupirama e dentro de sua propriedade resolveu fundar um povoado. Auxiliado pelo senhor Jorge Yunes, proprietário da Companhia de Engenharia que administrava a construção da Belém - Brasília, Pacífico Silva começou a campanha para fundação do povoado de Guará, nos anos de 1959. O povoado de Guará, no seu início, contava com cerca de 250 habitantes, 25 comércios varejistas e posto de gasolina e um campo de pouso usado pela empresa de linhas aéreas VASP. Com o crescimento do povoado devido à construção da rodovia, logo Guará ultrapassa Tupirama, tornando-se a sede do município em 1970, passando a chamar-se Guaraí.

Fortaleza do Tabocão/TO surgiu a partir do povoamento da região de Tupirama, quando migraram para região os senhores Antônio Teófilo Quirino e Eduardo José de Freitas. As pessoas que se estabeleceram na região passaram por diversas dificuldades, pois no povoado não havia rede de energia elétrica, transportes, ruas asfaltadas, dentre outros itens de infraestrutura. Com o início da construção da BR-153, o município passou por um grande desenvolvimento, na área de infraestrutura, surgindo escolas, energia elétrica e pavimentação das ruas. Com a criação do estado de Tocantins em 1988, Fortaleza do Tabocão conseguiu autonomia, tornando-se município em 1991.

O povoamento do município de Rio dos Bois/TO foi realizado pelos engenheiros e trabalhadores contratados pela Empresa Rodobraz, responsável pelo assentamento asfáltico da BR-153. O município obteve sua emancipação no ano de 1991, separando-se do município de Miracema do Tocantins.

Fala-se que os primeiros habitantes da região onde se encontra hoje o município de Miracema do Tocantins/TO foram os índios Xerentes, porém, não permaneceram por muito tempo, devido à febre que assolava a região. A área chamada Ribeirão Providência era conhecida como Ribeirão do Inferno, cuja denominação foi alterada posteriormente pelo vigário da vizinha Piabanha, Frei Antônio de Ganges. O motivo do povoamento da área foi a grande fertilidade do solo e a abundância de animais para caça, que devido a esse fato era frequentado por muitos moradores de Piabanha. Em 1920, foi criado através de Lei, o distrito de Lariado, passando a chamar-se Bela Vista, quando da vinda do senhor Praxedes com sua família em 1922 para região, onde construiu um

engenho e passou a viver da agricultura. Muitas famílias posteriormente vieram a habitar o local, vivendo à base da agricultura. O senhor Temístocles, que possuía relação comercial com os vendedores de peles silvestres que lhe forneciam produtos, resolveu abrir contra a vontade do senhor Praxedes, porém com o apoio administrativo municipal, um pequeno estabelecimento comercial próximo, passando a fazer concorrência com o comércio da Vila Piabanha. Com o tempo, imigrantes vindos do Maranhão construíram casas ao redor do comércio, mas o crescimento de Miracema, nome dado pelos moradores, teve seu início com a descoberta do garimpo Piaus, em 1941. Miracema tornou-se município no ano de 1949, recebendo a denominação de Miracema do Norte, mas quando o estado do Tocantins foi criado, o território do município passou a pertencer a este estado, passando a chamar-se Miracema do Tocantins.

A história de Miranorte/TO se confunde com a de Miracema do Tocantins, município do qual fazia parte até sua emancipação em 1946. A região passou por um acelerado crescimento devido à construção da rodovia BR-14 (atual BR-153) que iria ligar o sul ao norte, mas antes o desbravamento da região já ocorria devido às culturas da pecuária e da agricultura. Enquanto os trabalhos da rodovia prosseguiam, Antônio Salgado, dono da Fazenda Sucupira, projetou a planta de um novo povoado que seria construído a margem da rodovia Belém-Brasília. A previsão feita pelo senhor Antônio Salgado se concretizou e o povoado começou a crescer, quando forasteiros passaram a construir casas ao redor da área. A agricultura com o cultivo do babaçu e o comércio tornaram-se as principais economias do povoado.

6.4.1.2. *Crescimento populacional*

Os dados populacionais dos municípios pertencentes à AER foram obtidos através do IBGE, com base nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, e ainda a população estimada no ano de 2017, os quais foram analisados de modo a evidenciar a dinâmica populacional da área em estudo, e que se apresenta de maneira diferenciada de acordo com a região na qual estão inseridos.

A Tabela 1 a seguir exhibe os dados da evolução populacional, bem como as taxas de crescimento geométrico.

Tabela 1 - Evolução da População dos municípios da AER

Município	Evolução Populacional					Taxa de Crescimento Geométrico (%)			
	1980	1991	2000	2010	2017*	1980 - 1991	1991 - 2000	2000 - 2010	2010 - 2017
Anapu - PA	9.407	20.543	27.096	-	-	1,184	0,319
Curionópolis - PA	...	38.672	19.486	18.288	17.453	-	-0,496	-0,061	-0,046
Eldorado do Carajás - PA	29.608	31.786	32.892	-	-	0,074	0,035
Floresta do Araguaia - PA	14.284	17.768	19.746	-	-	0,244	0,111
Itupiranga - PA	15.651	37.011	49.655	51.220	51.835	1,365	0,342	0,032	0,012
Marabá - PA	59.881	123.668	168.020	233.669	271.594	1,065	0,359	0,391	0,162
Novo Repartimento - PA	41.817	62.050	73.802	-	-	0,484	0,189
Pacajá - PA	...	30.777	28.888	39.979	46.383	-	-0,061	0,384	0,160
Rio Maria - PA	...	26.536	17.498	17.697	17.705	-	-0,341	0,011	0,000
Sapucaia - PA	3.796	5.047	5.766	-	-	0,330	0,142
Xinguara - PA	...	48.024	35.365	40.573	43.530	-	-0,264	0,147	0,073
Araguaína - TO	72.063	103.315	113.143	150.484	175.960	0,434	0,095	0,330	0,169
Arapoema - TO	15.848	13.964	7.025	6.742	6.756	-0,119	-0,497	-0,040	0,002
Bernardo Sayão - TO	...	4.315	4.551	4.456	4.518	-	0,055	-0,021	0,014
Fortaleza do Tabocão - TO	2.242	2.419	2.584	-	-	0,079	0,068
Guaraí - TO	17.801	20.822	20.018	23.200	25.642	0,170	-0,039	0,159	0,105
Itaporã do Tocantins - TO	4.361	3.652	2.522	2.445	2.465	-0,163	-0,309	-0,031	0,008
Miracema do Tocantins - TO	25.308	20.815	24.444	20.684	19.055	-0,178	0,174	-0,154	-0,079
Miranorte - TO	11.214	10.908	11.802	12.623	13.426	-0,027	0,082	0,070	0,064
Pau D'Arco - TO	4.335	4.588	4.853	-	-	0,058	0,058
Pequizeiro - TO	...	3.289	4.591	5.054	5.453	-	0,396	0,101	0,079
Rio dos Bois - TO	2.269	2.570	2.810	-	-	0,133	0,093

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. *População Estimada

Ao analisar os dados apresentados, verifica-se que os municípios emancipados politicamente na década de 1990, como Anapu, Novo Repartimento, Eldorado do Carajás, Floresta do Araguaia e Sapucaia apresentaram índices de crescimento populacional positivos ao longo do período analisado, o mesmo tendo ocorrido com Pau D'Arco, Fortaleza do Tabocão e Rio dos Bois, só que de maneira menos expressiva. As taxas positivas, em parte dos municípios avaliados, ocorreram devido a processos de urbanização decorrentes da geração de novos postos de trabalho e consequente atração de migrantes, por conta de projetos governamentais de âmbito habitacional e produtivo, a exemplo de Projetos de Assentamentos (PAs) e empreendimentos de grande porte, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Já os municípios que passaram pelo mesmo processo na década anterior (1980), como Rio Maria, Pacajá, Xinguara, Bernardo Sayão, Pequizeiro e Curionópolis, de uma maneira geral, também apresentaram um crescimento populacional, ocorrendo um decréscimo da população apenas em Bernardo Sayão e Curionópolis, sendo que neste último tal decréscimo se deu de maneira mais constante, desde sua emancipação, devido, sobretudo, ao desmembramento de parte de seu território para a criação do município de Eldorado do Carajás, bem como devido ao término das atividades extrativistas no garimpo de Serra Pelada, o que acabou refletindo em índices negativos - decréscimo populacional -, como pode ser observado nas análises temporais do mesmo.

Quanto aos municípios mais antigos, como Itupiranga, Marabá, Guaraí, Miranorte e Araguaína, exibiram índices positivos mediante as análises realizadas nos quatro períodos apresentados, na qual pode-se verificar um crescimento populacional mais significativo em Araguaína (0,330%), ao considerar o crescimento na última década analisada, entre os anos de 2000 e 2010, tendo um aumento superior a 37 mil habitantes, o que pode ser justificado pelo mesmo ser um polarizador em serviços, infraestrutura, renda e oportunidades na região em que está inserido. Marabá também se destacou nesse grupo, obtendo uma taxa de crescimento geométrico médio de 0,391%, e acrescentando 65.649 habitantes à sua população, crescimento populacional bastante significativo ao considerar a última década analisada (2000-2010), evolução justificada pelo mesmo ser considerado um polo de atratividade na região em que se encontra, ao dispor de importante infraestrutura em segmentos como saúde, educação, comércio e indústria.

Já os municípios de Arapoema, Miracema do Tocantins e Itaporã do Tocantins, também dentre os mais antigos, exibiram taxas negativas para os períodos em análise, o que em parte justifica-se por conta do efeito migratório de uma parcela da população para municípios de maior porte, localizados próximos aos citados, a exemplo de Araguaína, Palmas e Guaraí.

No que tange ao período do último Censo 2010 à estimativa de 2017, todos os municípios apresentaram crescimento populacional, com exceção de Curionópolis e Miracema do Tocantins, que exibiram uma redução na população total, na ordem de 0,046% e 0,079%, respectivamente. Anapu (0,319%) se destacou no período em análise, seguido de Novo Repartimento (0,189%), Araguaína (0,169%) e Marabá (0,162%).

Pode-se inferir, diante dos dados apresentados, que os municípios inseridos no estado do Pará, com exceção de Curionópolis, apresentaram tendências de crescimento populacional acompanhando os níveis nacional e estadual. A maior parte dos municípios do estado do Tocantins também evidenciou índices positivos com tendências atuais de crescimento populacional, excetuando-se os municípios de Bernardo Sayão, Arapoema,

Miracema do Tocantins e Itaporã do Tocantins. Tal crescimento, em ambos estados, devem ser acompanhados de infraestruturas públicas condizentes que visem dar suporte às demandas decorrentes do referido incremento populacional.

Diante dos dados históricos e populacionais apresentados, pode-se entender a dinâmica populacional e econômica dos municípios inseridos na AER do empreendimento, nos quais diversos ciclos econômicos influenciaram nos seus processos de formação e de desenvolvimento. Evidencia-se, assim, o desenvolvimento discrepante de alguns municípios em relação a outros, que ocasionou diversos processos migratórios e acabou contribuindo para a atual configuração das localidades em foco. Outro fator relevante é a emancipação de municípios, acarretando em divisões territoriais e, conseqüentemente, no fracionamento da população.

6.4.1.3. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)*

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida utilizada para verificar o desenvolvimento de países ou regiões, com base em indicadores de renda, educação e saúde. Em âmbito municipal, tal metodologia é denominada de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a análise do Índice de Desenvolvimento Humano, varia de 0 (zero) - que equivale a nenhum desenvolvimento humano - a 1 (um), que indica desenvolvimento humano total. Já as Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal consideradas são as seguintes: Muito baixo – 0 (zero) até 0,499; Baixo – 0,500 até 0,599; Médio – 0,600 até 0,699; Alto – 0,700 até 0,799; e Muito Alto – 0,800 até 1.

O IDHM de cada município é resultado da média geométrica de três indicadores, IDHM Educação, IDHM Saúde e IDHM Renda. Sendo assim, foram analisados os dados do IDHM dos municípios pertencentes à AER do empreendimento, relativos aos anos de 1991, 2000 e 2010, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, dispostos abaixo na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da AER.

Município	1991			2000			2010		
	IDHM	Posição no estado	Faixa de Desenvolvimento Humano	IDHM	Posição no estado	Faixa de Desenvolvimento Humano	IDHM	Posição no estado	Faixa de Desenvolvimento Humano
Anapu - PA	0.250	116º	Muito Baixo	0.392	103º	Muito Baixo	0,548	103º	Baixo
Curionópolis - PA	0.326	60º	Muito Baixo	0.449	58º	Muito Baixo	0,636	25º	Baixo
Eldorado do Carajás - PA	0.260	107º	Muito Baixo	0.389	105º	Muito Baixo	0,560	94º	Baixo
Floresta do Araguaia - PA	0.209	134º	Muito Baixo	0.411	91º	Muito Baixo	0,583	71º	Baixo
Itupiranga - PA	0.258	109º	Muito Baixo	0.354	126º	Muito Baixo	0,528	120º	Baixo
Marabá - PA	0.401	11º	Muito Baixo	0.536	8º	Muito Baixo	0,668	10º	Médio
Novo Repartimento - PA	0.222	132º	Muito Baixo	0.372	112º	Muito Baixo	0,537	117º	Baixo
Pacajá - PA	0.257	111º	Muito Baixo	0.340	132º	Muito Baixo	0,515	125º	Baixo
Rio Maria - PA	0.295	81º	Muito Baixo	0.499	26º	Muito Baixo	0,638	24º	Médio
Sapucaia - PA	0.311	68º	Muito Baixo	0.469	39º	Muito Baixo	0,590	61º	Baixo
Xinguara - PA	0.374	23º	Muito Baixo	0.519	16º	Muito Baixo	0,646	19º	Médio
Araguaína - TO	0.451	5º	Muito Baixo	0.580	4º	Baixo	0,752	4º	Alto
Arapoema - TO	0.318	59º	Muito Baixo	0.480	48º	Muito Baixo	0,68	20º	Médio
Bernardo Sayão - TO	0.335	40º	Muito Baixo	0.504	29º	Baixo	0,638	71º	Médio
Fortaleza do Tabocão - TO	0.264	98º	Muito Baixo	0.473	57º	Muito Baixo	0,659	50º	Médio
Guaraí - TO	0.417	13º	Muito Baixo	0.559	9º	Baixo	0,741	5º	Alto
Itaporã do Tocantins - TO	0.350	29º	Muito Baixo	0.515	23º	Baixo	0,65	58º	Médio
Miracema do Tocantins - TO	0.460	4º	Muito Baixo	0.580	4º	Baixo	0,684	16º	Médio
Miranorte - TO	0.432	7º	Muito Baixo	0.508	25º	Baixo	0,662	42º	Médio
Pau D'Arco - TO	0.281	86º	Muito Baixo	0.426	94º	Muito Baixo	0,661	46º	Médio
Pequizeiro - TO	0.344	33º	Muito Baixo	0.433	88º	Muito Baixo	0,627	82º	Médio
Rio dos Bois - TO	0.255	105º	Muito Baixo	0.476	53º	Muito Baixo	0,616	97º	Médio

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Atlas Brasil.

Em 1991, todos os municípios da AER inseridos no estado do Pará, apresentaram um IDHM dentro da faixa de desenvolvimento muito baixo, sendo que Marabá e Xinguara foram os que tiveram a melhor colocação no *ranking* estadual, obtendo a 11ª e a 23ª posição, respectivamente, e Floresta do Araguaia demonstrou o índice mais baixo dentre os analisados, ficando com a 134ª posição.

No ano 2000, as faixas de desenvolvimento dos municípios permaneceram com índices muito baixos, com exceção de Marabá (0,536) e Xinguara (0,519), que subiram de posição, passando para 8ª e 16ª posição, respectivamente, passando para o índice de desenvolvimento baixo, dispondo, inclusive, de valores maiores que o do estado (0,518).

Já no ano de 2010, os municípios apresentaram melhores índices de desenvolvimento, sendo que sete deles passaram de muito baixo para baixo e quatro evoluíram ainda mais na faixa de IDHM, passando para médio, a exemplo de Marabá e Xinguara, que já vinham demonstrando uma evolução progressiva, apresentando valor maior (0,668) ou igual (0,646) ao do estado do Pará. Também exibiram índice médio, de modo surpreendente, Rio Maria e Curionópolis, que apresentaram índice muito baixo nas análises anteriores e, no referido ano, ocuparam a 24ª e 25ª posição, respectivamente, dentro do estado.

Pacajá apresentou a pior pontuação entre os municípios do estado do Pará interceptados pelo empreendimento, sendo o pior colocado em 2010 (125ª), mas também estando entre os menos desenvolvidos nos anos anteriormente analisados.

Quanto aos municípios pertencentes ao estado do Tocantins, em 1991, assim como os municípios analisados no Pará, todos apresentaram IDHM dentro da faixa de desenvolvimento muito baixo, sendo que Araguaína e Miracema do Norte exibiram as melhores taxas dentre os analisados, 5ª (0,451) e 4ª (0,460) posição, respectivamente, cujos números ficaram acima do apresentado pelo estado (0,369), que ficou na 25ª posição no país no referido ano.

No ano 2000, parte dos municípios apresentou uma elevação nos índices, passando para a faixa de desenvolvimento baixo, com exceção de Arapoema, Fortaleza do Tabocão, Pau D'Arco, Pequizeiro e Rio dos Bois, que continuaram na classificação de muito baixo. Destacaram-se os municípios de Araguaína (0,580 - 4ª), Miracema do Tocantins (0,580 - 4ª) e Guaraí (0,559 - 9ª), que demonstraram índices melhores que o estado (0,525) para o mesmo período.

Em 2010, todos os municípios apresentaram melhores índices de desenvolvimento, passando a grande maioria para a faixa de desenvolvimento médio, tendo destaque para Araguaína (4ª) e Guaraí (5ª), cujos índices ficaram em 0,752 e 0,741, respectivamente, na faixa de desenvolvimento alto, acima, mais uma vez, da classificação do estado de Tocantins (0,699 – médio).

Diante da análise dos dados expostos, verifica-se que os municípios do estado do Tocantins apresentaram melhores classificações e índices no *ranking* nacional de IDHM, ao comparar com os municípios do estado do Pará, de acordo com os critérios do PNUD.

6.4.1.4. Polos Regionais

O empreendimento em foco possui localização na região Norte do Brasil, passando por vinte e dois municípios, que estão inseridos em dois estados, e ainda em mesorregiões, a saber: Anapu e Pacajá, localizados na Mesorregião do Sudoeste Paraense; Curionópolis, Eldorado do Carajás, Floresta do Araguaia, Itupiranga, Marabá, Novo Repartimento, Rio Maria, Sapucaia e Xinguara, situados na Mesorregião do Sudeste Paraense; e os municípios de Araguaína, Pau D'Arco, Arapoema, Bernardo Sayão, Pequizeiro, Itaporã do Tocantins, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Rio dos Bois, Miranorte e Miracema do Tocantins na Mesorregião Ocidental do Tocantins.

A Tabela 3 apresenta a configuração dos polos regionais, com as definições hierárquicas dos municípios, inseridos em mesorregiões e microrregiões, dentro dos estados aos quais pertencem, cujos dados foram obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), com base no REGIC – Regiões de Influências das Cidades (2007), publicação do IBGE acerca da rede urbana brasileira.

Tabela 3 -Polos regionais da área de influência do empreendimento.

UF	Mesorregião	Microrregião	População total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
PA	Sudoeste Paraense	Altamira	273.880	Altamira	99.075		
				Anapu	20.543	Anapu	20.543
				Brasil Novo	15.690		
				Medicilândia	27.328		
				Pacajá	39.979	Pacajá	39.979
				Senador José Porfírio	13.045		
				Uruará	44.789		
				Vitória do Xingú	13.431		
	Sudeste Paraense	Marabá	284.746	Brejo Grande	7.371		
				Marabá	233.669		
				Palestina do Pará	7.475		
				São Domingos do Araguaia	23.130		
				São João do Araguaia	13.155		
				Parauapebas	255.755		
Água Azul do Norte				25.057			
			Canaã dos Carajás	26.716			
			Curionópolis	18.288			
			Eldorado do Carajás	31.786			
			Parauapebas	153.908			

UF	Mesorregião	Microrregião	População total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
		Redenção	183.190	Pau D'Arco	6.033		
				Piçarra	12.697		
				Redenção	75.556		
				Rio Maria	17.697		
				São Geraldo do Araguaia	25.587		
				Sapucaia	5.047		
				Xinguara	40.573		
		Tucuruí	328.896	Breu Branco	52.493		
				Itupiranga	51.220		
				Jacundá	51.360		
				Nova Ipixuna	14.645		
				Novo Repartimento	62.050	Novo Repartimento	32.602
						Belo Monte do Pará	3.494
						Maracajá	16.420
						Vitória da Conquista	9.534
				Tucuruí	97.128		
		Conceição do Araguaia	136.684	Conceição do Araguaia			
				Floresta do Araguaia	17.768		
				Santa Maria das Barreiras	17.206		
				Santana do Araguaia	56.153		
TO	Ocidental do Tocantins	Araguaína	278.707	Aragominas	5.882		
				Araguaína	150.484		
				Araguanã	5.030		
				Arapoema	6.742		
				Babaçulândia	10.424		
				Bandeirantes do Tocantins	3.122		
				Carmolândia	2.316		
				Colinas do Tocantins	30.838		
				Filadélfia	8.505		
				Muricilândia	3.152		
				Nova Olinda	10.686		

UF	Mesorregião	Microrregião	População total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
				Palmeirante	4.954		
				Pau D'Arco	4.588		
				Piraquê	2.920		
				Santa Fé do Araguaia	6.599		
				Wanderlândia	10.981		
				Xambioá	11.484		
	Miracema do Tocantins		142.293	Abreulândia	2.391		
				Araguacema	6.317		
				Barrolândia	5.349		
				Bernardo Sayão	4.456		
				Brasilândia do Tocantins	2.064		
				Caseara	4.601		
				Colméia	8.611		
				Couto Magalhães	5.009		
				Divinópolis do Tocantins	6.363		
				Dois Irmãos do Tocantins	7.161		
				Fortaleza do Tabocão	2.419		
				Goianorte	4.956		
				Guaraí	23.200	Guaraí	22.661
						Mirandópolis	539
				Itaporã do Tocantins	2.445		
				Juarina	2.231		
				Marianópolis do Tocantins	4.352		
				Miracema do Tocantins	20.684		
				Miranorte	12.623		
				Monte Santo do Tocantins	2.085		
				Pequizeiro	5.054		
				Presidente Kennedy	3.681		
				Rio dos Bois	2.570		

UF	Mesorregião	Microrregião	População total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
				Tupirama	1.574		
				Tupiratins	2.097		

Fonte: SIDRA, IBGE, 2017.

O Estado do Pará, de acordo com o IBGE, abrange 144 municípios, aglomerados em seis mesorregiões e vinte e duas microrregiões. O empreendimento em análise envolve duas destas mesorregiões, que serão descritas a seguir.

- Mesorregião do Sudoeste Paraense

A mesorregião do Sudoeste do Pará é composta por catorze municípios agrupados em duas microrregiões, ocupando uma área de 415,8 mil km², equivalente a, aproximadamente, 1/3 da área territorial do Estado. No entanto, apresenta a menor densidade demográfica - 1,16 habitantes por km² -, sendo a região menos povoada do Pará, visto a presença da Floresta Amazônica que acarreta grandes vazios demográficos, o que contrasta de maneira intensa com a região metropolitana de Belém, na qual os municípios de Ananindeua (471.980 habitantes) e Belém (1.393.399 habitantes), capital do estado, concentram 2.477,55 e 1.315,26 pessoas por km², respectivamente, em seus territórios, conforme dados do IBGE Cidades.

Essa região ainda é atravessada pelas rodovias Transamazônica (BR-230) e Santarém-Cuiabá (BR-163), que promovem a logística de escoamento de soja (de Mato Grosso até o porto de Santarém) e a atividade madeireira, atividades essas as principais responsáveis pelo crescimento econômico da área. Também na região encontra-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, instalada no Rio Xingu, que terá uma potência instalada de 11.233,1MW, através de 24 unidades geradoras e capacidade para atender 60 milhões de pessoas e gerar energia para 17 estados do país (Norte Energia, 2018). A mesma está em atividade desde 2016, operando - até o momento da pesquisa - com 14 unidades geradoras, e tem como municípios da sua área de influência direta Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

As duas microrregiões da mesorregião do sudoeste paraense são Altamira e Itaituba, municípios mais influentes economicamente e que polarizam a região.

Altamira tem como base da sua economia a produção agrícola – sobretudo arroz, cacau, feijão, milho, pimenta do reino -, extração da castanha do Pará e a pecuária de corte e de leite. É um município dotado de maior infraestrutura, quando comparado ao demais, dando suporte aos do seu entorno (Uruará, Brasil Novo, Medicilândia, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio), no que tange à saúde, educação, comércio e agricultura.

Quanto à Itaituba, exibe como ponto forte da sua economia o setor de serviços, mas também destaca-se o setor industrial (produção de itens baseados no calcário), a mineração (atividades de exploração de ouro no Vale do Tapajós) e o agropecuário (agricultura familiar e a pecuária de pequeno porte).

Dentre os municípios interceptados pelo empreendimento, os que se encontram inseridos nessa mesorregião são Anapu e Pacajá que, de acordo com o REGIC (Região de Influências das Cidades, 2007), estão sob influência do centro sub-regional B de Altamira, que se encontra influenciado diretamente pela metrópole Belém.

- Mesorregião do Sudeste Paraense

A mesorregião do sudeste paraense é uma área em que os processos de ocupação podem ser considerados relativamente recentes, ao considerar que sua dinamização ocorreu há menos de 50 anos, desde as políticas de integração nacional, criadas e implementadas pelo governo militar, o que projetou o estado Pará no âmbito nacional.

Tem sido uma região de significativa dinâmica na Amazônia brasileira, visto a abertura da fronteira agrícola, juntamente com a descoberta do garimpo de Serra Pelada nos anos 80 - que acelerou a migração espontânea de agricultores e pecuaristas para a região -, a entrada de mineradoras, serrarias e siderúrgicas, que acabou transformando o sudeste paraense, na década de 1980 e na década seguinte, no centro de atenção da sociedade nacional e internacional, diante da abrangência de parte considerável dos conflitos no campo ocorridos na Amazônia (MDA, 2010).

Mediante o aumento da pressão dos movimentos sociais e das representações ligadas à agricultura familiar com atuação na região, em prol da implementação da política de reforma agrária, a partir da década de 1990, desenvolvem-se projetos direcionados à agricultura familiar e políticas de reforma agrária.

Pela região se alocaram grandes projetos pecuários financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), os quais confrontaram frentes de expansão camponesas, como assentamentos de reforma agrária, e a presença massiva de garimpeiros. Área de exploração de metais ferrosos e não ferrosos, a mesorregião assistiu à transformação de agentes mercantis e extrativistas da economia da madeira e da castanha-do-pará em pecuaristas de médio e grande porte (IPEA, 2017).

A mesorregião é composta por 7 microrregiões, sendo que alguns municípios apresentam significativo peso econômico, como Tucuruí, Marabá e Parauapebas, que também levam os nome das microrregiões que se sobressaem, e que, juntamente com outros municípios da região, se expandiram no contexto de fatos como: *i*) a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 1980, no município deste mesmo nome; *ii*) a expansão das atividades minerais, em especial a influência da exploração das minas da Companhia Vale do Rio Doce, nos municípios sob sua influência, como Parauapebas e Canaã dos Carajás; *iii*) a influência nas municipalidades da abertura da rodovia PA-70, conjugada com a expansão migratória, ao longo do seu trajeto, como no caso de Marabá; e *iv*) o desempenho de municípios absorvedores de antigas fronteiras agropecuárias, revigorados com a nova frente mineral, caso de Paragominas (IPEA, 2017).

No que tange aos municípios que se destacam na região, Marabá e Parauapebas são os principais centros urbanos, sendo que o primeiro se sobressai, por dispor dos maiores percentuais de área e população, e também pela sua contribuição nos setores industrial e de serviços, sendo considerado polo de atração socioeconômico da mesorregião. Tal fato pode ser justificado devido à sua localização geográfica, às margens do rio Tocantins e

na convergência das rodovias PA-150 e BR-230 (Transamazônica) e próxima à BR-010 (Belém-Brasília), o que favorece o escoamento dos produtos que passam pela região.

O município de Marabá, na atualidade, é considerado o mais importante centro do sudeste paraense, seja no âmbito administrativo, econômico, financeiro e comercial, bem como da construção civil, de oferta de empregos e de serviços de saúde, educação e outros serviços públicos. Na sua sede se concentram as principais instituições e órgãos públicos, inclusive um importante distrito industrial, destacando-se, sobretudo, o setor de siderurgia, mas também as indústrias madeireiras e de produção oleira, ainda se sobressaindo as empresas de beneficiamento e comercialização de frutas, leite e carne, no setor agropecuário.

Na produção agrícola e na pecuária tem destaque o município de Itupiranga, ao passo que Parauapebas, localizado no sopé da Serra dos Carajás, é o município que dispõe do maior investimento em exploração mineral na região. Ressalta-se que os demais municípios da região, de um modo geral, encontram-se sob influência dos três mencionados, sobretudo de Marabá e Parauapebas.

O sudeste paraense ficou conhecido devido aos inúmeros e intensos conflitos fundiários ocorridos na região, por conta de uma diversidade de atores que possuem interesses diversos no que tange à apropriação e uso dos recursos naturais e, principalmente, da terra, enquanto principal meio de produção.

A atividade de mineração exhibe papel expressivo na mesorregião, a qual concentra várias jazidas minerais, ao passo que o setor agropecuário apresenta uma oscilação entre a primeira e a segunda posição na produção de carne e leite do estado do Pará (ALVES et al., 2006 apud. MDA, 2010).

No setor agropecuário destacam-se os municípios de Marabá e Itupiranga, com valores de PIB Agropecuário superiores a R\$ 125 milhões somados, tendo o primeiro alcançado 71.786 milhões e Itupiranga 54.121 milhões. (MDA, 2010). As agroindústrias de beneficiamento de produtos da pecuária, tais como laticínios e frigoríficos que se espalham de maneira geral nos municípios da mesorregião sudeste.

- Mesorregião Ocidental do Tocantins

A Mesorregião Ocidental do Tocantins é composta por 93 municípios, agrupados em cinco microrregiões (Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso), e nela está localizado o trecho tocantinense da Rodovia Belém-Brasília (BR-153 e BR-226).

Abrange municípios de grande influência na economia estadual, que exercem a função de região polarizadora, a exemplo de Araguaína, Gurupi e Miracema do Tocantins, que são contribuintes expressivos na composição do PIB estadual. Seu desenvolvimento foi marcado pela intensa atividade agropecuária, com a pecuária bovina de corte extensiva e produtores de grãos localizados em grandes extensões de área, com uma agricultura moderna (mecanizada), produzindo, sobretudo, arroz irrigado, soja e o milho.

Araguaína é uma cidade que se desenvolveu a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 70, e tem por destaque ser grande criadora de gado bovino, sendo conhecida como "a Capital do Boi Gordo". Além da forte produção pecuária, a economia do município está sob influência do setor de comércio e do Distrito Agroindustrial de Araguaína, possuindo indústrias e frigoríficos de referência nacional. Araguaína é cercada por

fazendas de portes variados, que contribuem para impulsionar o desenvolvimento econômico local por meio da agricultura e da pecuária. A instalação de faculdades no município também impulsionou, juntamente com o crescente adensamento populacional, a iniciativa privada na construção civil.

O município de Gurupi está inserido nos padrões econômicos do estado, com ênfase no setor agropecuário. No entanto, o município encontra-se em transformações intensas, vislumbrando que atualmente vários empreendimentos vêm se instalando no local por contarem com forte aparato de políticas públicas de incentivos fiscais, além de contar com as facilidades das atuais infraestruturas existentes no município e outras que se apresentam em construção.

A capital do Estado do Tocantins, Palmas, apresenta-se como capital regional, estando influenciada pela capital goiana, que exerce a função de Metrópole e influencia vários centros de zona, além de influenciar diretamente a capital regional de Araguaína.

O município de Araguaína, polariza diretamente os centros locais de Arapoema e Pau D'Arco, bem como polariza Guaraí. O centro local de Bernardo Sayão apresenta-se sob influência do centro de Colinas do Tocantins, enquanto que os centros locais de Fortaleza do Tabocão, Itaporã do Tocantins e Pequizeiro estão sob influência do centro de Guaraí. Já os centros de zona de Miranorte e Rio dos Bois, são influenciados pelo centro de zona B de Miracema do Tocantins, que é influenciado diretamente pela capital regional B de Palmas.

Portanto, observa-se que cada polo regional mencionado nas três mesorregiões em estudo é referência para os demais municípios abrangidos pelo empreendimento, devido ao seu potencial de influência típico dos centros urbanos, reunindo serviços, comércios e outras infraestruturas urbanas.

6.4.1.5. Distribuição da População da AER

A distribuição geográfica da população da AER do empreendimento foi analisada tendo por base os dados populacionais obtidos através do Censo Demográfico dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, realizado pelo IBGE, explicitando a população urbana e rural de cada município interceptado pelas LTs (Tabela 4).

Tabela 4 - População dos municípios da AER conforme situação de domicílio

Município	1980		1991		2000		2010	
	Situação de domicílio							
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Anapu - PA	3.083	6.324	9.833	10.710
Curionópolis - PA	15.074	23.598	13.250	6.236	12.530	5.758
Eldorado do Carajás - PA	14.112	15.496	16.578	15.208
Floresta do Araguaia - PA	4.874	9.410	8.714	9.054
Itupiranga - PA	2.804	12.847	8.431	28.580	14.754	34.901	20.490	30.730
Marabá - PA	41.752	18.129	102.435	21.233	134.373	33.647	186.270	47.399
Novo Repartimento - PA	15.524	26.293	27.950	34.100
Pacajá - PA	4.160	26.617	7.604	21.284	13.747	26.232
Rio Maria - PA	14.507	12.029	12.840	4.658	13.512	4.185
Sapucaia - PA	2.682	1.114	3.325	1.722

Xinguara - PA	27.378	20.646	25.776	9.589	31.492	9.081
Araguaína - TO	47.956	24.107	84.614	18.701	105.874	7.269	142.925	7.559
Arapoema - TO	2.668	13.180	5.024	8.940	5.087	1.938	5.455	1.287
Bernardo Sayão - TO	1.397	2.918	1.855	2.696	2.187	2.269
Fortaleza do Tabocão - TO	1.606	636	1.968	451
Guaraí - TO	9.303	8.498	14.573	6.249	17.587	2.431	21.128	2.072
Itaporã do Tocantins - TO	1.343	3.018	1.310	2.342	1.862	660	1.563	882
Miracema do Tocantins - TO	9.084	16.224	15.723	5.092	20.151	4.293	17.937	2.747
Miranorte - TO	7.522	3.692	8.351	2.557	10.702	1.100	11.036	1.587
Pau D'Arco - TO	2.757	1.578	2.900	1.688
Pequizeiro - TO	1.744	1.545	2.040	2.551	2.390	2.664
Rio dos Bois - TO	1.410	859	1.029	1.541

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Observa-se que a maior parte da população dos municípios situados na Mesorregião Sudoeste Paraense encontra-se na zona rural, especialmente em Pacajá, no qual verifica-se que quase o dobro da quantidade de habitantes reside na área urbana. Já em Anapu ocorre um equilíbrio populacional entre as duas zonas, o que se deve, em parte, ao desenvolvimento de infraestruturas na sede do município, e ainda pelo município ser atravessado pela Rodovia Transamazônica, o que facilita o acesso a outros estados da região Norte, bem como à região Nordeste do país. A pecuária bovina, uma das principais atividades econômicas da agroindústria desenvolvidas nos citados municípios, também contribui para a permanência de grande parte da população no meio rural, que participa do exercício desta atividade.

Nos municípios do Sudeste Paraense, como Novo Repartimento, Itupiranga e Floresta do Araguaia também há o predomínio da população rural sobre a urbana, sendo que os demais apresentam uma maior concentração populacional nos adensamentos urbanos, com destaque para Marabá, que dispõe da maior diferença entre os dois indicadores, o que reflete a sua tendência para o desenvolvimento de atividades nos setores econômicos da indústria e de serviços. O município de Sapucaia, localizado na mesma mesorregião, do mesmo modo, possui uma população urbana maior que a rural sem, no entanto, dispor de infraestrutura necessária para desenvolvimento expressivo em serviços, comércio ou indústria.

Dentre os municípios da AER, situados na Mesorregião Ocidental do Tocantins, de acordo com os dados exibidos, verifica-se que quase a totalidade deles tem a população urbana maior que a rural, sobressaindo-se Araguaína que, do mesmo modo que Marabá, no estado do Pará, ocupa a função de município polarizador no estado do Tocantins, no que tange a infraestrutura, serviços, atividades produtivas e circulação financeira, o que acaba resultando na atração de mais habitantes para seu raio urbano de influência.

Analisou-se ainda o grau de urbanização dos municípios, utilizando-se o cálculo: $(\text{População urbana} \times 100) / \text{População total}$. A Tabela 5 abaixo demonstra tais dados.

Tabela 5 - Grau de urbanização dos municípios da AER

Município	Grau de Urbanização (%)
Anapu - PA	47,9

Município	Grau de Urbanização (%)
Curionópolis - PA	68,5
Eldorado do Carajás - PA	52,2
Floresta do Araguaia - PA	49
Itupiranga - PA	40
Marabá - PA	79,7
Novo Repartimento - PA	45
Pacajá - PA	34,4
Rio Maria - PA	76,4
Sapucaia - PA	65,9
Xinguara - PA	77,6
Araguaína - TO	95
Arapoema - TO	80,9
Bernardo Sayão - TO	49,1
Fortaleza do Tabocão - TO	81,4
Guaraí - TO	91,1
Itaporã do Tocantins - TO	63,9
Miracema do Tocantins - TO	86,7
Miranorte - TO	87,4
Pau D'Arco - TO	63,2
Pequizeiro - TO	47,3
Rio dos Bois - TO	40

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Dentre os municípios do estado do Pará, boa parte apresenta um grau de urbanização em nível mais desenvolvido, estando acima de 50%, tendo como destaque Marabá, com 79,7%.

Já os municípios do estado do Tocantins, possuem um grau de urbanização mais desenvolvido, embora não se apresente de maneira uniforme, no qual Guaraí e Araguaína exibem mais de 90% no índice, enquanto Rio dos Bois atinge 40%, sendo que os demais oscilam entre esses valores.

Obteve-se, também, a densidade demográfica de cada município em estudo, empregando o cálculo: População total / Área do município. A Tabela 6 demonstra os dados obtidos.

Tabela 6 - Densidade demográfica dos municípios da AER

Município	Densidade demográfica (hab/km ²)
Anapu - PA	1,73
Curionópolis - PA	7,72
Eldorado do Carajás - PA	10,74
Floresta do Araguaia - PA	5,16
Itupiranga - PA	6,5
Marabá - PA	15,45
Novo Repartimento - PA	4,03
Pacajá - PA	3,38
Rio Maria - PA	4,3
Sapucaia - PA	3,89
Xinguara - PA	10,74
Araguaína - TO	37,62
Arapoema - TO	4,34
Bernardo Sayão - TO	4,81
Fortaleza do Tabocão - TO	3,89

Município	Densidade demográfica (hab/km ²)
Guaraí - TO	10,23
Itaporã do Tocantins - TO	2,51
Miracema do Tocantins - TO	7,79
Miranorte - TO	12,24
Pau D'Arco - TO	3,33
Pequizeiro - TO	34,18
Rio dos Bois - TO	3,04

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Como já evidenciado em análises anteriores, os municípios do Sudoeste Paraense são pouco populosos, reflexo do baixo índice de habitantes diante do seu vasto e singular território, que é uma das principais características populacionais de toda a Região Norte, o que resulta em uma baixa densidade demográfica. Tal fato se concretiza, sobretudo, em municípios com menores territórios, que dispõem de pouca infraestrutura e desenvolvimento econômico, a exemplo de Anapu e Pacajá, que apresentam densidade de apenas 1,73% (hab./km²) e 3,38% (hab./km²), respectivamente, ao passo que a capital do estado, Belém, possui uma densidade de 1.315,26 % (hab./km).

Os municípios do Sudeste Paraense também são pouco populosos, mas, de uma maneira geral, apresentam índices mais elevados, ao comparar com a mesorregião anteriormente analisada, sendo a maior parte possui baixa densidade demográfica ao confrontar com a capital Belém, até mesmo Marabá, que dispunha, no período analisado, de 233.669 habitantes e somente 15,45% de densidade demográfica. A grande extensão do território dos municípios dessa região é um dos diversos fatores que influencia e determina tais números.

A baixa densidade demográfica também é característica dos municípios em análise, inseridos na mesorregião Ocidental do Tocantins, ao comparar com a capital Palmas, que possui 102,9 hab./km², sendo que Araguaína dispõe do maior índice, 37,62 hab./km², na área estudada.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que as densidades demográficas de todos os municípios pertencentes à AER são consideravelmente baixas, ao serem comparadas com as das capitais de seus estados respectivos, e ainda a outras regiões do país, por motivos de dimensão territorial, bem como por fatores socioeconômicos já mencionados ao longo do presente item.

Quanto à análise da população por gênero, utilizou-se também dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, como pode ser visualizado na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Distribuição da População da AER por gênero.

Município	1980		1991		2000		2010	
	Gênero				Homem	Mulher	Homem	Mulher
	Homem	Mulher	Homem	Mulher				
Anapu - PA	5.028	4.379	10.992	9.551
Curionópolis - PA	20.880	17.792	10.236	9.250	9.666	8.622
Eldorado do Carajás - PA	15.663	13.945	16.814	14.972
Floresta do Araguaia - PA	7.673	6.611	9.551	8.217
Itupiranga - PA	8.729	6.922	19.196	17.815	26.104	23.551	27.026	24.194
Marabá - PA	30.677	29.204	62.255	61.413	84.709	83.311	118.196	115.473
Novo Repartimento - PA	22.132	19.685	32.748	29.302

Município	1980		1991		2000		2010	
	Gênero							
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Pacajá - PA	16.245	14.532	15.378	13.510	21.599	18.380
Rio Maria - PA	14.001	12.535	9.080	8.418	9.161	8.536
Sapucaia - PA	1.988	1.808	2.710	2.337
Xinguara - PA	24.802	23.222	18.082	17.283	20.572	20.001
Araguaína - TO	36.353	35.710	51.088	52.227	55.224	57.919	73.587	76.897
Arapoema - TO	8.384	7.464	7.366	6.598	3.603	3.422	3.447	3.295
Bernardo Sayão - TO	2.377	1.938	2.466	2.085	2.325	2.131
Fortaleza do Tabocão - TO	1.200	1.042	1.234	1.185
Guaraí - TO	9.081	8.720	10.540	10.282	10.032	9.986	11.687	11.513
Itaporã do Tocantins - TO	2.355	2.006	1.939	1.713	1.346	1.176	1.285	1.160
Miracema do Tocantins - TO	13.056	12.252	10.484	10.331	12.978	11.466	10.347	10.337
Miranorte - TO	5.708	5.506	5.567	5.341	6.030	5.772	6.423	6.200
Pau D'Arco - TO	2.263	2.072	2.459	2.129
Pequizeiro - TO	1.737	1.552	2.476	2.115	2.667	2.387
Rio dos Bois - TO	1.208	1.061	1.361	1.209

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Ao analisar a distribuição da população dos municípios da AER por gênero, verifica-se que, em praticamente todos eles, há o predomínio da população masculina sobre a feminina, sendo que a diferença do quantitativo é maior nos municípios do estado do Pará, em comparação aos do Tocantins, cuja diferenciação é pouco expressiva. Tal predomínio pode ser justificado, em parte, pelas atividades econômicas desenvolvidas na área em estudo, como a agroindústria, a extração mineral e a siderurgia, que ocupam preponderantemente a população masculina. Somente em Araguaína a população feminina é maior que a masculina, apresentando uma porcentagem de 51,1%, cujo município tem como atividade econômica principal, o comércio e serviços.

6.4.1.6. Levantamento Populacional e Densidade na AEL do empreendimento

O levantamento populacional da Área de Estudo Local foi efetuado em atividade de campo, e está devidamente descrito na caracterização de cada localidade inserida na referida área.

6.4.1.7. Fluxos Migratórios na AER

Caracterizado como um fenômeno de deslocamento populacional motivado por fatores de atração ou repulsão da realidade em que se insere um indivíduo, os movimentos migratórios dinamizam as sociedades que, ao receber populações extemporâneas sofrem hibridização cultural, miscigenação da população, mas também desestabilizações econômicas e impacto nas infraestruturas públicas primárias locais.

É possível identificar tendências migratórias nos municípios da AER do empreendimento em estudo, direcionadas aos centros urbanos de maior porte e que oferecem melhor infraestrutura e oportunidades econômicas.

Nesse sentido, observa-se crescimento populacional significativo na última década nos municípios de Anapu, Pacajá, Marabá e Parauapebas no Pará (IBGE, 2017), em grande parte ocasionado pela chegada de imigrantes

advindos, em sua maioria, de outros municípios da região em busca de oportunidades proporcionadas pela facilidade de acesso a vários outros municípios de maior porte através da BR-230 (Rodovia Transamazônica), Outra tendência observada, nesses municípios, é a emigração direcionada para capital Belém/PA e em menor escala para o município vizinho de Altamira, principalmente originária de Anapu. O desenvolvimento de algumas atividades econômicas e a implantação de políticas de assentamentos do Governo Federal, bem como o extrativismo vegetal e mineral, além do crescimento da agroindústria nas Mesorregiões, são fatores observados como tendência aos movimentos migratórios, favorecendo a chegada de indivíduos de outras regiões do país, principalmente do nordeste.

Já no Estado do Tocantins observa-se maior estabilidade nos movimentos migratórios. A migração intrarregional, quando ocorre, é das áreas rurais para os centros urbanos, com o fomento da agroindústria nos casos observados, especialmente aos municípios de Araguaína, Colinas do Tocantins e Guaraí, que atraem indivíduos em busca de oportunidades, especialmente dos pequenos municípios vizinhos como Pau D' Arco, Arapoema e Bernardo Sayão, Rio dos Bois e Miracema do Tocantins.

Em análise geral, as tendências migratórias no norte do país se encontram estáveis, com pontos específicos de maior fluxo migratório devido à estímulos de crescimento econômico.

Trata-se da região que mais possui vazios demográficos no país. Assim, a política governamental de povoamento para a área foi intensa principalmente no início da década de 1970, através da criação de assentamentos, sendo atrativo para a chegada de indivíduos provenientes, principalmente, da região Nordeste do Brasil.

6.4.2. Infraestrutura, serviços públicos e vulnerabilidades

6.4.2.1. Saúde

6.4.2.1.1. Caracterização dos Serviços e Estrutura de Saúde na AER

Para caracterização dos serviços e estrutura de saúde nos municípios da AER interceptados pelo empreendimento foram obtidos dados através do site do Ministério da Saúde, por meio do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, no qual foram levantados os estabelecimentos de saúde por tipo e os recursos humanos disponíveis em tais estabelecimentos, de acordo com a formação dos profissionais.

A Tabela 8 e a Tabela 9 demonstram os referidos estabelecimentos, conforme as unidades federativas em foco.

Tabela 8 - Tipos de estabelecimento de saúde nos municípios da AER do estado do Pará

Tipo de Estabelecimento	Anapu	Curionópolis	Eldorado do Carajás	Floresta do Araguaia	Itupiranga	Marabá	Novo Repartimento	Pacajá	Rio Maria	Sapucaia	Xinguara
Academia da saúde	1	-	-	-	1	-	2	1	-	-	3
Central de notif. Captação e distr. Órgãos estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de regulação	1	-	-	1	1	2	1	1	1	1	1
Central de regulação médica das urgências	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Centro de apoio a saúde da família-CASF	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Centro de atenção hemoterapia e/ou hematológica	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Centro de atenção psicossocial-CAPS	1	-	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	5	6	4	6	-	12	6	8	7	-	11
Clínica especializada/ambulatório especializado	-	1	1	1	1	76	1	-	-	-	8
Consultório	-	-	-	-	-	72	1	-	2	-	1
Cooperativa	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1
Farmácia	1	-	1	1	-	1	-	1	1	1	2
Hospital especializado	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Hospital geral	1	1	1	1	1	4	1	2	2	1	3
Policlínica	-	1	2	-	-	11	6	-	2	-	-
Posto de saúde	7	3	3	3	11	10	18	3	1	3	1
Pronto atendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Tipo de Estabelecimento	Anapu	Curionópolis	Eldorado do Carajás	Floresta do Araguaia	Itupiranga	Marabá	Novo Repartimento	Pacajá	Rio Maria	Sapucaia	Xinguara
Pronto socorro geral	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Secretaria de saúde	-	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1
Serviço de atenção domiciliar isolado (<i>home care</i>)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Tele saúde	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atenção à saúde indígena	6	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	-	-	2	2	-	23	6	1	2	-	4
Unidade de vigilância em saúde	2	-	1	1	1	2	-	1	1	1	-
Unidade móvel de nível pre-hosp-urgência/emergencial	1	1	1	-	1	3	1	1	1	-	1
Unidade móvel terrestre	-	-	-	-	1	2	1	1	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, (março de 2018).

Tabela 9 - Tipos de estabelecimento de saúde nos municípios da AER do estado do Tocantins

Tipo de Estabelecimento	Araguaína	Arapoema	Bernardo Sayão	Fortaleza do Tabocão	Guaraí	Itaporã do Tocantins	Miracema do Tocantins	Miranorte	Pau D'Arco	Pequizeiro	Rio dos Bois
Academia da saúde	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-
Central de notif. Captação e distr. Órgãos estadual	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de regulação	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de regulação médica das urgências	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de apoio a saúde da família-CASF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de atenção hemoterapia e/ou hematológica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de atenção psicossocial-CAPS	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Centro de saúde/unidade básica de saúde	20	1	1	1	6	1	8	4	1	2	1
Clínica especializada/ambulatório especializado	32	-	-	-	6	-	1	2	-	-	-
Consultório	121	-	-	-	4	-	5	4	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmácia	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Hospital especializado	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital geral	4	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Posto de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pronto atendimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronto socorro geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de saúde	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1	-
Serviço de atenção domiciliar isolado (<i>home care</i>)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tele saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de Estabelecimento	Araguaína	Arapoema	Bernardo Sayão	Fortaleza do Tabocão	Guaraí	Itaporã do Tocantins	Miracema do Tocantins	do Miranorte	Pau D'Arco	Pequizeiro	Rio dos Bois
Unidade de atenção à saúde indígena	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de serviço de apoio de diagnóstico e terapia	29	1	-	-	6	-	4	2	-	-	-
Unidade de vigilância em saúde	3	1	1	1	2	1	1	1	1	-	1
Unidade móvel de nível pre-hosp-urgência/emergencial	6	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Unidade móvel terrestre	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, (março de 2018).

De acordo com os dados adquiridos, verifica-se que a grande maioria dos municípios inseridos na área em estudo não dispõe de infraestrutura compatível ao atendimento de demandas mais específicas e de maior complexidade, sendo necessário o acesso aos que possuem maiores serviços e estruturas de saúde, no caso Marabá, no estado do Pará, e Araguaína, no Tocantins, considerados polos regionais, não somente na saúde, mas em variados segmentos.

Nos municípios paraenses, observou-se que todos possuem Hospital Geral e Posto de Saúde, e que quase a totalidade dispõe de Unidades Básicas de Saúde, com exceção de Itupiranga e Sapucaia. Marabá oferece um quantitativo expressivo de Clínicas Especializadas (76) e de Consultórios (72), e é o único que possui Hospital Especializado. Somente Anapu e Marabá dispõem de Unidade de Atenção Básica à Saúde Indígena. Quanto à Unidade Móvel Terrestre, apenas Itupiranga, Marabá, Novo Repartimento e Pacajá dispõem desse tipo de unidade de saúde.

Já os municípios tocantinenses, todos dispõem de Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, bem como de Unidade de Vigilância em Saúde, com exceção de Pequizeiro, que também é o único que possui Posto de Saúde. Araguaína se destaca, dentre os municípios analisados, dispondo de 121 Consultórios e 32 Clínicas Especializadas. Ressalta-se ainda que boa parte dos municípios tocantinenses em foco apresentam poucos estabelecimentos de saúde, tanto no que diz respeito ao tipo quanto ao quantitativo.

A Tabela 10 e a Tabela 11 a seguir demonstram o quantitativo de recursos humanos disponível na área de saúde dos municípios da AER, inseridos nos estados do Pará e do Tocantins

Tabela 10 - Recursos humanos disponíveis na área de saúde nos municípios da AER do estado do Pará

Ocupação em Geral	Araguaína	Arapoema	Bernardo Sayão	Fortaleza do Taboão	Guaraí	Itaporã do Tocantins	Miracema do Tocantins	Miranorte	Pau D'Arco	Pequizeiro	Rio dos Bois
PESSOAL DE SAÚDE - NÍVEL SUPERIOR											
ANESTESISTA	30	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTENTE SOCIAL	65	5	1	1	8	1	12	2	1	2	1
BIOQUÍMICO/ FARMACÊUTICO	121	5	2	1	8	1	10	1	1	1	1
CIRURGIÃO GERAL	46	1	-	-	7	-	3	-	-	-	-
CLÍNICO GERAL	250	10	-	1	21	-	40	6	-	1	-
ENFERMEIRO	509	17	2	4	57	3	48	19	2	5	2
FISIOTERAPEUTA	81	2	2	1	11	1	15	5	1	1	2
FONOAUDIÓLOGO	14	-	-	-	7	-	1	3	-	-	-
GINECO OBSTETRA	78	1	-	-	6	-	5	-	-	1	-
MÉDICO DE FAMÍLIA	38	3	2	1	9	1	8	4	2	2	1
NUTRICIONISTA	35	1	-	-	3	-	2	-	-	-	1
ODONTÓLOGO	186	4	1	3	22	1	18	8	4	3	2
PEDIATRA	52	2	-	-	5	-	4	1	-	-	-
PSICÓLOGO	45	1	-	1	6	1	9	2	1	2	1
PSIQUIATRA	18	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
RADIOLOGISTA	42	2	-	-	1	-	1	1	-	-	-
OUTRAS ESPECIALIDADES MÉDICAS	354	1	-	-	6	-	9	1	-	1	-
OUTRAS OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR RELAC À SAÚDE	52	3	-	-	11	-	6	1	-	1	-
PESSOAL DE SAÚDE - NÍVEL TÉCNICO TÉCNICO/AUXILIAR											
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	198	17	-	1	23	1	21	2	1	3	1
FISCAL SANITÁRIO	2	-	2	-	2	-	-	1	-	-	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1407	23	6	7	91	4	153	34	8	15	9

Ocupação em Geral	Araguaína	Arapoema	Bernardo Sayão	Fortaleza do Taboão	Guaraí	Itaporã do Tocantins	Miracema do Tocantins	Miranorte	Pau D'Arco	Pequizeiro	Rio dos Bois
TÉCNICO E AUXILIAR DE FARMÁCIA	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÉCNICO E AUXILIAR DE LABORATÓRIO	144	1	-	-	7	-	8	1	-	-	-
TÉCNICO E AUXILIAR EM FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO	9	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
TÉCNICO E AUXILIAR EM SAÚDE ORAL	4	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
TÉCNICO E AUXILIAR EM RADIOLOGIA MÉDICA	102	9	1	-	6	-	11	-	-	-	-
OUTRAS OCUPAÇÕES NÍVEL TÉCNICO E AUXILIAR EM SAÚDE	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PESSOAL DE SAÚDE - QUALIFICAÇÃO ELEMENTAR											
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	294	18	15	9	57	11	58	36	16	15	10
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	27	1	1	2	7	-	5	1	1	1	1
ATENDENTE DE ENFERMAGEM/AUX OPER SERV DIV E ASSEM	32	-	-	1	4	1	1	2	1	1	1
OUTRAS OCUPAÇÕES NÍVEL ELEMENTAR EM SAÚDE											
PESSOAL ADMINISTRATIVO	1225	66	11	16	136	10	57	23	26	15	4
ADMINISTRAÇÃO	628	30	4	3	57	6	12	2	5	4	3
SERVIÇO DE LIMPEZA/CONSERVAÇÃO	33	-	-	3	7	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA	20	5	-	-	1	-	-	-	3	-	-
OUTRAS OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	544	31	7	10	71	4	45	21	18	11	1

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, (março de 2018).

Tabela 11 - Recursos humanos disponíveis na área de saúde nos municípios da AER do estado do Tocantins

Ocupação em Geral	Anapu	Curionópolis	Eldorado do Carajás	Floresta do Araguaia	Itupiranga	Marabá	Novo Repartimento	Pacajá	Rio Maria	Sapucaia	Xinguara
PESSOAL DE SAÚDE - NÍVEL SUPERIOR											
ANESTESISTA	2	-	-	-	2	34	2	-	-	-	-
ASSISTENTE SOCIAL	2	2	3	4	1	28	5	4	3	1	7
BIOQUÍMICO/ FARMACÊUTICO	3	1	-	4	-	33	4	3	2	2	5
CIRURGIÃO GERAL	4	1	4	2	2	34	3	4	1	-	2
CLÍNICO GERAL	8	10	7	4	13	123	17	8	6	4	18
ENFERMEIRO	21	14	14	10	23	227	33	33	16	8	40
FISIOTERAPEUTA	2	4	5	3	7	83	7	5	4	2	8
FONOAUDIÓLOGO	-	1	1	-	-	25	1	-	1	-	1
GINECO OBSTETRA	2	4	2	1	-	44	5	2	-	1	2
MÉDICO DE FAMÍLIA	6	8	6	6	7	48	11	7	6	2	11
NUTRICIONISTA	2	1	2	2	-	23	6	5	2	-	4
ODONTÓLOGO	6	10	5	5	8	98	4	7	7	3	20
PEDIATRA	-	1	-	1	1	31	9	-	1	-	3
PSICÓLOGO	2	2	2	2	1	33	2	1	3	-	5
PSIQUIATRA	-	-	1	-	1	4	-	-	1	-	3
RADIOLOGISTA	1	2	1	-	-	28	-	2	2	2	3
OUTRAS ESPECIALIDADES MÉDICAS	1	5	2	-	1	191	4	-	-	-	12
OUTRAS OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR RELAC À SAÚDE	2	3	7	6	1	59	4	4	5	2	10
PESSOAL DE SAÚDE - NÍVEL TÉCNICO TÉCNICO/AUXILIAR											
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	-	3	4	-	20	126	38	1	2	-	18
FISCAL SANITÁRIO	-	-	1	-	4	21	-	-	-	2	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	53	42	39	28	41	787	83	90	30	14	57
TÉCNICO E AUXILIAR DE FARMÁCIA	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1
TÉCNICO E AUXILIAR DE LABORATÓRIO	2	3	6	3	2	63	13	6	1	1	4

Ocupação em Geral	Anapu	Curionópolis	Eldorado do Carajás	Floresta do Araguaia	Itupiranga	Marabá	Novo Repartimento	Pacajá	Rio Maria	Sapucaia	Xinguara
PESSOAL DE SAÚDE - NÍVEL SUPERIOR											
TÉCNICO E AUXILIAR EM FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÉCNICO E AUXILIAR EM SAÚDE ORAL	-	-	-	1	1	11	1	1	1	-	-
TÉCNICO E AUXILIAR EM RADIOLOGIA MÉDICA	-	2	1	1	1	20	4	4	1	1	6
PESSOAL DE SAÚDE - QUALIFICAÇÃO ELEMENTAR											
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	68	54	80	49	137	375	155	130	48	15	101
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	5	1	-	2	1	17	21	8	3	-	1
ATENDENTE DE ENFERMAGEM/AUX OPER SERV DIV E ASSEM	1	-	1	-	4	47	1	1	-	1	5
OUTRAS OCUPAÇÕES NÍVEL ELEMENTAR EM SAÚDE											
PESSOAL ADMINISTRATIVO	75	26	110	77	93	1133	143	109	34	42	191
ADMINISTRAÇÃO	2	2	24	29	34	338	46	31	13	19	63
SERVIÇO DE LIMPEZA/CONSERVAÇÃO	-	-	-	2	-	18	-	1	1	-	4
SEGURANÇA	-	-	18	7	8	158	2	7	1	-	13
OUTRAS OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	73	24	68	39	51	619	95	70	19	23	111

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, (março de 2018).

No que tange aos profissionais disponíveis na rede de saúde, constatou-se que o quantitativo varia mediante a infraestrutura disponibilizada pelos municípios inseridos na AER do empreendimento, bem como conforme a demanda da população que se encontra no alcance de atuação de cada um.

Marabá (PA) e Araguaína (TO) se destacam, no que diz respeito ao quantitativo e à diversidade de profissionais que atendem a rede pública e a rede privada, tendo em vista o seu grau de desenvolvimento e a sua influência regional. Sendo assim, acabam polarizando o fluxo de pacientes provenientes de outros municípios das suas respectivas regiões, o que demanda uma maior e melhor infraestrutura clínica e hospitalar, seja no âmbito público seja no privado, bem como a disponibilidade de especialistas nas distintas modalidades de atendimento e complexidade.

Nos demais municípios, a oferta de médicos é menos significativa, sobretudo em Floresta do Araguaia, Itupiranga, Rio Maria e Sapucaia, localizados no estado do Pará, e Fortaleza do Tabocão e Pequizeiro, no estado do Tocantins, ressaltando que neste a oferta de médicos especialistas é expressivamente menor do que no Pará.

Quanto à disponibilidade de enfermeiros e agentes comunitários de saúde, alguns municípios apresentam um menor quantitativo de profissionais, a exemplo de Floresta do Araguaia/PA, Sapucaia/PA, Bernardo Sayão/TO, Fortaleza do Tabocão/TO, Itaporã do Tocantins/TO, Pau D'Arco/TO e Rio dos Bois/TO.

Já o quantitativo de leitos nos municípios da AER, nos âmbitos ambulatorial, hospitalar e urgência, podem ser observados na Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 - Nº de leitos nos municípios da AER – Maio/2018

Município	Nº de leitos de repouso/obs (Ambulatório)	Nº de leitos de internação (Hospitalar)	Nº de leitos complementares (Hospitalar)	Nº de leitos de repouso/obs (Urgência)
Anapu - PA	-	35	1	1
Curionópolis - PA	-	50	-	-
Eldorado do Carajás - PA	-	41	-	-
Floresta do Araguaia - PA	1	20	-	-
Itupiranga - PA	2	61	-	2
Marabá - PA	1	272	54	11
Novo Repartimento - PA	-	54	2	-
Pacajá - PA	-	34	4	-
Rio Maria - PA	-	54	1	-
Sapucaia - PA*	-	11	-	-
Xinguara - PA	5	154	-	12
Araguaína - TO	-	554	111	23
Arapoema - TO	-	27	1	-
Bernardo Sayão - TO	-	-	-	-
Fortaleza do Tabocão - TO	-	-	-	-
Guaraí - TO	4	57	4	-
Itaporã do Tocantins - TO	-	-	-	-
Miracema do Tocantins - TO	-	68	2	3
Miranorte - TO	-	26	-	-
Pau D'Arco - TO**	-	-	-	-
Pequizeiro - TO	-	-	-	-
Rio dos Bois - TO*	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2018.

Verifica-se, mais uma vez, o destaque dos municípios de Marabá/PA e Araguaína/TO, visto a maior oferta de leitos ao comparar com os demais da área em análise. No que diz respeito aos leitos de internação (hospitalar), todos os municípios paraenses pertencentes à AER dispõem de tal infraestrutura, o que não ocorre com os tocantinenses, visto que somente parte deles apresenta um quantitativo de leitos, como o já citado Araguaína, Arapoema, Guaraí, Miracema do Tocantins e Miranorte. O número de leitos hospitalares complementares só está disponibilizado em nove dos vinte e dois municípios em foco, assim como os leitos de repouso, seja de ambulatório seja de urgência, que apenas se encontram em cinco e seis municípios, respectivamente.

Não foram obtidos dados específicos sobre leitos convencionais e de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), sejam vinculados ao SUS sejam particulares, visto que não foram disponibilizados pelas fontes pesquisadas, sobretudo no portal do Ministério da Saúde, principal fonte dos dados secundários utilizada no levantamento.

Assim sendo, diante do exposto, pode-se concluir que, pelo menos nos municípios da AER localizados no estado do Pará, existe uma oferta de leitos que pode atender as necessidades atuais e futuras provenientes da fase de implantação do empreendimento, afirmação esta que não pode ser efetuada em relação aos municípios situados no estado do Tocantins, devido a distribuição irregular da referida infraestrutura, concentrada nos municípios economicamente mais desenvolvidos.

Mediante as informações obtidas, verifica-se que a maior parte dos municípios componentes da Área de Estudo não possui infraestrutura para atendimento da demanda de serviços de maior complexidade, exigindo a transferência para os que dispõem de uma maior estrutura em saúde, que acabam exercendo o papel de polos regionais.

Abaixo imagens de estabelecimentos que compõem a infraestrutura de saúde nos municípios da AER.



Figura 1 - Unidade de Saúde em Miracema do Tocantins/TO.



Figura 2 - Unidade de Saúde em Fortaleza do Tabocão/TO.



Figura 3 - Unidade Básica de Saúde em Guaraí/TO.



Figura 4 - Centro Integrado de Saúde de Miranorte/TO.



Figura 5 - Básica de Saúde em Itaporã do Tocantins/TO.



Figura 6 - Hospital em Arapoema/TO



Figura 7 - Laboratório em Arapoema/TO.



Figura 8 - Estratégia de Saúde da Família em Floresta do Araguaia/PA.

Fonte: Ambientare, 2018.



Figura 9 - Laboratório em Floresta do Araguaia/PA.



Figura 10 - Estratégia de Saúde da Família em Rio Maria/PA.



Figura 11 - Laboratório Municipal em Rio Maria/PA.



Figura 12 - Posto de Saúde em Sapucaia/PA.



Figura 13 - UPA em Xinguara/PA.



Figura 14 - Posto de Saúde em Xinguara/PA.



Figura 15 - Hospital Municipal de Eldorado do Carajás/PA



Figura 16 - Hospital Municipal de Curionópolis/PA.

Fonte: Ambientare, 2018.

- I. Avaliação da suficiência da estrutura de saúde atualmente existente para atendimento da demanda atual e futura considerando a implantação do empreendimento

Para avaliar a suficiência da estrutura de saúde atualmente existente, tendo em vista o atendimento da demanda atual e futura, considerando a implantação do empreendimento, serão abordados os padrões de saúde, a incidência de endemias, a logística de saúde e a avaliação da situação atual de atendimento em saúde da AER, conforme o TR.

Ao analisar o sistema de atendimento em saúde verificado nos municípios da Área de Estudo Regional do empreendimento, percebe-se que, no que se refere às modalidades de estabelecimentos existentes, estão presentes em todos os municípios localizados no Pará, somente os Postos de Saúde e os Hospitais Gerais, sendo que dos municípios inseridos no Tocantins, somente estão disponíveis os Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde. Nota-se, assim, que a infraestrutura predominante disponível, de um modo geral, está voltada para o Atendimento Ambulatorial e à Atenção Básica.

Já as especificidades que envolvem Vigilância em Saúde e o Serviço de Apoio, Diagnóstico e Terapia (SADT) estão estabelecidas em parte significativa dos municípios que serão afetados pelo empreendimento. Quanto às modalidades relativas a Urgência e Internação, as mesmas apresentam menor disponibilidade municípios que pertencem à All, o mesmo ocorrendo com o atendimento de urgência.

Ressalta-se que Marabá/PA e Araguaína/TO são os únicos municípios da AER que dispõem de atendimento hospitalar de Alta Complexidade e um maior quantitativo de unidades de saúde nos seus diversos níveis, à disposição da população, o que decorre da sua infraestrutura e da influência desses municípios nos seus respectivos cenários regionais. Esses municípios polarizam a migração de pacientes provenientes das suas respectivas regiões, mas também contam com o suporte de outros municípios, como Xinguara/PA e Guaraí/TO, importantes no que tange ao atendimento hospitalar.

A partir de dados primários obtidos nos municípios pertencentes à AER, bem como de dados secundários adquiridos em sites de órgãos oficiais, foram levantadas informações a respeito da incidência de endemias na área em análise, especialmente no que diz respeito às denominadas doenças tropicais, que se referem aos casos

relacionados a fatores ambientais e de proliferação de alguns tipos de insetos característicos de tais ambientes e que são os principais transmissores das enfermidades citadas.

Foram obtidos dados referentes às incidências das principais doenças que acometem a população dos municípios interceptados pelas LTs, dados esses fornecidos, principalmente, através do depoimento de profissionais de saúde da rede pública entrevistados, durante a atividade de campo. Diante da ausência de dados numéricos que não foram fornecidos por parte dos municípios em análise ou não estavam disponíveis por meio de dados secundários nos órgãos oficiais, não permitindo uma padronização de informações quantitativas, optou-se, como forma de apresentar os dados, de um modo geral, informar a situação dos estados do Pará e do Tocantins e identificar apenas os casos de existência ou não das doenças na AER.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), o estado do Pará registrou uma redução de 91,05% nos casos de dengue, em relação ao mesmo período do ano de 2017, segundo o Informe Epidemiológico de 2018, ao verificar os casos registrados de dengue, zika e febre chikungunya, doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Segundo a fonte pesquisada, até o dia 31 de março foram contabilizados 318 casos de dengue, 769 de febre chikungunya e um caso de zika, sendo que no mesmo período de 2017 foram registrados 3.554 casos de dengue.

As maiores ocorrências de dengue estão nos municípios de Parauapebas (59), Mãe do Rio (32), Marapanim (22), Pau D'Arco (19) e Conceição do Araguaia (16). Os municípios com maior número de casos de chikungunya são Belém (310), Marituba (309), Ananindeua (54), Paragominas (27) e Benevides (20). O município com o caso confirmado de zika é Paragominas. No período de abrangência do Informe Epidemiológico não houve registro de mortes no Estado em função dessas doenças (SESPA, 2018).

Conforme o Levantamento Rápido de Índices de Infestação pelo *Aedes aegypti* (LIRAA) de 2018, 46 cidades estão em situação de alerta ou risco de surto de dengue, zika e chikungunya no estado do Tocantins. Dos 139 municípios do estado, 78 realizaram o levantamento de infestação do *Aedes aegypti*. Desse total, 14 estão em risco de surto das doenças e 32 aparecem em alerta. Palmas, a capital do estado, encontra-se em situação de alerta.

Em 2018, até 31 de março, foram notificados 920 casos prováveis de dengue em Tocantins, uma redução de 60% em relação ao mesmo período de 2017 (2.302). Em relação à chikungunya, foram registrados 166 casos prováveis, cuja redução é de 87% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 1.307 casos. Foram registrados ainda 124 casos prováveis de zika no estado, uma redução de 40% em relação ao mesmo período de 2017, com 208 casos (SESAU, 2018).

As maiores ocorrências de dengue estão nos municípios de Natividade (54), Itacajá (37), Formoso do Araguaia (34), Guaraí (22) e Tocantínia (13). Os municípios com maior número de casos de chikungunya são Tocantinópolis (7), Guaraí (6), Itacajá (5), Tocantínia (3) e Buriti do Tocantins (3). Quanto aos maiores casos de zika foram registrados nos municípios Palmas (36), Guaraí (13), Tocantínia (6), Porto Nacional (4) e Tocantinópolis (3). No período de abrangência do Boletim Epidemiológico não houve registro de mortes no Estado em função dessas doenças (SESAU, 2018).

Verifica-se, assim, que os municípios da AER, de um modo geral, não se configuram, nos dias atuais, como áreas que se destacam nas ocorrências registradas de dengue e doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, com exceção de Guaraí. No entanto, conforme depoimentos de profissionais da área de saúde entrevistados em atividade de campo, a dengue ainda é a enfermidade, deste segmento, que mais acomete a população da área em estudo, visto que é frequente nos adensamentos da Região Norte do país, devido ao seu regime pluviométrico mais intenso no período chuvoso, o que torna tal área propícia à ocorrência de casos da doença.

No que se refere aos municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária, de acordo com o Ministério da Saúde (2017), somente foram registrados dados nos municípios paraenses, não havendo registros nos municípios tocantinenses da área em estudo, no período pesquisado. Assim sendo, apontam-se números em Anapu (95), Curionópolis (1), Eldorado dos Carajás (1), Itupiranga (11), Marabá (10), Novo Repartimento (17), Pacajá (439), Rio Maria (2) e Xinguara (2).

Já o Tocantins, de acordo com a Secretaria do Estado da Saúde (2017), é considerado área endêmica para a febre amarela há 30 anos, desde que o estado foi criado, em 1988. De acordo com a Gerência de Vigilância Epidemiológica das Arboviroses, em 2017, o Tocantins registrou 41 casos humanos notificados de febre amarela e, destes, apenas 01 foi confirmado (óbito de um paciente proveniente de estado sem vacinação). Em relação aos casos em PNH (Primatas Não Humanos), de um total de 122, apenas 05 foram positivos para febre amarela nos municípios de Palmas, Porto Nacional e Miranorte. As áreas rurais são consideradas de maior risco para a doenças, já que há maior densidades dos mosquitos considerados vetores (SESAU, 2017).

No que tange às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), destacam-se os registros de AIDS, cujo maior quantitativo foi registrado nos municípios paraenses da área de estudo, de acordo com os dados disponibilizados Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DSTs, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, do Ministério da Saúde (Tabela 13).

Tabela 13 - Casos de AIDS nos municípios da AER

Município	Nº de casos	
	2016	2017
Anapu - PA	6	1
Curionópolis - PA	3	0
Eldorado do Carajás - PA	8	2
Floresta do Araguaia - PA	2	0
Itupiranga - PA	9	0
Marabá - PA	69	29
Novo Repartimento - PA	18	6
Pacajá - PA	5	5
Rio Maria - PA	0	0
Sapucaia - PA	4	0
Xinguara - PA	10	6
Araguaína - TO	44	14
Arapoema - TO	3	0
Bernardo Sayão - TO	1	0
Fortaleza do Tabocão - TO	2	0
Guaraí - TO	4	2
Itaporã do Tocantins - TO	0	0

Município	Nº de casos	
	2016	2017
Miracema do Tocantins - TO	1	1
Miranorte - TO	1	1
Pau D'Arco - TO	0	0
Pequizeiro - TO	1	0
Rio dos Bois - TO	0	0

Fonte: Ministério da Saúde, SVS, Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais – SINAN, 2018.

Quanto aos casos de sífilis, segundo a Secretaria Estadual da Saúde do estado do Tocantins, os municípios de Palmas e Araguaína concentram o maior número de casos visto serem os mais populosos do estado, além de deterem uma maior infraestrutura e, conseqüentemente, receberem demandas de municípios menores, o que acaba concentrando os números maiores de casos.

No Tocantins foram identificados, em 2016, 790 casos de sífilis contraída durante relações sexuais. Também foram registrados 274 casos de sífilis em gestantes e 240 casos de sífilis congênita, quando o bebê é infectado durante a gestação. Já os números registrados no estado, entre janeiro e setembro de 2017, a sífilis contraída por meio do sexo registrou 798 casos, foram identificados 253 casos de sífilis em gestantes e 224 de sífilis congênita, conforme o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN-TO (2018).

De acordo com o Boletim Epidemiológico 2017, foram notificados 1.389 casos de sífilis em gestantes no Pará em 2016, 82,2% a mais em relação a 2010 (762). Só nos primeiros seis meses de 2017, outras 561 mulheres grávidas já foram diagnosticadas. Os casos de sífilis congênita, ou seja, as notificações diagnosticadas em bebês, demonstram que entre 2010 e 2016, o crescimento foi de 135,2%, passando de 310 identificações para 729. Quase metade do total dos casos registrados em 2016 já foi notificado nos primeiros seis meses de 2017, isto é, 304 casos.

Na Tabela 14 a seguir, estão dispostos os dados referentes à sífilis em gestante e congênita, nos municípios da área em estudo.

Tabela 14 - Casos de sífilis nos municípios da AER

Município	Sífilis em gestante (2017)	Sífilis congênita (2017)
Anapu - PA	5	-
Curionópolis - PA	13	6
Eldorado do Carajás - PA	8	3
Floresta do Araguaia - PA	4	-
Itupiranga - PA	19	3
Marabá - PA	196	138
Novo Repartimento - PA	9	7
Pacajá - PA	-	-
Rio Maria - PA	4	-
Sapucaia - PA	6	1
Xinguara - PA	6	3
Araguaína - TO	43	57
Arapoema - TO	2	3
Bernardo Sayão - TO	2	-
Fortaleza do Tabocão - TO	4	2
Guaraí - TO	9	6

Município	Sífilis em gestante (2017)	Sífilis congênita (2017)
Itaporã do Tocantins - TO	1	-
Miracema do Tocantins - TO	6	11
Miranorte - TO	8	3
Pau D'Arco - TO	-	1
Pequizeiro - TO	-	-
Rio dos Bois - TO	3	2

Fonte: Datasus, Tabnet, 2018.

Cabe ressaltar, no que tange às DSTs, a influência da expansão destas enfermidades no âmbito social, é originada por conta de atividades econômicas periódicas, que acabam por constituir um atrativo para contingentes de trabalhadores para a região em estudo. As referidas atividades podem vir a contribuir para um potencial acréscimo de casos de ocorrências de DSTs, bem como de outros tipos de contágios infecciosos, demandando um maior planejamento, com ênfase para campanhas preventivas provenientes dos órgãos públicos e empresas envolvidas no empreendimento.

Ao verificar outras doenças de maior ocorrência na AER, nota-se a presença de casos de hanseníase, nos quais os maiores números estão registrados nos municípios paraenses da área em estudo, como pode ser visto na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 - Casos de Hanseníase nos municípios da AER

Município	Nº de casos 2017	Nº de casos 2018 (até o mês de março)
Anapu - PA	21	8
Curionópolis - PA	14	7
Eldorado do Carajás - PA	30	17
Floresta do Araguaia - PA	31	12
Itupiranga - PA	19	8
Marabá - PA	154	64
Novo Repartimento - PA	41	14
Pacajá - PA	17	8
Rio Maria - PA	16	8
Sapucaia - PA*	4 (2016)	4 (2017)
Xinguara - PA	28	12
Araguaína - TO	106	58
Arapoema - TO	11	7
Bernardo Sayão - TO	1	1
Fortaleza do Tabocão - TO	3	2
Guaraí - TO	14	8
Itaporã do Tocantins - TO	1	1
Miracema do Tocantins - TO	9	18
Miranorte - TO	9	6
Pau D'Arco - TO**	3 (2016)	6
Pequizeiro - TO	5	1
Rio dos Bois - TO*	3 (2016)	2 (2017)

Fonte: Datasus, Tabnet, 2018. *não foram registrados casos em 2018 **não foram registrados casos em 2017.

A leishmaniose do tipo visceral, também apresenta registros nos municípios da AER, mais precisamente em 14, dos 22 municípios interceptados pelo empreendimento, como pode ser visualizado na Tabela 16 abaixo.

Tabela 16 - Casos de Leishmaniose Visceral nos municípios da AER

Município	Nº de casos 2017
Anapu - PA	-
Curionópolis - PA	6
Eldorado do Carajás - PA	79
Floresta do Araguaia - PA	-
Itupiranga - PA	5
Marabá - PA	72
Novo Repartimento - PA	1
Pacajá - PA	-
Rio Maria - PA	3
Sapucaia - PA	-
Xinguara - PA	4
Araguaína - TO	44
Arapoema - TO	-
Bernardo Sayão - TO	1
Fortaleza do Tabocão - TO	-
Guaraí - TO	6
Itaporã do Tocantins - TO	1
Miracema do Tocantins - TO	3
Miranorte - TO	5
Pau D'Arco - TO	2
Pequizeiro - TO	-
Rio dos Bois - TO	-

Fonte: Datasus, Tabnet, 2018.

A malária, assim como a leishmaniose e a dengue, é transmitida por mosquito infectado e tem na região amazônica quase a totalidade dos casos registrados no Brasil, estando os dois estados interceptados pelas LTs inseridos nessa região.

Além da hanseníase, foram registrados casos de tuberculose, doença infectocontagiosa observada em alguns municípios da área de estudo, tendo sido identificadas, no ano de 2017, em Curionópolis/PA (1), Eldorado dos Carajás/PA (1), e Pacajá/PA (1). Não foram registradas ocorrências nos municípios tocaninenses da área em estudo, no referido período, de acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2018).

As doenças cuja causa provável seja a veiculação hídrica também foram mencionadas por representantes da saúde dos municípios em análise, diante da precariedade de infraestrutura urbana voltada para o saneamento básico evidenciada em parte destes. Verminose e diarreia foram enfermidades citadas em quase todos os municípios da AER.

Dentre as principais doenças que acometem a população da AER, mas que se encontram entre as não transmissíveis e não contagiosas, estão a Hipertensão e a Diabetes, tendo sido mencionadas na maioria dos municípios em estudo, relacionadas, sobretudo, às pessoas acima dos 50 anos.

Quanto à logística de saúde, a maior parte dos municípios pertencentes à AER dispõem de uma infraestrutura básica em saúde, considerada compatível para as possíveis necessidades requeridas pelo empreendimento, ao fazer referência a atendimentos de baixa e média complexidade.

No que tange à acontecimentos que demandem procedimentos de alta complexidade, apenas os municípios de Marabá/PA e Araguaína/TO dispõem de infraestrutura adequada para tais atendimentos, o que requer a utilização de veículos para o deslocamento de pacientes dos municípios de menor porte para os mais especializados, diante de casos de maior gravidade.

Foram obtidos, portanto, através dos sites oficiais do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil, dados referentes à disponibilidade de veículos para deslocamento de pacientes nos municípios da AER, bem como do Corpo de Bombeiros Militar, que também atua no atendimento de emergências, como pode ser visualizado na Tabela 17, abaixo.

Tabela 17 - Nº de Unidades móveis de saúde nos municípios da AER.

Tipo de Estabelecimento	Unidade móvel de nível pre-hosp-urgência/emergencial	Unidade móvel terrestre	Corpo de Bombeiros
Anapu - PA	1	-	9º Grupamento Bombeiro Militar (Altamira-PA)
Curionópolis - PA	1	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Eldorado do Carajás - PA	1	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Floresta do Araguaia - PA	-	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Itupiranga - PA	1	1	5º Grupamento Bombeiro Militar (Marabá-PA)
Marabá - PA	3	2	5º Grupamento Bombeiro Militar (Marabá-PA)
Novo Repartimento - PA	1	1	8º Grupamento Bombeiro Militar (Tucuruí-PA)
Pacajá - PA	1	1	8º Grupamento Bombeiro Militar (Tucuruí-PA)
Rio Maria - PA	1	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Sapucaia - PA	-	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Xinguara - PA	1	-	10º Subgrupamento Bombeiro Militar (Parauapebas-PA)
Araguaína - TO	6	1	2º Batalhão de Bombeiros Militar (Araguaína-TO) E 1ª Companhia de Bombeiros Militar (Araguaína-TO)
Arapoema - TO	-	-	1ª Companhia de Bombeiros Militar (Araguaína-TO)
Bernardo Sayão - TO	-	-	-
Fortaleza do Tabocão - TO	-	-	-
Guaraí - TO	-	-	-
Itaporã do Tocantins - TO	-	-	-
Miracema do Tocantins - TO	-	-	-
Miranorte - TO	1	-	-
Pau D'Arco - TO	-	-	1ª Companhia de Bombeiros Militar (Araguaína-TO)
Pequizeiro - TO	-	-	-
Rio dos Bois - TO	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES; Corpo de Bombeiros Pará e Tocantins, 2018.

Ressalta-se que as ambulâncias pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), na modalidade de Suporte Avançado, somente estão sediadas nos municípios de Marabá/PA e Araguaína/TO, sendo que as demais estão classificadas na modalidade Suporte Básico. Quanto às ambulâncias convencionais, de responsabilidade municipal e estadual, estão disponibilizadas em quantidade e condições de conservação

variadas, a depender da infraestrutura do município, dos recursos públicos destinados à conservação/manutenção da frota e da demanda da população.

Como pode ser observado, os municípios que não dispõem de unidades do Corpo de Bombeiros em suas sedes, são atendidos por municípios vizinhos, dotados das referidas unidades. Anapu está sob a esfera de atuação do 9º Grupamento de Bombeiros de Altamira/PA. O 10º Subgrupamento Bombeiro Militar, sediado em Parauapebas, atende os municípios de Curionópolis/PA, Eldorado dos Carajás/PA, Floresta do Araguaia/PA, Rio Maria/PA, Sapucaia/PA e Xinguara/PA. Já o 8º Grupamento Bombeiro Militar, com sede no município de Tucuruí/PA, é responsável pela cobertura de Novo Repartimento/PA e Pacajá/PA. O 5º Grupamento Bombeiro Militar, sediado em Marabá/PA, atua no próprio município e em Itupiranga/PA. Araguaína/TO, Arapoema/TO e Pau D'Arco/TO são cobertos pela 1ª Companhia de Bombeiros Militar sediada em Araguaína. Quanto às informações relativas às demais unidades do Corpo de Bombeiros dos municípios tocantinsenses, não foram obtidos dados referentes a todos os grupamentos responsáveis pela atuação em cada um deles.



Figura 17 - Base Descentralizada do SAMU em Curionópolis/PA.



Figura 18 - Ambulância na UPA em Xinguara/PA.



Figura 19 - Veículo que atende a Atenção Básica em Arapoema/TO.



Figura 20 - Veículo que atende a Atenção Básica em Fortaleza do Tabocão/TO.

É relevante mencionar que a atual situação de conservação de boa parte das rodovias ao longo do trajeto das LTs é precária, incluindo os acessos entre as sedes municipais, sobretudo nos municípios paraenses. Tal fato

poderá dificultar o transporte de pacientes, em caso de acidentes ocorridos durante a fase de implantação do empreendimento, inviabilizando um atendimento célere, se necessário, seja de urgência ou de emergência.

Quanto às rodovias e estradas vicinais não pavimentadas apresentam uma outra problemática, visto que, durante a estação chuvosa, os acessos mostram-se escorregadios e com atoleiros, permanecendo interrompidos por longos períodos, havendo o deslocamento dos veículos através de tratores. Nessas ocasiões ainda ocorre o transbordamento de cursos d'água, sobretudo nas estradas vicinais, que acabam atingindo acessos e pontes, danificando-os. Já durante o período seco, a problemática nos referidos acessos não pavimentados é a poeira ocasionada pelo fluxo intenso de veículos que trafegam na região.

Avaliando a situação atual de atendimento em Saúde na AER, diante do panorama apresentado, acredita-se que a atual rede de atendimento demonstra ser minimamente suficiente para a sua população, visto que todos os municípios dispõem de uma estrutura de assistência ambulatorial para média e baixa complexidade, contando com o apoio de municípios vizinhos, que apresentam uma melhor rede de atendimento, aos quais são direcionados. No entanto, ao considerar o atendimento de demandas futuras e mais complexas, tendo em vista o aumento da população, mediante a implantação do empreendimento, somente os municípios polarizadores, no caso Marabá/PA e Araguaína/TO, seriam os mais capazes a recebê-las, ao comparar com os demais da AER, diante das diversas modalidades, especialidades e estrutura disponíveis.

Ao analisar especificamente a estrutura dos municípios elegíveis para canteiros de obras do empreendimento, sejam eles principais ou de apoio, observa-se que parte deles, em caso de demandas mais complexas, recorre a atendimentos em municípios que estão fora das microrregiões pertencentes à AER, com os quais mantém pactuação, por conta da sua localização, a saber: em Anapu/PA e Pacajá/PA, os atendimentos são direcionados ao município de Altamira/PA; em Itupiranga/PA e Novo Repartimento/PA, as demandas são direcionadas à Tucuruí/PA; em Curionópolis/PA os atendimentos são direcionados à Parauapebas/PA; as demandas de Floresta do Araguaia/PA são encaminhadas à Conceição do Araguaia/PA ou a Redenção/PA, que também recebe pacientes de Xinguara/PA; e Bernardo Sayão/TO direciona atendimentos para Colinas do Tocantins/TO. Os demais como Arapoema/TO, Fortaleza do Tabocão/TO e Miranorte/TO, acabam recorrendo a municípios da própria AER, sobretudo Araguaína/TO, que não é município elegível para canteiro de obras, mas é um polarizador, juntamente com Marabá/PA.

Assim sendo, fica evidenciada a importância dos municípios de maior infraestrutura socioeconômica, que exercem a função de polos regionais e microrregionais, em diversos setores, inclusive na saúde. Entretanto, ressalta-se que a disponibilidade de recursos pode não demonstrar o real acesso aos serviços e equipamentos, bem como retratar os efeitos decorrentes das ações de promoção da saúde.

6.4.2.2. Educação

6.4.2.2.1. Caracterização dos Estabelecimentos Escolares e Níveis de Ensino

A educação é um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico de um país, região ou município, contribuindo para a formação de cidadãos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social.

No Brasil, a educação escolar é composta pela Educação Básica, que se divide em Educação Infantil, Fundamental (I e II) e Médio, e pela Educação Superior. Serão ainda demonstrados os dados referentes a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. A educação brasileira tem como responsáveis os governos federal, estadual e municipal, mas, além disso, existe uma presença significativa do setor privado.

As informações apresentadas neste item foram obtidas através do Censo da Educação Básica, do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que subsidia a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país (INEP, 2017).

Adiante serão apresentadas as informações relativas à Educação Básica nos municípios da AER, tendo em vista evidenciar a dimensão do sistema educacional local, através do número de matrículas, tipos de dependência administrativa, estabelecimentos e turmas, para o ano de 2017.

A Tabela 18 e a Tabela 19, abaixo, apresentam o número de matrículas na Educação Básica por etapa de ensino, localização e dependência administrativa.

Tabela 18 - Número de Matrículas na Educação Básica por Etapa de Ensino na AER - 2017

Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Profissional Técnica de Nível Médio			Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC)		Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Educação Especial		Total	
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Integrado ao Ensino Médio	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EJA	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Classes Comuns		Classes Exclusivas
Anapu - PA	59	1.024	4.053	2.629	893	0	0	0	0	0	0	0	255	69	106	0	8.982
Curionópolis - PA	157	757	2.071	1.443	1.199	0	0	0	0	0	0	0	732	0	102	0	6.359
Eldorado do Carajás - PA	86	1.028	3.711	2.536	1.462	0	0	0	0	14	0	0	636	0	102	0	9.473
Floresta do Araguaia - PA	355	634	2.047	1.453	915	0	0	0	0	0	0	0	124	0	44	0	5.528
Itupiranga - PA	20	1.525	5.882	3.898	2.116	0	0	0	0	0	0	0	943	108	208	0	14.492
Marabá - PA	2.471	8.140	26.786	20.219	11.586	0	510	510	0	1.245	52	0	4.041	2.055	1.208	0	77.105
Novo Repartimento - PA	218	1.960	8.269	6.012	1.830	0	0	0	17	49	0	0	860	295	175	0	19.510
Pacajá - PA	21	936	5.103	3.360	1.028	0	49	49	0	0	0	0	551	50	211	0	11.098
Rio Maria - PA	23	555	1.640	1.235	747	0	0	0	0	0	0	0	490	301	36	0	4.991
Sapucaia - PA	249	214	658	559	210	0	0	0	0	0	0	0	488	0	47	0	2.378
Xinguara - PA	510	1.286	4.639	3.262	1.696	0	0	0	0	0	0	0	694	717	163	48	12.804
Araguaína - TO	4.907	5.297	13.710	11.874	6.585	91	352	443	76	754	66	47	1.238	1.273	1.277	215	46.223
Arapoema - TO	63	177	499	421	333	0	0	0	12	36	0	0	73	0	44	0	1.614
Bernardo Sayão - TO	94	127	467	325	221	0	0	0	0	0	0	0	0	22	31	0	1.256
Fortaleza do Tabocão - TO	79	106	322	254	166	0	0	0	0	0	0	0	18	25	47	22	970
Guaraí - TO	273	607	1.966	1.707	930	0	60	60	2	60	0	0	155	101	241	91	5.861

Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio			Educação Profissional Técnica de Nível Médio			Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC)		Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Educação Especial		Total
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Integrado ao Ensino Médio	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EJA	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Classes Comuns	Classes Exclusivas	
Itaporã do Tocantins - TO	48	39	224	180	103	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	594
Miracema do Tocantins - TO	250	449	1.819	1.590	756	0	11	11	0	0	0	0	305	266	202	81	5.446
Miranorte - TO	77	293	1.226	974	432	0	8	8	0	0	0	0	90	77	63	64	3.177
Pau D'Arco - TO	52	121	448	309	214	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36	0	1.144
Pequizeiro - TO	114	122	486	442	181	0	16	16	0	0	0	0	0	17	117	0	1.378
Rio dos Bois - TO	27	65	280	221	95	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	688

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Tabela 19 - Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa na AER - 2017

Município	Total	Localização/Dependência Administrativa						Total	Federal	Rural		
		Total	Federal	Urbana		Privada	Estadual			Municipal	Privada	
Anapu - PA	8.982	4.990	0	807	4.183	0	3.992	0	0	3.837	155	
Curionópolis - PA	6.359	5.220	0	1.199	3.977	44	1.139	0	0	1.139	0	
Eldorado do Carajás - PA	9.473	6.170	0	1.462	4.625	83	3.303	0	0	3.303	0	
Floresta do Araguaia - PA	5.528	4.129	0	915	3.214	0	1.399	0	0	1.399	0	
Itupiranga - PA	14.492	7.200	0	2.018	5.109	73	7.292	0	834	6.458	0	
Marabá - PA	77.105	65.320	540	12.340	43.894	8.546	11.785	273	232	11.280	0	
Novo Repartimento - PA	19.510	9.083	0	1.636	6.933	514	10.427	0	395	10.007	25	
Pacajá - PA	11.098	6.394	0	614	5.536	244	4.704	0	414	4.290	0	
Rio Maria - PA	4.991	4.724	0	706	3.691	327	267	0	0	267	0	
Sapucaia - PA	2.378	2.171	0	210	1.961	0	207	0	0	207	0	
Xinguara - PA	12.804	10.621	0	1.772	7.343	1.506	2.183	0	352	1.831	0	
Araguaína - TO	46.223	45.311	606	18.374	17.870	8.461	912	0	139	773	0	
Arapoema - TO	1.614	1.614	0	701	865	48	0	0	0	0	0	
Bernardo Sayão - TO	1.256	875	0	324	551	0	381	0	0	381	0	
Fortaleza do Tabocão - TO	970	970	0	330	640	0	0	0	0	0	0	
Guaraí - TO	5.861	5.730	0	2.637	2.036	1.057	131	0	0	131	0	
Itaporã do Tocantins - TO	594	594	0	283	311	0	0	0	0	0	0	
Miracema do Tocantins - TO	5.446	4.867	0	3.178	1.340	349	579	0	0	579	0	
Miranorte - TO	3.177	2.889	0	1.379	1.244	266	288	0	0	288	0	
Pau D'Arco - TO	1.144	1.020	0	465	555	0	124	0	0	124	0	
Pequizeiro - TO	1.378	1.010	0	393	617	0	368	0	0	368	0	
Rio dos Bois - TO	688	651	0	343	308	0	37	0	0	37	0	

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Mediante os dados supramencionados, verifica-se que os municípios mais desenvolvidos economicamente e, conseqüentemente, dotados de maior infraestrutura, apresentam o maior número de matrículas na rede de ensino, como Marabá (PA) e Araguaína (TO), em oposição aos menos desenvolvidos e com população menor, e que dispõem de uma rede de infraestrutura precária, como Sapucaia (PA) e Itaporã do Tocantins (TO). Observa-se também que o maior número de matrículas está concentrado nas séries iniciais do ensino fundamental, evidenciando uma certa evasão nas séries posteriores. A Educação Profissional está disponibilizada somente nos municípios mais urbanizados e dotados de melhor infraestrutura, assim como as instituições cuja dependência administrativa é federal. Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) também apresenta maior número de matrículas no ensino fundamental, havendo matrículas em quase todos os municípios analisados. Quanto à Educação Especial, somente seis (6) municípios, entre os vinte e dois (22) em estudo, dispõem de turmas exclusivas para este tipo de ensino, estando o restante dos alunos inseridos em classes comuns.

No que tange à localização e dependência administrativa, nota-se que há o predomínio do número de matrículas nas instituições municipais, seja na área urbana seja na área rural, estabelecimentos estes que disponibilizam o ensino fundamental. Observa-se ainda que os municípios de Arapoema, Fortaleza do Tabocão e Itaporã do Tocantins não possuem nenhum registro de matrícula em estabelecimentos na zona rural. Quanto aos estabelecimentos privados, verifica-se que somente os municípios de Anapu e Novo Repartimento, no estado do Pará, possuem matrículas em instituições privadas na área rural, sendo que seis (6) municípios dos vinte e dois (22) analisados não possuem nenhuma matrícula na rede privada de ensino.

A seguir, na Tabela 9, Tabela 10 e Tabela 11, estão, respectivamente, os dados referentes ao número de estabelecimentos por localização e dependência administrativa, bem como o número de turmas por etapa de ensino e também por localização e dependência administrativa.

Tabela 20 - Número de Estabelecimentos na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa

Município	Total	Localização/Dependência Administrativa									
		Urbana					Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Anapu - PA	53	9	0	2	7	0	44	0	0	43	1
Curionópolis - PA	22	14	0	2	11	1	8	0	0	8	0
Eldorado do Carajás - PA	57	13	0	2	9	2	44	0	0	44	0
Floresta do Araguaia - PA	25	7	0	1	6	0	18	0	0	18	0
Itupiranga - PA	100	13	0	2	10	1	87	0	3	84	0
Marabá - PA	265	167	1	22	105	39	98	1	2	95	0
Novo Repartimento - PA	119	17	0	3	12	2	102	0	1	100	1
Pacajá - PA	145	16	0	1	13	2	129	0	1	128	0
Rio Maria - PA	16	13	0	1	9	3	3	0	0	3	0
Sapucaia - PA	8	5	0	1	4	0	3	0	0	3	0
Xinguara - PA	39	29	0	3	19	7	10	0	2	8	0
Araguaína - TO	147	132	1	33	59	39	15	0	1	14	0
Arapoema - TO	6	6	0	2	3	1	0	0	0	0	0
Bernardo Sayão - TO	6	3	0	1	2	0	3	0	0	3	0
Fortaleza do Tabocão - TO	4	4	0	2	2	0	0	0	0	0	0
Guaraí - TO	19	17	0	7	6	4	2	0	0	2	0
Itaporã do Tocantins - TO	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Miracema do Tocantins - TO	24	19	0	8	7	4	5	0	0	5	0
Miranorte - TO	11	9	0	3	5	1	2	0	0	2	0
Pau D'Arco - TO	5	3	0	1	2	0	2	0	0	2	0
Pequizeiro - TO	6	4	0	2	2	0	2	0	0	2	0
Rio dos Bois - TO	5	3	0	1	2	0	2	0	0	2	0

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Tabela 21 - Números de Turmas na Educação Básica por Etapa de Ensino

LT Xingu - Serra Pelada; LT Serra Pelada - Miracema; LT Serra Pelada - Itacaiúnas e SE Serra Pelada

Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Município	Etapa de Ensino																									
	Total	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Educação Profissional Técnica de Nível Médio				Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)		Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial							
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/ Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Total	Integrado ao Ensino Médio	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente	Curso Técnico Misto (Concomitante e Subsequente)	Total	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EIA	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total	Classes Comuns	Classes Exclusivas	
Anapu - PA	401	46	2	44	315	119	196	31	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	7	2	75	75	0		
Curionópolis - PA	253	35	3	32	149	81	68	35	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	34	0	61	61	0		
Eldorado do Carajás - PA	434	68	5	63	295	129	166	44	44	0	0	1	1	0	0	1	0	0	26	26	0	84	84	0		
Floresta do Araguaia - PA	251	48	16	32	158	70	88	38	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0	33	33	0		
Itupiranga - PA	647	60	2	58	480	272	208	60	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47	44	3	128	128	0		
Marabá - PA	3022	562	140	422	1792	961	831	387	367	0	20	89	83	20	0	63	0	6	6	0	212	154	58	801	801	0
Novo Repartimento - PA	831	104	10	94	615	264	351	67	67	0	0	3	3	0	0	1	2	0	0	42	32	10	138	138	0	
Pacajá - PA	624	54	2	52	505	150	355	36	34	0	2	2	2	0	0	0	0	0	29	28	1	143	143	0		
Rio Maria - PA	185	33	3	30	115	71	44	23	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	10	4	32	32	0		
Sapucaia - PA	77	13	4	9	44	25	19	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12	0	30	30	0		
Xinguara - PA	501	91	24	67	323	205	118	53	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	16	18	119	113	6		
Araguaína - TO	2114	615	331	284	1084	623	461	239	221	3	15	70	55	18	5	30	2	15	13	2	126	87	39	843	795	48
Arapoema - TO	67	10	2	8	38	21	17	12	12	0	0	3	3	0	0	3	0	0	4	4	0	28	28	0		
Bernardo Sayão - TO	62	10	3	7	43	16	27	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	17	17	0		
Fortaleza do Tabocão - TO	43	8	4	4	24	13	11	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	1	27	22	5		

Município	Etapa de Ensino																									
	Total	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Educação Profissional Técnica de Nível Médio				Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)		Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial							
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	Ensino Médio Propedêutico	Ensino Médio Normal/ Magistério	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Total	Integrado ao Ensino Médio	Curso Técnico Concomitante	Curso Técnico Subsequente	Curso Técnico Misto (Concomitante e Subsequente)	Total	Curso FIC Concomitante	Curso FIC Integrado na Modalidade EIA	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total	Classes Comuns	Classes Exclusivas	
Guaraí - TO	277	52	20	32	147	79	68	40	36	0	4	9	9	4	1	4	0	0	0	0	33	30	3	142	110	32
Itaporã do Tocantins - TO	29	6	4	2	19	11	8	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	14	0
Miracema do Tocantins - TO	275	46	15	31	169	105	64	30	29	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	30	21	9	116	104	12	
Miranorte - TO	166	26	5	21	108	69	39	16	15	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	16	13	3	59	48	11	
Pau D'Arco - TO	57	10	3	7	36	17	19	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	21	0	
Pequizeiro - TO	78	17	7	10	51	22	29	9	8	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	48	48	0	
Rio dos Bois - TO	34	5	1	4	26	14	12	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	19	0	

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Tabela 22 - Número de Turmas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa

Município	Total	Localização/Dependência Administrativa									
		Urbana					Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Anapu - PA	401	177	0	28	149	0	224	0	0	219	5
Curionópolis - PA	253	187	0	35	148	4	66	0	0	66	0
Eldorado do Carajás - PA	434	217	0	44	164	9	217	0	0	217	0
Floresta do Araguaia - PA	251	160	0	38	122	0	91	0	0	91	0
Itupiranga - PA	647	269	0	58	203	8	378	0	29	349	0
Marabá - PA	3022	2433	25	374	1534	500	589	9	8	572	0
Novo Repartimento - PA	831	331	0	60	239	32	500	0	11	482	7
Pacajá - PA	624	284	0	23	243	18	340	0	11	329	0
Rio Maria - PA	185	169	0	20	123	26	16	0	0	16	0
Sapucaia - PA	77	66	0	8	58	0	11	0	0	11	0
Xinguara - PA	501	407	0	49	270	88	94	0	10	84	0
Araguaína - TO	2114	2054	20	672	852	510	60	0	10	50	0
Arapoema - TO	67	67	0	27	37	3	0	0	0	0	0
Bernardo Sayão - TO	62	36	0	13	23	0	26	0	0	26	0
Fortaleza do Tabocão - TO	43	43	0	18	25	0	0	0	0	0	0
Guaraí - TO	277	267	0	129	80	58	10	0	0	10	0
Itaporã do Tocantins - TO	29	29	0	12	17	0	0	0	0	0	0
Miracema do Tocantins - TO	275	225	0	127	64	34	50	0	0	50	0
Miranorte - TO	166	144	0	57	67	20	22	0	0	22	0
Pau D'Arco - TO	57	47	0	22	25	0	10	0	0	10	0
Pequizeiro - TO	78	55	0	20	35	0	23	0	0	23	0
Rio dos Bois - TO	34	28	0	13	15	0	6	0	0	6	0

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Quanto aos estabelecimentos da Educação Básica na área em estudo, há o predomínio dos municipais, tanto na área urbana quanto na rural. Os municípios de Marabá e Araguaína são os únicos que possuem estabelecimentos federais na área urbana, sendo o primeiro o único que dispõe de tal tipo de dependência administrativa na área rural. Dos vinte e dois em análise, somente treze municípios dispõem de estabelecimentos privados na área urbana, sendo que Anapu e Novo Repartimento são os únicos que possuem estabelecimentos privados na zona rural. Marabá se destaca em quantidade na zona urbana, possuindo 265 estabelecimentos, e Pacajá na zona rural, com 129 estabelecimentos.

No que se refere ao número de turmas da educação básica, por etapas de ensino, mais uma vez Marabá e Araguaína se sobressaem no quesito quantidade, sendo que parte dos municípios em estudo, localizados no Pará, e todos do estado do Tocantins, possuem mais turmas nas séries iniciais do ensino fundamental. Apenas Marabá, Novo Repartimento, Araguaína e Guaraí dispõem de turmas no ensino técnico profissionalizante. No que diz respeito à educação de jovens e adultos (EJA), predominam as turmas do ensino fundamental, na qual cinco municípios não dispõem de turmas nesta modalidade, enquanto que, no ensino médio, catorze municípios apresentam turmas na referida modalidade. Já a educação especial, apenas Xinguará dispõem de turmas nesta etapa de ensino, nos municípios do Pará, ao passo que, no Tocantins, somente cinco municípios.

No que diz respeito ao número de turmas por localização e dependência administrativa, reafirma-se a predominância das instituições municipais, seja no âmbito rural seja no urbano, observando-se que Anapu, Itupiranga e Novo Repartimento, possuem mais turmas na área rural no que na urbana, ao contrário dos demais municípios em análise. Os municípios de Fortaleza do Tabocão e Itaporã do Tocantins, segundo o INEP, não dispõem de turmas na zona rural, enquanto que Anapu e Novo Repartimento são os únicos que dispõem de turmas de dependência administrativa privada na zona rural na AER.

A seguir, algumas imagens da infraestrutura de educação na AER do empreendimento.



Figura 21 - Colégio Tocantins em Miracema do Tocantins/PA.



Figura 22 - Centro de Ensino Médio Santa Terezinha em Miracema do Tocantins/PA.



Figura 23 - Escola Estadual de Tempo Integral Major Juvenal Pereira de Souza em Fortaleza do Tabocão/TO.



Figura 24 - Educandário Moranguinho em Guaraí/TO.



Figura 25 - Instituto Educacional Santa Catarina - Faculdade Guaraí em Guaraí/TO.



Figura 26 - Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante em Miranorte/TO.



Figura 27 - Escola Municipal Anna Tavares da Costa em Rio dos Bois/TO.



Figura 28 - Quadra Poliesportiva Fabrício Pereira Brito em Rio dos Bois/TO.

Fonte: Ambientare, 2018.



Figura 29 - Escola Municipal Dona Augusta Maria de Jesus em Itaporã do Tocantins/TO.



Figura 30 - Escola Estadual Antônio Delfino Guimarães em Arapoema/TO.



Figura 31 - Escola Estadual Ruilon Dias Carneiro em Arapoema/TO.



Figura 32 - Escola Municipal Criança Feliz em Bernardo Sayão/TO.



Figura 33 - Colégio Estadual Bernardo Sayão em Bernardo Sayão/TO.



Figura 34 - Escola Municipal Domingas Ribeiro em Pau D'Arco/TO.



Figura 35 - Ginásio Poliesportivo Juarez Ferreira Lira em Pau D'Arco/TO.



Figura 36 - Quadra Escolar Coberta da Escola Municipal Domingas Ribeiro em Pau D'Arco/TO.

Fonte: Ambientare, 2018.



Figura 37 - Colégio Estadual de Ensino Médio Monsenhor Augusto Dias em Floresta do Araguaia/PA.



Figura 38 - EMEF Antônio Veríssimo de Amorim em Rio Maria/PA.



Figura 39 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta em Sapucaia/PA.



Figura 40 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Acy de Barros Pereira em Xinguara/PA.



Figura 41 - EMEF Juscelino Kubitschek em Curionópolis/PA.



Figura 42 - EMEF Instituto Educacional Betel em Curionópolis/PA.

Fonte: Ambientare, 2018.

Mediante os dados apresentados, verifica-se que, de uma maneira geral, os municípios da AER oferecem uma estrutura ainda deficiente, no que se refere à educação básica e à educação profissional, apresentando um sistema de ensino de desenvolvimento pouco expressivo e com falhas estruturais. As exceções à esta estrutura são os municípios de Marabá (PA) e Araguaína (TO), considerados polos dentro das mesorregiões analisadas.

I. Índices de escolaridade da população

Para representar a situação em que se encontra a educação nos municípios que compõem a AER, no que tange aos índices de escolaridade da sua população, foram levantados dados relativos ao grau de instrução dos eleitores, obtidos a partir de informações estatísticas do eleitorado das eleições do ano de 2016, dispostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O TSE (2014) informa que “o alistamento e o voto são facultativos para os analfabetos, para quem estiver entre 16 e 18 anos e para os maiores de 70 anos de idade”. Partindo deste pressuposto, pode-se inferir que os dados referentes à população, provenientes das estatísticas mencionadas, estão condicionados a que a mesma tenha no mínimo 16 anos de idade, na data da eleição, e que esteja devidamente cadastrada do TSE, sendo que o grau de escolaridade do eleitor é informado à época do cadastramento eleitoral.

Sendo assim, a seguir será disposta a Tabela 23, na qual consta o índice de escolaridade dos municípios da AER, de acordo com o grau de instrução, no ano de 2016.

Tabela 23 - Índice de Escolaridade dos Municípios da AER, conforme grau de instrução

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
Anapu - PA	Analfabeto	1.545	8,873
	Ensino fundamental completo	999	5,737
	Ensino fundamental incompleto	7.577	43,516
	Ensino médio completo	1.086	6,237
	Ensino médio incompleto	1.747	10,033
	Lê e escreve	4.191	24,07
	Não informado	1	0,006
	Superior completo	172	0,988
	Superior incompleto	94	0,54
	Total(tt)	17.412	100
Curionópolis - PA	Analfabeto	9,172	9,172
	Ensino fundamental completo	1024	6,325
	Ensino fundamental incompleto	5370	33,167
	Ensino médio completo	1939	11,976
	Ensino médio incompleto	2835	17,51
	Lê e escreve	3169	19,573
	Não informado	9	0,056
	Superior completo	236	1,458
	Superior incompleto	124	0,766
	Total(tt)	16191	100
Eldorado do Carajás - PA	Analfabeto	2341	11,776
	Ensino fundamental completo	1091	5,488
	Ensino fundamental incompleto	7220	36,32
	Ensino médio completo	1746	8,783
	Ensino médio incompleto	2741	13,788
	Lê e escreve	4281	21,535
	Não informado	0	0
	Superior completo	287	1,444
Superior incompleto	172	0,865	

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
Floresta do Araguaia - PA	Total(tt)	19879	100
	Analfabeto	1386	10,663
	Ensino fundamental completo	831	6,393
	Ensino fundamental incompleto	4481	34,475
	Ensino médio completo	974	7,493
	Ensino médio incompleto	1618	12,448
	Lê e escreve	3455	26,581
	Não informado	9	0,069
	Superior completo	141	1,085
	Superior incompleto	103	0,792
Itupiranga - PA	Total(tt)	12998	100
	Analfabeto	4996	15,041
	Ensino fundamental completo	1479	4,453
	Ensino fundamental incompleto	9846	29,642
	Ensino médio completo	1706	5,136
	Ensino médio incompleto	3787	11,401
	Lê e escreve	10821	32,578
	Não informado	9	0,027
	Superior completo	362	1,09
	Superior incompleto	210	0,632
Marabá - PA	Total(tt)	33216	100
	Analfabeto	13684	8,609
	Ensino fundamental completo	9890	6,222
	Ensino fundamental incompleto	47455	29,854
	Ensino médio completo	23415	14,73
	Ensino médio incompleto	35597	22,394
	Lê e escreve	20659	12,997
	Não informado	121	0,076
	Superior completo	4401	2,769
	Superior incompleto	3735	2,35

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
	Total(tt)	158957	100
Novo Repartimento - PA	Analfabeto	5165	12,645
	Ensino fundamental completo	2250	5,508
	Ensino fundamental incompleto	15104	36,978
	Ensino médio completo	2541	6,221
	Ensino médio incompleto	4387	10,74
	Lê e escreve	10842	26,544
	Não informado	6	0,015
	Superior completo	338	0,827
	Superior incompleto	213	0,521
		Total(tt)	40846
Pacajá - PA	Analfabeto	3206	12,335
	Ensino fundamental completo	1132	4,355
	Ensino fundamental incompleto	9527	36,655
	Ensino médio completo	1266	4,871
	Ensino médio incompleto	2545	9,792
	Lê e escreve	7999	30,776
	Não informado	0	0
	Superior completo	206	0,793
	Superior incompleto	110	0,423
		Total(tt)	25991
Rio Maria - PA	Analfabeto	1322	9,655
	Ensino fundamental completo	888	6,485
	Ensino fundamental incompleto	5312	38,794
	Ensino médio completo	1179	8,61
	Ensino médio incompleto	2080	15,19
	Lê e escreve	2507	18,309
	Não informado	1	0,007
	Superior completo	263	1,921
	Superior incompleto	141	1,03

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
	Total(tt)	13693	100
Sapucaia - PA	Analfabeto	428	8,854
	Ensino fundamental completo	269	5,565
	Ensino fundamental incompleto	1969	40,732
	Ensino médio completo	386	7,985
	Ensino médio incompleto	624	12,909
	Lê e escreve	1060	21,928
	Não informado	0	0
	Superior completo	64	1,324
	Superior incompleto	34	0,703
		Total(tt)	4834
Xinguara - PA	Analfabeto	2907	8,994
	Ensino fundamental completo	1976	6,114
	Ensino fundamental incompleto	12233	37,848
	Ensino médio completo	3251	10,058
	Ensino médio incompleto	5148	15,928
	Lê e escreve	5691	17,608
	Não informado	2	0,006
	Superior completo	691	2,138
	Superior incompleto	422	1,306
		Total(tt)	32321
Araguaína - TO	Analfabeto	3414	3,32
	Ensino fundamental completo	5788	5,629
	Ensino fundamental incompleto	20159	19,605
	Ensino médio completo	31603	30,734
	Ensino médio incompleto	14492	14,094
	Lê e escreve	7188	6,99
	Não informado	0	0
	Superior completo	12052	11,721
	Superior incompleto	8131	7,907

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
	Total(tt)	102827	100
Arapoema - TO	Analfabeto	447	9,361
	Ensino fundamental completo	217	4,545
	Ensino fundamental incompleto	1369	28,67
	Ensino médio completo	494	10,346
	Ensino médio incompleto	1029	21,55
	Lê e escreve	1017	21,298
	Não informado	0	0
	Superior completo	123	2,576
	Superior incompleto	79	1,654
		Total(tt)	4775
Bernardo Sayão - TO	Analfabeto	314	10
	Ensino fundamental completo	197	6,274
	Ensino fundamental incompleto	754	24,013
	Ensino médio completo	655	20,86
	Ensino médio incompleto	383	12,197
	Lê e escreve	524	16,688
	Não informado	0	0
	Superior completo	224	7,134
	Superior incompleto	89	2,834
		Total(tt)	3140
Fortaleza do Tabocão - TO	Analfabeto	167	6,133
	Ensino fundamental completo	146	5,362
	Ensino fundamental incompleto	693	25,45
	Ensino médio completo	583	21,41
	Ensino médio incompleto	386	14,176
	Lê e escreve	416	15,277
	Não informado	0	0
	Superior completo	204	7,492
	Superior incompleto	128	4,701

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
Guaraí - TO	Total(tt)	2723	100
	Analfabeto	843	5,33
	Ensino fundamental completo	990	6,259
	Ensino fundamental incompleto	3241	20,492
	Ensino médio completo	3918	24,772
	Ensino médio incompleto	1923	12,159
	Lê e escreve	1800	11,381
	Não informado	0	0
	Superior completo	2037	12,879
	Superior incompleto	1064	6,727
Itaporã do Tocantins - TO	Total(tt)	15816	100
	Analfabeto	190	8,756
	Ensino fundamental completo	87	4,009
	Ensino fundamental incompleto	700	32,258
	Ensino médio completo	231	10,645
	Ensino médio incompleto	465	21,429
	Lê e escreve	408	18,802
	Não informado	0	0
	Superior completo	58	2,673
	Superior incompleto	31	1,429
Miracema do Tocantins - TO	Total(tt)	2170	100
	Analfabeto	768	5,522
	Ensino fundamental completo	598	4,3
	Ensino fundamental incompleto	3836	27,581
	Ensino médio completo	3385	24,339
	Ensino médio incompleto	1891	13,596
	Lê e escreve	1029	7,399
	Não informado	0	0
	Superior completo	1506	10,828
	Superior incompleto	895	6,435

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
	Total(tt)	13908	100
Miranorte - TO	Analfabeto	710	7,527
	Ensino fundamental completo	539	5,714
	Ensino fundamental incompleto	2679	28,4
	Ensino médio completo	2184	23,153
	Ensino médio incompleto	1215	12,88
	Lê e escreve	1059	11,227
	Não informado	0	0
	Superior completo	677	7,177
	Superior incompleto	370	3,922
		Total(tt)	9433
Pau D'Arco - TO	Analfabeto	436	11,429
	Ensino fundamental completo	159	4,168
	Ensino fundamental incompleto	1251	32,792
	Ensino médio completo	313	8,204
	Ensino médio incompleto	737	19,318
	Lê e escreve	784	20,55
	Não informado	0	0
	Superior completo	78	2,045
	Superior incompleto	57	1,494
		Total(tt)	3815
Pequizeiro - TO	Analfabeto	556	13,213
	Ensino fundamental completo	207	4,919
	Ensino fundamental incompleto	1225	29,111
	Ensino médio completo	394	9,363
	Ensino médio incompleto	901	21,412
	Lê e escreve	786	18,679
	Não informado	0	0
	Superior completo	86	2,044
	Superior incompleto	53	1,26

Município	Grau de Instrução	Total (T)	%T/TT
	Total(tt)	4208	100
	Analfabeto	250	11,537
	Ensino fundamental completo	123	5,676
	Ensino fundamental incompleto	748	34,518
	Ensino médio completo	424	19,566
	Ensino médio incompleto	300	13,844
	Lê e escreve	175	8,076
	Não informado	0	0
	Superior completo	106	4,892
	Superior incompleto	41	1,892
	Total(tt)	2167	100

Fonte: TSE - Tribunal Superior Eleitoral, dezembro de 2016.

Após a análise dos dados da tabela acima, verifica-se que, dentre os municípios do estado do Pará, Itupiranga exibe o maior índice no que tange ao número de analfabetos e de pessoas que leem e escrevem, o que corresponde a 15,04% e 32,58% da população, respectivamente. Tais valores, adicionados aos habitantes que possuem o ensino fundamental incompleto, representado por 29,64%, resultam em um total de 77,26% da população analisada no referido município, que não possui sequer o ensino fundamental concluído.

Dentre os municípios paraenses inseridos na AER, como já mencionado, tem-se o maior número de analfabetos concentrados em Itupiranga (15,04%), ao passo que o menor índice deste segmento é exibido em Sapucaia, com 8,85% de analfabetos na população analisada. Ao analisar o resultado da soma dos índices de analfabetos, das pessoas que leem e escrevem e das pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, com exceção de Marabá, que apresentou 51,46%, verificou-se que todos os municípios paraenses inseridos na AER, exibem índices superiores a 62% da população que não concluiu o ensino fundamental, sendo que a maior concentração equivalente de indivíduos que se adequam nos referidos parâmetros, está situada em Pacajá, no qual 79,78% da população analisada está inserida nessa avaliação.

Ao analisar a população que possui nível superior completo, ainda dentre os municípios do estado do Pará, nota-se maior concentração em Marabá, que apresenta 2,77% da população inserida nesse parâmetro, o que equivale a 4.401 habitantes - quantitativo superior à população dos municípios tocaninenses de Fortaleza do Tabocão, Itaporã do Tocantins e Rio dos Bois -, ao passo que Pacajá conta com o menor quantitativo da população com nível superior completo, 206 habitantes, atingindo apenas 0,79%.

Quanto aos municípios do estado do Tocantins, Pequizeiro apresenta o maior quantitativo de analfabetos, segundo a fonte pesquisada, 13,21% da população, ao passo que Araguaína apresenta o menor índice na categoria em análise, com apenas 3,32% da população analfabeta. Ao analisar o resultado da soma dos índices de analfabetos, das pessoas que leem e escrevem e das que possuem o ensino fundamental incompleto, como anteriormente efetuado com os municípios paraenses, verificou-se que, excetuando-se Araguaína, que apresentou 29,92%, todos os municípios exibiram índices acima dos 37,2%, no que tange à não conclusão do ensino fundamental, sendo que a maior concentração de indivíduos inseridos nos parâmetros avaliados está em Pau D'Arco, cuja população apresentou o índice de 64,77%.

Ao considerar a população que concluiu o ensino superior, dentre os municípios tocaninenses, verificou-se uma concentração mais significativa, em termos de porcentagem, na população de Guaraí, com 12,88%, expressado por 2.037 habitantes, embora nota-se que o município de Araguaína possui 11,72% da sua população analisada no referido parâmetro, mas tal dado equivale a 12.052 habitantes, quase o total da população de Miranorte (12.623) ou quase a totalidade da soma da população dos municípios de Pau D'Arco, Pequizeiro e Rio dos Bois (12.212), segundo o Censo Demográfico 2010. Quanto aos municípios que demonstram os menores índices de pessoas com o nível superior completo, estão Pequizeiro, com 2,04% (86 habitantes) e Pau D'Arco, com 2,05% (78 habitantes).

Assim sendo, ao tratar do índice de escolaridade da população na AER do empreendimento em foco, constata-se que, mediante os dados acima dispostos, os municípios que dispõem da maior concentração de pessoas com nível superior são os municípios polarizadores das suas microrregiões, que são Marabá (PA) e Araguaína (TO),

de uma maneira geral, as mais povoadas das 22 em análise, e que, conseqüentemente, concentram uma maior infraestrutura educacional. Outro item a ser considerado nos municípios analisados é o elevado índice de pessoas com pouca escolaridade, ao levar em conta os números relativos à população que não possui o ensino fundamental completo, com destaque para Pacajá e Pau D'Arco nas suas respectivas unidades federativas, cabendo ressaltar que os municípios paraenses dispõem de índices mais altos que os tocantinenses, no quesito avaliado.

6.4.2.3. Transporte

6.4.2.3.1. Caracterização e interferências do Empreendimento na estrutura viária da AER

É importante considerar que para as obras de implantação do empreendimento, o fluxo de veículos pesados nas rodovias terá aumento considerável e conseqüentemente contribuirá para maior deterioração das vias, em sua maioria pistas simples, caracterizadas pelo grande fluxo de caminhões que realizam escoamento de grãos nos portos do Pará, e com trechos sem pavimentação concluída, especialmente na BR-230 (Rodovia Transamazônica).

Segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT, 2017), a maioria das estradas pavimentadas apresentam, nos dois estados, condições regulares e de boa trafegabilidade, nas BRs - 230, 153 e 010.

A presença de uma extensa malha de recursos hídricos naturais característica dos estados exigiu a construção de pontes e pontilhões (em maioria sem estruturas de concreto) para garantir a trafegabilidade de automóveis. Nas pontes de madeiras projetadas, verificou-se a capacidade de resistirem ao fluxo de veículos das vias mais movimentadas. Para as atividades que exijam a interrupção de tráfego em travessias, seja de rodovias, ferrovias, ou estradas vicinais, a sinalização correta será instalada com o apoio da Polícia Rodoviária e/ou autoridades responsáveis, a fim de minimizar riscos de acidente, promovendo a ordenação do tráfego. Estas ações serão comunicadas às comunidades possivelmente interferidas, e se apresentam, em sua maioria, na fase de lançamento de cabos.

Para informações complementares referentes ao tema, recomenda-se a verificação do capítulo específico sobre avaliação de impactos, no qual a interferência na estrutura viária figura como um dos possíveis impactos advindos do empreendimento em questão.

I. Caracterização da estrutura viária dos municípios elegíveis para receber canteiros de obras

A caracterização da estrutura viária dos municípios da AER foi efetuada com base em dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT (2017), sendo verificada as condições não somente dos elegíveis para canteiros de obras - Miranorte, Bernardo Sayão, Fortaleza do Tabocão, Arapoema, Floresta do Araguaia, Xinguara, Curionópolis, Marabá, Novo Repartimento, Itupiranga, Pacajá e Anapu -, mas de todos os 22 municípios envolvidos no empreendimento.

A Tabela 24 abaixo evidencia as condições das rodovias situadas na região do empreendimento, sendo algumas ilustradas a seguir.



Figura 43 - BR-153 em direção a Eldorado do Carajás/PA e Marabá/PA.



Figura 44 - PA-275 em Curionópolis/PA.

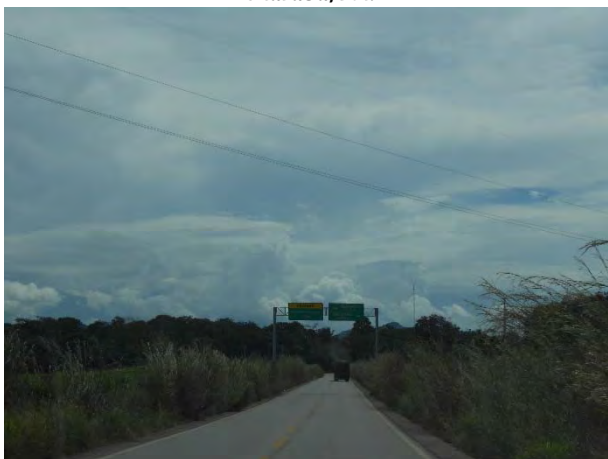


Figura 45 - Estrada de Floresta do Araguaia/PA para Rio Maria/PA.

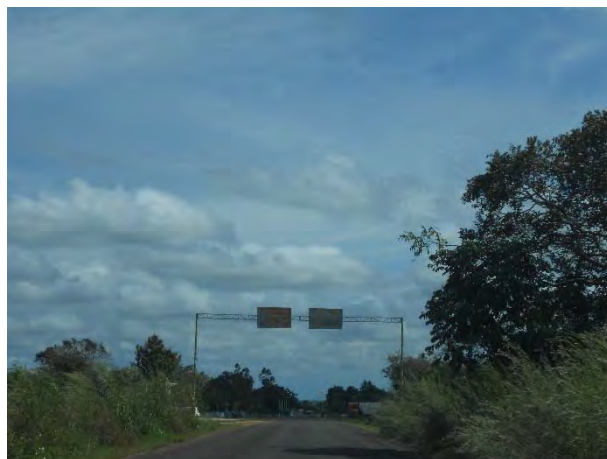


Figura 46 - Estrada para Pau D'Arco/PA.

Fonte: Ambientare, 2018.

Tabela 24 - Condições das rodovias situadas na região do empreendimento

Rodovia	Trecho	km	Condição
BR-230	DIV TO/PA (INÍCIO TRV RIO ARAGUAIA) - ENTR BR-153(A)/222/PA-150 (MARABÁ)	0 ao 119	A RODOVIA BR230/PA, opera sem restrições da Divisa TO/PA. ATÉ ARATAÚ. o bueiro tubular de concreto que foi danificado durante as fortes chuvas do final de fevereiro, ocasião em que a rodovia operou em meia pista, já foi totalmente reconstruído
	ENTR BR-153(A)/222/PA-150 (MARABÁ) - RIO CAJAZEIRAS	119 ao 194.7	- Trecho pavimentado até o Km 194,40. Trafegabilidade: - REGULAR. Trecho em revestimento primário (após o Km 194,40). Trafegabilidade: REGULAR.
	ENTR PA-268 (P/ITUPIRANGA) - ENTR BR-422	168.7 ao 308.7	Trecho em revestimento primário (Km 178,60 - Itupiranga ao Km 280,54 - rio Pucuruí). Trafegabilidade: REGULAR.
	RIO CAJAZEIRAS - RIO ARATAÚ (DIV R2-4/R2-5)	194.7 ao 391	Trecho em revestimento primário (Km 194,50 - rio Cajazeiras ao Km 390,80 - rio Arataú). DNIT INFORMA: Em virtude de fortes chuvas na região e devido a passagem de caminhões carregados de madeira, com excesso de carga, a ponte sobre o Rio Arataú, na BR-230/PA, próxima ao Município de Pacajá, sofreu colapso estrutural vindo a desabar. Atenção: O DNIT alerta que o tráfego sobre a referida ponte encontra-se INTERROMPIDO, e por meio de sua Unidade Local em Altamira está construindo uma nova ponte de madeira sobre o rio Arataú e em aproximadamente 15 dias o tráfego voltará a sua normalidade. Recomenda-se ao usuário utilizarem rotas alternativas.
	FIM TRAVESSIA RIO XINGÚ - IGARAPÉ PACAL	571.4 ao 728.5	- Trecho em revestimento asfáltico (Km 582,00 – Altamira ao Km 728,00 - Medicilândia) - Boas condições de deslocamento rodoviário. Trafegabilidade: - BOA.
	IGARAPÉ PACAL - ENTR BR-163(A) (RURÓPOLIS)	728.5 ao 984	Trecho em revestimento primário (Km 728,00 – Medicilândia ao Km 984,00 - Rurópolis) - Boas condições de deslocamento rodoviário. Atenção: trecho interditado total no km752, manifestante tocaram fogo na ponte Cearense, entre os municípios de Medicilândia /Uruará.
BR - 153	ENTR BR-163(A) (RURÓPOLIS) - INÍCIO TRAVESSIA RIO TAPAJÓS (MIRITUBA)	984 ao 1129	Pavimentação Concluída.
	INÍCIO TRAVESSIA RIO TAPAJÓS (MIRITUBA) - DIV PA/AM (PALMARES)	1129 ao 1569.5	Pavimentação Concluída.
	ENTR BR-230(B) - DIV PA/TO (SÃO GERALDO DO ARAGUAIA)	41.6 ao 152.1	- Trecho em revestimento asfáltico (Km 41,80 - Km 151,90) Trafegabilidade sem restrição
BR-010	DIV MA/PA (RIO ITINGA) - ENTR BR-222(B)/PA-332 (DOM ELISEU)	0 ao 18.3	-Sinaliz. horizontal: Regular / Vertical: Regular - Trafegabilidade: Regular
	ENTR BR-222(B)/PA-332 (DOM ELISEU) - ENTR PA-125/263 (GURUPIZINHO)	18.3 ao 84.2	-Sinaliz. horizontal: Regular / Vertical: Regular - Trafegabilidade: Regular
	ENTR PA-125/263 (GURUPIZINHO) - ENTR PA-256 (P/PARAGOMINAS)	84.2 ao 168.2	-Sinaliz. horizontal: Regular / Vertical: Regular - Trafegabilidade: Regular.
	ENTR PA-256 (P/PARAGOMINAS) - ENTR PA-252 (MÃE DO RIO)	168.2 ao 275.7	-Sinaliz. horizontal: Regular / Vertical: Regular - Trafegabilidade: Boa.
	ENTR PA-252 (MÃE DO RIO) - ENTR PA-251/322/456 (SÃO MIGUEL DO GUAMA)	275.7 ao 326	-Sinal. horizontal: Regular / Vertical: Regular - Trafegabilidade: Boa.
	ENTR PA-251/322/456 (SÃO MIGUEL DO GUAMA) - ENTR BR-316(A)/308(A)	326 ao 359.8	-Sinaliz. Horizontal: Regular / Vertical: Regular - Pista de rolamento: Boa.

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, 2017.

6.4.2.4. *Segurança Pública*

6.4.2.4.1. Caracterização da Segurança Pública nos municípios elegíveis para receber os canteiros de obras

No que diz respeito à Segurança Pública nos municípios da AER, foram obtidos dados a respeito da infraestrutura disponível em cada um dos 22 municípios da área em estudo e não somente dos municípios elegíveis a receber os canteiros de obras, bem como a respeito dos homicídios por arma de fogo, conforme Tabela 25 e Tabela 26.

Tabela 25 - Infraestrutura de segurança nos municípios da AER do empreendimento.

Município	Conselho de segurança pública - existência	Conselho comunitário de segurança pública - existência	Fundo de segurança pública - existência	Plano de segurança pública - existência	Delegacia de polícia civil	Delegacia de homicídios	Delegacia da Criança e do adolescente (DCA)	Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher	Instituto Médio Legal	Unidade do Corpo de Bombeiros	Defesa Civil
Anapu - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Curionópolis - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Eldorado do Carajás - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Floresta do Araguaia - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Itupiranga - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Possui unidade que não é coordenadoria municipal
Marabá - PA	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Coordenadoria municipal
Novo Repartimento - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Possui unidade que não é coordenadoria municipal
Pacajá - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Rio Maria - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Sapucaia - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não dispõe
Xinguara - PA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Araguaína - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Coordenadoria municipal
Arapoema - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe

LT Xingu - Serra Pelada; LT Serra Pelada - Miracema; LT Serra Pelada - Itacaiúnas e SE Serra Pelada

Município	Conselho de segurança pública - existência	Conselho comunitário de segurança pública - existência	Fundo de segurança pública - existência	Plano de segurança pública - existência	Delegacia de polícia civil	Delegacia de homicídios	Delegacia da Criança e do adolescente (DCA)	Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher	Instituto Médio Legal	Unidade do Corpo de Bombeiros	Defesa Civil
Bernardo Sayão - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Fortaleza do Tabocão - TO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Guaraí - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não dispõe
Itaporã do Tocantins - TO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Miracema do Tocantins - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não dispõe
Miranorte - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Pau D'Arco - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe
Pequizeiro - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Coordenadoria municipal
Rio dos Bois - TO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não dispõe

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2014.

Tabela 26 - Homicídios por arma de fogo nos municípios da ERA.

Município	Nº de homicídios			Pop. Média	Taxa Média
	2012	2013	2014*		
Anapu - PA	4	6	8	23.453	26
Curionópolis - PA	9	5	6	17.978	37
Eldorado do Carajás - PA	0	4	9	32.360	13
Floresta do Araguaia - PA	7	3	1	18.680	20
Itupiranga - PA	7	29	15	51.637	33
Marabá - PA	163	135	124	250.843	56
Novo Repartimento - PA	25	19	13	67.342	28
Pacajá - PA	20	12	15	42.880	37
Rio Maria - PA	1	3	0	17.752	8
Sapucaia - PA	-	-	-	-	-
Xinguara - PA	9	8	3	41.977	16
Araguaína - TO	49	35	40	162.464	25
Arapoema - TO	-	-	-	-	-
Bernardo Sayão - TO	-	-	-	-	-
Fortaleza do Tabocão - TO	-	-	-	-	-
Guaraí - TO	1	1	0	24.401	3
Itaporã do Tocantins - TO	-	-	-	-	-
Miracema do Tocantins - TO	1	0	0	20.098	2
Miranorte - TO	2	0	1	13.048	8
Pau D'Arco - TO	-	-	-	-	-
Pequizeiro - TO	-	-	-	-	-
Rio dos Bois - TO	-	-	-	-	-

Fonte: Flasco - Mapa da Violência, 2016. Dados Preliminares*

O Pará está entre os cinco Estados mais violentos do País segundo dados do Ipea divulgados por meio do Atlas da Violência em 2017 que traz dados consolidados de 2005 a 2015 em todas as unidades da Federação. O estudo apontou que o Pará está acima da média da violência no Brasil em praticamente todos os quesitos avaliados. Não distante, os dados apontam que o Estado do Tocantins apresentou um crescimento do índice de violência de 158%, sendo o terceiro no ranking deste índice.

Segundo dados da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) que realiza pesquisa traçando o Mapa da Violência no país em estudo realizado entre 2012 e 2014, o município de Marabá apresenta a maior taxa média de homicídios por arma de fogo no período, em relação a população média, seguida de Curionópolis e Pacajá, no Pará e Araguaína no Tocantins.

A seguir imagens de estabelecimentos policiais nos municípios da AER.



Figura 47 - Batalhão da Polícia Militar em Guaraí/TO.



Figura 48 - Batalhão da Polícia Militar em Itaporã do Tocantins/TO.



Figura 49 - Pelotão da Polícia Militar em Bernardo Sayão/TO.



Figura 50 - Pelotão da Polícia Militar em Floresta do Araguaia/PA.

6.4.2.5. Comunicação e Informação

6.4.2.5.1. Caracterização das Redes de Comunicação e Informação

Em consultas realizadas aos órgãos oficiais de divulgação de dados sobre Telecomunicações, Comunicação e Informação, juntamente com as informações coletados durante estudos de campo, identificou-se a Radiodifusão como o meio de comunicação mais abrangente nos municípios da AER, além da presença de carros de som, sites e blogs de informações locais.

Boa parte dos municípios da AER apresentam densidade populacional baixa, portanto veículos de imprensa impressos (Jornais mensais, Informativos) são encontrados na capital dos estados com cobertura de fatos do interior, e, durante estudos de campo identificou-se o 'Jornal de Carajás', com circulação impressa no município de Marabá, no Pará.

Seja em áreas urbanizadas ou zonas rurais, a radiodifusão nos municípios da AER, têm como característica protagonista, rádios comunitárias AM com divulgação de informações e prestação de serviço de relevância às populações e as rádios convencionais FM, que apresentam programação em sua maioria musical como forma

de entretenimento. Como meio alternativo de acesso à informação, comunitários criam blogs pessoais para noticiar a realidade local, tornando-se em alguns casos, ferramenta política, seja opositora ou favorável às administrações públicas municipais, relatando as ações diárias de prefeituras e secretarias.

Por serem polos de desenvolvimento em seus estados, os municípios de Marabá, no estado do Pará, e de Araguaína, em Tocantins, têm destaque dentre os demais no que concerne a veículos de informação por possuírem, além dos meios de comunicação mais comuns citados anteriormente, emissoras de televisão filiadas às principais redes de abrangência nacional, transmitindo a programação destas além de conteúdo local.

Segundo dados do IBGE, 2014, no estado do Pará os municípios de Itupiranga, Eldorado e Floresta, não disponibilizam telefones de contato ou sites de informação como forma de comunicação com o poder público local. Os demais municípios disponibilizam ambas formas de comunicação com a população.

No estado do Tocantins, o município de Rio dos Bois não disponibiliza telefone de contato ou site de informação da prefeitura local, assim como os municípios de Fortaleza do Tabocão e Miracema do Tocantins não possuem sites de suas prefeituras locais, os demais municípios do estado disponibilizam ambas as informações à população. Todos os municípios possuem acesso à telefonia móvel, bem como disponibilidade de rede de internet privada.

6.4.2.6. Organização Social

6.4.2.6.1. Grupos de Atuação na AER

No que tange a representação social de classes, é possível avaliar o reflexo direto do setor produtivo bastante presente na AER: produção agrícola e pecuária e atividades ligadas ao terceiro setor. Nesse sentido, com base em dados coletados in loco e em órgãos oficiais de entidades de classe, essas atividades concentram as associações e sindicatos atuantes local e regionalmente.

O traçado prévio das LTs indica interferência em assentamentos rurais, propriedades de pequenos produtores e empresas de agroindústria de porte variados, sendo portanto as organizações representativas desses públicos (descritos por município na Tabela 27) os que apresentam maior potencial de envolvimento com o processo de desenvolvimento do empreendimento, sendo sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos dos produtores rurais, associações comerciais, de moradores, pequenos agricultores e outras associações; colônias de pescadores, cooperativas, entre outros.

Vale destacar a importância do envolvimento de sindicatos de trabalhadores ligados ao setor urbano, pela possibilidade de contratação de mão de obra local, principalmente na etapa de instalação do empreendimento, apesar de ainda não possuírem grande representatividade na região. As entidades dessa categoria estão mais atreladas ao funcionalismo público e comercial, demonstrando um maior impacto da atividade terciária na produtividade local comparando-se com a industrial.

Tabela 27 - Organizações Sociais dos municípios da AER

Município	Organização	Endereço
Anapu/PA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu	Rua São Francisco, 98, Centro Rua Sucupira, S/N, Km 20, Altamira

LT Xingu - Serra Pelada; LT Serra Pelada - Miracema;
LT Serra Pelada - Itacaiúnas e SE Serra Pelada

Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Pág. 81

Município	Organização	Endereço
	Sindicato dos Produtores Rurais de Anapu	Travessa São Luiz, S/N, Centro Est Surubim, Pilão Poente II, Zona Rural
	Agrop	Rod. Transamazônica Km 75 -Trecho Altamira/Marabá, S/N, Vila Isabel, Zona Rural
	Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Vila Isabel	Transamazônica, Vicinal Novo Progresso Km 96, Zona Rural
	Associação Surubim dos Produtores Rurais de Anapu na Vicinal	BR-230 Km 142 Vicinal das Três Barracas, S/N, Assent. Piraciquera
	Associação dos Produtores Rurais Agro-Industrial e Pastoril do Piraciquera	Rua São Francisco, 103, Novo Progresso
Curionópolis/PA	Associação de Pequenos Produtores Rurais da Região de Anapu	Progresso
	Associação Comercial e Industrial de Curionópolis	Av. São Paulo, 200 LjB, Centro
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curionópolis	Av. Mato Grosso, 155, Centro
	Associação dos Proprietários de Barrancos de Serra Pelada	Rua Castanheira, S/N, Centro
	Associação dos Consumidores de Energia Elétrica de Serra Pelada	Praça da Bandeira, 583, Serra Pelada
	Associação da Rádio Comunitária de Curionópolis - Informativa FM	Avenida Alagoas, 146, Centro
	Associação dos Hansenianos do Sul e Sudeste do Estado do Pará	Av. Gov. Carlos Santos S/N, Centro
	Associação Nova Sião dos Pequenos Produtores e Produtoras Agrícolas de Curionópolis	R Goiania, S/N, Quadra 17 Lote 16 Jardim Panorama
Eldorado do Carajás/PA	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Curionópolis	Av. Gov. Carlos Santos 107, Centro
	Associação de Assistência e Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada	Av. Nova República, S/N, Serra Pelada
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia - CIB	Rua da Torre, 31, Centro
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto do Assentamento Carumbe	Rua Samuel Monsão, S/N, Centro
	Associação dos Pequenos e Médios Agricultores do Pará	Boca do Lago, S/N, Zona Rural
Floresta do Araguaia/PA	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Av. Oziel Carneiro, ao lado da Maçonaria Km 03
	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Cabanos	Assentamento Cabanos, PA-150, Km 20
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaia	Av. Castelo Branco, S/N, Centro, Floresta do Araguaia - PA
Itupiranga/PA	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE	Rua 05, S/N, Centro, Floresta do Araguaia - PA
	Associação do Produtores Rurais de Floresta do Araguaia	Rua Orlando Mendonça 768, Centro, Floresta do Araguaia - PA, CEP: 68543-000
Marabá/PA	Associação das Kombis de Marabá - Itupiranga	Rua Duque de Caxias, S/N, Bairro Novo
	Sindicato dos Mototaxistas de Itupiranga	Rua 14 de Julho, S/N, Centro
	Sindicato dos Produtores Rurais de Itupiranga	Rua São Félix, 139, Centro
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga	Travessa Santo Antônio, 433, Centro
	Associação dos Servidores da Educação Municipal de Itupiranga	Rua 14 de Julho, S/N, Centro
Novo Repartimento/PA	Fundação Habitacional do Exército	Rua Tuiuti, 97, Nova Marabá
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Sergipe, S/N, Belo Horizonte
	Colônia de Pescadores Z 30	Travessa 13 de Maio, 208, Cidade Pioneira
Novo Repartimento/PA	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Pará	Av. Nagib Mutran, 559 cA, Cidade Nova
	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins	Av. São Francisco. 2325, Nova Marabá
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Repartimento	Av. Castanheira, 3, Vila Marabá
	Associação dos Pequenos Agricultores do Acampamento Rio Jordão	Comunidade Rio Jordão, S/N, casa, Zona Rural

Município	Organização	Endereço
	Associação dos Servidores Públicos e Profissionais da Saúde do Mun. Novo Repartimento	Hospital São Francisco, S/N, Casa, Centro
	Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade São José	Comunidade São José Vicinal, Tp 29, 39, 3, 7 P-A Tuere, Zona Rural
Pacajá/PA	Associação de Mulheres de Pacajá	Associação de Mulheres de Pacajá
	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Pacajá	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Pacajá
	Associação Pacajaense dos Micros Produtores Rurais	Associação Pacajaense dos Micros Produtores Rurais
	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Chico Mendes II	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Chico Mendes II
Rio Maria/PA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria	Rua 11, 596, Centro, Rio Maria - PA, CEP: 68530-000
	Associação Comercial de Rio Maria	Av. Dez, 984, Rio Maria, Rio Maria - PA, CEP: 68530-000
	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria	Tv 6, 402 - Rio Maria - PA
	Associação Comercial e Industrial de Rio Maria	Av. 10, 1077, Rio Maria, Rio Maria-PA
	Sindicato Rural de Rio Maria	Rod. PA 150, Km 02, Zona Rural, Rio Maria - PA, CEP: 68530-000
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua 1, Lote-08, Qd. 7, s/n, Lot. Jardim Maringá, Rio Maria, PA
Sapucaia/PA	Associação dos Moradores Unidos de Sapucaia e Produtores Rurais	Rua Dália 77, Centro, Sapucaia - PA, CEP: 68548-000
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapucaia	Av. José Augusto Marinho, 75, Centro, Sapucaia - PA
	Associação dos Feirantes de Sapucaia	Rua Principal S/N, Centro, Sapucaia - PA, CEP: 68548-000
	Sindicato dos Produtores Rurais de Sapucaia	Rua Massaranduba, s/n, Setor Novo Horizonte, Centro, Sapucaia - PA, CEP: 68548-000
Xinguara/PA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara	Rua Tapajós, 259, Centro
	Associação Comercial e Empresarial de Xinguara	Av. Xingu, 46, Centro
Araguaína/TO	Associação de Mulheres -Setor Tiuba	Rua São Jorge, quadra 1, 389. Lt 10, Setor Tiuba
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Av. P, 95, Setor Rodivário
	Associação Comercial Industrial de Araguaína	Av. Filadélfia, quadra 2, 3355, Lr 3, Jardim Filadélfia
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção	Av. Tiradentes, 86, São João
	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins	Rua D'Orione, quadra 90d, S/N, Setor Central
Arapoema/PA	Associação dos Produtores Leite e Carne de Arapoema	Rua Emílio Ribas Júnior, quadra 44, S/N Lt 1A, Setor Central
	Instituto Natureza do Tocantins (NATURANTINS)	Av. dos Garimpeiros, 772, Setor Central
	Associação dos Trabalhadores Rurais de Arapoema -A.T.R.A	Rua Senador Antônio de Ramos Caiado, S/N, Centro
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Av. dos Garimpeiros, S/N, Centro
	Associação de Produtores Rurais do Cristo Rei	Estada da Faz. Joncon, 22 Km, S/N, Direita Km 08, Zona Rural
Bernardo Sayão/TO	Associação de Agricultores Arrendatários do Município de Bernardo Sayão	Rua três, S/N, Vila União
	Associação Unidos pela Terceira Idade	Rua Ernestino Marcelino Alves, S/N, Centro

Município	Organização	Endereço
	Associação dos Parceiros do Projeto de Assentamento Juarina (APPAJ)	Vila Tancredo Neves, S/N, Centro
	Associação de Desenvolvimento Tocantins-Araguaia (ADTA)	Rua 11, S/N, Sala 01, Centro
Fortaleza do Tabocão/TO	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Av. Acauã, quadra 27, S/N, Lt18, Setor Central
	Associação Família Unida	Rua do Ouro, casa, S/N, Centro
	Rádio Comunitária Tabocão	Rodovia BR-153, Paço Senhor do Bonfim, S/N, Centro
	Associação Mariana	Rua da Matriz, S/N, Salão Paroquial, Centro
Guaraí/TO	Associação Terceira Idade de Guaraí	Av. Joaquim Guará, S/N, Setor Planalto
	Associação de Moradores do Setor Caanã	Av. Paulista, S/N, Setor Caanã
	Amigos Associados de Guaraí	Rua onze, 96, Centro
	Associação Comunitária do Setor Pestana	Rua 31 de Março, 941, Setor Pestana
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraí	Rua Indendência, quadra 4, 1260, Lt 1, Setor Planalto
Itaporã do Tocantins/TO	Associação dos Idosos de Itaporã	Rua Padre José de Anchieta, S/N, Centro
	Associação de Produtores Agropecuaristas de Itaporã	Rua Padre José de Anchieta, S/N, Centro
	Conselho Municipal de Saúde Rádio Comunitária Itaporã FM	Rua Domingos Batista Oliveira, s/n, Centro Rua Maranhão, S/N, Centro
Miracema do Tocantins/TO	Associação Comercial e Industrial de Miracema	Rua 7 de Setembro, 477, Setor Central
	Associação do Projeto de Assentamento Rural Lajeado	Projeto Reassentamento Lajeado, S/N, Zona Rural
	Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A Vitória	Rua 18, 118, Universitário
	Associação de Cabo e Soldado de Miracema do Tocantins	Rua Maranhão, 934, Centro
	Associação dos Agricultores de Miracema do Tocantins	Av. Tocantins, 2183, Centro
Miranorte/TO	Associação Comercial e Industrial de Miranorte	Av. Bernardo Sayão, quadra 49, S/N, Setor Central
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Av. José Amâncio Carvalho, S/N, Setor Central
	Associação dos Trabalhadores Rurais Custa Ver	Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro
	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins	Av. Presidente Castelo Branco, quadra 87, 1641, Lt 8, VI Maria
	Associação Comunitária de Difusão dos Direitos Humanos e Ambientais (ACDDHA)	Rua 11, S/N, Centro
Pau D'Arco/ TO	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pau D'Arco	Rua Coronel Grizorte, 77, Centro
Pequizeiro/TO	Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Projeto Cachoeirinha	Rua Vila Nova, S/N, Centro
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Conquista (ASPROC)	Av. Loguinho Vieira Júnior, 152, Centro
	Associação de Apoio ao Ensino	Lote P.A Progresso, S/N, Zona Rural
	Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Projeto São João Batista	Projeto São João Batista, S/N, Zona Rural
Rio dos Bois/TO	Associação dos Trabalhadores Rurais dos Assentamento Paulo Freire	Assentamento Paulo Freire, Agrovila II, Zona Rural
	Associação dos Micro e Pequenos Produtores Rurais de Rio dos Bois (AMPPROB)	Faz. Jb, S/N, Escola Municipal Tiradentes, Zona Rural
	Associação Comunitária Rio dos Bois- (ASCOMRIB)	Av. Tocantins, 257, Centro
	Associação dos Trabalhadores Rurais P.A Toca dos Bois	Assentamento Toca dos Bois, S/N, Zona Rural

Fonte: Trade Nosis, 2017.

Ao verificar o histórico contido no ‘Relatório de Conflitos no Campo’ desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra em 2013 e os dados primários coletados por meio de visitas e entrevistas às associações e prefeituras municipais, é relatada a presença de conflitos recentes estimulados por disputas de terras nos municípios de Anapu/PA e Curionópolis/PA, além de eventos passados identificados nos municípios de Itupiranga/PA, Marabá/PA, Xinguara/PA, Floresta do Araguaia/PA, Araguaína/TO e Fortaleza do Tabocão/TO.

Conflitos ainda persistem na região promovendo uma ação mais atuante do poder público federal e dos estados para minimizar os efeitos negativos dessas tensões ligadas principalmente à questão da posse de terras. Acampamentos de membros de associações que reivindicam direitos ao uso e posse de terras também estão presentes em alguns pontos da AER como estratégia de reivindicação para pressionar o poder público na regulamentação de áreas sob disputa. Os acampamentos se constituem dessa forma espaços de lutas, onde as famílias sem-terra reivindicam assentamentos.



Figura 51 - Sindicato Rural de Pacajá/PA



Figura 52 - APAE de Rio dos Bois/TO

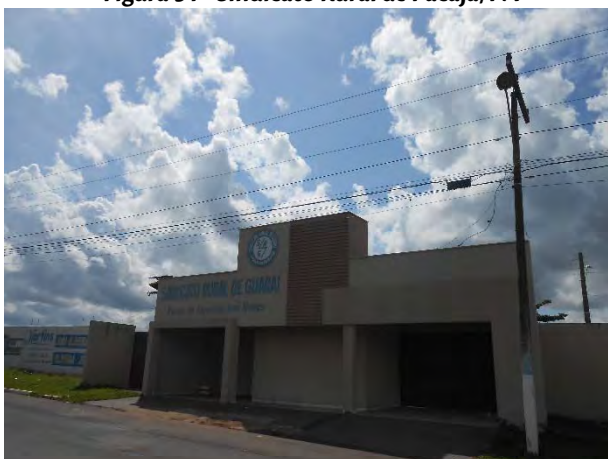


Figura 53 - Sindicato Rural de Guaraí/TO



Figura 54 - Sindicato Rural de Arapoema/TO



Figura 55 - Colônia de Pescadores Z-17, Pau D'arco/TO

Fonte: Ambientare, 2018



Figura 56 - Sindisaúde, Floresta do Araguaia/PA

Os conflitos por terra acontecem quando há uma resistência e enfiamento pela posse, uso e propriedade da terra. Ocupações e acampamentos são classificados como conflitos por terra, uma vez que ocupações ou retomadas representam ações coletivas de famílias rurais, reivindicando terras que não cumprem a função social, ou as ações de indígenas e quilombolas que reapossam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação de suas áreas que lhe são por direito.

6.4.2.7. Aspectos Econômicos

6.4.2.7.1. PIB dos municípios da AER

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da AER foi efetuada com base em dados secundários, obtidos por meio do IBGE Cidades (2015), no qual constam o PIB a preços correntes, per capita, e o valor adicionado bruto a preços correntes e por setor de atividade econômica.

Na Tabela 28 abaixo podem ser observados os referido itens.

Tabela 28 - PIB dos municípios da AER (R\$)

Município	Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (x1.000) R\$	Agropecuária (x1.000) R\$	Indústria (x1.000) R\$	Serviços (x1.000) R\$	Administração, saúde e educação públicas e seguridade (x1.000) R\$	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (x1.000) R\$	PIB a Preços Correntes (x1.000) R\$	PIB Per Capita (R\$)
Anapu - PA	281.211	100.843	19.980	71.734	88.653	22.019	303.230	11.932
Curionópolis - PA	327.553	61.337	130.122	72.678	63.416	18.004	345.557	19.513
Eldorado do Carajás - PA	264.147	77.366	25.699	65.428	95.654	18.136	282.283	8.642
Floresta do Araguaia - PA	318.249	149.356	44.816	61.075	63.003	14.020	332.270	17.251
Itupiranga - PA	437.403	158.339	21.694	96.224	161.146	17.946	455.348	8.795
Marabá - PA	6.513.773	270.657	2.822.975	2.492.248	927.893	813.099	7.326.872	27.956
Novo Repartimento - PA	701.208	254.760	44.778	167.851	233.820	38.509	739.717	10.443
Pacajá - PA	404.831	172.852	17.621	86.625	127.733	19.269	424.100	9.471
Rio Maria - PA	310.866	75.819	78.279	97.230	59.538	50.821	361.687	20.391
Sapucaia - PA	82.741	29.929	4.842	25.573	22.396	7.277	90.017	16.112
Xinguara - PA	913.469	109.686	305.697	351.467	146.619	164.061	1.077.529	25.157
Araguaína - TO	3.071.452	54.863	452.601	1.743.077	820.911	370.572	3.442.024	20.225
Arapoema - TO	92.553	30.779	3.142	24.140	34.492	3.858	96.410	14.180
Bernardo Sayão - TO	61.598	23.661	2.533	10.471	24.932	3.181	64.779	14.294
Fortaleza do Tabocão - TO	119.343	12.381	4.259	86.251	16.452	19.547	138.891	54.339
Guaraí - TO	495.774	36.371	34.022	301.381	123.999	55.091	550.865	21.904
Itaporã do Tocantins - TO	37.217	18.345	756	4.665	13.450	1.247	38.463	15.535
Miracema do Tocantins - TO	464.438	44.637	248.566	75.802	95.432	38.543	502.981	25.618
Miranorte - TO	184.296	21.586	14.618	82.647	65.446	19.077	203.374	15.294
Pau D'Arco - TO	53.463	18.590	1.365	8.670	24.838	1.922	55.384	11.505
Pequizeiro - TO	68.178	20.760	5.502	11.729	30.188	2.486	70.664	13.132

Município	Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (x1.000) R\$	Agropecuária (x1.000) R\$	Indústria (x1.000) R\$	Serviços (x1.000) R\$	Administração, saúde e educação públicas e seguridade (x1.000) R\$	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (x1.000) R\$	de PIB a Preços Correntes (x1.000) R\$	PIB Per Capita (R\$)
Rio dos Bois - TO	35.520	14.126	1.096	5.599	14.700	1.541	37.061	13.408

Fonte: IBGE Cidades, 2015.

Analisando os dados apresentados, nota-se que pouco mais da metade dos municípios em análise tem seu maior PIB concentrado no setor primário, representado pelo segmento da agropecuária, com destaque para Novo Repartimento e Marabá, entre os municípios paraenses, sendo que Araguaína e Miracema do Tocantins dispõem dos maiores índices, entre os tocantinenses. De acordo com Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Tocantins (SEAGRO, 2016), a principal produção nesse segmento é a pecuária, de corte e leiteira, cuja carne e derivados chegam a todas as regiões brasileiras e são exportados a mais de 20 países, sobretudo Europa e Ásia.

Ao analisar o setor secundário, verificou-se que Curionópolis, Marabá, Xinguara, Araguaína e Miracema do Tocantins apresentaram os maiores índices de industrialização, com destaque para Marabá e Araguaína, os mais populosos da área em estudo, e considerados distritos industriais dentro das suas respectivas unidades federativas (SEDEN e SEDEME, 2018).

Quanto ao setor terciário, para alguns municípios, é o que propulsiona o seu desenvolvimento econômico. Sobressaem-se Marabá e Araguaína, cujos dados apresentam expressiva discrepância ao comparar com outros municípios que apresentam o maior PIB no setor de serviços, como Rio Maria, Xinguara, Fortaleza do Tabocão, Guaraí e Miranorte. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Tocantins (SEDEN), em 2015, o Tocantins apresentou um crescimento de 12% no número de empresas registradas e ativas em relação ao ano anterior, sendo que os municípios que mais se destacaram no setor de comércio foram Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

Segundo a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do estado do Pará, em 2015, foi de R\$ 130,9 bilhões e contribuiu com 2,2% do PIB nacional (R\$ 5.995,8 bilhões) e 40,8% do PIB da região Norte (R\$ 320,8 bilhões), resultado este que levou a economia paraense a ocupar a 11ª posição no ranking nacional, duas a mais em relação ao ano anterior.

Já o Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins de 2015 atingiu o valor de R\$ 28,93 bilhões, superando o ano de 2014, que foi de R\$ 26,19 bilhões. A participação do Tocantins no PIB nacional manteve-se em 0,5% e ocupa a 24ª posição do ranking brasileiro (SECOM - Secretaria de Comunicação Social do Tocantins).

6.4.2.7.2. Principais atividades econômicas

A economia paraense, de acordo com o Governo do Estado do Pará, está baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agropecuária, na indústria e no turismo.

As atividades de mineração e pecuária predominam na região sudeste do Estado, sendo Parauapebas a principal produtora minerária, e a pecuária conta com um rebanho calculado em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos. Já a agricultura é mais desenvolvida em outras regiões, sendo o Pará o maior produtor de pimenta-do-reino do Brasil, estando entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. A atividade industrial tem sua concentração na região metropolitana de Belém, através dos distritos industriais, no qual o município de

Marabá é um dos destaques. Destaca-se ainda como parte significativa da economia a indústria madeireira, visto a característica natural da região.

A seguir, no Quadro 1, estão listadas as principais atividades econômicas dos municípios interceptados pelo empreendimento, de acordo com os setores econômicos, cujos dados foram obtidos por meio de pesquisa em órgãos municipais e estaduais.

Quadro 1 - Principais Atividades Econômicas nos municípios da AER.

Município	Setores econômicos		
	Primário	Secundário	Terciário
Anapu - PA	Pecuária (corte e leite) e a produção de cacau	Indústria bovina e madeireira	Comércio e serviços
Curionópolis - PA	Agropecuária e silvicultura	Indústria de transformação	Comércio e administração pública
Eldorado do Carajás - PA	Pecuária (corte)	Indústria ceramista	Serviços públicos e comércio
Floresta do Araguaia - PA	Pecuária (corte e leite) e o cultivo de abacaxi	Indústria de transformação de alimentos e ceramista	Serviços
Itupiranga - PA	Agropecuária e extração mineral	Indústria de transformação	Comércio e Serviços
Marabá - PA	Extração mineral e agropecuária	Indústria extrativa, de transformação e distribuição de gás, água e eletricidade	Comércio e serviços
Novo Repartimento - PA	Pecuária (corte e leite)	Indústria de laticínios	Comércio e Serviços
Pacajá - PA	Agricultura familiar e pecuária (corte e leite)	Indústria de laticínios e ceramista	Comércio e Serviços
Rio Maria - PA	Pecuária (leite, queijo) e cultura de milho e abacaxi	Indústria de laticínios, ceramista e frigorífica	Serviços
Sapucaia - PA	Pecuária (corte)	Indústria frigorífica	Comércio
Xinguara - PA	Pecuária (corte e leite) e cultura de milho	Indústria ceramista, de laticínio e frigorífica	Comércio e serviços públicos
Araguaína - TO	Agricultura e pecuária	Indústria de laticínios e frigorífico	Administração pública, comércio e serviços
Arapoema - TO	Pecuária (leite) e cultura de milho e soja	Indústria de laticínios	Comércio
Bernardo Sayão - TO	Agricultura e pecuária	Indústria de laticínios e ceramista	Administração pública e serviços
Fortaleza do Tabocão - TO	Pecuária (leite) e cultura de cana-de-açúcar e soja	Indústria leiteira	Comércio
Guaraí - TO	Agricultura, pecuária e piscicultura	Indústria de móveis e ceramista	Comércio
Itaporã do Tocantins - TO	Pecuária (leite e corte)	Indústria frigorífica	Atividades de serviços públicos
Miracema do Tocantins - TO	Pecuária (corte e leite) e cultura de plantas medicinais	Indústria de transformação	Comércio e serviços
Miranorte - TO	Agricultura familiar e pecuária	Indústria de transformação de alimentos	Comércio e administração pública

Município	Setores econômicos		
	Primário	Secundário	Terciário
Pau D'Arco - TO	Pecuária (leite) e cultura de abacaxi	Indústria de transformação	de Administração pública e comércio
Pequizeiro - TO	Agricultura e pecuária	Indústria ceramista e de laticínios	Comércio e serviços
Rio dos Bois - TO	Agricultura (abacaxi e soja)	Indústria frigorífica	Serviços públicos

Fonte: SEAGRO PA e TO (2017).

Observa-se que a pecuária é a atividade mais desenvolvida dentre os municípios da AER do empreendimento, sobretudo a bovina, mas também boa parte deles tem o comércio e serviços e a agricultura como parte da sua economia, na qual sobressaem-se as culturas de milho e soja, e ainda abacaxi, cacau e cana-de açúcar.

No que tange ao setor secundário, nota-se a significativa presença da indústria frigorífica, de laticínios e de transformação de alimentos, visto a região dispor de uma produção rural expressiva, sobretudo na pecuária e agricultura. Estão presentes ainda nos municípios em análise, mais especificamente nos mais desenvolvidos economicamente e que dispõem de uma maior infraestrutura, outras atividades industriais, como extrativistas, ceramistas, de transformação, dentre outras, nas quais se destacam Marabá (PA) e Araguaína (TO), referência no segmento industrial regional, e que possuem distritos industriais instalados em seus territórios.

Quanto ao setor terciário, verifica-se que todos os municípios analisados apresentam o comércio e/ou serviços como parte relevante da sua economia, sendo que em alguns a administração pública é responsável por parte significativa da geração de empregos, e o comércio se sobressai em parte deles, como Marabá (PA), Xinguara (PA), Araguaína (TO) e Guaraí (TO).

6.4.2.7.3. Trabalho, Renda e Índice de Desemprego na AER

A análise relativa à trabalho, renda e índice de desemprego nos municípios interceptados pelas LTs foi efetuada através de dados obtidos nos sites do IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego, com base no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), permitindo visualizar o perfil da área em estudo no que tange ao tema em foco.

Segundo o Ministério do Trabalho, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2016, houve retração no emprego em todas as Unidades da Federação, à exceção do estado do Amapá. Apenas 12 UFs possuíam mais de 1,0 milhão de empregos formais em seus mercados de trabalho, incluindo o Pará (1,1 milhão).

Em comparação com 2015, a média nacional apresentou retração de -4,2% do estoque de empregos, sendo que, do ponto de vista relativo, o Pará ficou entre as maiores quedas, ficando com uma retração de -6,4%, equivalente a -72,4 mil vínculos. Já o estado do Tocantins exibiu uma retração de -3,8%, significando -10,4 mil vínculos (MTE, 2016).

Em 2016, houve retração no emprego em todos os setores econômicos. Os maiores estoques de empregos concentravam-se nos setores de Serviços (36,3% do total, 16,7 milhões de vínculos), Comércio (20,1%, 9,3 milhões de postos de trabalho) e Administração Pública (19,2%, 8,8 milhões de empregos). Juntos, esses três

setores respondiam por 75,6% do estoque de empregos formais, equivalente a 34,8 milhões de empregos formais (MTE, 2016).

Ao comparar com 2015, as maiores perdas relativas de emprego foram nos setores da Construção Civil (-18,0%, correspondente à perda de -437,3 mil postos de trabalho), Indústria Extrativa (queda de -8,0%, equivalente à redução de -19,2 mil empregos) e Indústria da Transformação (-5,5%, queda de -419,0 mil vínculos). Na média nacional, a perda de estoque foi da ordem de -4,2%, correspondendo à queda de 2,0 milhões de empregos.

Na Tabela 29 a seguir estão dispostos os dados concernentes ao número de empregos formais por setor de atividade econômica, nos municípios pertencentes à AER do empreendimento, nos anos de 2015 e 2016.

Tabela 29 - Número de empregos formais, variação absoluta e relativa nos anos de 2015 e 2016, por setor de atividade econômica, nos municípios da AER

Município	Indicadores	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços de utilidades públicas	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Anapu - PA	2015	1511	15	146	-	14	314	307	630	85
	2016	1574	6	133	-	70	360	338	591	76
	Var. Abs.	63	-9	-13	-	56	46	31	-39	-9
	Var. Rel. (%)	4,17	-60	-8,9	-	400	14,65	10,1	-6,19	-10,59
Curionópolis - PA	2015	1738	114	132	4	105	262	181	424	516
	2016	1367	198	136	3	15	240	240	7	528
	Var. Abs.	-371	84	4	-1	-90	-22	59	-417	12
	Var. Rel. (%)	-21,4	73,68	3,03	-25	-85,71	-8,4	32,6	-98,35	2,33
Eldorado do Carajás - PA	2015	2020	34	332	6	4	360	79	1092	113
	2016	2169	24	286	8	3	399	84	1270	95
	Var. Abs.	149	-10	-46	2	-1	39	5	178	-18
	Var. Rel. (%)	7,38	-29,41	-13,86	33,33	-25	10,83	6,33	16,3	-15,93
Floresta do Araguaia - PA	2015	1136	56	36	-	2	158	43	668	173
	2016	1036	4	41	-	1	160	29	641	160
	Var. Abs.	-100	-52	5	-	-1	2	-14	-27	-13
	Var. Rel. (%)	-8,8	-92,86	13,89	-	-50	1,27	-32,56	-4,04	-7,51
Itupiranga - PA	2015	2768	10	24	1	65	290	184	1797	397
	2016	2756	8	53	3	123	306	154	1701	408
	Var. Abs.	-12	-2	29	2	58	16	-30	-96	11
	Var. Rel. (%)	-0,43	-20	120,83	200	89,23	5,52	-16,3	-5,34	2,77
Marabá - PA	2015	47121	2569	4649	409	3526	13285	11762	9676	1245
	2016	42443	2392	4330	391	3128	12332	10997	7698	1175
	Var. Abs.	-4678	-177	-319	-18	-398	-953	-765	-1978	-70
	Var. Rel. (%)	-9,93	-6,89	-6,86	-4,4	-11,29	-7,17	-6,5	-20,44	-5,62
Novo Repartimento - PA	2015	4771	-	166	5	132	965	356	2720	427
	2016	4459	-	141	1	49	902	311	2615	440
	Var. Abs.	-312	-	-25	-4	-83	-63	-45	-105	13

Município	Indicadores	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
	Var. Rel. (%)	-6,54	-	-15,06	-80	-62,88	-6,53	-12,64	-3,86	3,04
Pacajá - PA	2015	2084	0	42	-	2	407	64	1413	156
	2016	2120	13	24	-	36	420	64	1356	207
	Var. Abs.	36	13	-18	-	34	13	0	-57	51
	Var. Rel. (%)	1,73	n/d	-42,86	-	1700	3,19	0	-4,03	32,69
Rio Maria - PA	2015	2705	5	823	1	38	412	255	655	516
	2016	2491	2	743	13	30	390	228	518	567
	Var. Abs.	-214	-3	-80	12	-8	-22	-27	-137	51
	Var. Rel. (%)	-7,91	-60	-9,72	1200	-21,05	-5,34	-10,59	-20,92	9,88
Sapucaia - PA	2015	1113	-	29	-	1	92	21	322	648
	2016	1138	-	46	-	0	110	2	326	654
	Var. Abs.	25	-	17	-	-1	18	-19	4	6
	Var. Rel. (%)	2,25	-	58,62	-	-100	19,57	-90,48	1,24	0,93
Xinguara - PA	2015	7615	42	2099	18	184	1858	909	1474	1031
	2016	7488	48	2006	18	160	1853	964	1234	1205
	Var. Abs.	-127	6	-93	0	-24	-5	55	-240	174
	Var. Rel. (%)	-1,67	14,29	-4,43	0	-13,04	-0,27	6,05	-16,28	16,88
Araguaína - TO	2015	30665	16	3932	195	2070	10097	9574	3606	1175
	2016	28766	15	3782	196	1424	9700	9870	2625	1154
	Var. Abs.	-1899	-1	-150	1	-646	-397	296	-981	-21
	Var. Rel. (%)	-6,19	-6,25	-3,81	0,51	-31,21	-3,93	3,09	-27,2	-1,79
Arapoema - TO	2015	768	-	3	8	0	69	36	282	370
	2016	725	-	24	8	1	69	37	254	332
	Var. Abs.	-43	-	21	0	1	0	1	-28	-38
	Var. Rel. (%)	-5,6	-	700	0	n/d	0	2,78	-9,93	-10,27
Bernardo Sayão - TO	2015	479	-	73	3	-	28	7	208	160
	2016	455	-	80	3	-	30	5	174	163
	Var. Abs.	-24	-	7	0	-	2	-2	-34	3

Município	Indicadores	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	de Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Fortaleza do Tabocão - TO	Var. Rel. (%)	-5,01	-	9,59	0	-	7,14	-28,57	-16,35	1,88
	2015	609	-	10	-	3	219	165	149	63
	2016	603	-	12	-	3	219	169	133	67
	Var. Abs.	-6	-	2	-	0	0	4	-16	4
Guarái - TO	Var. Rel. (%)	-0,99	-	20	-	0	0	2,42	-10,74	6,35
	2015	3178	-	246	32	91	1087	817	703	202
	2016	2915	-	242	35	62	1006	765	578	227
	Var. Abs.	-263	-	-4	3	-29	-81	-52	-125	25
Itaporã do Tocantins - TO	Var. Rel. (%)	-8,28	-	-1,63	9,38	-31,87	-7,45	-6,36	-17,78	12,38
	2015	372	-	8	-	-	9	4	163	188
	2016	366	-	10	-	-	14	4	115	223
	Var. Abs.	-6	-	2	-	-	5	0	-48	35
Miracema do Tocantins - TO	Var. Rel. (%)	-1,61	-	25	-	-	55,56	0	-29,45	18,62
	2015	1797	-	77	155	42	372	284	623	244
	2016	1582	-	67	94	17	369	266	507	262
	Var. Abs.	-215	-	-10	-61	-25	-3	-18	-116	18
Miranorte - TO	Var. Rel. (%)	-12	-	-12,99	-39,35	-59,52	-0,81	-6,34	-18,62	7,38
	2015	1232	1	91	4	15	304	241	434	142
	2016	1179	1	69	4	14	299	235	419	138
	Var. Abs.	-53	0	-22	0	-1	-5	-6	-15	-4
Pau D'Arco - TO	Var. Rel. (%)	-4,3	0	-24,18	0	-6,67	-1,64	-2,49	-3,46	-2,82
	2015	407	1	22	-	35	48	48	198	103
	2016	380	5	23	-	29	43	43	168	112
	Var. Abs.	-27	4	1	-	-6	-5	-5	-30	9
Pequizeiro - TO	Var. Rel. (%)	-6,63	400	4,55	-	-17,14	-10,42	-10,42	-15,15	8,74
	2015	398	-	20	-	21	38	9	236	74
	2016	293	-	13	-	5	37	10	169	59
	Var. Abs.	-105	-	-7	-	-16	-1	1	-67	-15

Município	Indicadores	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	de Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Rio dos Bois - TO	Var. Rel. (%)	-26,4	-	-35	-	-76,19	-2,63	11,11	-28,39	-20,27
	2015	215	-	-	-	-	15	4	156	40
	2016	69	-	-	-	-	11	5	11	42
	Var. Abs.	-146	-	-	-	-	-4	1	-145	2
	Var. Rel. (%)	-67,9	-	-	-	-	-26,67	25	-92,95	5

Fonte: MTE, RAIS – 2015/2016.

Observa-se, diante das informações acima dispostas, que grande parte dos municípios apresentou retração no número de empregos formais no período analisado, com exceção de Anapu, Eldorado do Carajás, Pacajá e Sapucaia, todos do estado Pará, que exibiram um aumento que variou entre 1,73% (Pacajá) e 7,38% (Eldorado do Carajás).

Os municípios que tiveram maior retração foram Rio dos Bois (TO), com -67,9%, e Pequizeiro (TO), com -26,4%, sendo que Itupiranga (PA) e Fortaleza do Tabocão (TO) dispuseram dos menores valores relativos, -0,43% e -0,99%, respectivamente.

A partir dos dados apresentados, verifica-se que, dos vinte e dois (22) municípios analisados, doze (12) tem na Administração Pública o maior número de empregos formais, no período considerado, ao avaliar os dados por setor. São eles: os paraenses Anapu, Eldorado do Carajás, Floresta do Araguaia, Itupiranga, Novo Repartimento e Pacajá, e os tocantinenses Bernardo Sayão, Miracema do Tocantins, Miranorte, Pau D'Arco, Pequizeiro e Rio dos Bois (este no ano de 2015).

No setor da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, sobressaem-se os municípios de Curionópolis e Sapucaia, no Pará, e Arapoema, Itaporã do Tocantins e Rio dos Bois (este no ano de 2016) no Tocantins.

Já na Indústria de Transformação, os municípios de Rio Maria e Xinguará se destacam, no âmbito dos empregos formais por setor. Quanto à atividade Extrativa Mineral, dez (10) municípios, dos vinte e dois (22) em estudo, não apresentaram empregos formais no período avaliado, sendo que a maior parte destes se encontra no estado do Tocantins, tendo Marabá exibido o maior quantitativo no setor.

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública também não ocuparam de maneira significativa os empregos formais no período analisado, visto que nove (9) municípios não dispuseram de dados nesse intervalo, sendo que o maior quantitativo ficou com Marabá, seguido por Araguaína e Miracema do Tocantins.

Na Construção Civil destacam-se Marabá e Araguaína, ao passo que Bernardo Sayão, Itaporã do Tocantins e Rio dos Bois não apresentaram dados referentes à empregos formais no período.

O setor do Comércio foi o que apresentou o maior quantitativo de empregos formais no período em foco, sendo o que mais empregou nos municípios de Fortaleza do Tabocão e Guarái, bem como em Marabá e Araguaína (este no ano de 2015). O setor de Serviços também apresentou quantitativo significativo em termos de empregos formais, sobretudo nos municípios de Marabá e Araguaína (este no ano de 2016).

No que tange à população por condição de atividade e de ocupação, dos municípios da AER, a Tabela 30 a seguir dispõe dos referidos dados. A taxas foram calculadas da seguinte maneira:

- Taxa de atividade: $PEA/PIA \times 100$;
- Taxa de ocupação: $População\ ocupada/PEA \times 100$;
- Taxa de desocupação: $População\ desocupada/PEA \times 100$.

Tabela 30 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência nos municípios da AER

Município	População em Idade Ativa (PIA)	População Economicamente Ativa (PEA)	População Economicamente Ativa (PNEA)	Não Ocupada (POC)	População Desocupada (PD)	Taxa de Atividade (%)	Taxa de Ocupação (%)	Taxa de Desocupação (%)
Anapu - PA	15.675	9.606	6.070	9.268	337	61,28	96,5	3,5
Curionópolis - PA	14.703	6.468	8.235	5.724	744	43,99	88,5	11,5
Eldorado do Carajás - PA	24.691	12.434	12.257	11.746	688	50,36	94,5	5,5
Floresta do Araguaia - PA	14.070	7.024	7.046	6.129	894	49,92	87,3	12,7
Itupiranga - PA	39.245	18.041	21.204	16.471	1.571	45,97	91,3	8,7
Marabá - PA	185.156	103.197	81.959	93.234	9.963	55,74	90,3	9,7
Novo Repartimento - PA	47.605	23.418	24.187	22.370	1.048	49,19	95,5	4,5
Pacajá - PA	30.880	13.971	16.909	13.352	619	45,24	95,6	4,4
Rio Maria - PA	14.566	8.181	6.385	7.594	587	56,17	92,8	7,2
Sapucaia - PA	4.076	2.369	1.707	2.234	135	58,12	94,3	5,7
Xinguara - PA	32.788	18.420	14.368	16.909	1.510	56,18	91,8	8,2
Araguaína - TO	124.534	74.063	50.471	68.938	5.125	59,47	93,1	6,9
Arapoema - TO	5.557	2.986	2.571	2.803	184	53,73	93,9	6,2
Bernardo Sayão - TO	3.673	1.892	1.781	1.776	115	51,51	93,9	6,1
Fortaleza do Tabocão - TO	2.009	998	1.011	926	72	49,68	92,8	7,2
Guaraí - TO	19.370	11.933	7.437	11.224	709	61,61	94,1	5,9
Itaporã do Tocantins - TO	2.014	1.185	829	1.111	74	58,84	93,8	6,2
Miracema do Tocantins - TO	16.930	8.861	8.069	8.289	573	52,34	93,5	6,5
Miranorte - TO	10.506	5.854	4.652	5.495	359	55,72	93,9	6,1
Pau D'Arco - TO	3.769	2.107	1.662	1.960	147	55,90	93,0	7,0
Pequizeiro - TO	4.132	2.141	1.991	2.036	106	51,82	95,1	5,0
Rio dos Bois - TO	2.092	1.070	1.022	1.029	41	51,15	96,2	3,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Verifica-se que, no que se refere à condição de atividade e de ocupação nos municípios da AER, no período avaliado, Marabá apresenta os maiores quantitativos, seja em população em idade ativa (185.156 pessoas), população economicamente ativa (103.197 pessoas), população não economicamente ativa (81.959 pessoas), população ocupada (93.234 pessoas) e população desocupada (9.963 pessoas).

Já Fortaleza do Tabocão ficou com boa parte dos menores quantitativos analisados, como PIA (2.009 pessoas), PEA (998 pessoas) e POC (926 pessoas). Itaporã do Tocantins apresentou a menor PNEA (829 pessoas) e Rio dos Bois a menor PD (41 pessoas).

Quanto às taxas de atividade Guaraí demonstrou a maior porcentagem (61,61%) e Curionópolis a menor (43,99%). Anapu apresentou a maior taxa de ocupação (96,5%) e a menor taxa de desocupação (3,5%), enquanto que Floresta do Araguaia exibiu a menor taxa de ocupação (87,3%) e a maior de desocupação (12,7%).

Ao tratar da flutuação do emprego nos municípios da AER do empreendimento, foram levantados dados a respeito de admissões, desligamentos e estabelecimentos, dispostos na Tabela 16 a seguir.

Tabela 31 - Flutuação do emprego nos municípios da AER

Município	Admissões	Desligamentos	Saldo	Nº Emp. Formais - 1º Jan/2018	Total Estabelecimentos	de
Anapu - PA	24	33	-9	760	373	
Curionópolis - PA	67	72	-5	3.059	444	
Eldorado do Carajás - PA	51	42	9	849	443	
Floresta do Araguaia - PA	11	14	-3	396	266	
Itupiranga - PA	34	225	-191	1.242	426	
Marabá - PA	1.069	2.166	-1.097	36.288	6.276	
Novo Repartimento - PA	86	74	12	1.763	745	
Pacajá - PA	109	193	-84	1.630	425	
Rio Maria - PA	76	75	1	1.916	511	
Sapucaia - PA	48	35	13	761	106	
Xinguara - PA	353	307	46	6.732	1.681	
Araguaína - TO	724	779	-55	27.744	5.992	
Arapoema - TO	25	15	10	505	226	
Bernardo Sayão - TO	13	9	4	273	86	
Fortaleza do Tabocão - TO	8	6	2	414	112	
Guaraí - TO	76	89	-13	2.463	944	
Itaporã do Tocantins - TO	23	8	15	239	82	
Miracema do Tocantins - TO	9	38	-29	1.182	595	
Miranorte - TO	31	23	8	839	393	
Pau D'Arco - TO	7	3	4	179	87	
Pequizeiro - TO	3	2	1	127	89	
Rio dos Bois - TO	-	-	-	50	40	

Fonte: CAGED – MTE (Jan, 2018).

A partir das informações acima exibidas, nota-se que Marabá apresenta os maiores índices, no período em foco, seja em número de admissões (1.069), desligamentos (2.166) - que foram maiores que o quantitativo de admitidos -, empregos formais (36.288), seja em número de estabelecimentos (6.276), visto a sua infraestrutura e economia mais desenvolvida. Em seguida, em maiores indicadores, encontra-se Araguaína, em contraposição

à Rio dos Bois, que não apresentou admissões ou desligamentos na ocasião da pesquisa, dispondo apenas de 50 empregos formais e 40 estabelecimentos.

Abaixo, na Tabela 32, estão os dados relativos à população ocupada nos municípios em estudo, conforme seção de atividade.

Tabela 32 - População ocupada nos municípios da AER segundo seção de atividade

Município	Total	Empregados	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Anapu - PA	9.268	3.771	2.236	133	820	2.308
Curionópolis - PA	5.725	3.956	1.474	55	80	160
Eldorado do Carajás - PA	11.744	6.831	2.501	84	563	1.765
Floresta do Araguaia - PA	6.128	2.829	1.974	9	392	924
Itupiranga - PA	16.471	6.905	4.970	191	462	3.943
Marabá - PA	93.234	61.211	24.081	1.205	2.473	4.264
Novo Repartimento - PA	22.370	11.263	6.561	215	1.016	3.315
Pacajá - PA	13.351	5.367	3.838	145	1.144	2.856
Rio Maria - PA	7.593	4.960	1.880	166	129	458
Sapucaia - PA	2.233	1.643	505	49	10	26
Xinguara - PA	16.910	11.593	4.058	328	539	392
Araguaína - TO	68.938	50.279	14.731	1.608	1.199	1.112
Arapoema - TO	2.803	1.911	633	36	45	178
Bernardo Sayão - TO	1.776	969	646	-	86	75
Fortaleza do Tabocão - TO	927	736	129	2	9	51
Guaraí - TO	11.224	7.504	2.763	344	139	474
Itaporã do Tocantins - TO	1.113	735	183	2	78	115
Miracema do Tocantins - TO	8.288	6.355	1.505	90	115	228
Miranorte - TO	5.493	3.873	1.157	14	122	327
Pau D'Arco - TO	1.961	1.192	435	31	47	256
Pequizeiro - TO	2.036	1.087	584	9	112	244
Rio dos Bois - TO	1.029	598	235	-	32	164

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Verifica-se através das informações apresentadas, que o número de pessoas empregadas é maior do que todas as outras categorias, em todos os municípios analisados, tendo destaque os municípios de Marabá/PA (61.211 pessoas) e Araguaína/TO (50.279 pessoas). Nota-se que em Anapu (PA) o quantitativo de população ocupada e que trabalha por conta própria (2.236 pessoas) é quase igual ao número de trabalhadores na produção para o próprio consumo (2.308 pessoas), e que os municípios de Bernardo Sayão (TO) e Rio dos Bois (TO) não possuíam, no período averiguado, a população de empregadores.

No que tange à renda da população economicamente ativa nos municípios interceptados pelo empreendimento, pode-se observar a Tabela 33 a seguir.

Tabela 33 - População Economicamente Ativa nos municípios da AER segundo a renda

Município	Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Anapu - PA	15.657	2.173	2.820	1.445	610	178	24	13	8.394
Curionópolis - PA	14.654	1.349	3.590	1.753	625	128	27	13	7.169
Eldorado do Carajás - PA	24.617	3.365	5.820	2.376	904	213	60	13	11.866
Floresta do Araguaia - PA	14.097	1.977	3.192	1.166	527	143	26	14	7.052
Itupiranga - PA	39.384	5.365	8.760	2.986	1.076	301	64	25	20.807
Marabá - PA	185.038	10.397	39.612	27.508	15.579	4.548	1.039	317	86.038
Novo Repartimento - PA	47.592	5.754	10.544	4.308	1.689	414	89	30	24.764
Pacajá - PA	31.018	3.836	5.675	2.047	840	199	60	23	18.338
Rio Maria - PA	14.560	1.303	3.929	2.233	861	270	62	16	5.886
Sapucaia - PA	4.082	364	1.012	711	258	63	10	4	1.660
Xinguara - PA	32.793	1.976	8.624	5.209	2.184	607	148	51	13.994
Araguaína - TO	124.551	6.400	33.626	21.236	11.803	4.453	1.187	451	45.395
Arapoema - TO	5.538	790	1.640	728	341	77	10	12	1.940
Bernardo Sayão - TO	3.666	425	1.092	463	191	38	6	1	1.450
Fortaleza do Tabocão - TO	2.008	211	545	293	131	27	2	-	799
Guaraí - TO	19.360	1.601	5.563	2.786	1.688	639	122	46	6.915
Itaporã do Tocantins - TO	2.022	310	623	253	93	17	7	2	717
Miracema do Tocantins - TO	16.976	1.224	4.510	2.666	1.242	435	90	37	6.772
Miranorte - TO	10.499	1.016	3.376	1.298	606	152	33	18	4.000

Município	Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Pau D'Arco - TO	3.766	463	986	420	214	36	7	4	1.636
Pequizeiro - TO	4.123	671	1.154	477	180	43	5	6	1.587
Rio dos Bois - TO	2.088	299	563	221	101	14	2	-	888

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Verifica-se que a maior parte da população economicamente ativa da AER encontra-se com rendimento entre $\frac{1}{2}$ e 5 salários mínimos, seguida pelos números de quem ganha até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nota-se ainda que o quantitativo da população economicamente ativa sem rendimento, em todos os municípios estudados, é maior que o somatório de quase todas as classes de renda demonstradas no período analisado.

Marabá e Araguaína se destacam com a maior concentração da PEA da AER, segundo a renda, em contraposição à Fortaleza do Tabocão e Rio dos Bois, que apresentaram os menores índices, além de não disporem de pessoas que possuíssem uma renda maior que 20 salários mínimos, de acordo com a fonte pesquisada.

Já a taxa de desemprego dos municípios em foco, tendo por base pessoas com 16 anos ou mais de idade, podem visualizadas na Tabela 34 abaixo.

Tabela 34 - Taxa de desemprego nos municípios da AER

Município	Taxa de desemprego 16 anos ou mais de idade (%)
Anapu - PA	5,59
Curionópolis - PA	11,39
Eldorado do Carajás - PA	5,84
Floresta do Araguaia - PA	12,54
Itupiranga - PA	8,67
Marabá - PA	9,59
Novo Repartimento - PA	4,57
Pacajá - PA	4,29
Rio Maria - PA	6,84
Sapucaia - PA	4,92
Xinguara - PA	7,73
Araguaína - TO	6,59
Arapoema - TO	5,18
Bernardo Sayão - TO	6,06
Fortaleza do Tabocão - TO	7,15
Guaraí - TO	5,7
Itaporã do Tocantins - TO	6,31
Miracema do Tocantins - TO	6,13
Miranorte - TO	6,15
Pau D'Arco - TO	6,83
Pequizeiro - TO	4,62
Rio dos Bois - TO	3,75

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

As maiores taxas de desemprego, conforme o IBGE, no período avaliado, foram demonstradas pelos municípios de Curionópolis (11,39%) e Floresta do Araguaia (12,54%), sendo a menor taxa apresentada em Rio dos Bois, com 3,75%.

6.4.2.8. *Uso e Ocupação do Solo*

6.4.2.8.1. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo da AER

O uso e ocupação do solo da AER do empreendimento foi caracterizado tendo como base de análise os aspectos relativos à paisagem e à ocupação antrópica, dentro do contexto de ocupação territorial, através da apresentação de dados obtidos por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG), e sua concomitante análise, considerando o traçado das Linhas de Transmissão e os limites da Área de Estudo Regional.

A análise da paisagem local, os usos do solo e a sua ocupação antrópica podem ser estudados por meio da caracterização e análise dos elementos formadores da estrutura fundiária, bem como através das condições das propriedades inseridas na área de estudo, presença de fragmentos florestais, a consolidação das áreas destinadas ao uso antrópico, áreas de produção agropecuária, dentre outros.

De uma maneira geral, o uso e ocupação do solo são demonstrados, sobretudo, pela estrutura vegetacional presente na área de estudo e pelas evidências de ocupação humana, a seguir descritas.

Atividades Minerárias

As atividades minerárias identificadas na AER foram levantadas a partir dos dados disponibilizados através do banco de dados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, atual Agência Nacional de Mineração - ANM), e tem sua maior concentração nos municípios paraenses, sobretudo na região de Carajás, no sudeste do estado.

A maior parte dos processos minerários na área em estudo encontra-se na fase de autorização de pesquisa, de disponibilidade ou na fase de requerimento de pesquisa, sendo uma minoria voltada para o requerimento de lavra e requerimento de lavra garimpeira, mais especificamente de níquel, cobre e ouro, estando localizados na porção central do empreendimento, nos municípios de Xinguara/PA e Marabá/PA.

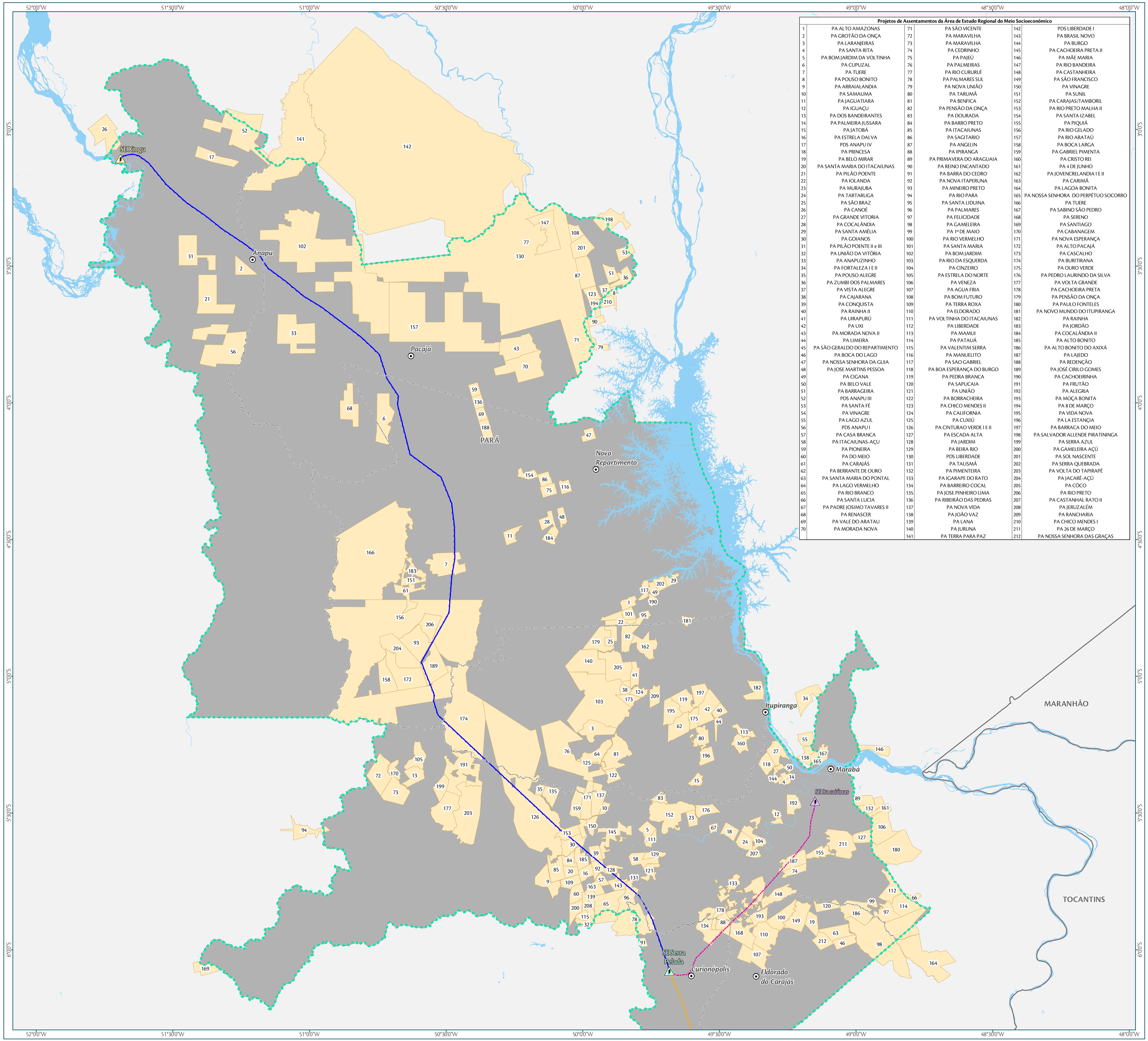
De um modo geral, as atividades minerárias levantadas na área em estudo, sobretudo dentre os municípios paraenses interceptados pelo traçado do empreendimento, estão mais concentradas na fase de autorização de pesquisa, sendo os minérios/substâncias de cobre, tântalo, cassiterita, ouro, granito, ilmenita, manganês, estanho, ferro e níquel, para destinação industrial e metalurgia, fosfato para fertilizantes, diamante para gema e calcário para corretivo de solo. Na fase de requerimento de pesquisa tem-se de manganês, cobre, ferro, ouro, estanho, níquel, fosfato, diamante, chumbo e quartzo, sobretudo para destinação industrial. Em menor quantidade estão a fase de disponibilidade, mais especificamente de cobre, ouro, manganês e níquel (destinação industrial), de concessão de lavra de cobre, e de requerimento de lavra garimpeira de ouro (destinação industrial) e cobre (destinação para artesanato mineral).

Maiores detalhamentos à respeito das atividades minerárias da área em estudo podem ser verificadas no Diagnóstico do Meio Físico.

Assentamentos e Comunidades

As informações referentes aos assentamentos identificados na AER foram obtidas através do levantamento de dados secundários, bem como por meio pesquisa *in loco* (Mapa 1). A maior parte deles teve sua criação regulamentada pelo INCRA, cuja forma de obtenção das terras é variada, e tem como principal atividade a produção agrícola.

A Tabela 35 a seguir demonstra os dados dos assentamentos identificados na AER do empreendimento.



Projetos de Assentamentos da Área de Estudo Regional do Meio Socioeconômico

1	PA ALTO AMAZONAS	71	PA SÃO VICENTE	142	PDS LIBERDADE I
2	PA GROTÃO DA ONÇA	72	PA MARAVILHA	143	PA BRASIL NOVO
3	PA LARANJEIRAS	73	PA MARAVILHA	144	PA BURGO
4	PA SANTA RITA	74	PA CEDRINHO	145	PA CACHOEIRA PRETA II
5	PA BOM JARDIM DA VOLTINHA	75	PA PAJEÚ	146	PA MÃE MARIA
6	PA CLUZAL	76	PA PALMEIRAS	147	PA RIO BANDEIRA
7	PA TUERE	77	PA RIO CURURULÉ	148	PA CASTANHEIRA
8	PA POLSO BONITO	78	PA PALMARES SUL	149	PA SÃO FRANCISCO
9	PA ARRALANDIA	79	PA NOVA UNIÃO	150	PA MINAGRE
10	PA SAMALIMA	80	PA TARUMÃ	151	PA SUNIL
11	PA JAGUATIARA	81	PA BENFICA	152	PA CARAIAS/TAMBORIL
12	PA IGUAÇU	82	PA PENSÃO DA ONÇA	153	PA RIO PRETO MALHA II
13	PA DOS BANDERANTES	83	PA DOURADA	154	PA SANTA IZABEL
14	PA PALMEIRA LISSARA	84	PA BARRO PRETO	155	PA PIÇUIA
15	PA JATORÁ	85	PA ITACAULINAS	156	PA RIO GELADO
16	PA ESTRELA DALVA	86	PA SAGITARIO	157	PA RIO ARATAÚ
17	PDS ANAPU IV	87	PA ANGEUIN	158	PA BOCA LARGA
18	PA PRINCESA	88	PA IPIRANGA	159	PA GABRIEL PIMENTA
19	PA BELO MIRAR	89	PA PRIMAVERA DO ARAGUAIA	160	PA CRISTO REI
20	PA SANTA MARIA DO ITACAULINAS	90	PA REINO ENCANTADO	161	PA 4 DE JUNHO
21	PA PILÃO POENTE	91	PA BARRA DO CEDRO	162	PA JOVENCELANDIA I E II
22	PA COALANDA	92	PA NOVA IPIRANGA	163	PA CARIMA
23	PA MURILUBA	93	PA MINEIRO PRETO	164	PA LAGOA BONITA
24	PA TARTARUGA	94	PA RIO PARA	165	PA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
25	PA SÃO BRAZ	95	PA SANTA LIDUINA	166	PA TUERE
26	PA CANOÉ	96	PA PALMARES	167	PA SABINO SÃO PEDRO
27	PA GRANDE VITORIA	97	PA FELICIDADE	168	PA SERENO
28	PA COCALÂNDIA	98	PA GAMELEIRA	169	PA SANTIAGO
29	PA SANTA AMÉLIA	99	PA P'DE MUIO	170	PA CABANAGEM
30	PA GOBIANOS	100	PA RIO VERMELHO	171	PA NOVA ESPERANÇA
31	PA PILÃO POENTE II e III	101	PA SANTA MARIA	172	PA ALTO PACAJÁ
32	PA UNIÃO DA VITORIA	102	PA BOM JARDIM	173	PA CASCALHO
33	PA ANAPUZINHO	103	PA RIO DA ESQUERDA	174	PA BURITIRANA
34	PA FORTALEZA I E II	104	PA CINZEIRO	175	PA OURO VERDE
35	PA POLSO ALEGRE	105	PA ESTRELA DO NORTE	176	PA PEDRO LAURINDO DA SILVA
36	PA ZUMBI DOS PALMARES	106	PA VENEZA	177	PA VOLTA GRANDE
37	PA VISTA ALEGRE	107	PA AGUA FRIA	178	PA CACHOEIRA PRETA
38	PA CARARANA	108	PA BOA ESPERANÇA	179	PA PENSÃO DA ONÇA
39	PA CONQUISTA	109	PA TERRA ROXA	180	PA PAULO FONTELES
40	PA RAINHA II	110	PA EL DORADO	181	PA NOVO MUNDO DO ITUPIRANGA
41	PA UIRAPURÚ	111	PA VOLTINHA DO ITACAULINAS	182	PA RAINHA
42	PA LUXI	112	PA LIBERDADE	183	PA JORDÃO
43	PA MORADA NOVA II	113	PA MAMUJI	184	PA COCALÂNDIA II
44	PA LIMEIRA	114	PA PATALUÁ	185	PA ALTO BONITO
45	PA SÃO GERALDO DO REPARTIMENTO	115	PA VALENTIM SERRA	186	PA ALTO BONITO DO AXIXÁ
46	PA BOCA DO LAGO	116	PA MANUELITO	187	PA LAJEADO
47	PA NOSSA SENHORA DA GLIA	117	PA SAO GABRIEL	188	PA REDENÇÃO
48	PA JOSÉ MARTINS PESSOA	118	PA BOA ESPERANÇA DO BURGO	189	PA JOSÉ CIRILO GOMES
49	PA CIGANA	119	PA PEDRA BRANCA	190	PA CACHOEIRINHA
50	PA BELO VALE	120	PA SAPUCAIA	191	PA FRUTÃO
51	PA BARRAGEIRA	121	PA UNIÃO	192	PA ALEGRIA
52	PDS ANAPU III	122	PA BORRACHEIRA	193	PA MOÇA BONITA
53	PA SANTA FE	123	PA CHICO MENDES II	194	PA 8 DE MARÇO
54	PA VIMAGRE	124	PA CALIFORNIA	195	PA VIDA NOVA
55	PA LAGO AZUL	125	PA CLUXIÚ	196	PA LA ESTANÇIA
56	PDS ANAPU I	126	PA CINTURÃO VERDE I E II	197	PA BARRACA DO MEIO
57	PA CASA BRANCA	127	PA ESCADA ALTA	198	PA SALVADOR ALLENDE PIRATININGA
58	PA ITACAULINAS-ACU	128	PA JARDIM	199	PA SERRA AZUL
59	PA PIONEIRA	129	PA BEIRA RIO	200	PA GAMELEIRA AÇU
60	PA DO MEIO	130	PDS LIBERDADE	201	PA SOL NASCENTE
61	PA CARAIAS	131	PA TALISNÁ	202	PA SERRA QUEBRADA
62	PA BERRANTE DE OURO	132	PA PIMENTEIRA	203	PA VOLTA DO TAPIRAPÉ
63	PA SANTA MARIA DO PONTAL	133	PA ICARAPÉ DO RATO	204	PA JACARÉ AÇU
64	PA LAGO VERMELHO	134	PA BARREIRO COCAL	205	PA CÓCO
65	PA RIO BRANCO	135	PA JOSÉ PINHEIRO LIMA	206	PA RIO PRETO
66	PA SANTA LUCIA	136	PA RIBEIRÃO DAS PEDRAS	207	PA CASTANHAL RATO II
67	PA PADRE JOSIMO TAVARES II	137	PA NOVA VIDA	208	PA JERUZALEM
68	PA RENASCER	138	PA JOÃO VAZ	209	PA RANCHARIA
69	PA VALE DO ARATAU	139	PA ANA	210	PA CHICO MENDES I
70	PA MORADA NOVA	140	PA IRLUNA	211	PA 26 DE MARÇO
		141	PA TERRA PARA PAZ	212	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Parâmetros Cartográficos

0 10 20 30 km

Projeção Geográfica (GCS)

Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Unidades: Graus

Legenda

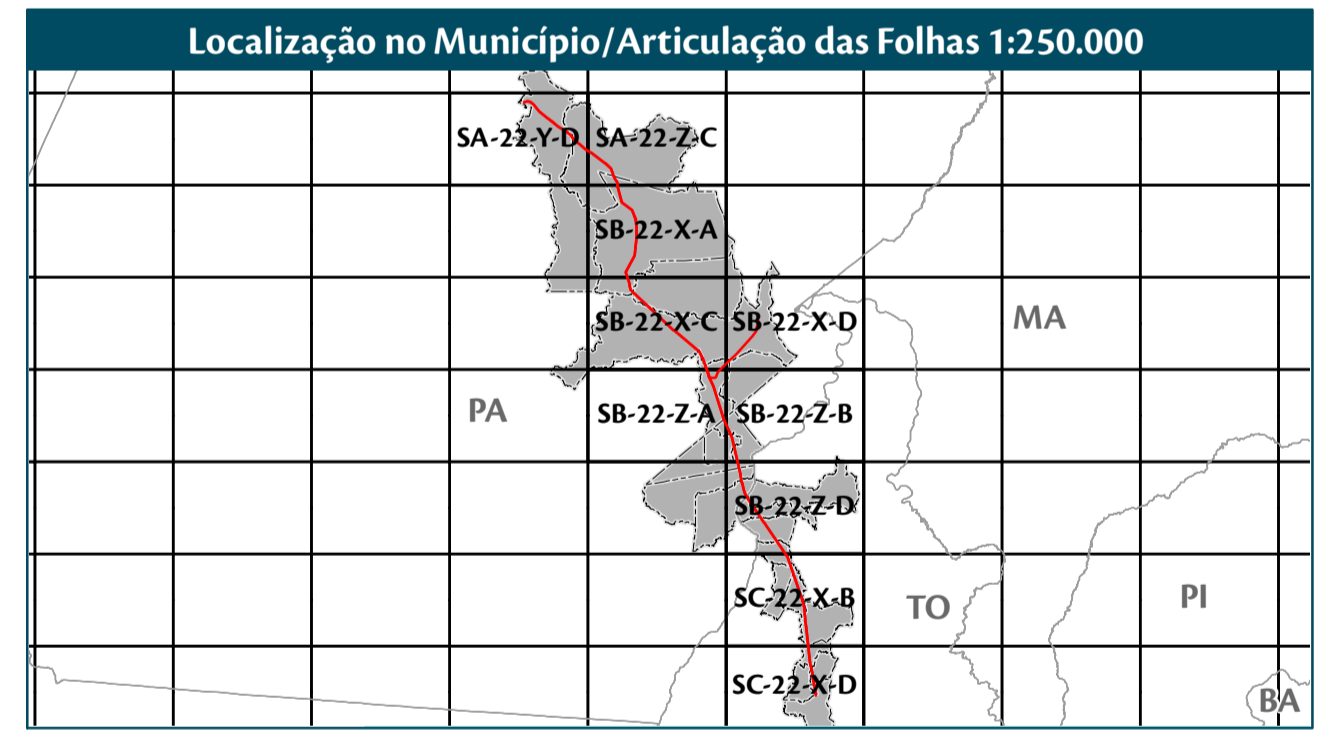
- Sedes Municipais
- SE Itacaiúnas
- SE Serra Pelada
- SE Xingu
- Massa D'água
- Projetos de Assentamento
- Municípios Interceptados
- Divisa Estadual

Linhas de Transmissão 500 kV:

- Xingu - Serra Pelada C1 e C2
- Serra Pelada - Itacaiúnas C1
- Serra Pelada - Miracema C1 e C2

Área de Estudo Regional - Meio Socioeconômico:

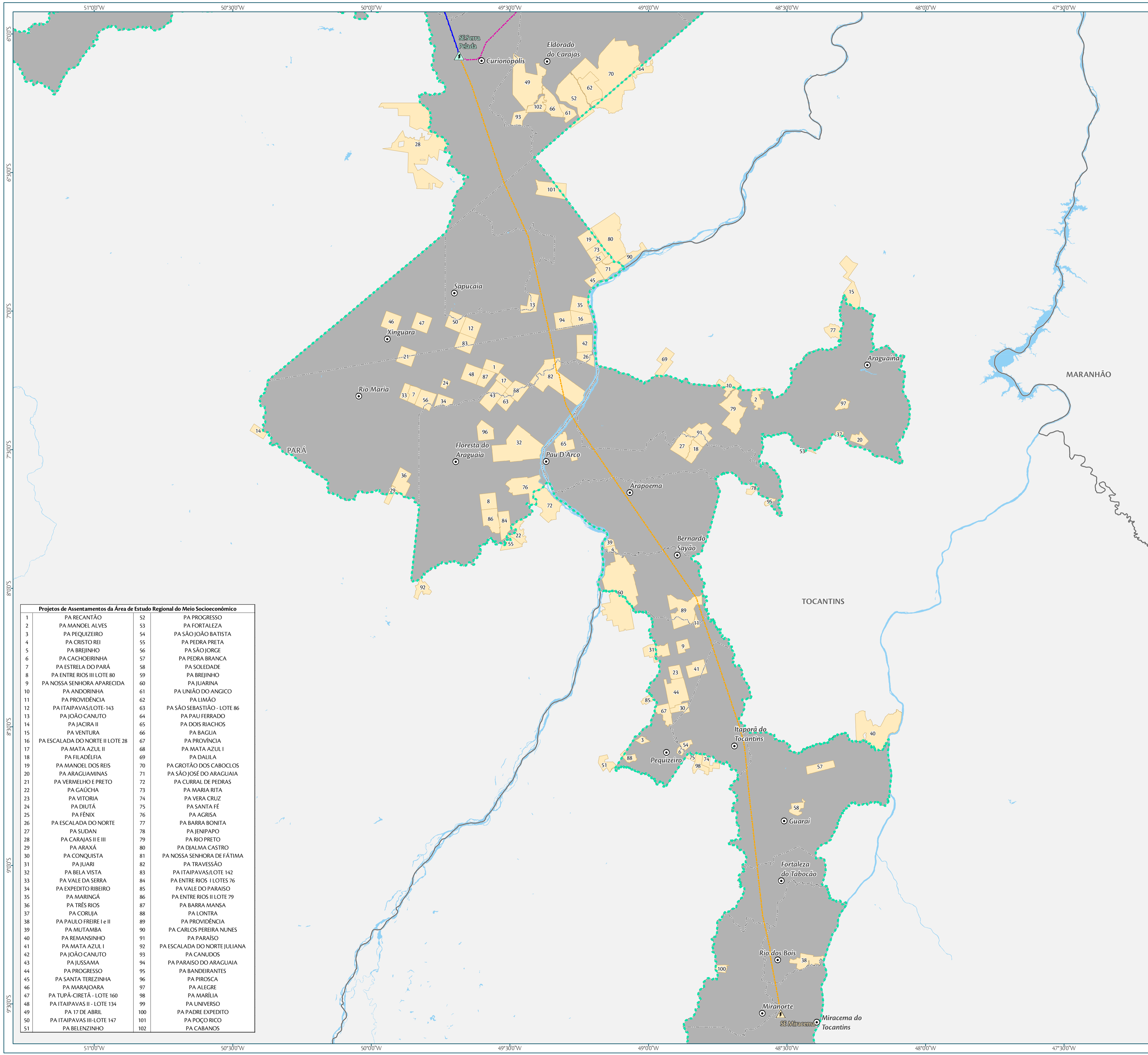
- Municípios Interceptados pelo Empreendimento



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Projetos de Assentamento: INCRA, 2018.

Empreendedor/Cliente	Execução	
Projeto		
Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1		
Tema		
Projetos de Assentamento Área de Estudo Regional - Trecho 01		
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:750.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-1/A1
Data	Julho/2018	



Parâmetros Cartográficos

0 10 20 30 km

Projeção Geográfica (GCS)
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Unidades: Graus

Legenda

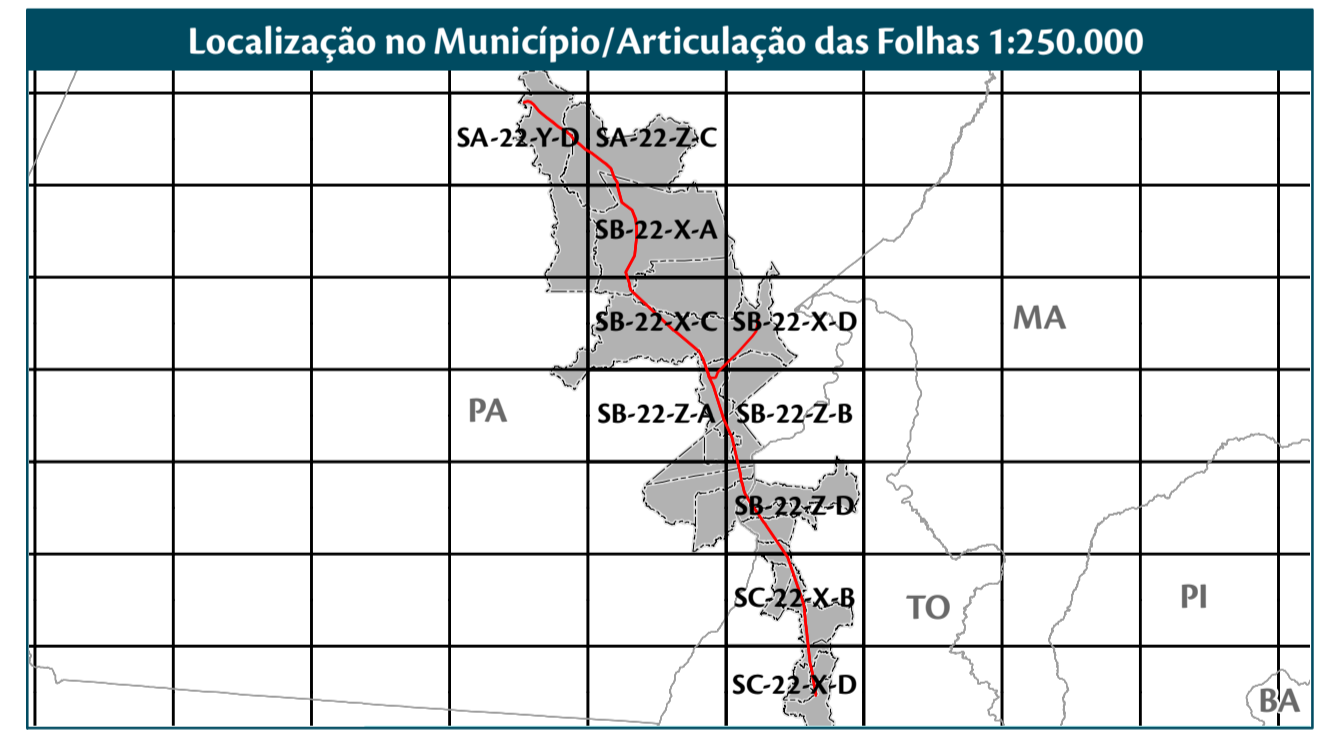
- Sedes Municipais
- ▲ SE Serra Pelada
- ▲ SE Miracema
- Massa D'água
- Projetos de Assentamento
- Municípios Interceptados
- Divisa Estadual

Linhas de Trasmissão 500 kV:

- Xingu - Serra Pelada C1 e C2
- Serra Pelada - Itacaiúnas C1
- Serra Pelada - Miracema C1 e C2

Área de Estudo Regional - Meio Socioeconômico:

- Municípios Interceptados pelo Empreendimento



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Projeto de Assentamento: IN CRA, 2018.

Projetos de Assentamentos da Área de Estudo Regional do Meio Socioeconômico

1	PA RECANTÃO	52	PA PROGRESSO
2	PA MANOEL ALVES	53	PA FORTALEZA
3	PA PEQUIZEIRO	54	PA SÃO JOÃO BATISTA
4	PA CRISTO REI	55	PA PEDRA PRETA
5	PA BREJINHO	56	PA SÃO JORGE
6	PA CACHOEIRINHA	57	PA PEDRA BRANCA
7	PA ESTRELA DO PARÁ	58	PA SOLEDADE
8	PA ENTRE RIOS III LOTE 80	59	PA BREJINHO
9	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	60	PA JUARINA
10	PA ANDORINHA	61	PA UNIÃO DO ANGICO
11	PA PROVIDÊNCIA	62	PA LIMÃO
12	PA ITAIPAVAS/LOTE-143	63	PA SÃO SEBASTIÃO - LOTE 86
13	PA JOÃO CANUTO	64	PA PAU FERRADO
14	PA JACIRA II	65	PA DOIS RIACHOS
15	PA VENTURA	66	PA BAGUA
16	PA ESCALADA DO NORTE III LOTE 28	67	PA PROVINCIA
17	PA MATA AZUL II	68	PA MATA AZUL I
18	PA FILADÉLFIA	69	PA DALILA
19	PA MANOEL DOS REIS	70	PA GROTIÃO DOS CABOCLÓS
20	PA ARAGUAMINAS	71	PA SÃO JOSÉ DO ARAGUAIA
21	PA VERMELHO E PRETO	72	PA CURRAL DE PEDRAS
22	PA GAÚCHA	73	PA MARIA RITA
23	PA VITORIA	74	PA VERA CRUZ
24	PA DIUTA	75	PA SANTA FÉ
25	PA FÊNIX	76	PA AGRISA
26	PA ESCALADA DO NORTE	77	PA BARRA BONITA
27	PA SUDAN	78	PA JENIPAPO
28	PA CARAJÁS II E III	79	PA RIO PRETO
29	PA ARAXÁ	80	PA DIALMA CASTRO
30	PA CONQUISTA	81	PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
31	PA JUARI	82	PA TRAVESSÃO
32	PA BELA VISTA	83	PA ITAIPAVAS/LOTE 142
33	PA VALE DA SERRA	84	PA ENTRE RIOS I LOTES 76
34	PA EXPEDITO RIBEIRO	85	PA VALE DO PARAISO
35	PA MARINGÁ	86	PA ENTRE RIOS II LOTE 79
36	PA TRÊS RIOS	87	PA BARRA MANSÁ
37	PA CORUIJA	88	PA LONTRA
38	PA PAULO FREIRE I e II	89	PA PROVIDÊNCIA
39	PA MUTAMBA	90	PA CARLOS PEREIRA NUNES
40	PA REMANSINHO	91	PA PARAISO
41	PA MATA AZUL I	92	PA ESCALADA DO NORTE JULIANA
42	PA JOÃO CANUTO	93	PA CANUDOS
43	PA JUSSAMA	94	PA PARAISO DO ARAGUAIA
44	PA PROGRESSO	95	PA BANDEIRANTES
45	PA SANTA TEREZINHA	96	PA PIROSCA
46	PA MARAJÓARA	97	PA ALEGRE
47	PA TUPÁ-CIRETÁ - LOTE 160	98	PA MARÍLIA
48	PA ITAIPAVAS II - LOTE 134	99	PA UNIVERSO
49	PA 17 DE ABRIL	100	PA PADRE EXPEDITO
50	PA ITAIPAVAS III-LOTE 147	101	PA POÇO RICO
51	PA BELENZINHO	102	PA CABANOS

Empreendedor/Cliente **Execução**

Sterlite Power **ambientare**
soluções em meio ambiente

Projeto

Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1

Tema

Projetos de Assentamento
Área de Estudo Regional - Trecho 02

Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:750.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-2/A1
Data		
Julho/2018		

Tabela 35: Assentamentos nos municípios da AER.

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
Anapu - PA	PA GROTÃO DA ONÇA	12782.0591	25/08/1997	Arrecadação	Assentamento em Consolidação	4,83
	PDS ANAPU IV	14695.8484	13/08/2004	Discriminação	Assentamento em Instalação	15,99
	PA PILÃO POENTE	14800	25/08/1997	Arrecadação	Assentamento em Consolidação	16,60
	PA PILÃO POENTE II e III	86902.1507	22/12/1997	Arrecadação	Assentamento em Consolidação	8,25
	PA ANAPUZINHO	17500	13/10/2006	Em Obtenção TCoopTec SPU	Assentamento Criado	6,71
	PDS ANAPU III	23558.0619	13/08/2004	Discriminação	Assentamento em Instalação	25,95
	PDS ANAPU I	26161.6731	05/10/2004	Discriminação	Assentamento em Instalação	25,04
Curionópolis - PA	PA IPIRANGA	2940.1343	29/04/1993	Desapropriação	Assentamento em Instalação	0,00
	PA BARRA DO CEDRO	1171.6420	30/12/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	5,16
	PA BARREIRO COCAL	8170.6318	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	0,00
	PA 17 DE ABRIL	18089.7346	19/06/1997	Desapropriação	Assentamento Criado	10,81
Eldorado do Carajás - PA	PA GAMELEIRA	30108.9775	29/04/1993	Desapropriação	Assentamento Criado	32,39
	PA SAPUCAIA	3150	01/03/1999	Discriminação	Assentamento em Instalação	17,91
	PA CANUDOS	2836.7248	16/08/2004	Compra e Venda	Assentamento Criado	9,73
	PA ALTO BONITO DO AXIXÁ	3600	22/09/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	27,37
	PA MOÇA BONITA	3307.0099	28/09/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	2,67
	PA ENTRE RIOS III LOTE 80	4136	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	41,99
	PA BELA VISTA	16811.68	31/10/1991	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	15,47
	PA JUSSAMA	8358	04/10/1991	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	20,73
Floresta do Araguaia - PA	PA SÃO SEBASTIÃO - LOTE 86	4290	27/12/1996	Desapropriação	Assentamento em Estruturação	19,43
	PA MATA AZUL I	4448.94	24/09/1996	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	12,34
	PA AGRISA	21432.54	24/09/1996	Desapropriação	Assentamento Criado	23,47
	PA TRAVESSÃO	17666	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento Consolidado	0,00
	PA ENTRE RIOS I LOTES 76	4309.68	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	41,69
	PA ENTRE RIOS II LOTE 79	4096	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	44,97
	PA PIROSCA	3026.2446	29/10/2013	Desapropriação	Assentamento Criado	30,16

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA LARANJEIRAS	11907.2622	13/12/2001	Arrecadação	Assentamento em Instalação	33,74
	PA JATOBÁ	1829.3874	21/10/1999	Arrecadação	Assentamento Criado	46,26
	PA SÃO BRAZ	3112.2550	17/09/1998	Arrecadação	Assentamento Criado	63,33
	PA CAJARANA	1496.6449	21/10/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	56,56
	PA RAINHA II	2635.2905	08/05/2012	Desapropriação	Assentamento Criado	50,48
	PA UIRAPURÚ	2940.4151	30/12/1999	Discriminação	Assentamento Criado	61,36
	PA UXI	7220.4729	20/09/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	52,54
	PA LIMEIRA	1195.8375	17/08/2004	Reversão de Domínio	Assentamento em Instalação	46,75
	PA BERRANTE DE OURO	6615.2390	20/09/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	54,85
	PA LAGO VERMELHO	5927.8483	24/11/1999	Desapropriação	Assentamento em Instalação	25,83
	PA PALMEIRAS	24843.59	24/09/1992	Incorporação	Assentamento em Consolidação	15,59
	PA TARUMÃ	4740.7412	16/08/2004	Arrecadação	Assentamento Criado	49,03
	PA BENFICA	9505.4808	17/02/1998	Arrecadação	Assentamento em Consolidação	29,55
Itupiranga - PA	PA PENSÃO DA ONÇA	6064.1019	16/09/1998	Arrecadação	Assentamento em Instalação	69,46
	PA RIO DA ESQUERDA	75000	10/05/1988	Arrecadação	Assentamento Consolidado	32,99
	PA MAMUI	2003.9588	16/12/2009	Compra e Venda	Assentamento Criado	35,15
	PA PEDRA BRANCA	5820.6895	20/09/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	61,78
	PA BORRACHEIRA	2600.5708	02/10/2001	Desapropriação	Assentamento em Instalação	26,32
	PA CALIFORNIA	2830.626	27/11/1998	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	59,36
	PA CUXIÚ	435.7787	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento em Instalação	24,75
	PA CINTURAO VERDE I E II	72260.8060	31/10/1991	Desapropriação	Assentamento em Consolidação	0,00
	PA JURUNA	10407.4704	13/12/2001	Arrecadação	Assentamento em Instalação	48,85
	PA CRISTO REI	3600	14/01/1999	Arrecadação	Assentamento Criado	33,68
	PA JOVENCRELANDIA I E II	5785.2344	17/07/1995	Arrecadação	Assentamento em Instalação	74,33
	PA CASCALHO	2654.5090	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	55,12
	PA BURITIRANA	43500	13/08/1997	Arrecadação	Assentamento em Consolidação	0,00
	PA OURO VERDE	2975.1218	19/12/2006	Desapropriação	Assentamento Criado	56,32

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA PENSÃO DA ONÇA	6064.1019	16/09/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 55,99
	PA NOVO MUNDO DO ITUPIRANGA	1217.4851	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 87,69
	PA RAINHA	3600	28/09/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 46,16
	PA VIDA NOVA	5884.9459	20/09/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	58,87
	PA LA ESTANÇIA	3600	04/02/1999	Arrecadação	Assentamento Estruturação	em 44,03
	PA BARRACA DO MEIO	5139.1077	20/09/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	60,80
	PA CÖCO	11750.1223	21/10/1999	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 56,63
	PA RANCHARIA	3112.9377	15/06/2000	Desapropriação	Assentamento Criado	60,70
	PA SANTA RITA	706.7360	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 12,47
	PA BOM JARDIM DA VOLTINHA	2999.8010	26/10/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	17,51
	PA ARRAIALANDIA	6871.8347	29/12/1998	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 13,58
	PA SAMAUMA	1493.2676	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 14,40
	PA IGUAÇU	1076.5994	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	11,85
	PA DOS BANDEIRANTES	4445.4823	30/09/1998	Arrecadação	Assentamento Criado	20,20
	PA PALMEIRA JUSSARA	1191.5946	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 13,58
	PA ESTRELA DALVA	3136.2795	18/12/2003	Discriminação	Assentamento Criado	2,42
	PA PRINCESA	3585	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 22,21
Marabá - PA	PA SANTA MARIA DO ITACAIUNAS	1966.7859	21/10/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 7,09
	PA MURAJUBA	2483.2022	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	34,27
	PA TARTARUGA	3565.3993	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	13,83
	PA GRANDE VITORIA	4463.3325	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	19,84
	PA GOIANOS	5247.4382	29/12/1998	Arrecadação	Assentamento Consolidação	em 0,00
	PA POUSO ALEGRE	1139.5194	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 3,32
	PA CONQUISTA	2745.7106	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	0,00
	PA BELO VALE	1208.0653	07/03/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 15,53
	PA VINAGRE	3183.2837	29/12/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 8,44
	PA CASA BRANCA	1690.5777	27/12/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 3,04

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA ITACAIUNAS-AÇU	4431.1123	08/07/1997	Discriminação	Assentamento Estruturação	em 7,32
	PA DO MEIO	2998.6208	27/11/1998	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 11,27
	PA PADRE JOSIMO TAVARES II	1062.4167	10/05/2005	Discriminação	Assentamento Criado	29,78
	PA MARAVILHA	10255.6879	05/10/1999	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 27,13
	PA MARAVILHA	10255.6879	05/10/1999	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 29,96
	PA CEDRINHO	3077.1198	17/07/1995	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 0,45
	PA DOURADA	2197.1268	21/10/1999	Discriminação	Assentamento Criado	32,40
	PA BARRO PRETO	2499.8293	29/12/1998	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 2,93
	PA ITACAIUNAS	5426.3552	15/08/1996	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 7,85
	PA NOVA ITAPERUNA	2725.3857	28/09/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	0,00
	PA FELICIDADE	4337.4251	19/12/2006	Desapropriação	Assentamento Criado	38,86
	PA 1º DE MAIO	3074.0043	19/12/2006	Desapropriação	Assentamento Criado	27,62
	PA CINZEIRO	25340.0073	27/10/1988	Arrecadação	Assentamento Consolidado	10,89
	PA ESTRELA DO NORTE	5291.8144	09/12/1999	Arrecadação	Assentamento Criado	12,77
	PA TERRA ROXA	2999.5409	27/11/1998	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 9,04
	PA VOLTINHA DO ITACAIUNAS	1562.8666	11/02/1999	Discriminação	Assentamento Instalação	em 17,02
	PA LIBERDADE	5140	22/12/2003	Discriminação	Assentamento Criado	32,29
	PA PATAUÁ	6774.7456	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 42,33
	PA VALENTIM SERRA	2368.7108	15/12/2000	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 18,01
	PA BOA ESPERANÇA DO BURGO	3511.3291	28/09/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	21,53
	PA UNIÃO	25250.3361	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Instalação	em 5,59
	PA ESCADA ALTA	3160.5655	21/08/1998	Desapropriação	Assentamento Criado	16,55
	PA JARDIM	2250.4101	02/10/2002	Reversão de Domínio	Assentamento Criado	0,00
	PA BEIRA RIO	1935.2686	16/01/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 11,96
	PA TALISMÃ	2154.3426	20/02/2004	Discriminação	Assentamento Criado	0,00
	PA IGARAPE DO RATO	2700.6880	25/04/2002	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 8,49
	PA JOSE PINHEIRO LIMA	3641.5886	13/12/2001	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 3,71

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA NOVA VIDA	5741.3831	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 12,07
	PA LANA	2370.7493	16/11/1998	Compra e Venda	Assentamento Criado	9,62
	PA BRASIL NOVO	2641.6451	01/03/1999	Discriminação	Assentamento Consolidação	em 0,00
	PA BURGO	1428.5027	16/01/2001	Discriminação	Assentamento Criado	15,31
	PA CACHOEIRA PRETA II	6877.3747	22/12/2004	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 1,59
	PA CASTANHEIRA	7199.9981	10/01/1995	Compra e Venda	Assentamento Instalação	em 1,83
	PA VINAGRE	3183.2837	29/12/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 2,91
	PA CARAJAS/TAMBORIL 2	15192.2792	27/10/1988	Arrecadação	Assentamento Consolidação	em 24,99
	PA RIO PRETO MALHA II	5318.1312	29/12/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 0,00
	PA PIQUIÁ	3248	05/12/2002	Desapropriação	Assentamento Criado	3,27
	PA GABRIEL PIMENTA	5151.7044	15/12/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 7,07
	PA CARIMÃ	1946.4693	16/01/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	6,38
	PA SABINO SÃO PEDRO	2314.8861	22/09/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	15,24
	PA SERENO	28301	25/10/1988	Arrecadação	Assentamento Estruturação	em 0,00
	PA CABANAGEM	2435.8175	22/09/1999	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 23,89
	PA NOVA ESPERANÇA	5671.0013	15/12/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 8,33
	PA PEDRO LAURINDO DA SILVA	3529.4952	13/11/2013	Desapropriação	Assentamento Criado	33,73
	PA VOLTA GRANDE 0	14255.7120	27/11/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 16,10
	PA CACHOEIRA PRETA	2610.2546	29/04/1993	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 2,34
	PA ALTO BONITO	3598.1765	01/03/1999	Discriminação	Assentamento Instalação	em 0,25
	PA LAJEDO	8558.14	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 0,00
	PA FRUTÃO 0	18680.0770	16/09/1998	Arrecadação	Assentamento Criado	1,34
	PA ALEGRIA	3600	09/12/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	5,25
	PA SERRA AZUL	3361.3510	16/09/1998	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 15,65
	PA GAMELEIRA AÇÚ	2999.5770	27/11/1998	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 15,74
	PA VOLTA DO TAPIRAPÉ 3	20608.1653	21/08/1998	Arrecadação	Assentamento Criado	8,72
	PA CASTANHAL RATO II	1452.4309	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 9,81

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA JERUZALÉM	1157.2264	26/11/2001	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 13,16
	PA 26 DE MARÇO	9774.0405	19/12/2008	Desapropriação	Assentamento Criado	6,03
	PA ALTO AMAZONAS	2404.2276	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	68,80
	PA TUERE	240895.4968	04/08/1987	Arrecadação	Assentamento Consolidação	em 0,00
	PA JAGUATIARA	2999.8494	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 19,65
	PA IOLANDA	2727.8910	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 63,39
	PA COCALÂNDIA	4059.1889	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento Criado	34,17
	PA SANTA AMÉLIA	2216	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 85,15
	PA SÃO GERALDO DO REPARTIMENTO	1801.5126	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 61,34
	PA NOSSA SENHORA DA GUIA	2105.3892	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Criado	58,66
	PA JOSE MARTINS PESSOA	2071.4893	27/05/1998	Desapropriação	Assentamento Criado	42,12
	PA CIGANA	1359.8866	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	79,15
	PA CARAJÁS	5117.0365	19/09/2005	Discriminação	Assentamento Criado	10,11
	PA VALE DO ARATAU	1934.6528	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 27,15
Novo Repartimento - PA	PA PAJEÚ	2721.2760	22/09/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	36,41
	PA SAGITARIO	1983.1450	12/11/1992	Compra e Venda	Assentamento Consolidado	36,63
	PA MINEIRO PRETO	11351.1288	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Criado	0,30
	PA SANTA LIDUINA	2039.8116	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	75,20
	PA SANTA MARIA	2632.1256	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 69,93
	PA MANUELITO	2264.5031	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	44,12
	PA SAO GABRIEL	2218.1848	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	76,00
	PA SUNIL	2442.6786	19/09/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	10,33
	PA SANTA IZABEL	2317.0023	22/09/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 28,69
	PA RIO GELADO	196985	02/09/1992	Discriminação	Assentamento Consolidação	em 0,00
	PA BOCA LARGA	13246.4105	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Criado	12,76
	PA TUERE	240895.4968	04/08/1987	Arrecadação	Assentamento Consolidação	em 15,95
	PA ALTO PACAJÁ	8370.5621	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Criado	0,73

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
	PA JORDÃO	3024.0506	19/09/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	10,23
	PA COCALÂNDIA II	1690.6474	25/02/2003	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 35,34
	PA REDENÇÃO	3000	26/09/1996	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 23,09
	PA JOSÉ CIRILO GOMES	10776.8871	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Instalação	em 0,00
	PA CACHOEIRINHA	1370.7026	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	79,69
	PA SERRA QUEBRADA	2248.2593	04/02/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	80,61
	PA JACARÉ-AÇÚ	11516.1008	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Criado	0,61
	PA RIO PRETO	7756.4033	05/12/2001	Discriminação	Assentamento Instalação	em 0,00
	PA CUPUZAL	19291.3343	16/12/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	1,82
	PA ZUMBI DOS PALMARES	3801.8518	14/11/2003	Arrecadação	Assentamento Criado	96,35
	PA VISTA ALEGRE	2055.0554	15/06/2000	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 92,18
	PA MORADA NOVA II	11437.8671	02/10/2006	Arrecadação	Assentamento Criado	44,15
	PA BARRAGEIRA	3389.6444	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	96,69
	PA PIONEIRA	2043.1583	28/06/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	28,65
	PA RENASCER	8558686	16/12/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	13,79
	PA MORADA NOVA	14794.6711	26/10/2006	Arrecadação	Assentamento Criado	40,22
	PA RIO CURURUÍ	76575.8363	07/11/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	52,28
Pacajá - PA	PA BOM JARDIM	87600	22/12/1997	Arrecadação	Assentamento Consolidação	em 3,50
	PA BOM FUTURO	2935.7980	09/09/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	89,46
	PA CHICO MENDES II	3326.0204	08/12/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 85,76
	PDS LIBERDADE	227661	29/12/2005	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 21,68
	PA RIBEIRÃO DAS PEDRAS	2009.07	28/06/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	29,79
	PA TERRA PARA PAZ	66031.1256	16/12/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	17,44
	PDS LIBERDADE I	410304.81	17/10/2006	Em Obtenção TCoopTec SPU	Assentamento Criado	34,65
	PA RIO BANDEIRA	11250.0568	20/09/2005	Arrecadação	Assentamento Criado	74,84
	PA RIO ARATAÚ	72000	22/12/1997	Discriminação	Assentamento Consolidação	em 6,38
	PA SOL NASCENTE	5899.3781	12/12/2005	Desapropriação	Assentamento Criado	87,79

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
Rio Maria - PA	PA RECANTÃO	2489.2126	14/07/1997	Desapropriação	Assentamento Consolidado	em 20,07
	PA ESTRELA DO PARÁ	2172.2342	09/04/1996	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 54,34
	PA JOÃO CANUTO	2977.6506	24/09/1992	Desapropriação	Assentamento Consolidado	em 0,80
	PA MATA AZUL II	2395	07/03/2003	Desapropriação	Assentamento Criado	17,90
	PA DIUTÁ	1051.1666	24/11/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	42,17
	PA VALE DA SERRA	2175.9175	15/12/2000	Desapropriação	Assentamento Criado	57,26
	PA EXPEDITO RIBEIRO	2671.8225	21/10/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	42,31
	PA TRÊS RIOS	3143.1338	10/10/1997	Arrecadação	Assentamento Consolidado	em 67,35
	PA JOÃO CANUTO	2977.6506	24/09/1992	Desapropriação	Assentamento Consolidado	em 9,24
	PA ITAIPAVAS II - LOTE 134	4356	02/07/1996	Desapropriação	Assentamento Criado	28,96
Sapucaia - PA	PA SÃO JORGE	4356	11/11/1988	Desapropriação	Assentamento Consolidado	48,47
	PA BARRA MANSA	4351.4730	29/10/1997	Desapropriação	Assentamento Criado	24,05
	PA ESCALADA DO NORTE JULIANA	15456.9	25/09/2014	Desapropriação	Assentamento Criado	85,01
	-	-	-	-	-	-
	PA ITAIPAVAS/LOTE-143	4356	11/11/1988	Desapropriação	Assentamento Consolidado	25,65
	PA ESCALADA DO NORTE II LOTE 28	4356	15/10/1997	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 9,29
	PA MANOEL DOS REIS	4414.0010	09/12/1998	Desapropriação	Assentamento Criado	18,97
	PA VERMELHO E PRETO	4263	31/10/1991	Desapropriação	Assentamento Consolidado	em 53,33
	PA FÊNIX	1447.76	02/09/2002	Compra e Venda	Assentamento Criado	22,59
	PA ESCALADA DO NORTE	4356	24/09/1997	Desapropriação	Assentamento Criado	8,61
Xingua - PA	PA MARINGÁ	4307.5	15/06/2000	Desapropriação	Assentamento Criado	9,84
	PA SANTA TEREZINHA	2704.3378	05/12/2001	Desapropriação	Assentamento Criado	17,92
	PA MARAJOARA	4783.5863	24/09/1992	Desapropriação	Assentamento Consolidado	56,10
	PA TUPÁ-CIRETÁ - LOTE 160	4356	14/12/1995	Desapropriação	Assentamento Consolidado	em 44,33
	PA ITAIPAVAS III-LOTE 147	4356	13/09/1996	Desapropriação	Assentamento Consolidado	31,11
	PA SÃO JOSÉ DO ARAGUAIA	4328.0360	09/12/1998	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 23,56
PA MARIA RITA	2904	05/03/1999	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 21,24	

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
Araguaína - PA	PA ITAIPAVAS/LOTE 142	4356	02/09/1992	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 29,23
	PA PARAISO DO ARAGUAIA	4356	15/06/1998	Arrecadação	Assentamento Criado	2,81
	PA POÇO RICO	3600	15/10/1997	Compra e Venda	Assentamento Estruturação	em 9,57
	PA MANOEL ALVES	3130.3956	29/11/2012	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 61,50
	PA ARAGUAMINAS	2383.0988	26/12/1995	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 85,93
	PA CORUJA	686.1	06/12/2007	Arrecadação	Assentamento Instalação	em 82,22
	PA RIO PRETO	9956.1835	04/10/1991	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 47,56
	PA PARAÍSO	5889.5811	10/10/2001	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 33,93
	PA ALEGRE	1655.2393	25/08/1987	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 88,16
	PA CRISTO REI	1007.2554	29/10/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 14,75
Arapoema - TO	PA MUTAMBA	995.5762	06/08/2013	Compra e Venda	Assentamento Instalação	em 13,99
Bernardo Sayão - TO	PA PROVIDÊNCIA	12136.9372	15/06/1998	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 2,10
	PA JUARINA	29472.9297	18/05/1988	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 13,09
Fortaleza do Tabocão - TO	PA PROVIDÊNCIA	12136.9372	15/06/1998	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 0,00
	-	-	-	-	-	-
Guaraí - TO	PA PEDRA BRANCA	3405.0047	15/06/1998	Compra e Venda	Assentamento Estruturação	em 23,47
	PA SOLEDADE	2320.2182	27/07/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 14,90
Itaporã do Tocantins - TO	PA SÃO JOÃO BATISTA	1371.0558	30/11/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 19,66
	PA BREJINHO	1685.0895	31/01/2000	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 47,06
Miracema do Tocantins - TO	PA BREJINHO	1685.0895	31/01/2000	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 16,75
	PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	1002.9	13/02/2006	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 46,12
	PA UNIVERSO	1205	18/05/2005	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 27,76
Miranorte - TO	PA PADRE EXPEDITO	1483.5965	04/08/2005	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 16,72
	PA FILADÉLFIA	3216.0854	05/09/1995	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 27,76
Pau D'arco - TO	PA SUDAN	5549.5611	05/09/1995	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 24,98
	PA ARAXÁ	1686.0420	14/01/1999	Desapropriação	Assentamento Criado	75,33
	PA DOIS RIACHOS	5031.5332	18/05/1988	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 4,49

Locais	Assentamento	Área (hectares)	Criação	Forma de obtenção	Descrição	Distância (km)
Pequizeiro - TO	PA PEQUIZEIRO	1163.5205	22/12/2009	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 35,37
	PA CACHOEIRINHA	677.6	21/08/2001	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 23,66
	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	2629.44	19/06/1996	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 8,43
	PA VITORIA	2656.45	27/07/1999	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 14,77
	PA CONQUISTA	2218.7998	02/03/2000	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 16,47
	PA JUARI	4805.2443	26/06/1989	Desapropriação	Assentamento Consolidação	em 16,50
	PA MATA AZUL I	4268.2030	09/05/2007	Desapropriação	Assentamento Instalação	em 4,88
	PA PROGRESSO	6784.5	28/07/1999	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 14,96
	PA PROVÍNCIA	3605.9237	12/12/2011	Compra e Venda	Assentamento Instalação	em 23,78
Rio dos Bois - TO	PA LONTRA	1608.8673	02/03/2000	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 42,55
	PA PAULO FREIRE I e II	4622.1245	20/11/2002	Desapropriação	Assentamento Estruturação	em 6,98

Fonte: INCRA, 2018.

A partir dos dados acima apresentados, verifica-se um total de 295 Projetos de Assentamentos (PA) localizados na Área de Estudo Regional. Destes, observa-se que 15 encontram-se localizados na Área de Estudo Local - sendo que a maior parte encontra-se em território paraense - e terão parte de seu território atravessado pelas LTs, o que lhes confere uma maior probabilidade aos possíveis impactos do empreendimento, tendo em vista a sua implantação. Os assentamentos estão descritos e caracterizados no estudo das localidades da AEL, do presente documento.

Durante a atividade de campo nos assentamentos, notou-se que, dentre as principais dificuldades apresentadas por estes, está a locomoção ao longo das estradas que dão acesso às localidades que, em períodos de chuva, acabam formando grandes atoleiros, dificultando a trafegabilidade nas mesmas. Na ocasião, outros itens foram analisados, mediante conversas e aplicação de questionários junto a representantes das comunidades, também descritas no estudo da AEL.

No que tange às comunidades, efetuou-se um levantamento baseado em dados secundários, para verificação das localidades da AER, e em dados primários, para verificar as localidades da AEL, visando a sua identificação e localização. Os dados primários relativos às comunidades lindeiras às LTs, avaliadas mais suscetíveis aos impactos decorrentes do empreendimento, foram obtidos através de atividade de campo e estão devidamente descritos no item referente à AEL.

Foram identificados 98 aglomerados populacionais, entre povoados, vilas e outros aglomerados isolados, que se situam, em sua maioria, em áreas rurais, sendo que parte deles sofrerá interferência da LT no cotidiano das suas

populações. A Tabela 36 a seguir demonstra os referidos dados, juntamente com a distância de cada localidade para o empreendimento.

Tabela 36 - Aglomerados populacionais na AER do empreendimento.

Nome	Tipo de Aglomerado	Distância (km)
Agrovila Marechal Castelo Branco	Povoado	42,61
Água Fria	Povoado	41,59
Amazônia	Outros aglomerados rurais isolados	60,82
Ametista	Povoado	27,71
Aratau	Povoado	27,85
Arraia	Outros aglomerados rurais isolados	6,92
Bandeirante	Outros aglomerados rurais isolados	109,11
Barreiro Grande	Povoado	65,19
Bela Vista	Povoado	16,74
Belo Monte	Outros aglomerados rurais isolados	1,72
Belo Monte do Pará	Vila	15,90
Betânia	Outros aglomerados rurais isolados	111,93
Betel	Outros aglomerados rurais isolados	32,34
Boa Esperança	Outros aglomerados rurais isolados	37,49
Bom Jardim	Povoado	1,03
Bom Jesus	Outros aglomerados rurais isolados	45,54
Bom Jesus	Povoado	39,75
Brejo do Meio	Povoado	13,98
Cajarana	Outros aglomerados rurais isolados	58,27
Cajazeiras	Povoado	63,51
Carraro	Outros aglomerados rurais isolados	46,62
Centro dos Ferreiras	Outros aglomerados rurais isolados	45,61
Coco 3	Outros aglomerados rurais isolados	62,55
Coração do Brasil	Outros aglomerados rurais isolados	12,52
Cruzeiro do Sul	Povoado	4,72
Duas Vendas	Outros aglomerados rurais isolados	52,36
Escondido	Povoado	20,76
Ferreira	Outros aglomerados rurais isolados	59,14
Formiga ou Vila União	Outros aglomerados rurais isolados	16,18
Garimpo Alto Bonito 1	Outros aglomerados rurais isolados	33,58
Garimpo Alto Bonito 2	Outros aglomerados rurais isolados	35,27
Igrejinha	Outros aglomerados rurais isolados	67,52
Itacuiunas	Outros aglomerados rurais isolados	16,85
Itaporã	Outros aglomerados rurais isolados	87,66
João Batista	Outros aglomerados rurais isolados	49,79
Joao Ramos	Outros aglomerados rurais isolados	50,48
José Capistrano de Abreu	Povoado	2,13
Jovem Crelândia	Outros aglomerados rurais isolados	75,83
Juassama	Outros aglomerados rurais isolados	31,22
Km-115	Outros aglomerados rurais isolados	85,23
Latas	Outros aglomerados rurais isolados	40,38
Maracajá	Vila	34,46
Matao	Outros aglomerados rurais isolados	64,18
Mendonça	Povoado	37,96
Mirandópolis	Vila	1,00

Nome	Tipo de Aglomerado	Distância (km)
Morada Nova	Povoado	29,91
Muriçoca	Outros aglomerados rurais isolados	26,95
Murumuru	Povoado	33,61
Neteolândia ou Pé de Galinha	Povoado	1,67
Nova Brasília	Outros aglomerados rurais isolados	72,07
Nova Descoberta	Povoado	26,35
Novo Éden	Outros aglomerados rurais isolados	31,14
Novo Horizonte	Povoado	97,40
Novo Planalto	Povoado	0,91
Palmeira 06	Outros aglomerados rurais isolados	24,18
Palmeira 07	Outros aglomerados rurais isolados	31,78
Palmeiras 5	Outros aglomerados rurais isolados	20,64
Panelinha	Povoado	11,08
Pilões	Povoado	40,50
Placa São Francisco	Outros aglomerados rurais isolados	35,50
Primavera	Outros aglomerados rurais isolados	89,43
Rio Branco	Outros aglomerados rurais isolados	11,39
Rio Vermelho	Povoado	11,44
Santa Inês	Outros aglomerados rurais isolados	0,82
Santa Luzia	Povoado	70,07
Santa Maria	Outros aglomerados rurais isolados	74,12
Santa Rita	Outros aglomerados rurais isolados	92,08
Santa Rosa	Outros aglomerados rurais isolados	77,94
Santa Teresa	Povoado	23,14
São Felix	Outros aglomerados rurais isolados	20,27
São José	Outros aglomerados rurais isolados	17,32
São José do Araguaia	Povoado	28,93
São Paulo	Outros aglomerados rurais isolados	20,24
São Pedro	Povoado	3,05
São Raimundo	Outros aglomerados rurais isolados	33,14
São Sebastião	Povoado	43,70
Serra Pelada	Povoado	7,14
Tancredo Neves	Outros aglomerados rurais isolados	25,52
Três Grotas	Outros aglomerados rurais isolados	57,62
Três Irmãos	Outros aglomerados rurais isolados	84,56
Tupã	Outros aglomerados rurais isolados	53,20
União	Outros aglomerados rurais isolados	12,52
Valentim	Outros aglomerados rurais isolados	94,91
Vila Carajás	Outros aglomerados rurais isolados	21,08
Vila Josinópolis	Outros aglomerados rurais isolados	14,99
Vila Mangueira	Outros aglomerados rurais isolados	54,25
Vila Marião	Outros aglomerados rurais isolados	35,36
Vila Miragem	Outros aglomerados rurais isolados	30,17
Vila Novo Brasil	Povoado	20,08
Vila Progresso	Povoado	10,51
Vila Santa Luzia	Outros aglomerados rurais isolados	46,89
Vila São Vicente	Povoado	19,80
Vila Trindade	Povoado	14,92
Vila União	Povoado	5,88

Nome	Tipo de Aglomerado	Distância (km)
Vilinha ou Santa Fé	Povoado	40,29
Vitória da Conquista	Vila	5,01
Votuporanga	Outros aglomerados rurais isolados	62,43
Xinguarinha	Outros aglomerados rurais isolados	71,46

Fonte: IBGE, 2017.

I. Ocupação e cobertura vegetal

O uso, ocupação e cobertura vegetal da AER do empreendimento foi levantado a partir de informações da Base de dados da Amazônia Legal, do IBGE (2008). Pode-se verificar que as áreas de pastagem predominam nos municípios paraenses e tocantinenses, havendo em alguns poucos municípios a presença de vegetação nativa, apesar do extenso desenvolvimento da agropecuária na área em estudo, como pode ser observado no mapa elaborado para este fim. Ressalta-se que alguns dados não foram fornecidos pela fonte pesquisada, não permitindo uma análise mais completa acerca do tema.

Dados a respeito dos tipos de cultura cultivadas também não foram disponibilizados nas pesquisas *in loco*, tendo em vista a distinção das áreas cultivadas, havendo somente a caracterização dos tipos de culturas nas regiões, predominando fruticulturas, cultivos de grãos e hortaliças. Dados relativos à pecuária também não foram disponibilizados, visto que as fontes pesquisadas não possuíam tais informações. Desse modo, as informações relativas à temática foram obtidas apenas durante a aplicação de questionários junto a representantes comunitários da área em estudo.

Tabela 37 - Uso, ocupação e cobertura vegetal do solo na AER do empreendimento – estado do Pará.

Uso do solo	Anapu - PA	Curionópolis - PA	Eldorado do Carajás - PA	Floresta do Araguaia - PA	Itupiranga - PA	Marabá - PA	Novo Repartimento - PA	Pacajá - PA	Rio Maria - PA	Sapucaia - PA	Xinguara - PA
Soma de Área (km ²)	11886,19	2368,52	2957,09	3443,66	7877,15	15122,48	15389,65	11823,89	4113,03	1297,97	3778,55
Área Urbana e sua periferia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Culturas Cíclicas	86,84	-	-	-	-	-	12,99	46,53	-	-	-
Floresta Estacional Semidecidual Aluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta Ombrófila Aberta Submontana	843,88	197,92	480,75	1053,48	13,45	23,77	11085,39	0,26	1101,00	149,57	520,84
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	151,24	-	-	12,70	5,84	170,57	-	-	-	-	7,83
Floresta Ombrófila Densa Submontana	8802,65	261,90	888,91	22,70	5244,51	10444,80	-	9068,51	556,59	4,30	165,79
Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas	1250,68	-	-	-	-	-	-	264,21	-	-	-
Formações Pioneiras com Influência fluvial e/ou lacustre	0,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Massa D'água	119,03	-	-	55,42	97,29	95,32	986,87	0,83	8,14	-	22,82
Pecuária (pastagens)	628,43	1888,25	1532,75	1152,91	2473,31	4271,95	3267,13	2258,49	2334,65	1084,11	2981,75
Refúgio Vegetacional Montano Arbustivo	3,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Savana Arborizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Savana Florestada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Savana Gramíneo-Lenhosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Savana Parque	-	-	-	1114,22	-	-	-	-	100,79	-	-
Vegetação Secundária	2,72	17,09	54,68	32,23	42,75	116,08	37,28	185,07	11,86	59,99	79,52

Fonte: Base de dados da Amazônia Legal. Projeto: Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais - IBGE (2008).

Tabela 37 - Uso, ocupação e cobertura vegetal do solo na AER do empreendimento – estado do Tocantins.

Uso do solo	Araguaína - TO	Arapoema - TO	Bernardo Sayão - TO	Fortaleza do Tabocão - TO	Guaraí - TO	Itaporã do Tocantins - TO	Miracema do Tocantins - TO	Miranorte - TO	Pau D'Arco - TO	Pequizeiro - TO	Rio dos Bois - TO
Soma de Área (km ²)	4004,39	1552,85	927,30	622,19	2270,81	973,68	2658,73	1032,45	1378,01	1210,41	4113,03
Área Urbana e sua periferia	-	-	-	-	5,45	-	7,49	6,39	-	0,75	-
Culturas Cíclicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta Estacional Semidecidual Aluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,45	-
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial	-	81,92	30,25	-	47,10	-	-	-	6,34	-	-
Floresta Ombrófila Aberta Submontana	386,93	92,10	71,37	-	296,91	43,62	-	-	120,16	159,16	-
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	3,87	1,04	12,16	-	-	-	-	-	1,72	27,07	-
Floresta Ombrófila Densa Submontana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formações Pioneiras com Influência fluvial e/ou lacustre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Massa D'água	24,66	26,69	13,97	-	8,03	-	86,60	-	30,73	-	5,53
Pecuária (pastagens)	1914,60	1341,60	794,99	275,19	771,63	695,26	887,41	431,65	1001,58	695,37	188,98
Refúgio Vegetacional Montano Arbustivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Savana Arborizada	824,79	-	-	225,24	850,90	160,36	1479,93	461,07	-	66,47	398,89
Savana Florestada	849,53	-	-	-	40,01	53,43	74,97	133,34	184,65	-	6,03
Savana Gramíneo-Lenhosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213,65	4,00
Savana Parque	-	-	-	121,76	250,79	-	122,34	-	-	1,53	242,59
Vegetação Secundária	-	9,51	4,55	-	-	21,01	-	-	32,83	3,96	-

Fonte: Base de dados da Amazônia Legal. Projeto: Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais - IBGE (2008).

Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs)

O ZEE é um instrumento de ordenação territorial da Política Ambiental Brasileira que, por meio do Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, substituiu o zoneamento ambiental contido no Artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e envolve variáveis ambientais, institucionais, jurídicas, econômicas e sociais necessárias ao ordenamento territorial brasileiro. Sendo assim, foi verificada a existência de alguns ZEEs nos estados interceptados pelas LTs.

O estado do Pará está inserido no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão, aprovado por meio do Decreto Federal nº 7.378, de 1 dezembro de 2010, que também altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências. O MacroZEE da Amazônia Legal tem por objetivo assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento regional, indicando estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia.

Existem ainda o ZEE da Zona Oeste e o ZEE da Zona Leste e Calha Norte. O primeiro é composto por 19 municípios, que inclui Anapu, localizado na AER do empreendimento, o segundo é composto por 110 municípios e compreende os outros municípios paraenses que compõem a AER.

Não foram obtidos dados a respeito do ZEE do Tocantins, visto que as fontes pesquisadas encontravam-se indisponíveis. Identificou-se a existência do ZEE do Norte do Tocantins que abrange 37 municípios, dos quais três deles estão inseridos na AER do empreendimento, que são Araguaína, Arapoema e Pau D'Arco, estando os demais componentes do ZEE que envolve todo o estado.

II. Caracterização da Estrutura Fundiária da AER

A descrição da estrutura fundiária da AER teve como base a análise do Censo Agropecuário (2006), já que esta é a mais recente pesquisa disponibilizada pelo IBGE, fonte oficial dessa temática, visto que os dados do Censo Agropecuário de 2017 ainda não foram disponibilizados.

Desse modo, verificou-se que os municípios em foco apresentam uma alta distribuição de terras, fazendo parte da fronteira agropecuária, por meio da expansão de áreas de pastagens, das áreas destinadas à produção de soja e milho, mas também através das áreas com baixos índices de desigualdade na estrutura fundiária, a exemplo das lavouras de subsistência.

No que tange às terras indígenas, observou-se a partir do Censo Demográfico de 2010 que o ritmo do crescimento anual da população indígena brasileira é de 1,1%. A pesquisa também informa que a área urbana da Região Norte aumentou em torno de 2,9% ao ano, ao passo que a população que autodeclarou-se indígena no estado do Pará foi de 39,08%, sendo que no Tocantins, esse indicador foi de 13,13% da população (IBGE, 2010). Ressalta-se que o empreendimento não intercepta territórios indígenas.

A Tabela 38 exibe a área total do território dos estados do Pará e Tocantins, bem como as áreas, em hectares, dos estabelecimentos agropecuários, terras indígenas e unidades de conservação existentes nos estados em foco.

Tabela 38 - Território dos Estados da AER, conforme TIs e UCs.

Unidade Federativa	Área territorial (ha)	Área dos Estabelecimentos Agropecuários (ha)	Área das Terras Indígenas (ha)	Área das Unidades de Conservação (ha)
Pará	124.768.951	22.466.026	17.919.193	19.635.579
Tocantins	27.762.091	14.292.923	2.551.702	599.828

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006) e Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas (2010).

Segundo o IBGE (2017), o Estado do Pará detém uma das mais altas taxas de desmatamento da Amazônia Legal. Possui o extrativismo representação significativa na economia, seja no setor madeireiro seja no segmento de produção mineração industrial. O setor agropecuário é uma das mais importantes atividades econômicas da região, proporcionando a melhor distribuição de atividades no Estado, representando a base econômica de grande parte dos seus municípios.

Já o Tocantins, de acordo com a Secretária de Agricultura e Pecuária do Estado, tem na agropecuária a sua principal atividade econômica, cujo destaque é a pecuária extensiva, base econômica da região. A exportação de produtos como etanol, abacaxi, soja, e milho também é bastante significativa, contribuindo para a expansão das áreas agricultáveis.

Pode-se constatar que a AER possui uma estrutura agrária diversificada e complexa, envolvendo terras indígenas, áreas de extração mineral e vegetal, pastagens e áreas de agricultura, o que influencia nos seus estabelecimentos agropecuários e, conseqüentemente, na sua estrutura fundiária e na economia da região.

Destacando o empreendimento, a tabela abaixo apresenta o comprimento dos trechos em que as LTs irão interceptar os municípios da AER.

Tabela 39 - Trechos dos municípios da AER interceptados pelo empreendimento

Município	Linha de Transmissão	Comprimento (km)
Anapu - PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	74,62
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	74,82
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	53,73
Curionópolis - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	53,75
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	22,78
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	22,46
Eldorado dos Carajás - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	35,35
	-	-
Floresta do Araguaia - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	21,63
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	21,61
Itupiranga - PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	23,33
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	23,39
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	93,18
Marabá - PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	93,48
	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	61,80
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	154,00
Novo Repartimento - PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	153,92
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	153,92

Município	Linha de Transmissão	Comprimento (km)
Pacajá - PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	69,40
	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	69,70
Rio Maria - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	13,41
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	13,48
Sapucaia - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	15,32
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	15,39
Xinguara - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	46,60
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	46,49
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	12,02
Araguaína - PA	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	11,93
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	35,42
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	35,45
Arapoema - TO	-	-
Bernardo Sayão - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	31,79
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	31,78
Fortaleza do Tabocão - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	23,11
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	23,05
Guaraí - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	39,21
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	39,21
Itaporã do Tocantins - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	50,60
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	50,57
Miracema do Tocantins - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	11,01
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	10,92
Miranorte - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	7,05
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	7,25
Pau D'arco - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	17,98
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	18,04
Pequizeiro - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	11,88
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	11,92
Rio dos Bois - TO	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	19,02
	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	18,89

Fonte: IBGE, 2017.

III. Interações, Restrições e Acessibilidade Permanente da LT com Atividades Econômicas na AER

As áreas interceptadas pelo empreendimento, de modo geral, são caracterizadas como áreas rurais, predominando as atividades agropecuárias, como já mencionado em itens anteriores do presente estudo. Tais atividades e demais atividades econômicas desenvolvidas ao longo da faixa de domínio proposta para as LTs, sobretudo agricultura e pecuária, poderão continuar a serem executadas após a fase de instalação, mediante o cumprimento das regras estabelecidas e pertinentes ao tipo do empreendimento.

No que tange à acessibilidade, especialmente no meio urbano, deve haver restrição quanto à altura do que trafegar por baixo das LTs, isto é, nos pontos de passagem e circulação de veículos e pessoas, restringindo a circulação aos eixos viários. Já a ocupação da área de servidão é inteiramente proibida, salvo em casos específicos.

No que diz respeito à presença de aeródromos próximos à LT, convém, primeiramente, observarmos a legislação pertinente. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), Art. 27, aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves.

Com base em dados da ANAC (2018), constatou-se q os municípios da AER possuem de doze (1e) aeródromos, ente públicos e privados, havendo alguns com mais de um. São eles: Xinguara/PA (3 privados), Araguaína/TO (2 privados), Arapoema/TO (1 privado), Rio Maria (2 privados), Marabá/PA (1 público e 1 privado), e Sapucaia/PA (2 privados).

IV. Principais Benfeitorias e Edificações contidas na faixa de servidão

De acordo com dados obtidos através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foram levantadas benfeitorias e edificações que interceptam o empreendimento, e seguem na Tabela 40 a Tabela 44.

Tabela 40 - Rodovias federais na AER do empreendimento.

UF	Localização inicial	Localização final	Condições	Nome da LT	X	Y
Pará	ENTR (XINGUARA)	PA-279 ENTR PA-477	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	669029,9486	9265039,728
	ENTR (XINGUARA)	PA-279 ENTR PA-477	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	668993,1089	9264974,769
	IGARAPÉ VERMELHO	RIO TAPIRAPÉ	Planejada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	581466,5798	9404089,227
	IGARAPÉ VERMELHO	RIO TAPIRAPÉ	Planejada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	581551,1229	9404092,192
	RIO PACAJÁ (PACAJÁ)	RIO ANAPÚ (ANAPÚ)	Pavimentada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	524364,6782	9581249,692
	RIO PACAJÁ (PACAJÁ)	RIO ANAPÚ (ANAPÚ)	Pavimentada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	524476,914	9581225,965
Tocantins	ENTR BR-153/TO-336(B)	ENTR TO-164/438(A) (P/GOIANORTE)	Planejada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	762398,6301	9010493,518
	ENTR BR-153/TO-336(B)	ENTR TO-164/438(A) (P/GOIANORTE)	Planejada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	762337,8447	9010497,947
	RIO DOS BOIS	ENTR TO-342(A) (INÍCIO PISTA DUPLA - MIRANORTE)	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	768812,4329	8963636,845
	RIO DOS BOIS	ENTR TO-342(A) (INÍCIO PISTA DUPLA - MIRANORTE)	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	768765,3305	8963560,509

Fonte: ANTT, 2018.

Tabela 41 - Rodovias estaduais na AER do empreendimento.

Região	Rodovia	Situação	Nome da LT	X	Y
Pará	PA-167	Leito Natural	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	429660,075	9657996,372
	PA-167	Leito Natural	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	429697,4792	9658048,739
	PA-258	Planejada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	431192,1669	9657284,157
	PA-258	Planejada	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	431249,8134	9657316,658
	PA-275	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	646168,7567	9327013,124
	PA-275	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	646106,4993	9327006,46
	PA-275	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	650762,7243	9327551,349
Tocantins	TO-160	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	763828,7509	8996746,011
	TO-160	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	763762,4396	8996803,622
	TO-164	Em Obra de Pavimentação	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	749924,6962	9079489,036
	TO-164	Em Obra de Pavimentação	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	749945,7141	9079232,356
	TO-164	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	731140,3331	9123523,095
	TO-164	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	731134,9746	9123424,47

Região	Rodovia	Situação	Nome da LT	X	Y
	TO-164	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	741599,425	9104878,401
	TO-164	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	741533,7612	9104886,048
	TO-230	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	711349,3356	9152518,066
	TO-230	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	711302,8635	9152479,932
	TO-239	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	757954,4474	9054061,32
	TO-239	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	757920,3474	9053963,079
	TO-336	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	760692,3025	9026867,493
	TO-336	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	760628,7143	9026898,773
	TO-427	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	695230,7835	9176225,918
	TO-427	Pavimentada	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	695189,7678	9176179,523
	TO-430	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	728381,9832	9127566,191
	TO-430	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	728319,4266	9127551,413
	TO-431	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	764108,6173	8994053,111
	TO-431	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	764052,8195	8994009,565
	TO-434	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	758893,8081	9046051,649
	TO-434	Leito Natural	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	758836,9912	9046012,975

Fonte: ANTT, 2018.

Tabela 42 - LTs existentes nos municípios da AER.

Nome	Tensão	Extensão	Nome da LT	X	Y
LT 230 kV Carajás - Marabá C1	230	146,8978724	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635857,5818	9354436,706
LT 230 kV Carajás - Marabá C1	230	146,8978724	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635895,2099	9354493,663
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C1	230	107,8308374	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635808,614	9354528,547
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C1	230	107,8308374	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635847,4796	9354583,183
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C1	230	107,8308374	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	704922,8265	9395665,785
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C2	230	107,8313322	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635817,49	9354511,9
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C2	230	107,8313322	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635856,4046	9354566,444
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C2	230	107,8313322	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	704921,922	9395657,029
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C3	230	108,1385091	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635786,3727	9354570,261
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C3	230	108,1385091	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635825,3099	9354624,763

LT Xingu - Serra Pelada; LT Serra Pelada - Miracema; LT Serra Pelada - Itacaiúnas e SE Serra Pelada

Nome	Tensão	Extensão	Nome da LT	X	Y
LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás C3	230	108,1385091	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	704943,0965	9395862,031
LT 230 kV Tucuruí - Altamira C1	230	326,7089682	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	521998,4557	9583492,916
LT 230 kV Tucuruí - Altamira C1	230	326,7089682	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	522159,3105	9583423,104
LT 500 kV Tucuruí - Xingu C1	500	265,2084382	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	473023,0706	9620524,36
LT 500 kV Tucuruí - Xingu C1	500	265,2084382	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	472675,084	9620373,546
LT 500 kV Tucuruí - Xingu C2	500	265,1414768	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	473010,1137	9620497,156
LT 500 kV Tucuruí - Xingu C2	500	265,1414768	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	472661,9754	9620340,194

Fonte: EPE, 2017.

Tabela 43 - Gasodutos que interceptam a AER do empreendimento.

Gasoduto	Categoria	Comprimento (km)	Município de origem	Município de destino	LT interceptada	X	Y
Gasoduto do Pará (Açailândia - Marabá)	Gasodutos em Avaliação	204	Açailândia (MA)	Marabá (PA)	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	647665,9279	9323437,147
Gasoduto do Pará (Açailândia - Marabá)	Gasodutos em Avaliação	204	Açailândia (MA)	Marabá (PA)	LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2	647615,5703	9323402,062
Gasoduto do Pará (Açailândia - Marabá)	Gasodutos em Avaliação	204	Açailândia (MA)	Marabá (PA)	LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas C1	655548,5461	9331839,965

Fonte: EPE, 2017.

Tabela 44 - Ferrovias que interceptam a AER do empreendimento

Ferrovia	Linha	Estação	Município	UF	LT interceptada	X	Y
Estrada de Ferro Carajás	Ponta da Madeira - Carajás	Entrocamento Serra Sul	Parauapebas	PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635016,5498	9356014,038
Estrada de Ferro Carajás	Ponta da Madeira - Carajás	Entrocamento Serra Sul	Parauapebas	PA	LT 500 kV Xingu - Serra Pelada C1 e C2	635057,8026	9356064,196

Fonte: ANTT, 2018.

6.4.3. Populações Tradicionais

A diversidade cultural é uma das grandes características da sociedade brasileira, em especial nos estados que formam a região norte do país. Tal diversidade está presente na carta magna brasileira nos artigos 215 e 216, quando ela reza sobre o desenvolvimento e proteção de comunidades étnicas tradicionais.

A diversidade sociocultural é uma das grandes marcas das sociedades atuais, especialmente no mundo ocidental, onde questões relativas ao reconhecimento dos diferentes grupos sociais, através da garantia de direitos específicos, mobiliza a ação de organizações que compõem os movimentos sociais. A resposta governamental, notadamente nas sociedades democráticas, tem consistido em desenvolver políticas públicas específicas, buscando atender as demandas sociais presentes, como é o caso das comunidades étnicas.

Ainda sobre as comunidades tradicionais, Diegues (1998), avaliando a importância dessas populações na conservação da natureza, levanta duas questões que necessariamente se apresentam: a da cultura e a das relações homem / natureza, como na caracterização que se segue.

“Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariada. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse **Know-how** tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra “respeito”, que se aplica não somente à natureza como também a outros membros da comunidade” (Diegues, 1992, p. 142, APUD Diegues 1998, pg. 87).

As características das culturas e sociedades tradicionais são, portanto:

- Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por linguagem oral;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

- Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Nesse sentido, a caracterização das populações tradicionais torna-se bastante complexa, face ao intenso processo de mudança sociocultural e espacial a que estão submetidas.

Para processos de licenciamento ambiental, a Portaria Interministerial 419/2011 foi responsável por regulamentar os Estudos de Componente Indígena – ECI e Estudos de Componente Quilombola – ECQ nos processos de licenciamento ambiental no Brasil. Assim, observada a presença de aglomerados tradicionais no entorno do empreendimento, automaticamente as especificidades étnicas destes povos tradicionais bem como suas necessidades econômicas e territoriais passam a compor o Processo, o Estudo de Impacto Ambiental e os Programas, configurando um estudo componente específico. Portanto, há uma legislação específica a ser considerada sobre Povo e Comunidades Tradicionais.

A Portaria Interministerial 060/2015 - que revogou a Portaria Interministerial 419/2011 de 26/11/11-, determina em seu Anexo II o raio de influência ser considerado do empreendimento em relação às comunidades tradicionais indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, e orienta ainda que, para Terras Quilombolas, deverá ser considerada a elaboração e publicação do RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação que delimita o território quilombola a partir de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas históricas e antropológicas, conforme disposto em Instrução Normativa 16 de 24/03/2004 do Inbra.

Em casos de Terra Indígena, deverá esta ser reconhecida como áreas ocupadas tradicionalmente por indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado pela FUNAI e publicado no D.O.U. Ainda para comunidades indígenas, existe a possibilidade de localização de índios isolados, cuja publicação também deverá ter sido realizada no D.O.U. Demais modalidades previstas no Art. 17 da Lei 6.001 de 19/12/1973, obviamente, deverão ser consideradas.

De todo modo, e considerando que os órgãos da administração pública possuem o dever constitucional de zelar pela integridade do meio ambiente e assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, é necessário citar a Recomendação 02/2016 do MFP e o amparo legal da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), documentos de apoio que esclarecem a questão das comunidades tradicionais nos processos de licenciamento ambiental.

As manifestações da FUNAI e FCP são imprescindíveis para informar o processo de licenciamento ambiental e os possíveis impactos causados às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e sua participação não consiste mera formalidade, ao contrário, possui um caráter substantivo de cautela e proteção junto aos territórios tradicionais, ainda que desprovidos de Portaria da Funai e RTID, sempre que indicarem potencial desagregador e desestruturante sobre estas comunidades.

Para estes casos, a Fundação Cultura Palmares publicou a IN 001/2015 em 23/03/2015 e a Funai publicou a Instrução Normativa 002/2015 em 27/03/2015, ambas estabelecem os procedimentos administrativos a serem observados quando provocadas a se manifestarem nos processos de licenciamento ambiental em razão de existência de comunidade quilombola ou indígena, que na forma do artigo 3º, inciso I, do Decreto 6.040/2007, “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, ou seja, que sejam considerados os espaços tradicionais reivindicados pelas comunidades tradicionais, utilizados de forma temporária ou não, desde que identificados por laudo antropológico por órgão ou entidade estatal com atribuição para tanto.

A Convenção 169 da OIT vê na **autodefinição** o “elemento fundamental para identificação das comunidades”, cujas determinações, incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004, deverão ser consideradas, caso haja manifestação dos órgãos competentes em realizar estudos específicos de comunidades que não se enquadram na Portaria Interministerial 060.

Neste sentido, e conforme trata a legislação brasileira, elencamos dois tipos de comunidades tradicionais a serem enquadradas de modo específico nos estudos de licenciamento ambiental, quais sejam: comunidades Remanescentes de Quilombo e Comunidades Indígenas.

A título de entendimento, Comunidades Tradicionais de que trata a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo decreto no. 6.040 de 07 fevereiro de 2007, por definição engloba em seu conceito de comunidades tradicionais um amplo espectro de elementos podendo ser seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, lindeiros, babaçueiros, quebrador de coco etc. Contudo, estas populações tradicionais, embora ocupem territórios de referência sócio-cultural, não estão contemplados no seu artigo 3º, onde se entende que os Territórios são

“espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, **no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas**, (grifo nosso) respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.”

Outro ponto é que tais populações tradicionais não estão contempladas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois esta garante o direito de informação e de oitivas apenas às comunidades tribais sejam elas indígenas ou remanescentes de quilombos.

6.4.3.1. Comunidades Indígenas

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece a população indígena como os primeiros ocupantes do Brasil, sendo esta a fonte de seu direito a terra, reconhecendo este direito como anterior ao seu direito instituído formalmente.

Portanto está assegurado o direito a posse das terras tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas, conforme dita o inciso XI do Artigo 20 da Constituição Federal, as Terras Indígenas são “bens da União” e de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 231 da Constituição Federal é caracterizada pela “terra tradicionalmente ocupada pelos índios, por eles habitada em caráter permanente, utilizada para as suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessária sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”

Pelo parágrafo 4 do referido artigo são “inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis”, assegurando o direito perpétuo das comunidades indígenas ao seu território, pois além de servir de habitat para os grupos indígenas que nela tradicionalmente residem, também concentram condições básicas com os meios suficientes à sua subsistência e principalmente à sua reprodução física e cultural.

Anterior a Constituição, em 1973 passou a vigorar a Lei 6.001 que cria o Estatuto do Índio, regulamentando o status jurídico do indígena e suas comunidades, preservando a cultura indígena que é própria e diferenciada, além de integra-los paulatinamente à comunhão nacional, sem descaracterizá-los de sua condição de povo indígena, levando a tutela do Estado para que o mesmo possa zelar pelos direitos dos povos tradicionais indígenas. Embasado e referendado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, Estatuto do Índio (Lei Federal 6.001/73) e pelo o Decreto Presidencial n.º 1775/96, foi criada pelo Ministério da Justiça a Portaria n.º 14 de 09 de janeiro de 1996 que define e classifica as terras indígenas em 4 modalidades descritas abaixo¹:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Entretanto, existem terras indígenas que foram reservadas, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

¹ Informações retiradas no sitio da FUNAI www.funai.gov.br

Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

No que tange sobre os procedimentos de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas, a Presidência da República, por meio do Decreto 1775/96, regulamentou-os da seguinte forma²:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

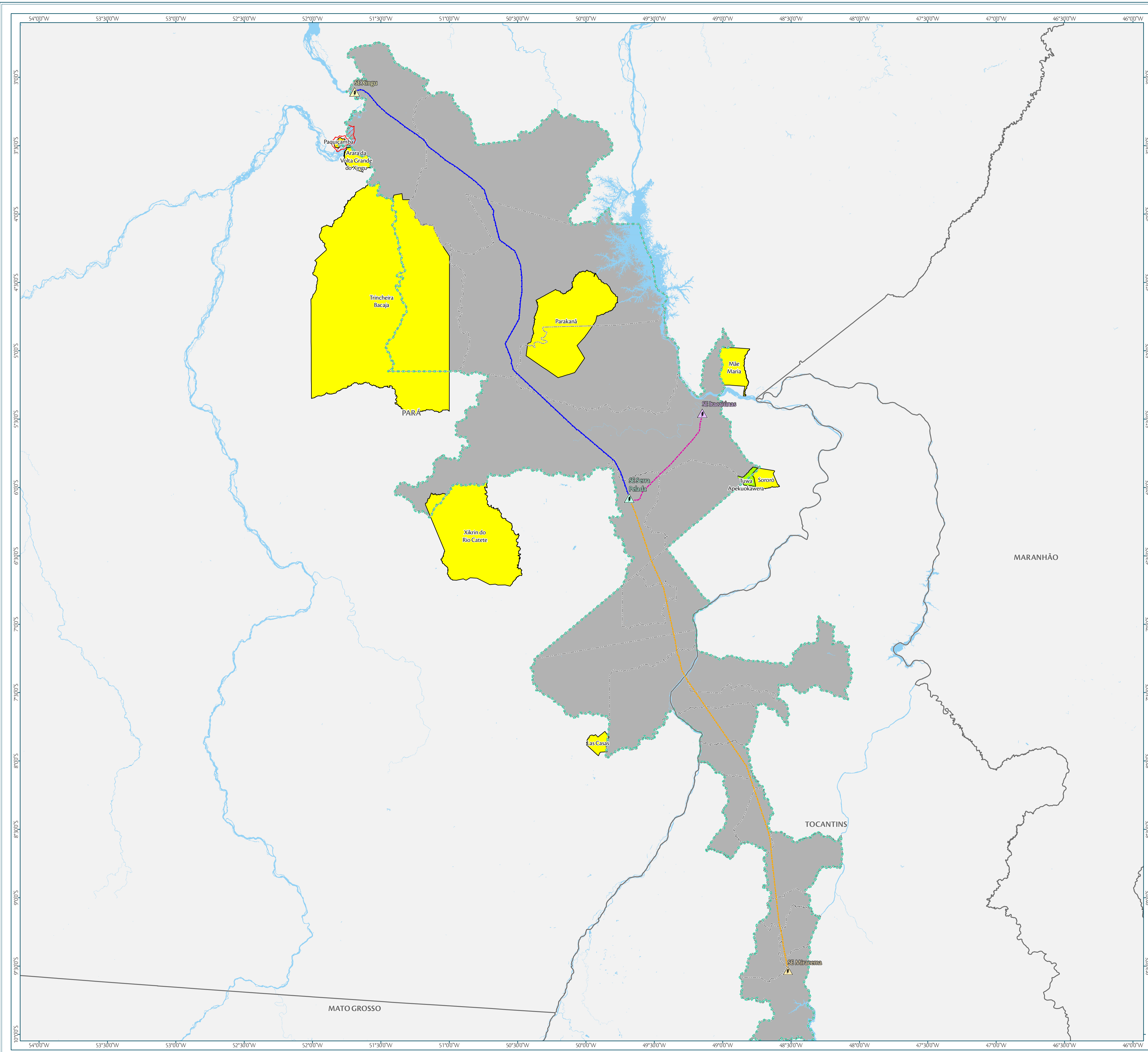
Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

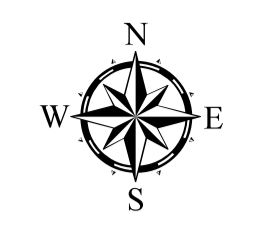
Para o estudo em questão, foram identificadas 9 comunidades indígenas em 14 dos municípios que compõem o entorno do empreendimento (Mapa 2). Abaixo a listagem com as Terras Indígenas mais próximas dos empreendimentos

² Retirado do sitio da FUNAI www.funai.gov.br



Parâmetros Cartográficos

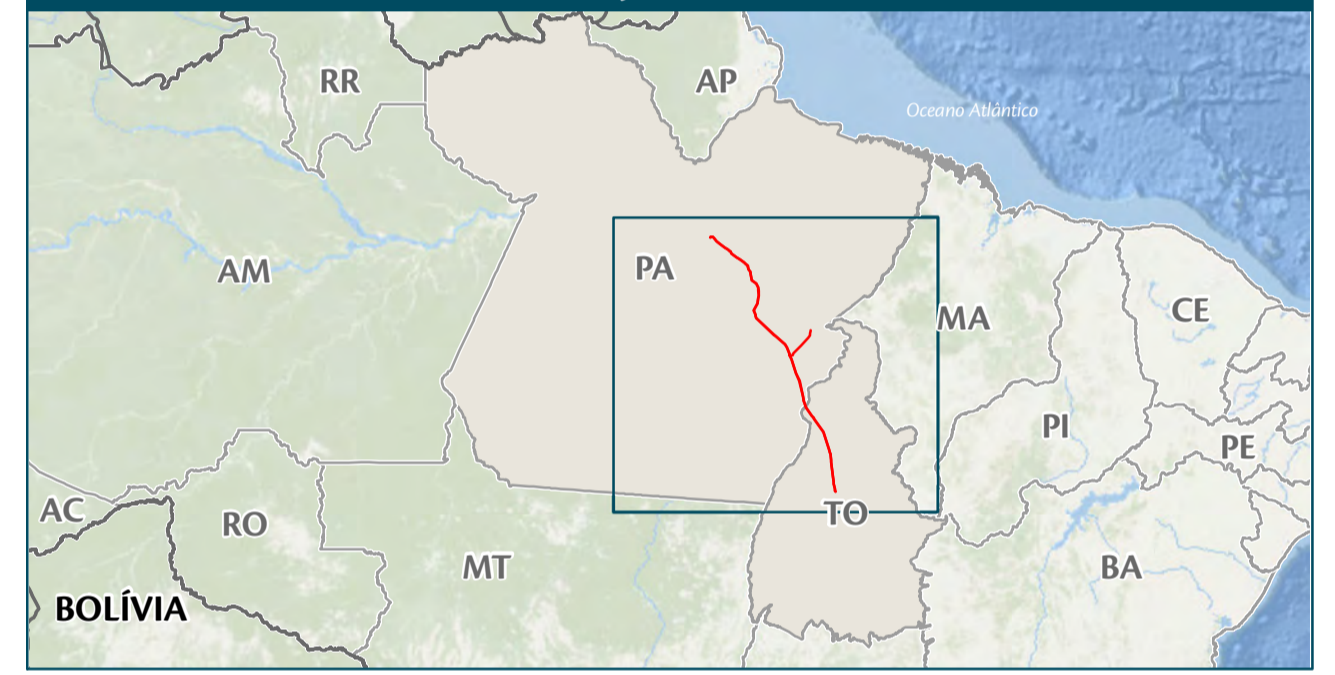
0 20 40 60 km
 Projeção Geográfica (GCS)
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Unidades: Graus



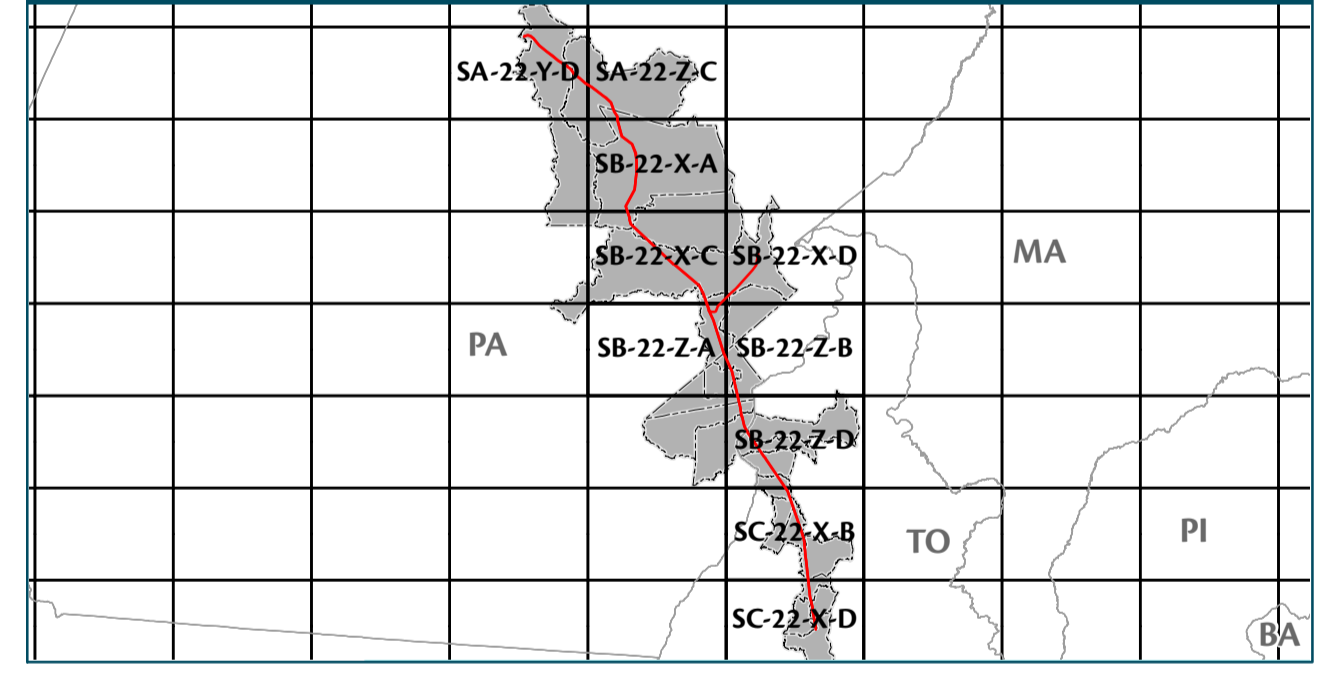
Legenda

- SE Xingu
 - SE Serra Pelada
 - SE Itacaiúnas
 - SE Miracema
 - Massa D'água
 - Municípios Interceptados
 - Divisa Estadual
- Linhas de Trasmissão 500 kV:**
- Xingu - Serra Pelada C1 e C2
 - Serra Pelada - Itacaiúnas C1
 - Serra Pelada - Miracema C1 e C2
- Área de Estudo Regional - Meio Socioeconômico:**
- Municípios Interceptados pelo Empreendimento
- Terras Indígenas:**
- Modalidade/Fase
- Tradicionalmente ocupada, Regularizada
 - Tradicionalmente ocupada, Delimitada
 - Tradicionalmente ocupada, Declarada

Localização no Estado



Localização no Município/Articulação das Folhas 1:250.000



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1: 250.000) - IBGE Geociências, 2017; Terras Indígenas: FUNAI, 2018.

Empreendedor/Cliente



Execução



Projeto

Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1

Tema

Terras Indígenas

Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:1.500.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental	MAPA-02/A1
Data	CREA: 15.376/D-DF	
Julho/2018		

Tabela 45 - Terras indígenas identificadas no entorno do empreendimento

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município do Pará	Distância do Traçado
Arara da Volta Grande do Xingu	Arara do Pará	Senador José Porfírio	38,5 km
Parakanã	Parakanã	Novo Repartimento, Itupiranga	12,31 km
Mãe Maria	Gavião Parkatejê	Bom Jesus do Tocantins	28,71 km
Paquiçamba	Yudjá	Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	38,40 km
Sororó	Aikewara, Suruí do Pará	São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Marabá	55 km
Trincheira Bacaja	Aweté, Asurini do Xingu	Altamira, São Félix do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	42,81 km
Xikrin do Rio Catete	Kayapó	Água Azul do Norte, Parauapebas, Marabá	83,85 km
Las Casas	Kayapó	Redenção, Pau D'Arco, Floresta do Araguaia	78,22 km
Tuwa Apekuokawera	Suruí de Rondônia	São Geraldo do Araguaia, Marabá	55,58 km

Fonte: FUNAI, 2017.

Com 26 mil hectares (ha) de área homologada na Amazônia Legal, o grupo Indígena 'Arara do Pará', possui atualmente 143 indivíduos mapeados na Terra denominada 'Arara da Volta Grande do Xingu', presente no território de Senador José Porfírio, no Pará, a cerca de 38 quilômetros do traçado da LT em estudo. Já o povo Parakanã, localiza-se nos territórios municipais de Novo Repartimento e Itupiranga no Pará, a cerca de 12 quilômetros do traçado da LT, e possui, atualmente, população de 1.000 índios. Esta TI apresenta situação jurídica homologada na Amazônia Legal, com 352 mil hectares de área, segundo dados de 2014 do site dos Povos Indígenas do Brasil, do Instituto Socioambiental (ISA). Os Parakanã são habitantes do interflúvio Pacajá-Tocantins. Pertencem à família linguística tupi-guarani e ao mesmo subconjunto do Tapirapé, Avá (Canoeiro), Asurini e Suruí do Tocantins, Guajajara e Tembê.

Ainda no que tange aos Povos Indígenas mapeados no entorno do empreendimento, atualmente, 646 índios autodenominados 'Parkatejê' vivem na TI 'Mãe Maria' situado no município de Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do Pará e a cerca de 28 quilômetros do traçado da LT em estudo. Falam o dialeto da língua Timbira Oriental, pertencente à família Jê, priorizando seu uso em ocasiões rituais, cantos e discursos apesar da grande difusão da língua portuguesa no cotidiano da tribo, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA).

Ainda sem reconhecimento oficial, os 880 índios 'Yudjá' da TI Paquiçamba habitam território de 16 mil hectares demarcado com abrangência aos municípios de Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio no Pará, com cerca de 38 quilômetros de distância da AER, (Siasi/Sesai, 2014). Os Yudjá falam uma língua do tronco tupi classificada na família linguística Juruna, que também incluía as línguas já extintas dos povos Arupaia, Xipaia, Peapaia e Aoku (não-identificado), além dos Maritsawá. No que tange à cultura, eles aproximam-se sensivelmente de povos que falam línguas da família tupi-guarani, segundo dados da ISA, 2014.

Situada no sudeste do Pará, as Terras Indígenas 'Sororó' e 'Tuwa Apekuokawera' possuem 383 indivíduos de autodenominação Aikewara/ Suruí e ocupa os territórios dos municípios de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, distante cerca de 55 quilômetros da AER. Encontra-se em situação homologada na Amazônia Legal, e tem como língua mãe *akwáwa* da família Tupi-Guarani, a mesma dos Parakanã.

A TI Trincheira/Bacajá possui área de 1651 mil hectares homologada na Amazônia Legal, situada nos territórios dos municípios de Altamira, São Félix do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, a cerca de 42 quilômetros da AER, dautodenominados de Awaete ou Asurini, com cerca de 182 índios na TI, segundo dados da Sesai, 2014.

Localizadas nos pontos mais distante da AER, com 82 quilômetros e 78 km respectivamente, as TIs, 'Xikrin do Rio Cateté' e Las Casas, reúnem kayapós em seus territórios, totalizando cerca de 1.675 índios. Os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do caudaloso rio Xingu. Na TI de Kirin do Rio Cateté, ocupa território nos municípios de Água Azul do Norte, Parauapebas, Marabá, no Pará, e a TI 'Las Casas' ocupa território em Redenção, Pau D'Arco e Floresta do Araguaia.

Por fim, vale ressaltar que nenhuma Terra Indígena mapeada encontra-se no raio de 8 quilômetros do entorno do traçado previsto em Estudo da AER.

6.4.3.2. Comunidades Remanescentes de Quilombos

Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura e responsável pelas informações oficiais acerca das populações quilombolas no Brasil, as denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são caracterizadas como

“expressões que designam grupos sociais afrodescendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e os trabalhos comuns passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole”.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo “*critérios de autorreconhecimento, com trajetória histórica e ancestral própria e comum, dotados de relações territoriais específicas que estão relacionadas com a resistência à opressão histórica sofrida*”.

A abordagem conceitual sobre comunidades remanescentes de quilombos emerge marcada pela pluralidade de entendimentos acerca da noção de quilombo. A etimologia da palavra quilombo advém do termo *kilombo* provem do Quimbundo e *ochimbundo* que significa lugar de pouso ou acampamento (MOURA:2006), também encontrada em diversos dialetos dos povos Bantus (LOPES: 2003) com o mesmo significado.

Grande parte das comunidades quilombolas ocuparam áreas de terra não adequada para cultivo, com estradas de difícil acesso e interesse social mínimo por estas localidades e são estes fatores de acesso, improdutividade e falta de interesse que garantem o isolamento destas comunidades especialmente àquelas que vivem nas áreas rurais dos municípios, gerando uma diversidade de bens, tanto de natureza material quanto de natureza imaterial únicas. Evidentemente que a situação de supressão de direitos vivida anos a fio fez com que estas comunidades quilombolas criassem condições especiais para sua reprodução física e social e principalmente utilizando mecanismos de manipulação forjando uma etnicidade aculturada com o intuito de preservar sua cultura imaterial.

Para o estudo em questão, buscou-se os dados disponíveis no sítio da Fundação Cultural Palmares e no Incra, destas informações publicamente disponíveis, não foram identificadas no raio de 8 km Comunidades Remanescentes de Quilombo presentes nos municípios da Área de Estudo.

Apesar de não ter sido encontrada nenhuma Terra ou Comunidade Quilombola no traçado em questão, a Região Norte é a segunda região que mais abriga comunidades quilombolas no país segundo dados da Fundação Palmares, perdendo apenas para o Nordeste. Responsável por 25% dessas comunidades, a maioria delas se localizam no estado do Pará, onde se verifica a existência de aproximadamente 403 comunidades, seguido de Tocantins, que teria 17.

6.4.3.3. *Comunidades Tradicionais de Outros Tipos*

Dentre os municípios que integram a AER do empreendimento, não foram identificadas comunidades tradicionais de outros tipos, ou seja, àquelas não indígenas ou quilombolas, que possam, definitivamente, ser classificadas desse modo.

Entretanto, consta em estudo anterior protocolado, a presença das Quebradeiras de coco babaçu, vivendo da extração da importante palmeira brasileira, no Pará e no Tocantins, em áreas distantes da de implantação do empreendimento.

6.4.4. **Patrimônio Arqueológico e Cultural**

Os estudos que visam a caracterização do Patrimônio cultural e Arqueológico das áreas de influência do Linha de Transmissão (LT) 500 kV Xingu – Serra Pelada C1 e C2, LT 500 kV Serra Pelada - Miracema C1 e C2 e LT 500 kV Serra Pelada - Itacaiúnas e subestações associadas, vem sendo desenvolvidos com base nas diretrizes estabelecidas pelo Termo de Referência nº TRE Nº 66 / CNL/GAB PRESI– assim como nos requisitos legais pertinentes ao empreendimento sobre o patrimônio arqueológico e cultural brasileiro como:

- Constituição Federal de 1988 (Art. 225, Parágrafo IV);
- Decreto-Lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937;
- Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961;
- Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007 e seus respectivos decretos regulatórios;
- Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000;
- Resolução CONAMA nº 01 de 23 de janeiro de 1986;
- Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997;
- Portaria SPHAN nº 07 de 01 de dezembro de 1988;
- Instrução Normativa IPHAN nº 001 de 25 de março de 2015;

As atividades devem ter como objetivo principal diagnosticar as áreas de potencial arqueológico, histórico e cultural, atendendo as normas e expectativas do IPHAN e da legislação brasileira. Para tal, fez-se necessário estabelecer um plano de trabalho capaz de esgotar os riscos de destruição de sítios arqueológicos na área do empreendimento e, concomitantemente, expor as diretrizes teórico-metodológicas que possibilitem a discussão e crítica aos trabalhos produzidos. Desta feita, os trabalhos serão divididos em duas etapas distintas, sendo uma etapa de gabinete e uma etapa de campo.

Na etapa de gabinete deve ser realizado levantamento bibliográfico e cartográfico acerca da área de pesquisa, que tiveram como função auxiliar não apenas na localização dos empreendimentos como também para identificação de áreas de significância arqueológica, como planícies não inundáveis, platôs drenagens marcos paisagísticos, e etc. Foi realizado também um levantamento detalhado do contexto arqueológico, etnográfico, histórico e cultural da área de pesquisa, com objetivo de se conhecer as especificadas da região no que tange as ocupações humanas pretéritas e atuais.

Esses procedimentos devem permitir conhecer previamente o universo de pesquisas já ocorridas na região – tantas aquelas de cunho “acadêmico” quanto aquelas associadas a empreendimentos, bem como permitiu auferir estratégias de campo a partir da realidade geográfica local. A partir daí puderam ser iniciadas as definições de modelos preditivos de ocupação tanto de assentamentos de grupos pré-históricos quanto de grupos históricos ocupantes da região.

A segunda etapa, que consiste em atividades de campo, se deu a partir de autorização do IPHAN por meio de portaria publicada em diário oficial da união, solicitada por meio do processo 01450.002612/2018-39. Nesse sentido, o conjunto metodológico utilizado beneficiou-se do olhar interdisciplinar expresso na própria formação da equipe, composta por profissionais da área de Arqueologia, Ciências Sociais.

Assim, devem ser realizadas prospecções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico. As prospecções serão realizadas por meio de caminhamentos sistemáticos e quando necessário, a realização de atividades interventivas que visam melhor contextualização das camadas estratigráficas e arqueológicas presentes nas áreas.

Os resultados dos estudos irão gerar dois relatórios; sendo um relatório destinado ao levantamento de patrimônio cultural imaterial e um relatório destinado ao patrimônio arqueológico. Estes serão apresentados junto ao IPHAN, visando a licença Prévia do empreendimento.

6.4.5. Localidades AEL

A Área de Estudo Local (AEL) é a área situada no entorno mais imediato do empreendimento, na qual foi efetuado o levantamento de dados primários. O presente estudo considerou a AEL como o corredor de 1 km de largura em torno do empreendimento, sendo 500 metros para cada lado do traçado da Linha de Transmissão e 500 metros em torno das Subestações.

Para tanto, entre os dias 10 e 21 de maio de 2018, foi efetuada atividade de campo na área em estudo, tendo sido percorrido todo o trajeto projetado para a LT, de acordo com o corredor estabelecido. No entanto, ao longo da referida área, verificou-se que algumas comunidades estão localizadas fora do buffer estabelecido, mas sofrerão influência direta da implantação do empreendimento, tendo sido devidamente descritas e caracterizadas. Ressalta-se ainda que algumas delas tem parte do seu território localizado dentro da referida área de estudo local, estando ou não seu aglomerado principal nesta inserido.

A atividade de campo foi dividida em três trechos, devido à sua dimensão, visando uma melhor organização e a otimização do levantamento. Para melhor compreensão das comunidades, foram elaborados questionários do tipo fechado, com perguntas previamente selecionadas. Foram aplicados questionários voltados para a caracterização das comunidades, levantamento do perfil dos moradores, organização social, infraestrutura das unidades de saúde, sendo que em algumas localidades foi caracterizada a atividade pesqueira.

Ao todo foram aplicados 180 questionários específicos para moradores, lideranças organizações sociais e instituições públicas, entre os quais contemplaram um público de 91 moradores, 47 lideranças comunitárias, 18 organizações sociais, 7 pescadores e 17 unidades de saúde, ordenados em 40 diferentes comunidades.

Sendo assim, o diagnóstico foi realizado com o intuito de estabelecer o perfil socioeconômico da Área de Estudo Local (AEL) por meio do levantamento das informações necessárias à compreensão da realidade das populações das localidades estudadas. Tais informações apresentam as principais características da população, a sua evolução recente, a dinâmica demográfica, social, econômica e de ocupação territorial, de modo a constituírem como base necessária para a avaliação dos impactos ambientais na área.

Em cada local visitado buscou-se, sobretudo, pelas lideranças atuantes ou moradores mais antigos, tendo em vista conhecer a sua realidade socioeconômica. Além da aplicação de questionários padronizados, a coleta de dados primários foi realizada por meio de registros fotográficos, por meio de câmeras fotográficas e de imagens aéreas com um drone, permitindo uma melhor visualização da região em estudo.

6.4.5.1. *Contexto local*

A formação da região na Área de Estudo Local teve início com as políticas governamentais de colonização das regiões Centro-Oeste e Norte, a princípio voltadas à criação de assentamentos de colonos e pequenos produtores, foram impulsionadas pela abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, que passaram a buscar benefícios com a chegada dos empreendimentos privados na região.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, criado em 1970, centralizou a implantação de projetos de colonização dirigida, que tinham como objetivo fazer valer a ocupação às margens das rodovias amazônicas. Muitas vilas e municípios tiveram a origem associada à construção das rodovias.

A abertura da BR-230 (Rodovia Transamazônica) e a construção da UHE Tucuruí, também na década de 1970, assim como a implantação dos projetos de assentamentos rurais, induziram um intenso processo de ocupação na região de estudo.

Já na década de 1980, com a abertura da fronteira agrícola, aliada à descoberta do garimpo de Serra Pelada, acelera-se a migração espontânea de agricultores e pecuaristas para a região, bem como a entrada de mineradoras, serrarias e siderúrgicas, o que contribuiu para a chegada de novos habitantes à região.

Na década de 1990, com o aumento da pressão dos movimentos sociais e das representações ligadas à agricultura familiar com atuação na região pela implementação da política de reforma agrária, desenvolvem-se projetos voltados para agricultura familiar e políticas de reforma agrária, fazendo com que outras partes do território fossem ocupadas.

Complementa o processo de formação da região, o desenvolvimento da intensa atividade agropecuária, com a pecuária bovina de corte extensiva e produtores de grãos, localizados em grandes extensões de área.

Assim sendo, a estrutura fundiária local abrange regiões com pequenas propriedades, cuja área é inferior a 200 ha, as médias propriedades entre 200 e 2.000 ha e grandes propriedades com área superior a 2.000 ha (Figura 57 e Figura 58).

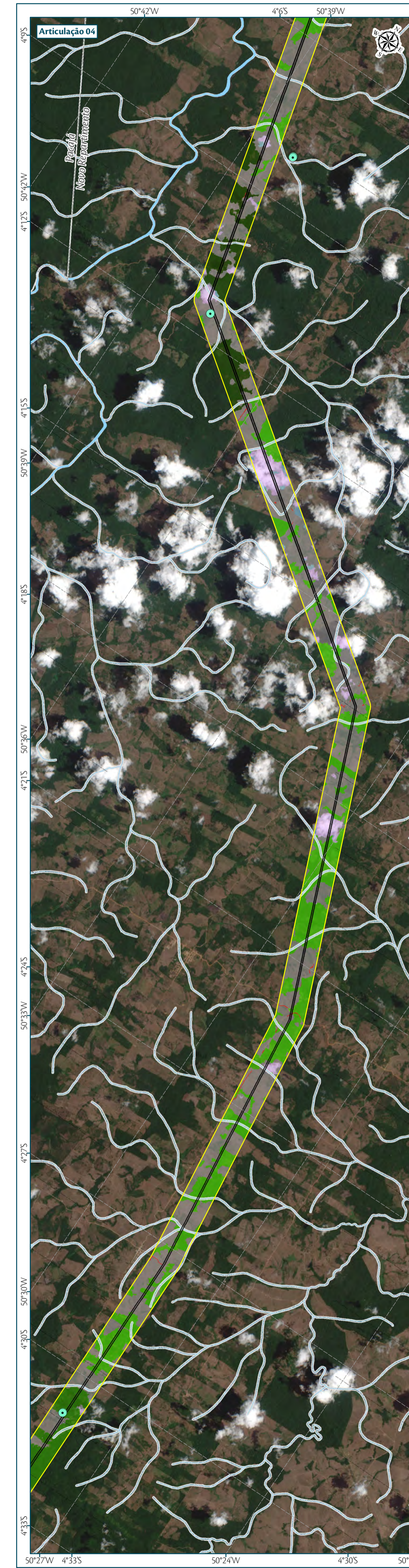
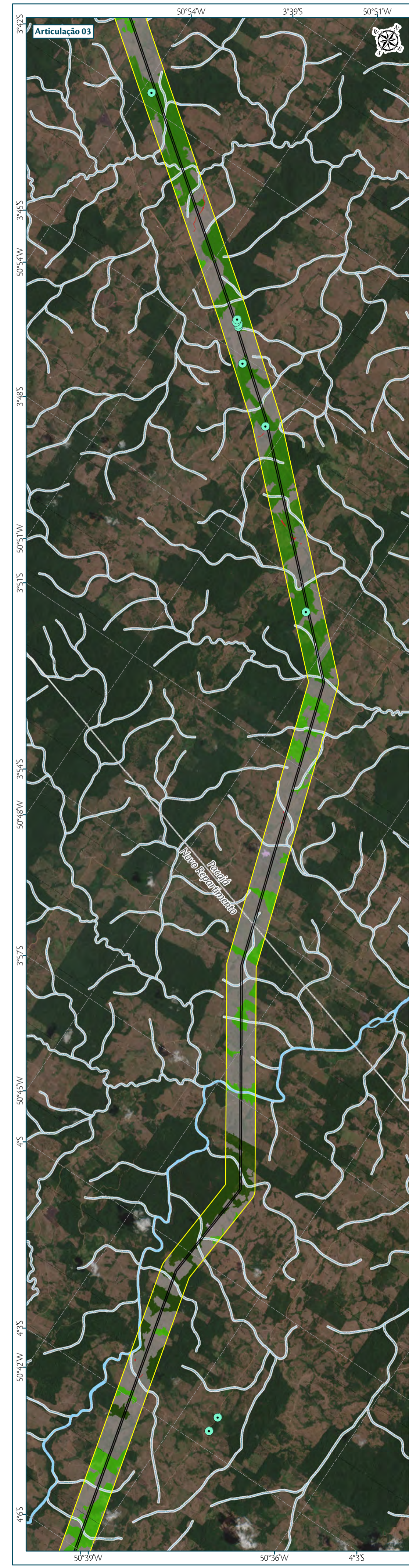
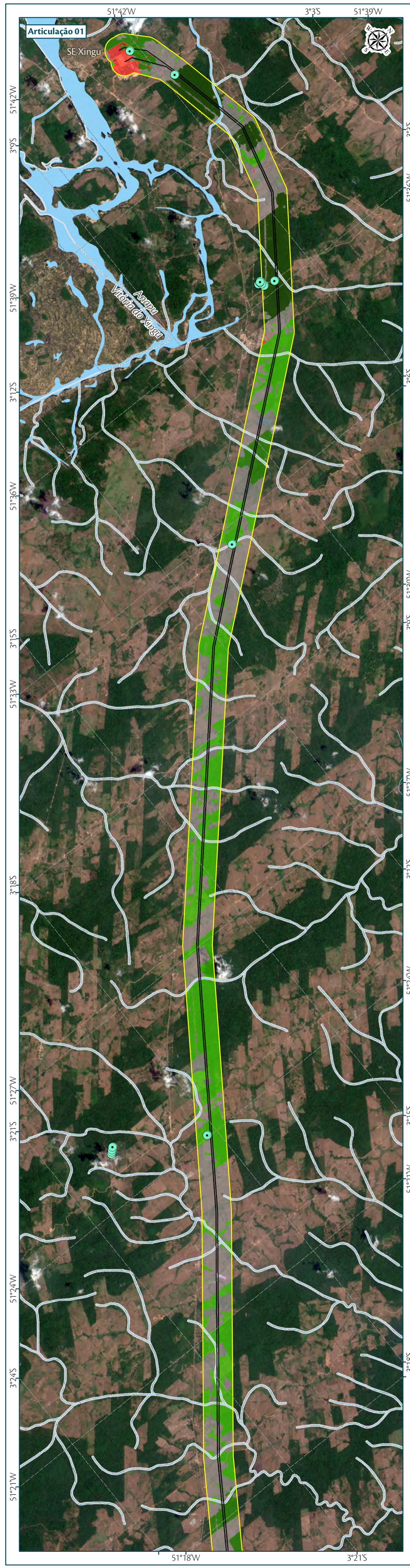


Figura 57 - Sítio São José, vicinal 2 Irmãos em Novo Repartimento-PA (100 m do traçado).



Figura 58 - Pequena propriedade na vicinal São Vicente em Pacajá (500 m do traçado).

O Mapa 3 e Mapa 4 evidenciam o uso do solo e a ocupação das áreas urbanas e rurais na área em estudo.



Parâmetros Cartográficos

0 2 4 6 km

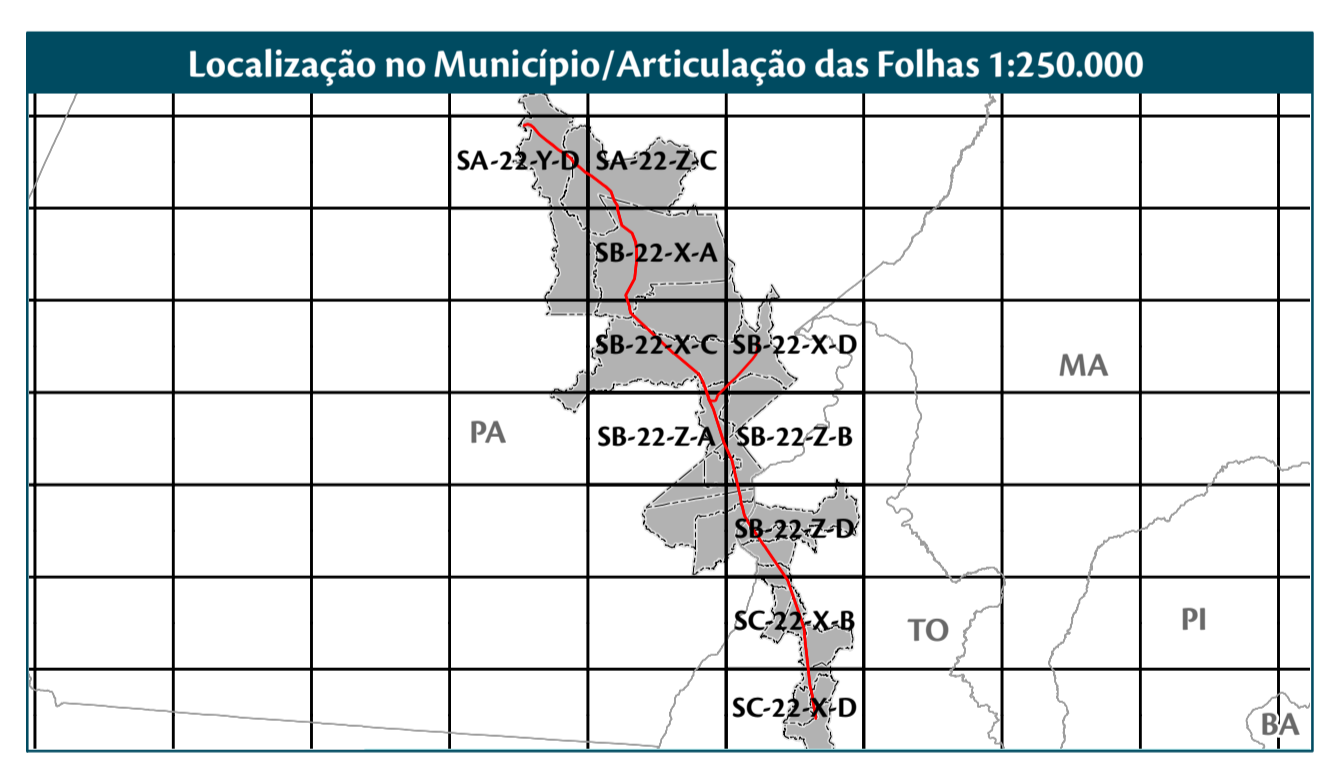
Projeção Geográfica (GCS)
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Unidade: Graus

Legenda

- Parcelas Amostrais de Flora
- Empreendimentos Novo Estado
- Drenagens
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Área de Estudo Local (AEL)
- Municípios Interceptados

Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo:

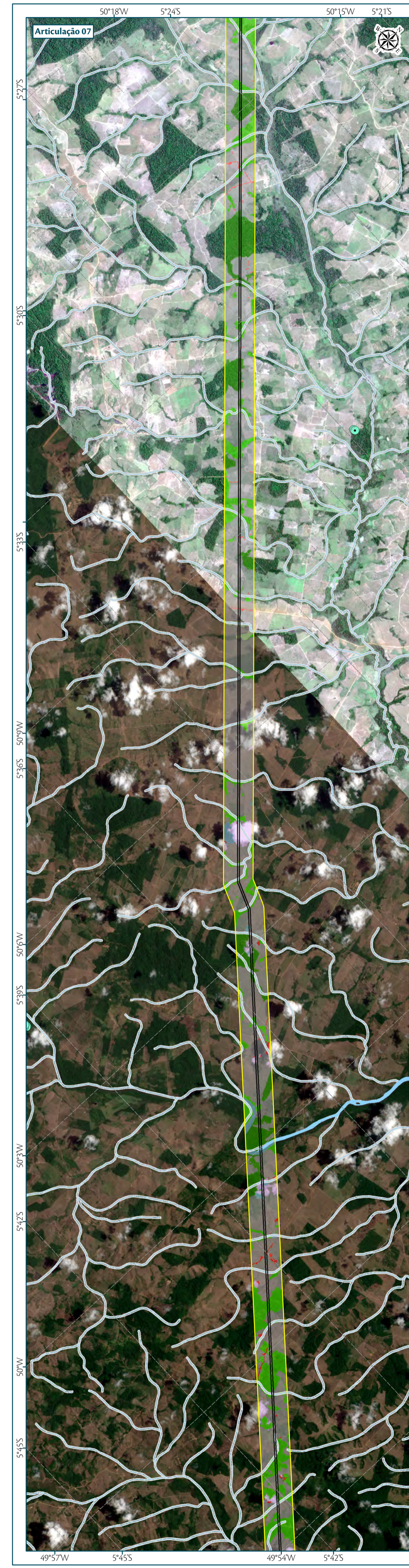
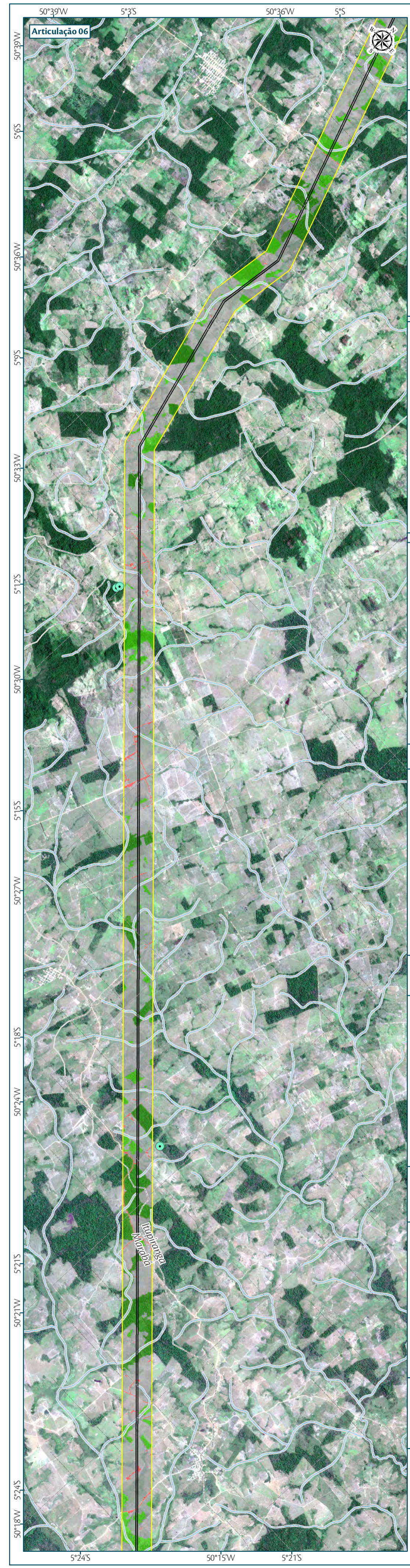
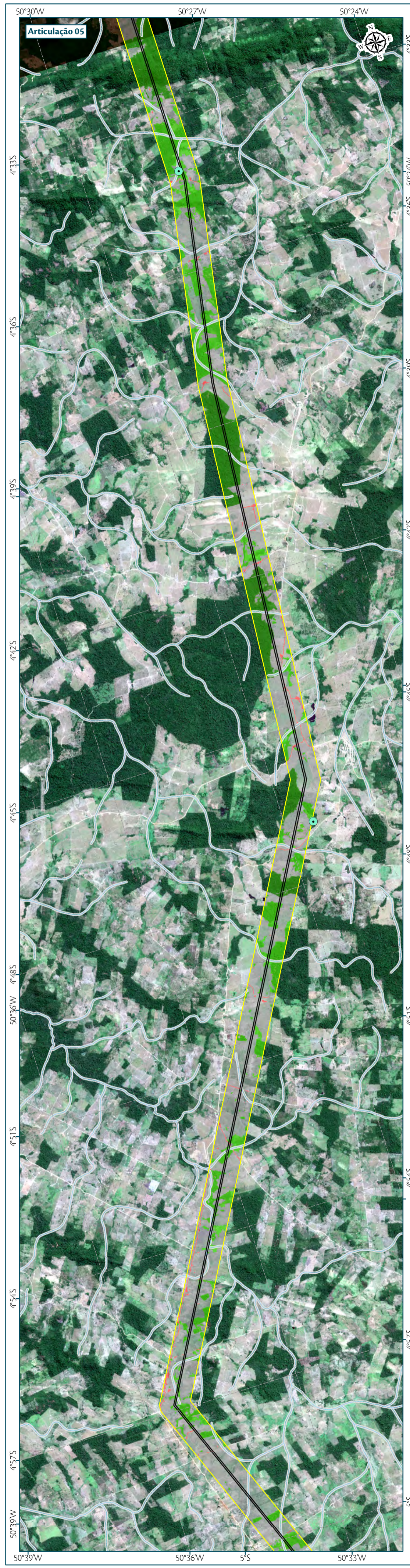
- Áreas Antrópicas Agrícolas
- Solo Exposto
- Corpos Hídricos
- Nuvens
- Floresta Ombrófila Densa Inicial
- Floresta Ombrófila Densa Médio
- Floresta Ombrófila Densa Médio/Avançado



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Hidrografia: Cartas Topográficas 1:100.000, Folhas (MI-534-535-536-537-538-539-540-541-594-595-596-597-659-660-727-728-797-798-870-871-872-873-948-949-950-1026-1027-1105); Imagens: Mosaico de Cenas (22LGR datadas de 16/01, 18/01 e 02/03/2018, 22MEV datadas de 08/07, 20/07 e 06/09/2017, 22MEU, 22MGLJ e 22MFU datadas de 09/08/2017, 22MDA, 22MDB, 22MEA e 22MEB datadas de 06/09/2017, 22LHR datadas de 01/03/2017, 22MFS datadas de 18/09/2017, 22LQJ datadas de 09/03/2018, 22MHS datadas de 04/03/2018) Sentinel 2A/MSI, com resolução espacial de 10m e composição de bandas 4R3G2B.

Empreendedor/Cliente	Execução	
Projeto		
Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1		
Tema		
Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo Área de Estudo Local - Articulações 1, 2, 3 e 4		
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:100.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01/A1
Data		
Julho/2018		



Parâmetros Cartográficos

0 2 4 6 km

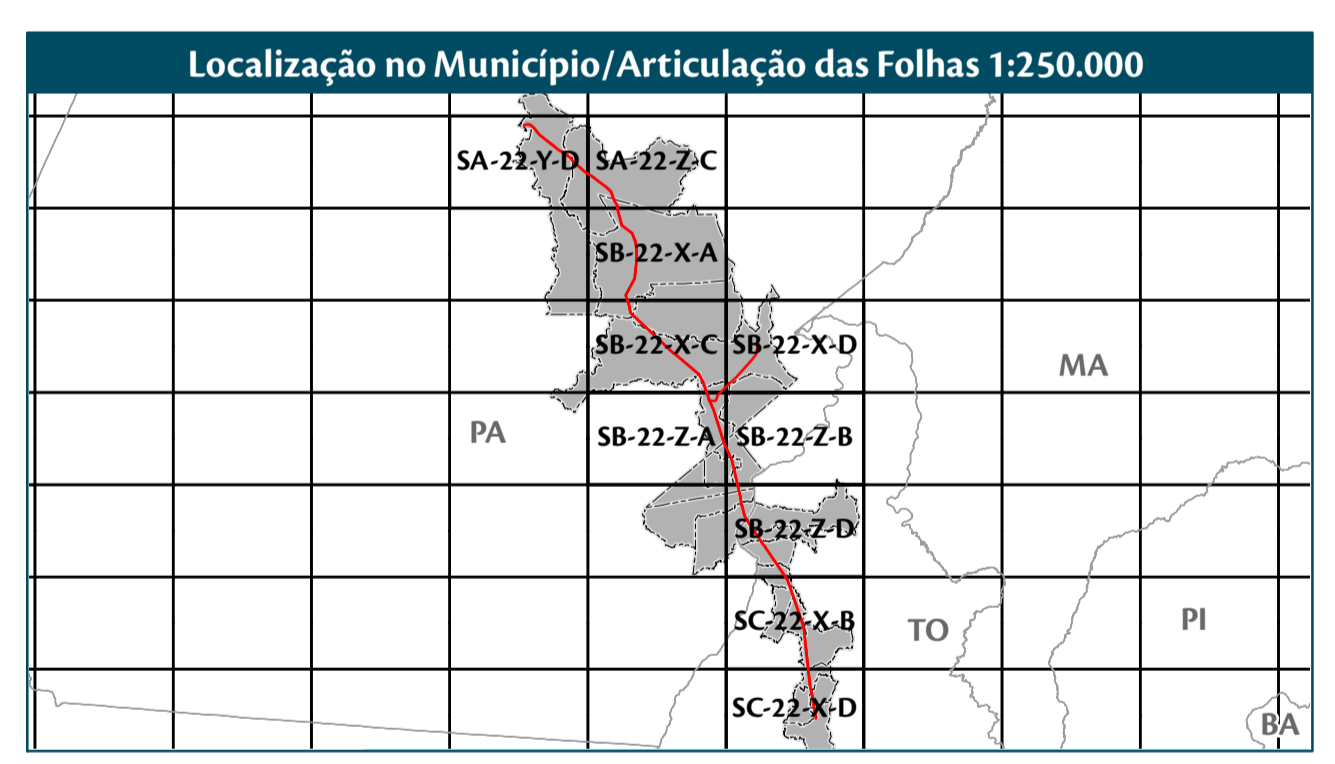
Projeção Geográfica (GCS)
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Unidade: Graus

Legenda

- Parcelas Amostrais de Flora
- Empreendimentos Novo Estado
- Drenagens
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Área de Estudo Local (AEL)
- Municípios Interceptados

Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo:

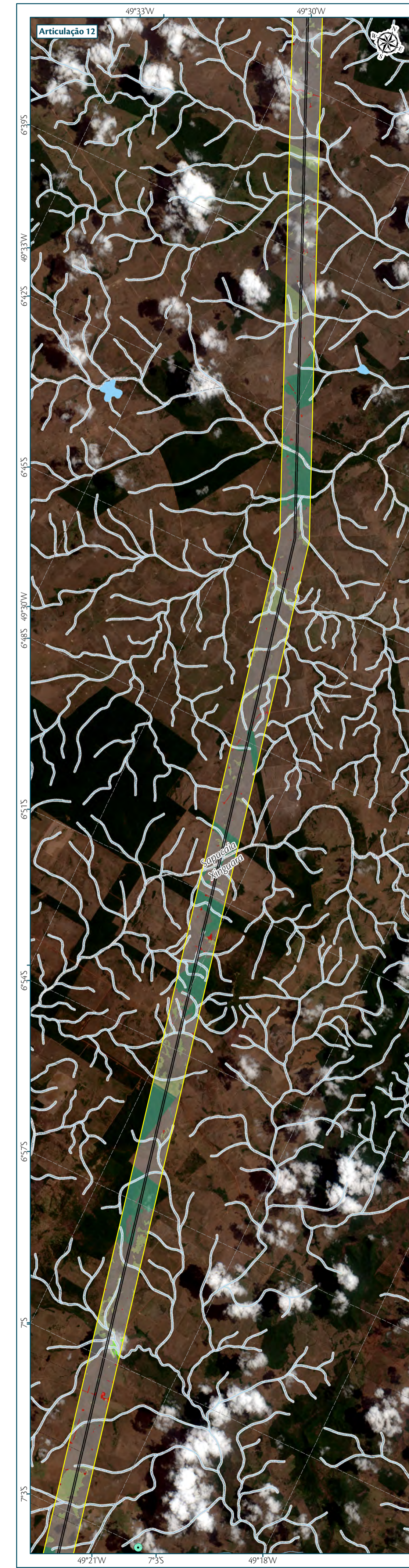
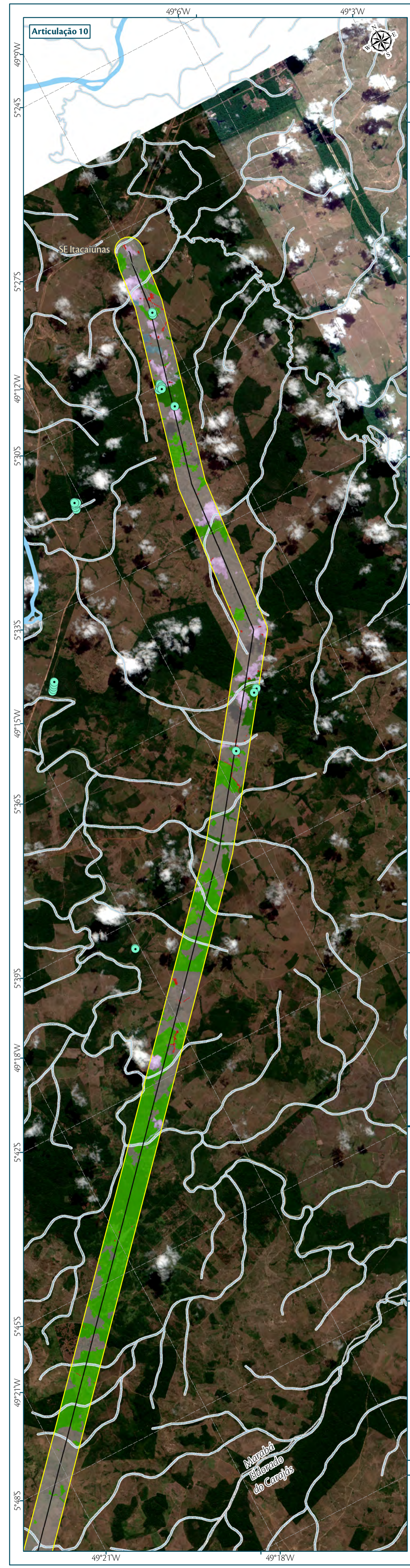
- Áreas Antrópicas Agrícolas
- Solo Exposto
- Corpos Hídricos
- Nuvens
- Floresta Ombrófila Aberta Inicial
- Floresta Ombrófila Densa Inicial
- Floresta Ombrófila Densa Médio



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Continua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Hidrografia: Cartas Topográficas 1:100.000, Folhas (MI-534-535-536-537-538-539-540-541-594-595-596-597-659-660-727-728-797-798-870-871-872-873-948-949-950-1026-1027-1105); Imagens: Mosaico de Cenas (22LGR datadas de 16/01, 18/01 e 02/03/2018, 22MEV datadas de 08/07, 20/07 e 06/09/2017, 22MEU, 22MGU e 22MFU datadas de 09/08/2017, 22MDA, 22MDB, 22MEA e 22MEB datadas de 06/09/2017, 22LHR datadas de 01/03/2017, 22MFS datadas de 18/09/2017, 22LQQ datadas de 09/03/2018, 22MHS datadas de 04/03/2018) Sentinel 2A/MSI, com resolução espacial de 10m e composição de bandas 4R3G2B.

Empreendedor/Cliente		Execução	
Projeto			
Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1			
Tema			
Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo Área de Estudo Local - Articulacões 5, 6, 7 e 8			
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho	
1:100.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-2/A1	
Data			
Julho/2018			



Parâmetros Cartográficos

0 2 4 6 km

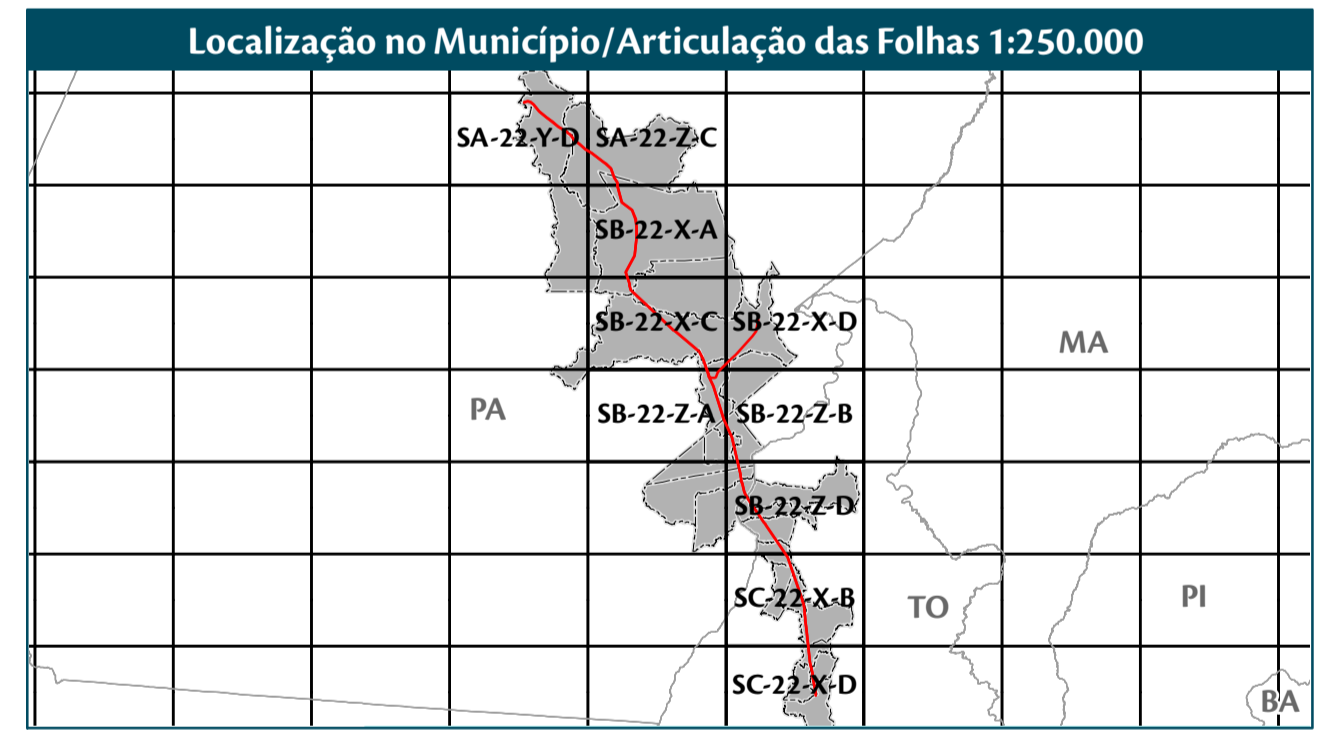
Projeção Geográfica (GCS)
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Unidade: Graus

Legenda

- Parcelas Amostrais de Flora
- Empreendimentos Novo Estado
- Drenagens
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Área de Estudo Local (AEL)
- Municípios Interceptados

Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo:

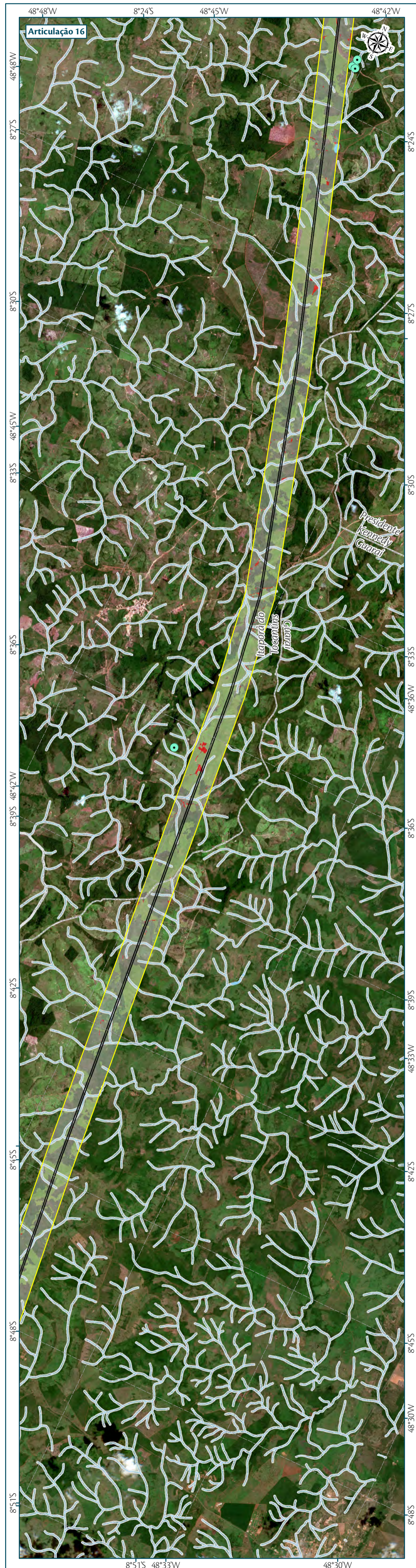
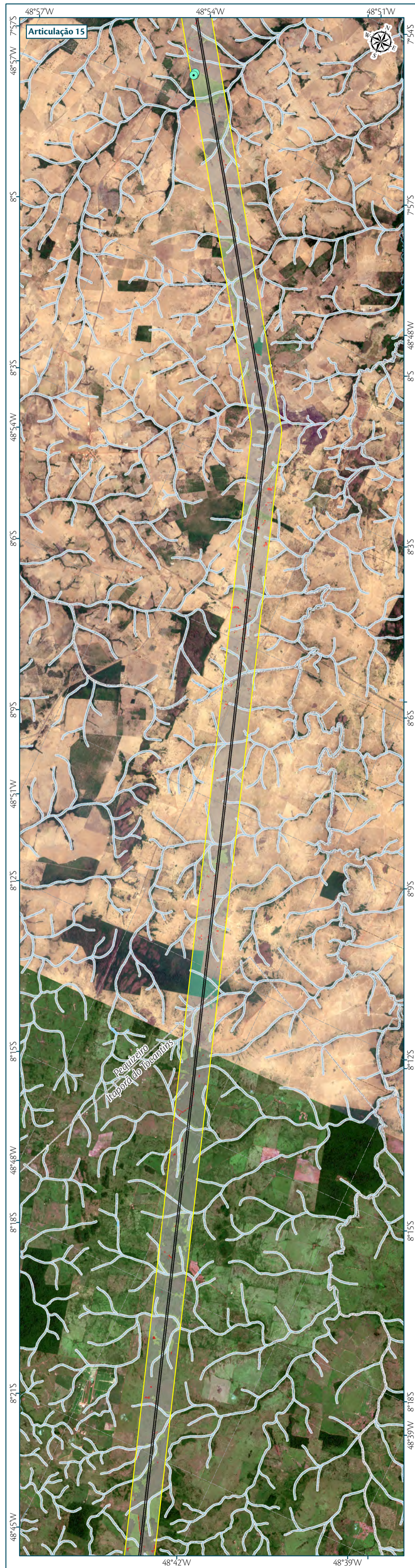
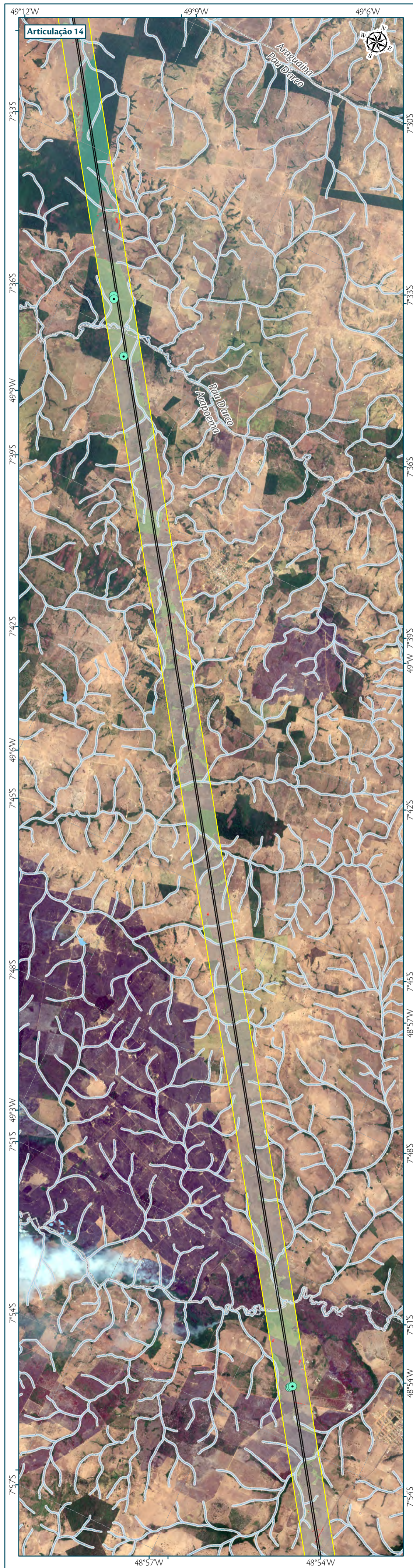
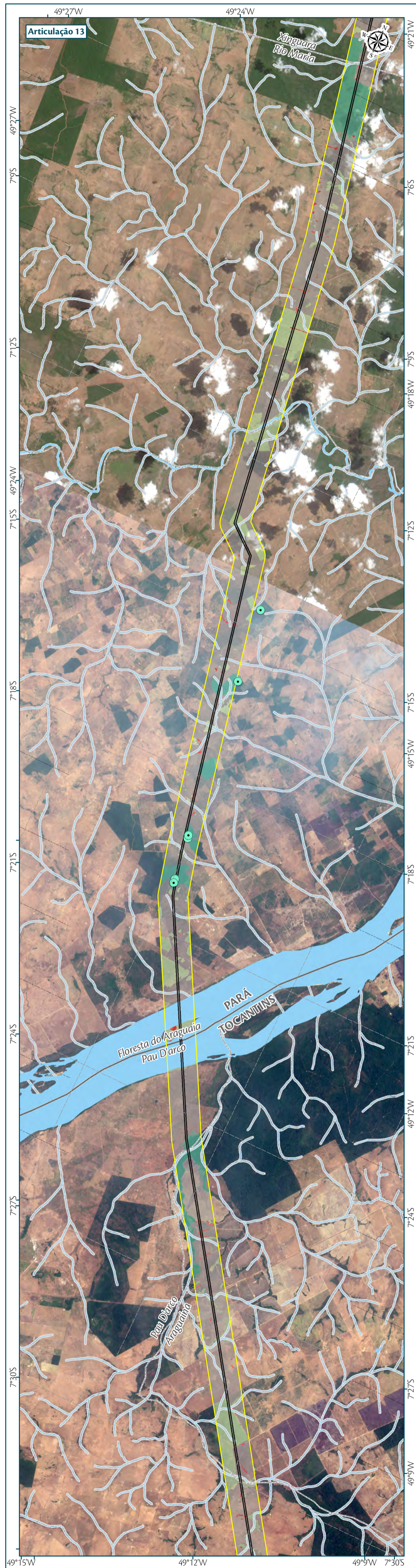
- Áreas Antrópicas Agrícolas
- Solo Exposto
- Corpos Hídricos
- Nuvens
- Floresta Ombrófila Aberta Inicial
- Floresta Ombrófila Aberta Médio
- Floresta Ombrófila Densa Inicial
- Floresta Ombrófila Densa Médio



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Continua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Hidrografia: Cartas Topográficas 1:100.000, Folhas (MI-534-535-536-537-538-539-540-541-594-595-596-597-659-660-727-728-797-798-870-871-872-873-948-949-950-1026-1027-1105); Imagens: Mosaico de Cenas (22LGR datadas de 16/01, 18/01 e 02/03/2018, 22MEV datadas de 08/07, 20/07 e 06/09/2017, 22MEU, 22MCGJ e 22MFU datadas de 09/08/2017, 22MDA, 22MDB, 22MEA e 22MEB datadas de 06/09/2017, 22LHR datadas de 01/03/2017, 22MFS datadas de 18/09/2017, 22LQJ datadas de 09/03/2018, 22MHS datadas de 04/03/2018) Sentinel 2A/MSI, com resolução espacial de 10m e composição de bandas 4R3G2B.

Empreendedor/Cliente	Execução	
Projeto		
Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1		
Tema		
Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo Área de Estudo Local - Articulações 9, 10, 11 e 12		
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:100.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-3/A1
Data		
Julho/2018		



Parâmetros Cartográficos

0 2 4 6 km

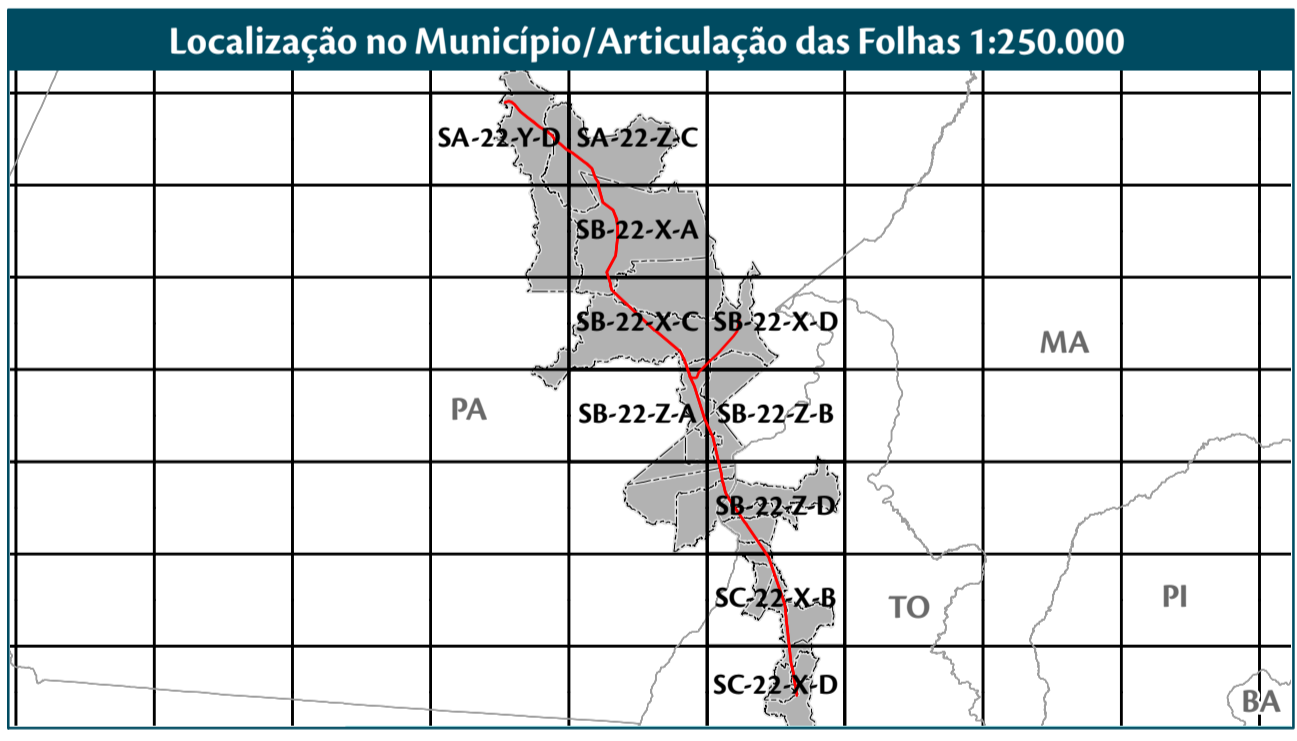
Projeção Geográfica (GCS)
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Unidade: Graus

Legenda

- Parcelas Amostrais de Flora
- Empreendimentos Novo Estado
- Drenagens
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Área de Estudo Local (AEL)
- Municípios Interceptados
- Divisa Estadual

Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo:

- Áreas Antrópicas Agrícolas
- Solo Exposto
- Corpos Hídricos
- Nuvens
- Floresta Ombrófila Aberta Inicial
- Floresta Ombrófila Aberta Médio
- Floresta Ombrófila Densa Inicial



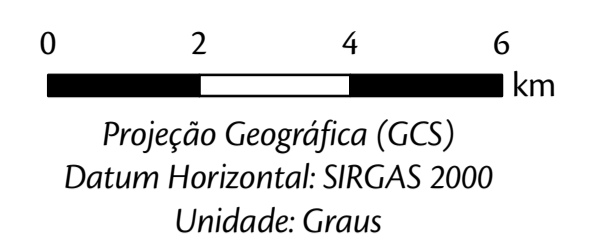
Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Hidrografia: Cartas Topográficas 1:100.000, Folhas (MI-534-535-536-537-538-539-540-541-594-595-596-597-659-660-727-728-797-798-870-871-872-873-948-949-950-1026-1027-1105); Imagens: Mosaico de Cenas (22LGR datadas de 16/01, 18/01 e 02/03/2018, 22MEV datadas de 08/07, 20/07 e 06/09/2017, 22MEU, 22MGLJ e 22MFU datadas de 09/08/2017, 22MDA, 22MDB, 22MEA e 22MEB datadas de 06/09/2017, 22LHR datadas de 01/03/2017, 22MFS datadas de 18/09/2017, 22LQD datadas de 09/03/2018, 22MHS datadas de 04/03/2018) Sentinel 2A/MSI, com resolução espacial de 10m e composição de bandas 4R3G2B.

Empreendedor/Cliente	Execução	
Projeto		
Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1		
Tema		
Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo Área de Estudo Local - Articulações 13, 14, 15 e 16		
Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:100.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-4/A1
Data	Julho/2018	



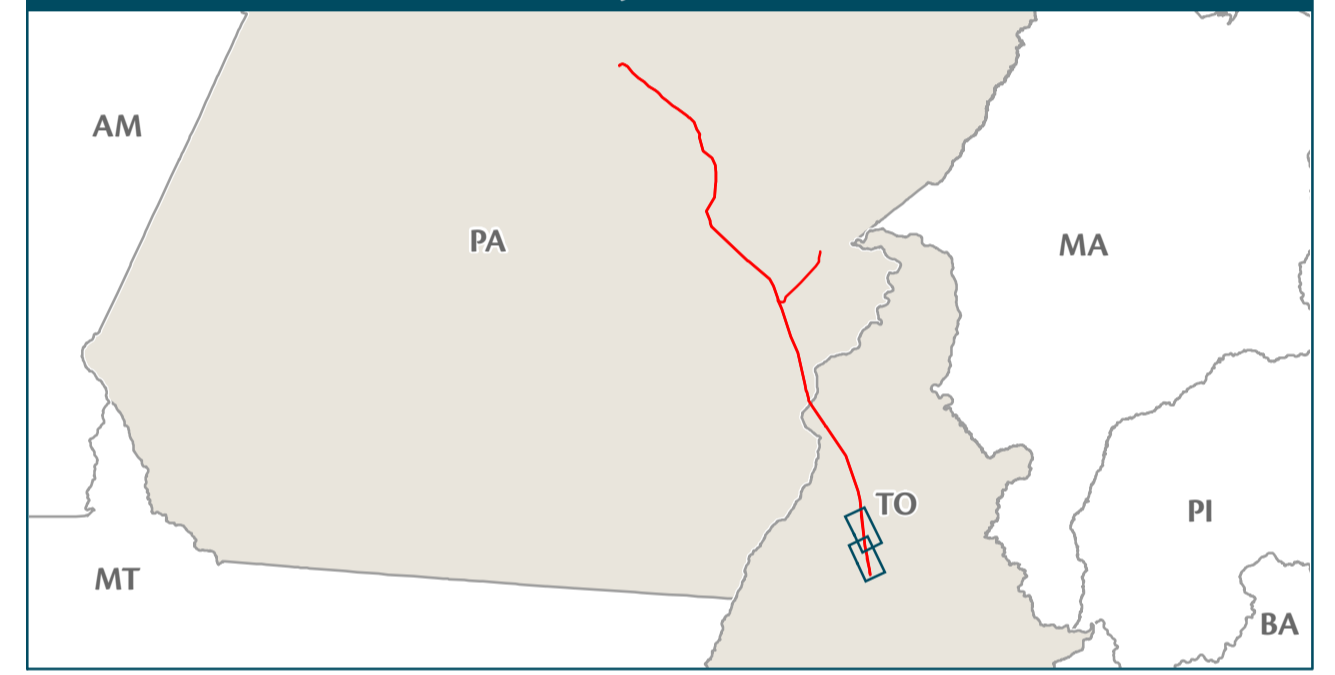
Parâmetros Cartográficos



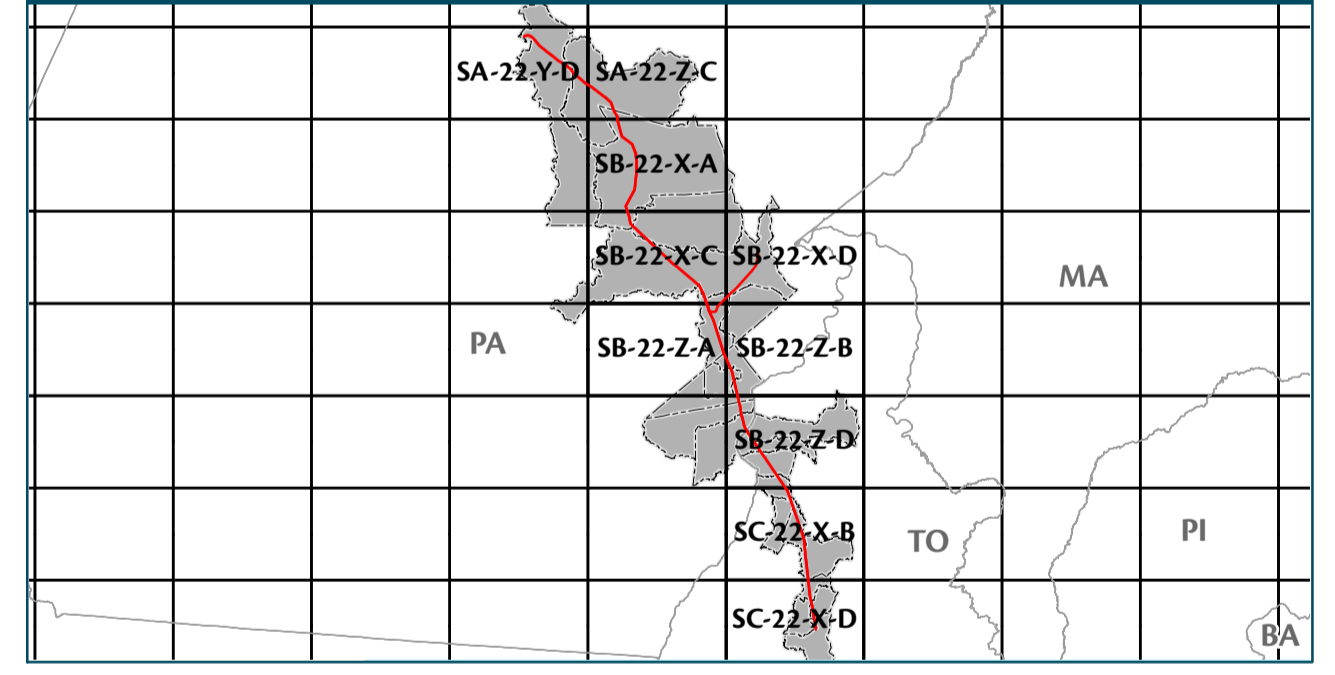
Legenda

- Parcelas Amostrais de Flora
 - Empreendimentos Novo Estado
 - Drenagens
 - Área de Preservação Permanente (APP)
 - Área de Estudo Local (AEL)
 - Municípios Interceptados
- Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo:**
- Áreas Antrópicas Agrícolas
 - Solo Exposto
 - Corpos Hídricos
 - Nuvens
 - Floresta Ombrófila Aberta Inicial
 - Savana Arborizada/Florestada Inicial
 - Savana Arborizada/Florestada Médio

Localização no Estado



Localização no Município/Articulação das Folhas 1:250.000



Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Hidrografia: Cartas Topográficas 1:100.000, Folhas (MI-534-535-536-537-538-539-540-541-594-595-596-597-659-660-727-728-797-798-870-871-872-873-948-949-950-1026-1027-1105); Imagens: Mosaico de Cenas (22LGR datadas de 16/01, 18/01 e 02/03/2018, 22MEV datadas de 08/07, 20/07 e 06/09/2017, 22MEU, 22MGU e 22MFU datadas de 09/08/2017, 22MDA, 22MDB, 22MEA e 22MEB datadas de 06/09/2017, 22LHR datadas de 01/03/2017, 22MFS datadas de 18/09/2017, 22LQJ datadas de 09/03/2018, 22MHS datadas de 04/03/2018) Sentinel 2A/MSI, com resolução espacial de 10m e composição de bandas 4R3G2B.

Empreendedor/Cliente



Execução



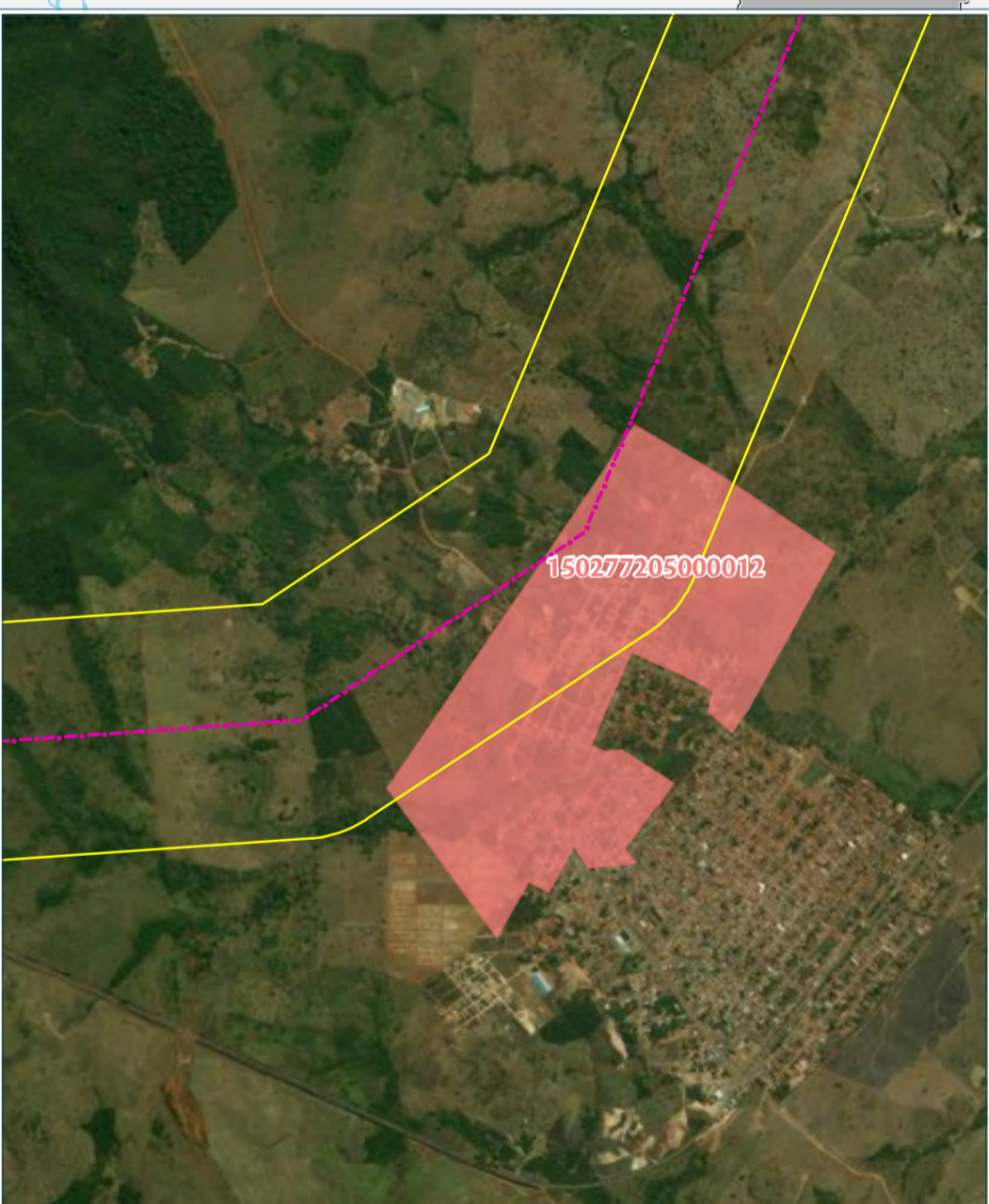
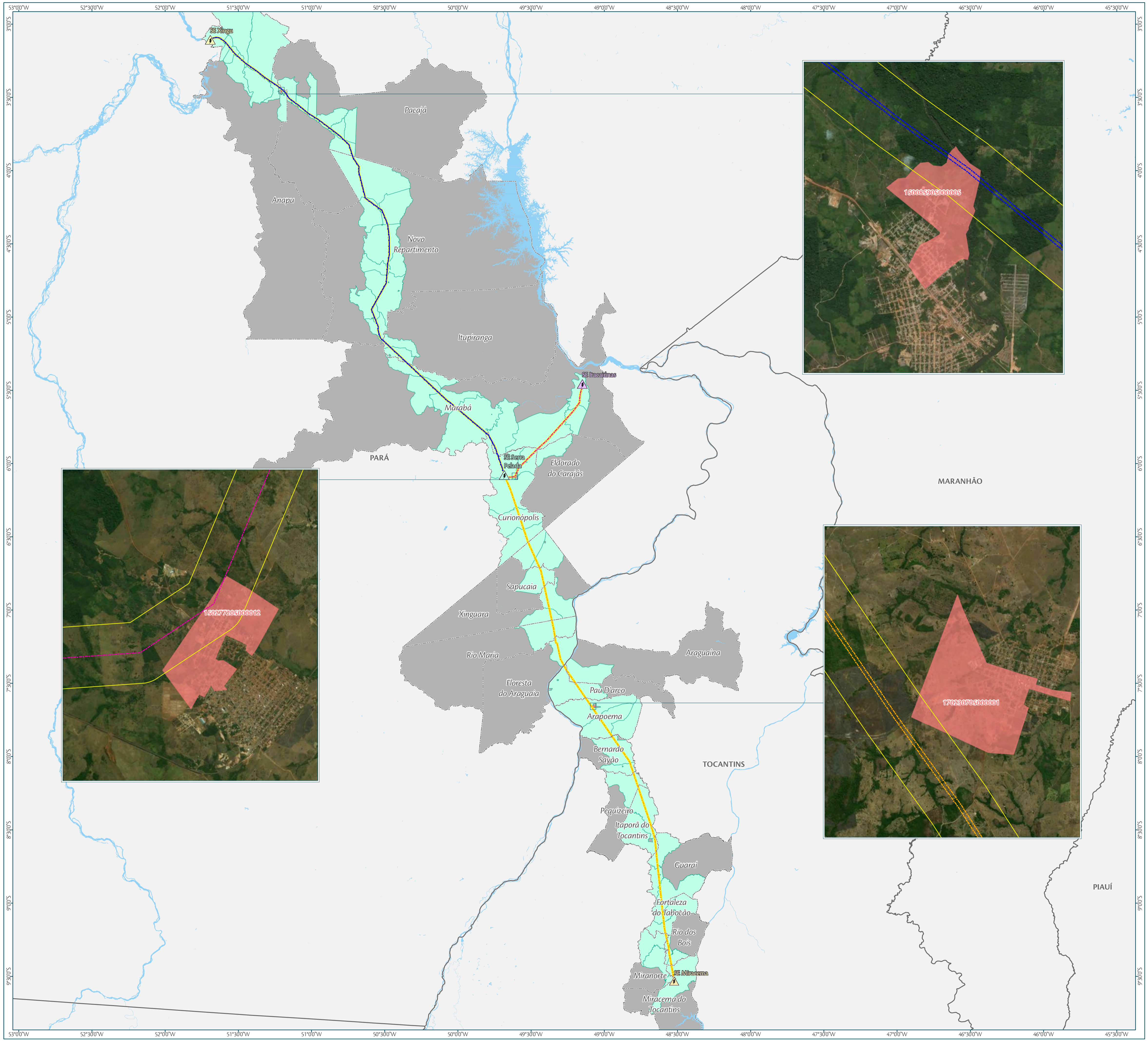
Projeto

Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1

Tema

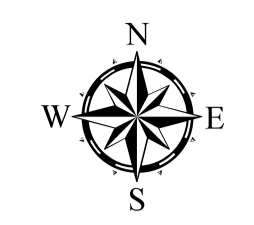
Uso, Ocupação e Cobertura Vegetal do Solo
Área de Estudo Local - Articulações 17 e 18

Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:100.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-01-5/A1
Data		
Julho/2018		



Parâmetros Cartográficos

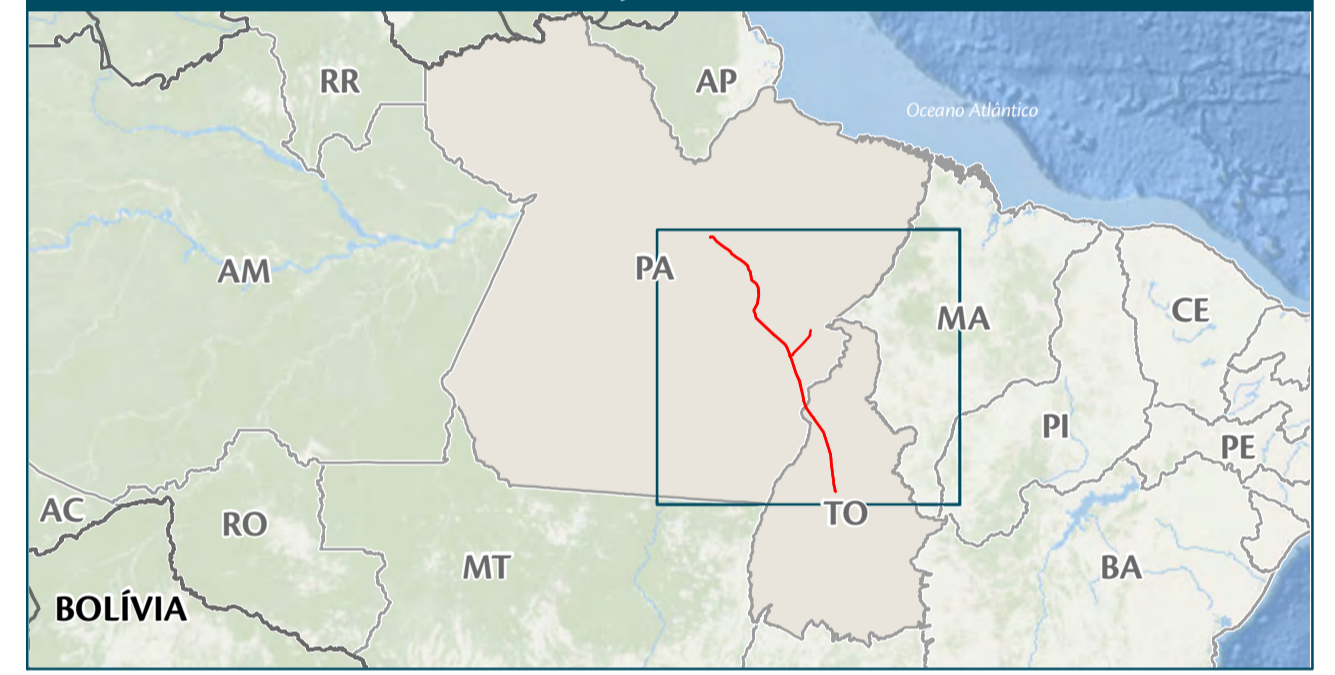
0 20 40 60 km
 Projeção Geográfica (GCS)
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Unidades: Graus



Legenda

- SE Xingu
- SE Serra Pelada
- SE Itacaiúnas
- SE Miracema
- Massa D'água
- Área de Estudo Local (AEL)
- Municípios Interceptados
- Divisa Estadual
- Linhas de Transmissão 500 kV:**
- Xingu - Serra Pelada C1 e C2
- Serra Pelada - Itacaiúnas C1
- Serra Pelada - Miracema C1 e C2
- Setores Censitários Interceptados pela AEL:**
- Rural
- Urbano

Localização no Estado



Localização no Município/Articulação das Folhas 1:250.000

	SA-22-Y-D	SA-22-Z-C		
		SB-22-X-A		
		SB-22-X-C	SB-22-X-D	MA
	PA	SB-22-Z-A	SB-22-Z-B	
			SB-22-Z-D	
			SC-22-X-B	TO
			SC-22-X-D	PI
				BA

Fonte

Divisa Estadual e Limite Municipal (1:250.000): IBGE Geociências, 2017; Base Cartográfica Contínua do Brasil (1:250.000) - IBGE Geociências, 2017; Setores Censitários: IBGE, 2010.

Empreendedor/Cliente



Execução



Projeto

Licenciamento Ambiental das Linhas de Transmissão LT 500 kV Xingu-Serra Pelada C1 e C2/ LT 500 kV Serra Pelada-Miracema C1 e C2/LT 500 kV Serra Pelada-Itacaiúnas C1

Tema

Setores Censitários da Área de Estudo Local
 Áreas Urbanas e Rurais

Escala	Responsável Técnico	Referência/Tamanho
1:1.400.000	Juliane Chaves da Silva Engenheira Ambiental CREA: 15.376/D-DF	MAPA-03/A1
Data		
Julho/2018		

6.4.5.2. *Infraestrutura*

Entre os vários fatores relevantes para avaliar a condição de infraestrutura das localidades estão o atendimento de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, acesso da população a bens e serviços, entre outros.

Nas comunidades a paisagem é constituída por uma rede de vias, em sua maioria, sem pavimentação, sem a presença de drenagem pluvial, calçada e meio-fio. A maior parte das residências são construídas com paredes de madeira, telhas de cerâmica e piso de cimento, conforme apresentado na Figura 59, bem como na Figura 60, Figura 61, Figura 62 e Figura 63.

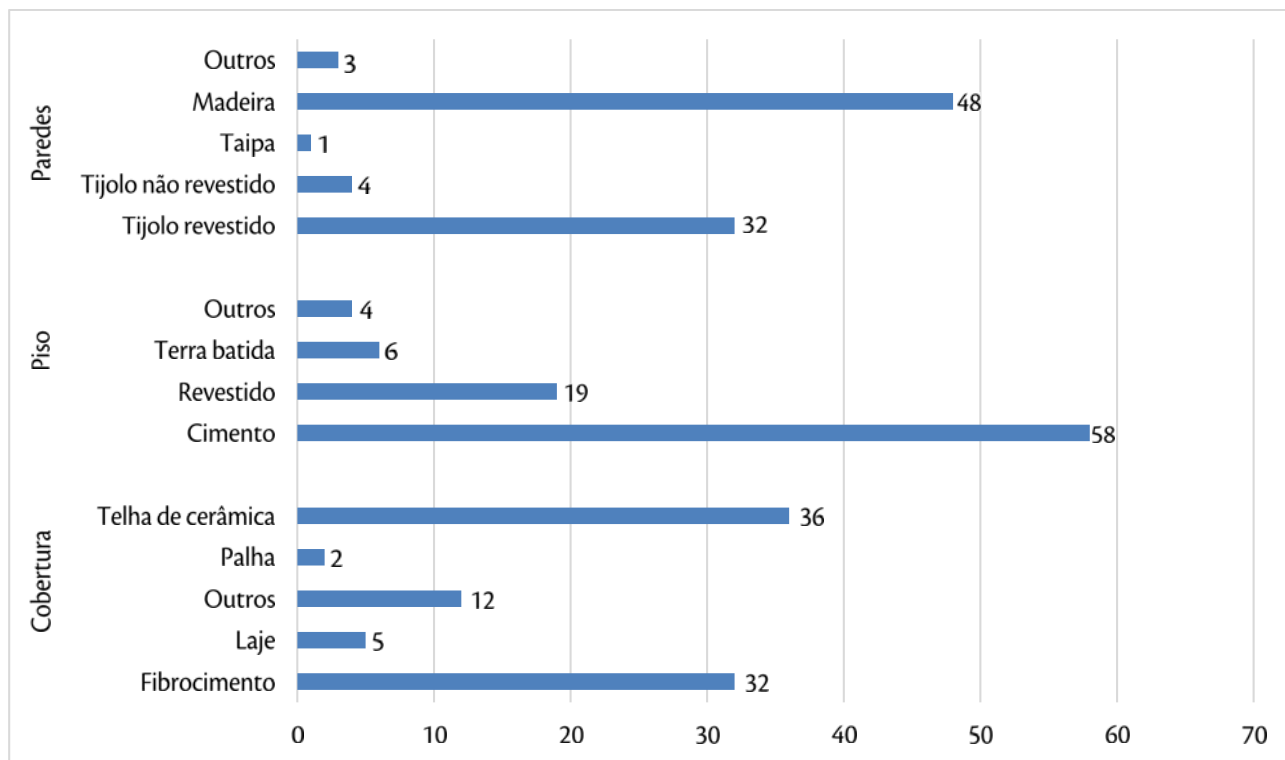


Figura 59 - Condições de moradia dos entrevistados.



Figura 60 - Residência em condições precárias em Belo Monte 2.



Figura 61 - Residência com paredes e piso revestidos na Vila de Nazaré.



Figura 62 - Residência de madeira com cobertura de fibrocimento na Vila do 7,5.



Figura 63 - Residência com paredes revestidas e cobertura de telhas de cerâmica no PA Paraíso do Araguaia.

O sistema viário na porção norte da área em estudo é constituído basicamente pela rodovia BR-230 e pelos ramais de acesso (vicinais) utilizados pelas comunidades, madeireiros e fazendeiros. Já na porção central, inicia-se pela BR-155 e seus ramais de acesso, seguindo pela PA-275, e chegando até a BR-230. Na porção sul o sistema viário é composto inicialmente pela BR-153 e, ao longo do trecho, são utilizadas diversas estradas estaduais, como a TO-336 e a TO-164, até chegar à PA-275, sendo bastante utilizadas as vicinais.

As comunidades rurais da AEL não têm acesso ao transporte público coletivo. A exceção se aplica ao transporte escolar para os estudantes da rede municipal de ensino, conforme informado pelos moradores. Veículos particulares ou de aluguel, muitas vezes conhecidos como “carros de linha”, são muito utilizados, além do ‘carro da feira’, em dias de feira livre nas sedes municipais. Dos moradores que dispõem de veículos, os principais meios de transporte são carro e moto (Figura 64 e Figura 65). As condições de acesso normalmente são ruins, observando buracos e atoleiros que prejudicam a mobilidade da população sem acesso a serviço de transporte.



Figura 64 - Morador transportando saco de farinha em motocicleta na Vila Carimã – Marabá /PA.



Figura 65 - Transporte em motocicleta na Vila Capistrano de Abreu – Marabá / PA.

Uma exceção à realidade anteriormente citada, são as comunidades Belo Monte do Pontal, Belo Monte 2 e a Vila do 7,5, situadas às margens do rio Xingu, que utilizam-se do rio como forma de locomoção. Com relação às vias de acesso das comunidades, os entrevistados demonstraram satisfação e disseram que os ramais e rodovias possuem boas condições durante o período de estiagem, apresentado na Figura 66. Alguns dos tipos de vias da AEL podem ser visualizadas na Figura 67, Figura 68, Figura 69 e Figura 70.

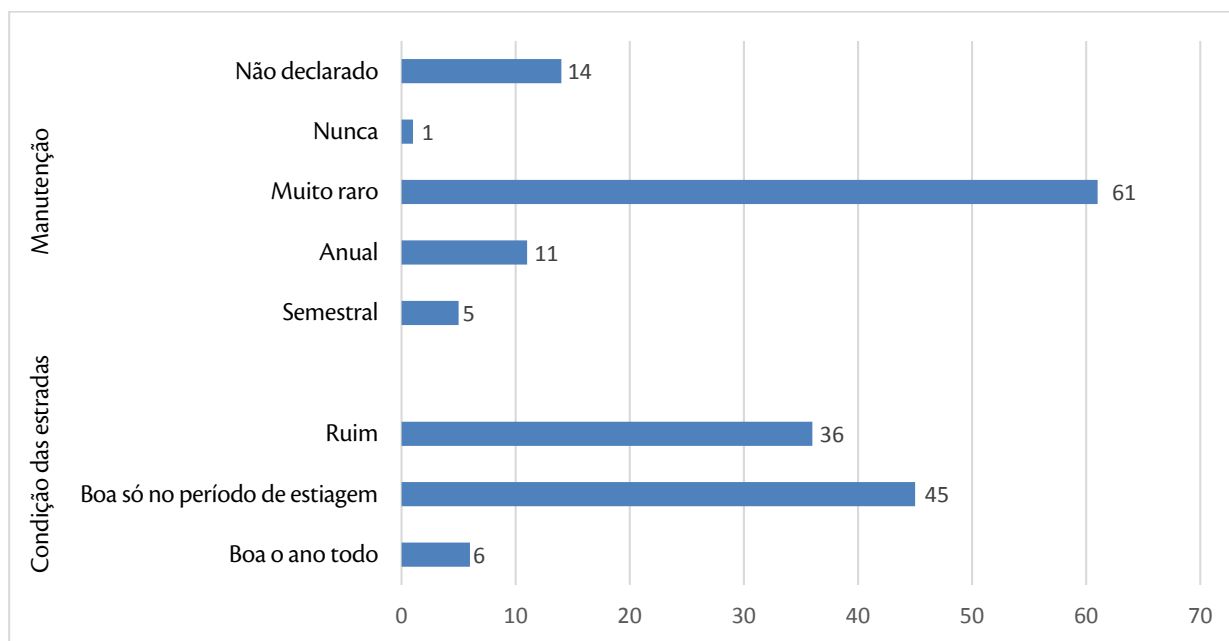


Figura 66 - Condições das estradas segundo os entrevistados.



Figura 67 - Vicinal 1ª no PA Tuerê.



Figura 68 - BR-230 em Pacajá-PA.



Figura 69 - Ponte de madeira na BR-230.



Figura 70 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueiras – Marabá / PA.

No que tange ao fornecimento de energia elétrica para as comunidades e localidades da AEL, quase todas dispõem, porém, de acordo com os moradores, a qualidade do serviço prestado é ruim, devido as frequentes oscilações e quedas de energia.

Na área rural abrangida pela AEL, de modo geral, o abastecimento de água é realizado por poços artesanais, poços rasos e cisternas (Figura 73, Figura 74 e Figura 74), sendo que a grande maioria dos moradores não tem acesso a água tratada.

Apenas nas sedes municipais ainda é possível encontrar algum tipo de tratamento dos esgotos gerados, sendo a prática de utilizar fossas rudimentares e o ato de lançar esgoto *in natura* em rios e igarapés (Figura 75) práticas corriqueiras na região, apresentado na Figura 71.

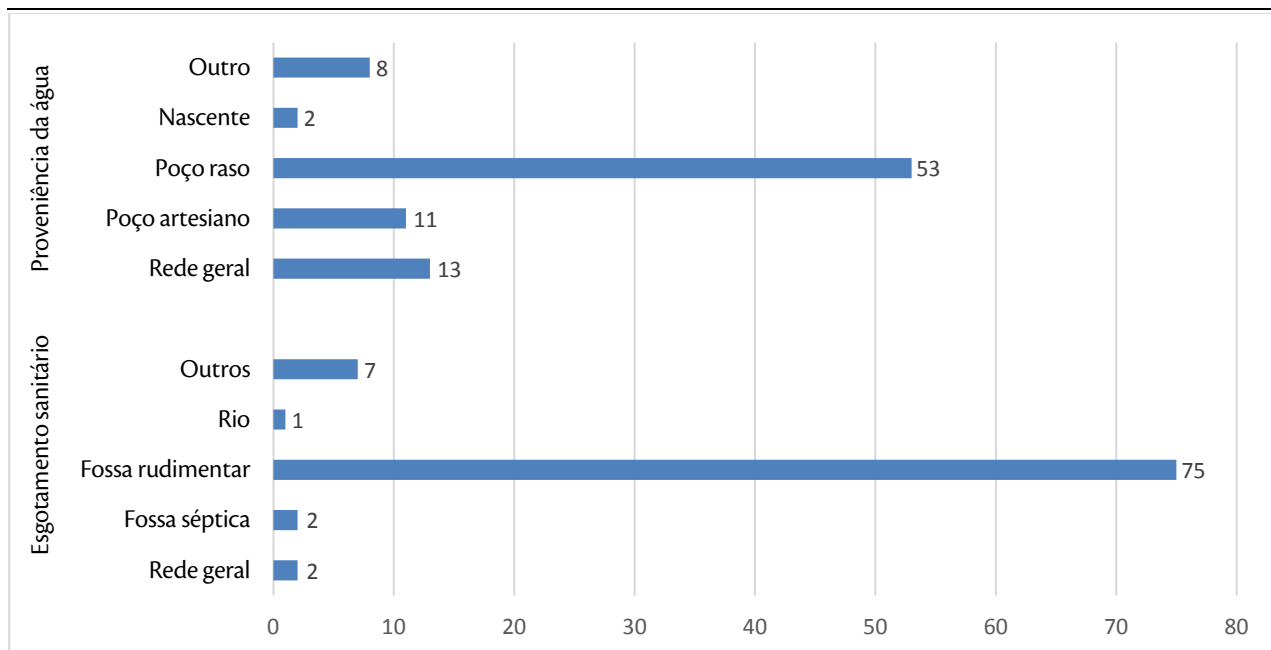


Figura 71 - Proveniência da água e esgotamento sanitário segundo entrevistados.



Figura 72 - Poço artesiano no PA Tuerê.



Figura 73 - Cisterna na vila Nazaré.



Figura 74 - Captação direta de olho d'água no PA Jardim.



Figura 75 - Lançamento de esgoto in natura em corpo hídrico na vila Belo Monte 2.

Com relação à coleta de lixo, parte considerável dos entrevistados informou que pratica a queima do lixo (Figura 76 e Figura 77), visto que poucas localidades têm acesso ao serviço de coleta oferecido pelo município, cujos resíduos seguem, na maioria das vezes, para lixões a céu aberto, tendo em vista que as sedes não contam com aterro sanitário. Destaca-se que apenas o PA Palmares tem recolhimento de recicláveis feito por catador (Figura 78).



Figura 76 - Lixão na entrada da Vila de Belo Monte 2.



Figura 77 - Queima do lixo na Vila do Gelado.



Figura 78 - Galpão de triagem de recicláveis no PA Palmares - Parauapebas

6.4.5.3. Saúde

Este item apresenta os dados e indicadores básicos que caracterizam a situação de saúde e faz a comparação entre as comunidades visitadas.

De acordo com os dados levantados com os entrevistados (Figura 79, Figura 80, Figura 81 e Figura 82), parte das localidades tinha posto de saúde dentro da comunidade, sendo que o restante busca atendimento nas vilas mais próximas ou nas sedes municipais. Os serviços oferecidos pelas unidades, a infraestrutura física, os recursos humanos e as principais carências estão apresentadas na Tabela 46.

Tabela 46 - Serviços oferecidos e infraestrutura física e humana das unidades de saúde.

Localidade	Nome da Unidade	Serviços oferecidos	Infraestrutura humana	Infraestrutura física	Ambulância?
Vila de Belo Monte	Posto de Saúde José Pereira dos Santos	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	2 leitos de observação, 1 consultório odontológico, 1 laboratório, 1 sala de vacina, 1 consultório, 1 sala de procedimentos, recepção, 1 sala de triagem, copa, lavanderia, 1 ambulância, 1 farmácia	Sim
Vila de Belo Monte do Pontal	Posto de Saúde Belo Monte	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	2 consultórios, 1 sala de exame de malária, 1 ambulatório, 1 sala de vacina, 1 recepção, 1 farmácia, 1 sala de curativos e procedimentos e 1 copa.	Sim
Vila de Bom Jardim	Posto de Saúde Bom Jardim	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	1 recepção, 1 sala de curativos, 1 sala de observação, 1 farmácia, 1 copa, 1 consultório	Sim
Vila do Gelado	Posto de Saúde Manoel Soares Matias	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Técnico em enfermagem 2 Agentes de saúde	1 recepção, 1 farmácia, 1 consultório médio, 1 consultório de enfermagem, 1 sala de triagem, 1 sala de esterilização, 1 ambulatório, 1 copa, 2 banheiros, 1 sala odontológica	Sim
Vila Isabel	Posto de Saúde Vila Isabel	Clínica geral; Enfermaria; Odontologia	1 Médico 1 Técnico em enfermagem 2 Agentes de saúde	2 consultórios, 1 sala de curativo, 1 farmácia, 1 copa, 1 despensa, 1 consultório odontológico	Não

Vila Nazaré	Posto de Saúde Vila Nazaré	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	1 consultório, 1 sala de enfermagem, 1 sala de curativos, 1 consultório odontológico, 1 sala para triagem, 1 dispensa, 1 sala de reunião, 1 estoque de medicação, 1 sala de microscopia, 1 sala de vacina, 1 farmácia, 1 copa, 1 sala de esterilização, sala de limpeza	Não
Vila Neteolândia	Posto de Saúde Cristo é vida	Enfermaria	1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	1 enfermaria, 1 sala de curativos, 1 recepção, 1 banheiro, 1 sala de medicamentos	Não
Vila Novo Horizonte	Posto de Saúde Cristo Redentor	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	1 recepção, 1 sala de curativos, 1 sala de observação, 1 farmácia, 1 copa, 1 sala de endemias, 1 consultório	Sim
Vila Novo Planalto	Posto de Saúde Manoel Braga	Clínica geral; Enfermaria	1 Técnico em enfermagem 2 Agentes de saúde	1 consultório, 1 copa, 1 banheiro, 1 sala de enfermagem, 1 sala de curativos, 1 sala de análise (desativada),	Não
Vila Sucupira	Posto de Saúde Maria de Nazaré	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Enfermeiro 2 Agentes de saúde	Sala de enfermeira, sala do médico, sala de dentista, sala de vacina, copa, farmácia, 2 banheiros, 1 recepção	Não
PA Palmares	Posto de Saúde Gerônimo de Freitas	Clínica geral Ginecologia Odontologia Psicologia Enfermaria	1 médico 1 enfermeira 3 técnicos de enfermagem 1 dentista 8 Agentes comunitários de saúde	Sala de vacina, sala de triagem, sala de odontologia, farmácia, curativo, teste do pezinho	Carro de apoio
Vila Carimã	Posto de Saúde Vila Carimã	Clínica geral Enfermaria	1 médico 1 técnica de enfermagem	Sala de vacina, triagem, curativo, atendimento e sala de medicação	Não

			1 Agente comunitário de saúde		
Capistrano de Abreu	Posto de Saúde Capistrano de Abreu	Clínica Geral Pediatría Enfermaria Farmácia	1 enfermeiro 1 técnico de enfermagem 5 agentes comunitários de saúde	2 consultórios, sala de triagem, sala de administração	Sim
Cruzeiro do Sul	Posto de Saúde da Família Cruzeiro do Sul	Clínica Geral Odontologia Farmácia Enfermagem	1 Médico 1 enfermeira 5 técnicos de enfermagem 9 agentes comunitários de saúde	1 sala de vacina, 1 consultório, 1 enfermaria, 1 sala de medicamento, 1 recepção e 1 odontologia	Sim
Mirandópolis	Posto de Saúde	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 2 Técnicos de enfermagem 1 Agente de saúde	Não foi informado	Não
Vila PA Providência	Posto de Saúde Jair Silvestre da Silva	Clínica geral; Enfermaria	1 Médico 1 Técnico de enfermagem 4 Agentes de saúde	Não foi informado	Não
Vila PA Paraíso do Araguaia	Posto de Saúde da Família Lili Guimarães	Clínica geral; Enfermagem	1 Médico 1 Técnico de Enfermagem 1 Agente de Saúde	Não foi informado	Não



Figura 79 - Entrevista com o Paulo, enfermeiro da unidade de Belo Monte do Pontal.



Figura 80 - Entrevista com Maria da Cruz, técnica em de enfermagem na Vila Isabel.



Figura 81 - Entrevista com a Marta, enfermeira da unidade de Neteolândia.



Figura 82 - Entrevista com a Cícera, agente de saúde da unidade da Vila Sucupira.

Foi possível constatar que em todas as localidades visitadas não há tratamento ou são utilizadas técnicas rudimentares de tratamento dos esgotos gerados. A maioria dos problemas de saúde identificados estiveram relacionados com gripe, diarreia e verminoses, principalmente em crianças, e que muitas vezes estão associados à má qualidade das águas.

A falta de saneamento básico contribui para o aumento e proliferação de doenças de veiculação hídrica, e uma vez observada a precariedade dos sistemas de saneamento, isso pode representar um grave problema de saúde pública. A Tabela 47 ilustra os atendimentos relacionados a doenças e epidemias, prestados nas localidades.

Tabela 47 - Atendimentos oferecidos, doenças e epidemias.

Localidade	Nome da Unidade	Principais medicamentos distribuídos	Pessoas atendidas por mês	Vinculada à ESF?	Doenças mais frequentes na localidade	E entre as crianças?	Epidemia nos últimos 5 anos na localidade?
Vila de Belo Monte	Posto de Saúde José Pereira dos Santos	Anti-hipertensivo, anti-inflamatórios, antibióticos e medicação controlada	1.500	Sim	Hipertensão, diabetes e ITU.	Doenças respiratórias	Não
Vila de Belo Monte do Pontal	Posto de Saúde Belo Monte	Anti-hipertensivo, antibióticos e medicamentos dos programas	1.600	Sim	Doenças respiratórias, diarreia, náuseas.	Verminose	Dengue e chikungunya (2018).
Vila de Bom Jardim	Posto de Saúde Bom Jardim	Anti-hipertensivo	200	Sim	Diarreia, vômito e febre.	Vômito e diarreia (água)	Dengue em 2017 e caxumba em 2018
Vila do Gelado (PA Gelado)	Posto de Saúde Manoel Soares Matias	Anti-hipertensivo, antibióticos e medicamentos dos programas	380	Sim	Diarreia	Verminose e doenças respiratórias	Dengue 2017
Vila Isabel	Posto de Saúde Vila Isabel	Anti-hipertensivo e antidiabético	500	Sim	Dengue	Doenças respiratórias e verminose	Dengue, em maio já encontraram 3 casos.
Vila Nazaré	Posto de Saúde Vila Nazaré	Anti-hipertensivo, antidiabético, remédios para verminose e gripes	250 a 300	Sim	Verminose e gripe.	Doenças respiratórias e verminoses	Não
Vila Neteolândia	Posto de Saúde Cristo é vida	Apenas primeiros socorros porque não tem médicos	200	Sim	Gripe e diarreia.	Doenças respiratórias	Não
Vila Novo Horizonte	Posto de Saúde Cristo Redentor	Anti-hipertensivo e antidiabético	400	Sim	Gripe e malária, vinda da vicinal 6	Diarreia	Não

Vila Novo Planalto	Posto de Saúde Manoel Braga	Apenas primeiros socorros porque não tem médicos	500	Sim	Virose.	Virose, verminose, diarreia.	Conjuntivite (2017)
Vila Sucupira	Posto de Saúde Maria de Nazaré	Anti-hipertensivo e antidiabético	100	Sim	Virose.	Virose e diarreia	4 casos de chikungunya em 2016
PA Palmares	Posto de Saúde Gerônimo de Freitas	Antialérgico Antitérmicos Antidiabético Antibióticos	2000	Sim	Gripe, hipertensão e diabetes	Verminose e gripe	Não
Vila Carimã	Posto de Saúde Vila Carimã	Anti-hipertensivo Antialérgico Antitérmicos Antidiabético Antibióticos	300	Sim	Leishmaniose Virose Hanseníase	Gripe	Não
Capistrano de Abreu	Posto de Saúde Capistrano de Abreu	Medicamentos de atenção básica Antialérgico Antitérmicos	500	Sim	Problemas Respiratórios	Respiratórios e gripe	Chicungunha em 2017 e dengue em 2016
Cruzeiro do Sul	Posto de Saúde da Família Cruzeiro do Sul	Antidiabético Antibióticos Anti-hipertensivo	600	Sim	Gripe e Virose	Gripe e doenças respiratórias	Não
Mirandópolis	Posto de Saúde	Anti-hipertensivo, antidiabético e	40	Sim	Hipertensão e diabetes	Verminoses	Dengue (2017)

		remédios para verminose					
Vila PA Providência	Posto de Saúde Jair Silvestre da Silva	Não distribui medicamento, somente preservativos	250	Sim	Diarreia, hipertensão e viroses	Viroses	Conjuntivite (2017)
Vila PA Paraíso do Araguaia	Posto de Saúde da Família Lili Guimarães	Dado não obtido	Dado não obtido	Sim	Gripe	Dado não obtido	Não

A maioria das comunidades que dispõe de unidade de saúde tem a presença de um médico clínico geral uma vez por semana. Nas localidades que não possuem postos de saúde não há a presença de qualquer especialidade médica. Alguns dos estabelecimentos de saúde poderão ser visualizados na Figura 83, Figura 84, Figura 85, Figura 86, Figura 87 e Figura 88 a seguir.



Figura 83 - Unidade de saúde em Belo Monte 2.



Figura 84 - Unidade de saúde na Vila de Bom Jardim.



Figura 85 - Unidade de na Vila Isabel.



Figura 86 - Farmácia popular na Vila de Nazaré.



Figura 87 - Unidade de saúde Cristo é Vida em Neteolândia.



Figura 88 - Unidade de saúde na Vila Sucupira.

Ao retratar sobre sua percepção a respeito da saúde, os entrevistados destacaram as carências e as necessidades das comunidades, conforme demonstrado na Tabela 48.

Tabela 48 - Percepções sobre a saúde.

Localidade	Nome da unidade	Principais carências na área de saúde na localidade	O que precisa para melhorar
Vila de Belo Monte	Posto de Saúde José Pereira dos Santos	Falta de especialistas	Contratação de especialistas
Vila de Belo Monte do Pontal	Posto de Saúde Belo Monte	Falta medicamento. Os postos de saúde ficam sobrecarregados, inclusive atendendo a demanda de saúde dos funcionários das empresas que atuam na região.	Medicamentos, infraestrutura

Vila de Bom Jardim	Posto de Saúde Bom Jardim	Falta técnicos. O quadro atual não atende à demanda	Aumentar o quadro de enfermeiros e a vinda de um odontólogo; necessitam de um espaço para reuniões e encontros para desenvolver projetos.
Vila do Gelado	Posto de Saúde Manoel Soares Matias	Falta corpo técnico	Contratação de profissionais
Vila Isabel	Posto de Saúde Vila Isabel	Atendimento médico, 1 enfermeiro fixo, ambulância.	Contratar e comprar ambulância
Vila Nazaré	Posto de Saúde Vila Nazaré	Dificuldade em realizar exames pela falta de transporte até a sede do município. Indicam as pessoas para Pacajá fazer exames e as pessoas não tem recursos, principalmente quando não conseguem atendimento no mesmo dia.	Transporte e equipamentos básicos de emergência.
Vila Novo Horizonte	Posto de Saúde Cristo Redentor	Medicação e infraestrutura	Melhorar o fornecimento de medicamento e aparelhagem nova
Vila Neteolândia	Posto de Saúde Cristo é vida	Falta de médicos e infraestrutura precária	Aumentar os médicos e reformar a estrada para ajudar no transporte de pacientes
Vila Novo Planalto	Posto de Saúde Manoel Braga	Falta de médicos	Aumentar os recursos e atenção do poder público
Vila Sucupira	Posto de Saúde Maria de Nazaré	Falta de atendimento odontológico	Contratar dentista
		Falta de medicação	
PA Palmares	Posto de Saúde Gerônimo de Freitas	Falta de serviços especializados, exemplo: cardiologista	Aumentar os recursos humanos do PS
		Falta de funcionários para ficar na farmácia	
Vila Carimã	Posto de Saúde Vila Carimã	Médico que esteja semanalmente	Movimentação política da Secretaria de Saúde
		Mudar de PS para PSF	
Capistrano de Abreu	Posto de Saúde Capistrano de Abreu	Exames laboratoriais	Implantação de laboratórios de exames
Cruzeiro do Sul	Posto de Saúde da Família Cruzeiro do Sul	Dado não obtido	Dado não obtido

Mirandópolis	Posto de Saúde	Plantonista no posto para atender ocorrências (vacinação, aferir pressão arterial)	Aumentar os dias de funcionamento do posto
Vila PA Providência	Posto de Saúde Jair Silvestre da Silva	Ter médicos mais vezes no posto	Contratação de médicos
Vila PA Paraíso do Araguaia	Posto de Saúde da Família Lili Guimarães	Dado não obtido	Dado não obtido

6.4.5.4. *Educação*

O serviço de educação nas comunidades é caracterizado principalmente por instituições públicas municipais de ensino que oferecem, sobretudo, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. As comunidades possuem pequenas escolas de ensino que visam atender às demandas por educação existentes na área rural (Figura 89, Figura 90, Figura 91, Figura 92, Figura 93 e Figura 94).



Figura 89 - EMEIEF do Evangelho em Belo Monte 2.



Figura 90 - EMEF José de Andrade Silva em Belo Monte do Pontal.



Figura 91 - EMEF Pequeno Príncipe, em reforma, em Belo Monte do Pontal.



Figura 92 - EMEF Doutor Acy De Jesus Barros Pereira na Vila Isabel.



Figura 93 - Escola Estadual na Vila Cruzeiro do Sul



Figura 94 - EMEF Santa Ana na Vila Novo Planalto.

A escolaridade predominante dos moradores entrevistados e seus familiares, acima de 18 anos, foi o ensino fundamental incompleto, conforme ilustra a Figura 95.

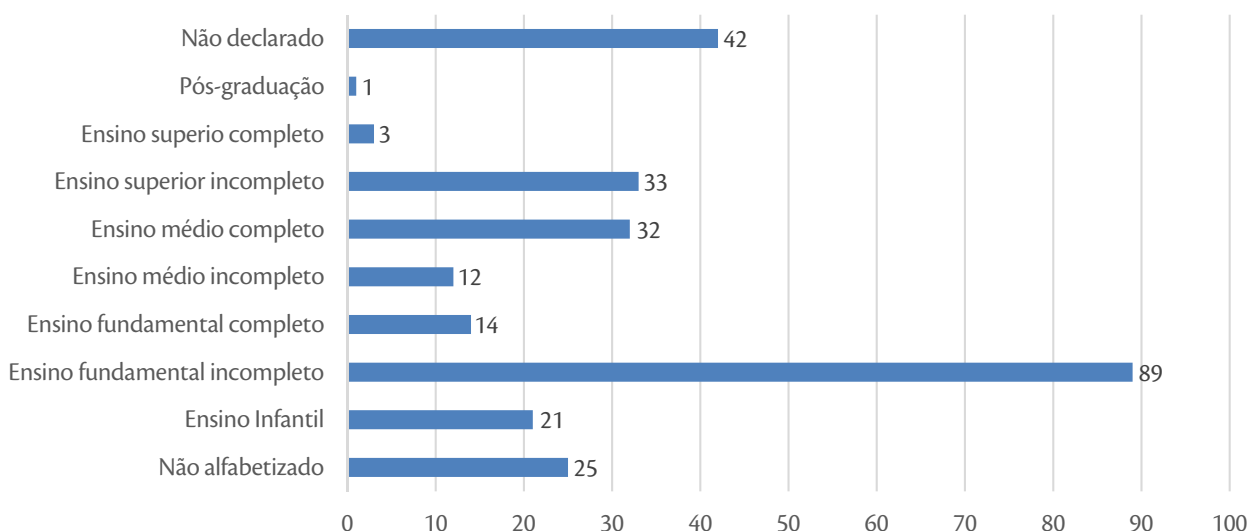


Figura 95 - Nível de escolaridade dos entrevistados e familiares.

As escolas identificadas na AEL estão apresentadas na Tabela 49.

Tabela 49 - Escolas municipais identificadas.

Localidade	Nome da escola	Município	Possui transporte escolar
Vila do 7,5	Não possui	Anapu-PA	Sim
Vila de Belo Monte	EMEIEF do Evangelho	Vitória do Xingu-PA	Sim
Vila de Belo Monte do Pontal	EMEF José de Andrade Silva	Anapu-PA	Não
Vila de Bom Jardim	EMEF Pequeno Príncipe	Pacajá-PA	Sim
Vila Capim	EMEF Antônio Tozetti	Novo Repartimento-PA	Sim
Vila do Gelado	EMEF Silva Matias	Novo Repartimento-PA	Sim
	EMEF Raimundo Nonato Carmo Silva	Novo Repartimento-PA	Sim

Localidade	Nome da escola	Município	Possui transporte escolar
	EEEM Paulo VI		
Vila Isabel	EMEF Doutor Acy De Jesus Barros Pereira	Anapu-PA	Sim
Vila Manoel Baiano	EMEF Manoel Baiano	Pacajá-PA	Sim
Vila Nazaré	EMEF Nossa Senhora de Nazaré	Pacajá-PA	Sim
Vila Neteolândia	EMEF Netelcio Ferreira de Brito	Novo Repartimento-PA	Sim
Vila Nova Conquista	Não possui	Novo Repartimento-PA	Sim
Vila Novo Horizonte	EMEF Rei dos Reis	Novo Repartimento-PA	Sim
Vila Novo Planalto	EMEF Santa Ana	Novo Repartimento-PA	Sim
Vila Sucupira	EMEF Wenceslau Braz	Anapu-PA	Sim
Vila do Café	EMEF João XXIII	Marabá	Sim
PA Lajedo	EMEF Olavo Billac	Marabá	Sim
PA Itacaiunas	EMEF Flor da Mata	Marabá	Sim
	EMEF Castelo Branco		
PA Sereno	EMEF São Benedito	Marabá	Sim
	EE Tancredo Neves		
	EMEF Osiel Alves Pereira		
PA Palmares	EE Escola Crescendo na Prática	Parauapebas	Sim
	EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno		
Vila Carimã	EMEF Pedro Vale	Marabá	Sim
PA Conquista	EMEF Virgem de Nazaré	Marabá	Sim
PA Goiãos	EMEF Célia de Jesus	Marabá	Sim
Vila São Raimundo	EMEF Geraldo Luiz Gonzaga	Marabá	Sim
Buritirama/Vila União	EE Faixa Linda	Marabá	Sim
Capistrano de Abreu	EMEF Nagibe Mutran	Marabá	Sim
Vila São Pedro	EMEF Castro Alves	Marabá	Sim
	EMEF José Inocência Junior		
Cruzeiro do Sul	EE Professora Liberalinas Carvalho de Aragão Dias	Marabá	Sim
Reassentamento Novo Mundo	Escola Municipal de Tempo Integral Campo Verde	Miracema do Tocantins-TO	Sim
Mirandópolis	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Guaraí-TO	Sim
Matinha	Escola Municipal Carlos Chagas	Guaraí-TO	Sim
Canto da Vazante	Escola Municipal Núcleo São Miguel	Guaraí-TO	Sim
PA Providência	Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves	Bernardo Sayão-TO	Sim
	Escola Municipal Vale do Araguaia		
PA Travessão	Escola Municipal Jean Piaget	Floresta do Araguaia	Sim
	Escola Municipal João Canuto		
PA Paraíso do Araguaia	EMEF Ayrton Senna	Xinguara	Sim
Acampamento Frei Henri	EMEF Domingos Martins - Anexo São Benedito	Curionópolis	Sim

A infraestrutura de educação existente nas comunidades resume-se a uma escola municipal rural que atende as demandas locais, predominantemente até o Ensino Fundamental. A continuação do ensino é procurada nas sedes municipais mais próximas, com exceção das localidades de Cruzeiro do Sul, Buritirama/Vila União, Palmares e Sereno, que possuem unidades de ensino estaduais e oferecem o Ensino Médio. Para o deslocamento dos estudantes as prefeituras municipais disponibilizam transporte escolar (Figura 96, Figura 97, Figura 98 e Figura 99).



Figura 96 - Transporte escolar em Belo Monte 2.



Figura 97 - Transporte escolar na Vila Itaperuna.



Figura 98 - Transporte escolar em Neteolândia.



Figura 99 - Transporte escolar em Novo Horizonte.

6.4.5.5. *Atividade Produtiva*

Conhecer como se apresentam as atividades associadas à produção agropecuária na região, permite analisar a dinâmica econômica local e as possíveis interferências na estrutura produtiva das comunidades, dos projetos de assentamento e da vida da população como um todo.

Na AEL a agricultura ocupa as áreas próximas, por vezes integrando-se às pastagens, o que resulta na classificação de áreas como atividades agropecuárias. Estas áreas agrícolas, pecuárias e de uso associado encontram-se concentradas ao longo das rodovias que interceptam a área analisada, nos projetos de assentamento e nos ramais de acesso aos municípios, distritos e fazendas.

Puderam ser localizadas as diferentes possibilidades econômicas produtivas na região, que envolvem desde extração de produtos florestais até cultivos de subsistência, bem como atividades da pecuária, piscicultura e agricultura comercial (Figura 100, Figura 101, Figura 102, Figura 103, Figura 104, Figura 105, Figura 106, Figura 107, Figura 108, Figura 109, Figura 110, Figura 111, Figura 112, Figura 113, Figura 114 e Figura 115).

Parte dos alimentos consumidos pelos moradores entrevistados, como produtos industrializados, café e açúcar, por exemplo, é adquirido, principalmente, nas sedes municipais. Outra parte é produzida nas localidades, pelas próprias famílias, que se enquadram como agricultores familiares, a exemplo de culturas temporárias como milho, feijão, mandioca e arroz. A maior parte dos moradores efetua o cultivo de hortaliças, cuja produção é destinada tanto para consumo próprio quanto para venda. A produção de frutíferas também tem a mesma destinação, sendo que na porção norte predominam as culturas de cacau e o açaí, e na porção sul a cultura de abacaxi prevalece.

Na porção norte do projeto, apenas uma pequena parte dos proprietários comercializa seus produtos, cujos principais compradores são os atravessadores. Na porção central, a maior parte da produção é comercializada através de intermediários (atravessadores ou fazendeiros) ou comercializada dentro da própria localidade. Já os da porção sul, boa parte comercializa sua produção que, em geral, é vendida diretamente ao consumidor, nas feiras livres das sedes municipais.

A criação de gado leiteiro, por pequenos produtores rurais, abastece, sobretudo, as empresas de laticínios da região. As atividades produtivas mais relevantes são a pecuária, seguida da agricultura, da extração mineral e da pesca.



Figura 100 - Boiada de 2.000 cabeças – origem: Uruará-PA, destino: Xinguara-PA (BR-230).



Figura 101 - Pastagens no PA Cirilo Gomes.



Figura 102 - Piscicultura na Vila Nazaré.



Figura 103 - Fábrica de cerâmica na Vila de Neteolândia.



Figura 104 - Área produtiva de babaçu e açaí na Vila Novo Horizonte.



Figura 105 - Criação de animais para subsistência no PA Conquista.



Figura 106 - Plantação de banana no PA Travessão.



Figura 107 - Secagem do arroz na Vila Novo Planalto.



Figura 108 - Plantação de açaí e cacau na Vila Nazaré.



Figura 109 - Secagem do cacau na Vila Nazaré.



Figura 110 - Mineradora instalada na Vila União/Buritirama, uma das principais atividades da localidade.



Figura 111 - Peixaria em Belo Monte do Pontal.



Figura 112 - Comercialização da produção na Vila do Gelado.



Figura 113 - Local de coleta do leite produzido na Vila Capim.



Figura 114 - Criação de ovinos no PA Travessão.



Figura 115 - Plantação de milho em Mirandópolis.

Cabe destacar que o desmatamento ilegal é um grave problema na região, principalmente na porção norte da área em análise, de acordo com alguns entrevistados. O Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia – PRODES, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, executa o

monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz desde 1988 as taxas anuais de desmatamento na região.

As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal. No último relatório, divulgado em dezembro de 2017, Pacajá ficou em 1º, Anapu em 4º e Novo Repartimento em 7º lugar no *ranking* dos municípios que mais desmataram no estado do Pará.

De acordo com o Imazon (2017), entre 2013 e 2016, o desmatamento no Pará concentrou-se em áreas de assentamento (33%) e glebas federais (32%). Embora essas áreas somadas correspondam a apenas 26% do território do estado. O mesmo Imazon (2013) aponta que o PA Tuerê desmatou, entre 2012 e 2013, 36,71 km², levando o assentamento a liderar o ranking de desmatamento entre os assentamentos do Pará.

Outra observação a ser efetuada é que na área em estudo, em fragmentos não inseridos nas localidades analisadas, foram identificadas grandes fazendas de gado, cujos trechos das propriedades interceptam a LT, sobretudo nos municípios de Xinguara e Curionópolis, no estado do Pará. Ressalta-se que os representantes de tais propriedades particulares não permitiram a entrada em suas terras, cujo acesso necessitava de avaliação para autorização.

6.4.5.6. *Organização Social*

A análise das formas de organização das localidades, nos seus diversos âmbitos, é de suma importância para o entendimento dos mecanismos de participação em que se inserem os interesses dos diferentes atores da sociedade civil organizada da área em estudo. Desta forma, é pertinente evidenciar o universo das organizações sociais atuantes a fim de compreender a rede de relações presentes na AEL.

A seguir algumas ilustrações com líderes comunitários (Figura 116 e Figura 117) e de sedes de associações (Figura 118 e Figura 119).



Figura 116 - Edvan, representante da comunidade de Belo Monte 2 pela prefeitura de Vitória do Xingu.



Figura 117 - Antônio José, presidente da associação de moradores da Vila Nazaré.



Figura 118 - Sede da associação de moradores da Vila Isabel.



Figura 119 - Sede da associação de moradores da Vila Nazaré.

No que diz respeito às lideranças, é importante fazer referência às pessoas relacionadas a diferentes grupos, tais como movimentos que exercem certa influência nas comunidades da AEL, de acordo com alguns moradores entrevistados.

É possível destacar os Sindicatos e a Federação dos Trabalhadores Rurais, assim como a ONG Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP, com sede em Altamira, que são instituições atuantes na região, principalmente nas localidades da porção norte da AEL. Ressalta-se que algumas localidades não possuem instituições de organização social constituída, mas estão em processo de formação, como no Acampamento Frei Henri,

vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que outras possuem lideranças identificadas, sem natureza jurídica formalizada, mas que são atores locais importantes no que tange à mobilização popular.

A Tabela 50 abaixo descreve as organizações e as respectivas atuações dentro das comunidades.

Tabela 50 - Organizações sociais identificadas nas comunidades da AEL.

Nome	Local	Liderança	Natureza Jurídica	Área de Atividade	Nº de membros	Possui sede?	Fontes de recursos	Ações implementadas
Associação de Moradores e Produtores Rurais-ASMOPRUBEM	Vila Belo Monte do Pontal	Adanilton Alves da Silva	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	80	Sim	Cobrança de taxas e contribuições	Caixa d'água de 20 m ³ , material para estacamento, bomba d'água e projeto da praia do Bambu
Representante da Comunidade ligado à Igreja Católica	Belo Monte 2	Edevan Gomes da Silva	Prefeitura	Defesa de direitos	-	Sim	Origem governamental	Melhorias na educação e saúde, reforma da escola, construção do posto e da praça e o projeto Zico 10.
Associação Rural de Bom Jardim	Bom Jardim	Maria Antônia Linhares	Associação	Organização e benefícios mútuos, defesa de direitos e atuação política	22	Não	Cobrança de taxas, contribuições e mensalidades	Rádio comunitária de Bom Jardim e caminhão para os produtores rurais
Associação de Moradores e Produtores Rurais da Vila Isabel - AMPROVI	Vila Isabel	Raimundo Gomes Vieira	Associação	Assistência social, organização de benefícios mútuos e defesa de direitos	419	Sim	Venda de produtos (bens e mercadorias) ou serviços	-
AMOVIN-Associação de Moradores da Vila Nazaré	Nazaré	Antônio José	Associação	Organização e benefícios mútuos, defesa de direitos e atuação política	92	Sim	Doações de indivíduos, cobrança de taxas, contribuições	Projeto da festa do cacau e do açaí e um trator
Associação de Moradores PA Itaciunas	PA Itaciunas	João Meota	N/A	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	-	-	-	-
Associação de Produtores Rurais - PA Lajedo	PA Lajedo	Ronildo Pedrosa Timóteo	Associação	Defesa de Direitos, atuação política,	12	Sim	Doações de indivíduos, cobrança de taxas, contribuições	-
Associação de Moradores PA Lajedo	PA Lajedo	João Rodrigues da Luz	Associação	Defesa de Direitos, atuação política,	12	Não	Doações de indivíduos, cobrança de taxas, contribuições	-

Aprocpar - Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares. (MST)	PA Palmares	Jorge Neri	Associação	Defesa de Direitos, desenvolvimento e habitação, atuação política	600	Sim	Cobrança de taxas e fomento	-
Associação dos Apicultores de Marabá	PA São Raimundo	Almir Costa Neves	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	142	Não	Cobrança de taxas, contribuições e mensalidades	Compra de aparelho de ultrassom e sala de exames
Associação das Mulheres de Cruzeiro do Sul e Região	Cruzeiro do Sul	Maria Celia da Silva	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos Atuação política	-	-	-	-
Associação Boa Esperança	Reassentamento Novo Mundo	Maria Pereira	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	10	Sim	-	Trator grande para atender a comunidade
Associação dos Pequenos Produtores Agroecológicos da Matinha - ASPPAG	Matinha	Valdivino Marques	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	15	Não	Venda de produtos, bens e mercadorias	Construção da sede da associação
Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Matinha - ASDECOM	Matinha	Belchior Pereira	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	25	Não	-	Construção da sede da associação
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Águas Limpas	PA Providência	Damásio/Cleiton	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	200	Sim	Sorteios, bingos, festas	Cursos de qualificação profissional e assistência técnica rural
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Araguaia	PA Travessão	Luis Jardim	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	150	Sim	-	Dois tratores
Associação dos Produtores Rurais Unidos do Paraíso do Araguaia	PA Paraíso do Araguaia	Horizontino Antunes	Associação	Organização e benefícios mútuos e defesa de direitos	42	Sim	Cobrança de taxas, contribuições, mensalidades	Equipamentos como trator, grade e carreta

6.4.5.7. Cultura e Lazer

A área em estudo possui uma enorme diversidade cultural formada por índios, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, garimpeiros, além dos migrantes gaúchos, nordestinos, goianos e tantos outros. Por isso, as manifestações culturais na região receberam bastante influência dessas populações que vieram de fora com o intuito de desenvolver a região.

Os eventos festivos identificados na AEL estão diretamente ligados ao cotidiano dos moradores, onde as atividades predominantes, exercidas pelos moradores, são o extrativismo, a agricultura e a pecuária. Segundo os entrevistados as festas mais comuns são a junina, vaquejadas, cavalgadas, rodeios e as festas dos padroeiros das localidades e dos produtores rurais, que movimentam a região (Tabela 51).

Tabela 51 - Áreas de lazer e festas anuais da AEL.

Localidade	Áreas de Lazer	Festas Anuais/Mês
Vila do 7,5	Praia do Salgado Praia do Bambu Cachoeira do Rio Xingu	Não possui
Vila de Belo Monte 2	Praia do Salgado Praia do Bambu Praia do Canari	Festa de Nossa Senhora da Conceição (dezembro)
Vila de Belo Monte do Pontal	Praia do Centrinho Praia da Barraquinha Praia do Canari	Festa da Padroeira Nossa Senhora de Guadalupe (dezembro) Festa Junina (junho)
Vila de Bom Jardim	Rio Aruanã Rio Ari Rio Xingu	Festa do Rodeio (agosto) Festa do Evangélico (novembro) Festa Junina (junho)
Vila Capim	Não possui	Festa Junina (junho)
Vila do Gelado	Igarapé Pedral do Rio Jaburu	Expoarte (setembro) Cavalgada (novembro) Festa Junina (junho)
Vila Isabel	Praia do Bambu Cachoeira do rio Xingu	Festa Junina (junho)
Vila Manoel Baiano	Balneário Águas Claras	Festa Junina (junho)
Vila Nazaré	Não possui	Festa do Cacau (agosto) Festa do Açaí (julho) Trilha do Cacau (abril)
Vila Neteolândia	Não possui	Festa de Santo Antônio (junho)

Localidade	Áreas de Lazer	Festas Anuais/Mês
Vila Nova Conquista	Não possui	Não possui
Vila Novo Horizonte	Rio Pacajá	Cavalgada e Rodeio (julho) Festa Junina (junho)
Vila Novo Planalto	Não possui	Cavalgada e Rodeio (julho) Festa Junina (junho)
Vila Sucupira	Praia do Salgado Praias do Xingu	Cavalgada e Rodeio (julho)
Vila do Café	Rio Sororó Igarapé Café	Festas comemorativas em Igrejas
PA Itacaiunas	Rio Vermelho	Festa junina (junho)
PA Sereno	Cachoeira do Gengibre	Festa de São Francisco
PA Palmares	Rio Parauapebas Balneários Rio Novo Rio Gelado Arena Palmares Rio Parauapebas	Cavalgada Aniversário do PA (junho)
PA Três Voltas	Rio Gameleira Rio Carote	Cavalgada (setembro)
PA Jardim	Rio Gameleira	-
PA Brasil Novo	Rio Gameleira Rio Carotinho	Cavalgada (outubro)
PA Itaperuna	Rio Gameleira Rio Itacaiunas	-
Buritirama/Vila União (PA Cinturão Verde)	Rio Itacaiunas Rio Preto Rio Castanheiro	Festa Nossa Senhora da Aparecida (agosto)
PA Taboqueiras	Rio Gameleira	-

Localidade	Áreas de Lazer	Festas Anuais/Mês
PA Lajedo	Rio Vermelho Córrego Sicop	Festejo São Miguel (setembro) Cavalgada (setembro)
PA Conquista	Rio Sapucaia Itacaiunas	Cavalgada (julho)
Capistrano de Abreu	Rio Cajazeira Rio Preto Itaperapé	Festa junina (junho) Festa Nossa Senhora da Aparecida (outubro) Cavalgada Rali de Motocross
PA São Raimundo	Rio Itacaiunas Rio Preto	Cavalgada (setembro)
PA São Pedro	Cajazeira Rio Preto Itaperapé	Festejo São João Batista (junho)
PA Cruzeiro do Sul	Córrego Batatal	Festa Junina (junho) Cavalgada (outubro)
Reassentamento Novo Mundo	Praia do Mirassol, campo de futebol	Festa Miracaxi (maio)
Mirandópolis	Campo de futebol	Festa de Nossa Senhora Aparecida (outubro)
Matinha	Campo de futebol	-
Canto da Vazante	Campo de futebol, quadra esportiva, Córrego Água Fria	Festa de São Miguel Arcanjo (setembro)
PA Providência	Campo de futebol	Festa do Divino Pai Eterno (maio)
PA Travessão	Campo de futebol, Córrego Grotão, Rio Maria, Rio Curica, Rio Araguaia	Festa de São Mateus (maio) e Festa de São José (março)
PA Paraíso do Araguaia	Quadra esportiva, Rio Água Fria, Praia do Pontão	Festa de São José Carpinteiro e Cavalgada do Assentamento (junho)
Acampamento Frei Henri	Campo de futebol	Festa de Aniversário do Acampamento (agosto) e Homenagem a Frei Henri (abril)

Nos momentos de lazer os comunitários costumam visitar os amigos e parentes, frequentar igrejas, praticar esportes, sobretudo futebol (Figura 125), e aproveitar os igarapés, balneários e rios, para banho e prática recreativa de pesca (Figura 120, Figura 122 e Figura 123). Em parte das comunidades também são realizados campeonatos esportivos diversos (Figura 124), e em outras é possível observar a presença de bares e sinucas, bem como dominó e baralho jogados nas calçadas ou em estabelecimentos comerciais (Figura 127). Como atrativo religioso, a população conta com diversas igrejas católicas e evangélicas nas comunidades (Figura 121 e Figura 126). No entanto, de maneira geral, os habitantes carecem de uma infraestrutura mínima e adequada para o entretenimento.



Figura 120 - Cachoeira no rio Xingu na Vila do 7,5.



Figura 121 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Capim.



Figura 122 - Igarapé na Vila do Gelado.



Figura 123 - Balneário Águas Claras na Vila Manoel Baiano.



Figura 124 - Parque de Exposições da Vila Novo Horizonte.



Figura 125 - Campo de futebol da Vila Novo Planalto.



Figura 126 - Igreja Católica no PA Providência.



Figura 127 - Jogo de dominó e baralho no PA Palmares.

6.4.5.8. *Segurança*

As informações sobre a infraestrutura de segurança pública na região foram obtidas no levantamento de campo com os representantes das localidades. As comunidades próximas a região de Altamira, Anapu e Pacajá costumam sofrer mais com a falta de segurança devido ao aumento da criminalidade na região.



Figura 128 -Moradora Joyce de Belo Monte 2 que perdeu o emprego após o assassinato do patrão em abril de 2018.



Figura 129 - Posto policial na Vila do Gelado.

O Atlas da Violência 2017 (IPEA & FBSP, 2017), analisou dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, referentes ao intervalo de 2005 a 2015, e as informações dos registros policiais publicadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

Para listar os 30 municípios potencialmente mais violentos e menos violentos do Brasil em 2015, o estudo considerou as mortes por agressão (homicídio) e as mortes violentas por causa indeterminada (MVCI). As regiões Norte e Nordeste somam 22 municípios no ranking dos 30 mais violentos em 2015. Altamira lidera a relação dos municípios mais violentos.

As comunidades, localizadas dentro dos Projetos de Assentamento, reclamaram menos da falta de segurança. As localizadas no estado do Tocantins não relataram problemas relativos a este segmento.

Ao mesmo tempo foi possível identificar alguns casos recentes de brigas que terminaram em homicídios. Em agosto de 2017 uma briga de bar terminou em um duplo homicídio na Vila de Neteolândia e em 17 de junho de 2016 houve um caso, tratado como latrocínio, de duplo homicídio próximo à vila. Vale destacar também, a situação de violência vivida pela Joyce de 18 anos, moradora da Vila de Belo Monte 2. Ela conta que ficou desempregada depois que o seu patrão sofreu um crime de roubo seguido de morte em abril de 2018. Uma questão colocada em alguns PA's diz respeito a pedidos de propina por parte de policiais, principalmente na área em que a mineração é uma atividade produtiva de destaque, como no PA Cinturão Verde.

A Tabela 52 a seguir demonstra os dados relativos à segurança.

Tabela 52 - informações sobre segurança de acordo com os moradores.

Localidade	Posto Policial	Ronda/frequência	Principais problemas
Vila do 7,5	Não	Sim. Todos os dias	Não tem
Vila de Belo Monte 2	Sim	Sim. Todos os dias	Roubo e uso de drogas
Vila de Belo Monte do Pontal	Não	Sim Esporadicamente	Uso de drogas, homicídio, falta de policiamento e do, conselho tutelar.
Vila de Bom Jardim	Sim	Sim. Todos os dias	Roubo e homicídio
Vila Capim	Não	Não	Alguns casos de assassinato
Vila do Gelado	Sim	Sim. Todos os dias	Brigas com assassinato
Vila Isabel	Não	Sim. Todos os dias	Roubo
Vila Manoel Baiano	Não	Não	Roubo de celulares
Vila Nazaré	Não	Sim 2x/mês	Roubo e assalto a mão armada.
Vila Neteolândia	Não	Não	Não tem
Vila Nova Conquista	Não	Não	Não tem
Vila Novo Horizonte	Não	Não	Crimes praticados por forasteiros
Vila Novo Planalto	Não	Não	Não tem
Vila Sucupira	Não	Não	Policiamento precário, pois as bases municipais são distantes
Vila do Café	Não	Não	Pequenos delitos
Itacaiunas	Não	Não	Pequenos delitos
PA Lajedo	Não	Não	Invasão nas casas da vila
PA Sereno	Não	Não	Pequenos delitos
PA Brasil Novo	Não	Não	Pequenos delitos
PA Palmares	Não	Não	Pequenos delitos
PA Itaperuna	Não	A ronda da Carimã passa esporadicamente	Pequenos delitos
PA Taboqueiras	Não	Não	Pequenos delitos
PA Jardim	Não	Não	Pequenos delitos
PA Goianos	Não	Não	Pequenos delitos
PA Conquista	Não	A ronda do PA Alto Bonito passa pelo PA 1 vez na semana	Pequenos delitos
Buritirama/Vila União (PA Cinturão Verde)	Sim. Na Vila União	Todos os dias	Brigas de Bares
Capistrano de Abreu	Não	Não	Pequenos delitos
PA São Raimundo	Não	Não	Pequenos delitos
Vila São Pedro	Não	Não	Pequenos delitos
Cruzeiro do Sul	Sim	Sim/ Todos os dias	Pequenos delitos
Reassentamento Novo Mundo	Não	Sim/mensal	Não tem
Mirandópolis	Não	Não	Não tem
Matinha	Não	Sim/2x na semana	Não tem
Canto da Vazante	Não	Não	Não tem
PA Providência	Não	Não	Furto de animais, uso de drogas
PA Travessão	Não	Não	Furto de gado e de equipamentos agrícolas
PA Paraíso do Araguaia	Não	Sim/esporadicamente	Furto de bombas de poço artesiano e transformadores de energia
Acampamento Frei Henri	Não	Não	Não tem

6.4.5.9. Caracterização das localidades

Cada localidade foi estudada por meio da aplicação dos questionários temáticos, aplicados com os moradores, lideranças locais, profissionais da saúde e pescadores. Ao retratar sobre a sua percepção, os atores sociais entrevistados puderam fornecer informações para a caracterização de cada uma das 40 comunidades visitadas. A Tabela 53 a seguir apresenta as comunidades, suas coordenadas e a distância da LT.

Tabela 53 - Comunidades da AEL da LT

Nome da comunidade	Coordenadas	Distância da linha (metros)
Belo Monte 2	UTM 22 M 422047/9654211	2705,29
Belo Monte do Pontal	UTM 22 M 422047/9654211	2705,29
Vila do 7,5	UTM 22 M 429992/9656196	1583,62
Vila Isabel	UTM 22 M 434488/9653291	1065,12
Vila Sucupira ou 120	UTM 22 M 464350/9627340	722,19
Vila Manoel Baiano	UTM 22 M 484880/9609610	1109,19
Vila Nazaré	UTM 22 M 489869/9606633	574,10
Vila Bom Jardim	UTM 22 M 504810/9594908	1368,10
Vila Novo Horizonte	UTM 22 M 553692/9516651	3952,26
Vila Novo Planalto	UTM 22 M 558223/9507484	641,67
Vila Neteolândia	UTM 22 M 558546/9547476	18830,47
Vila Capim	UTM 22 M 545284/9453815	428,86
Vila do Gelado ou Vitória da Conquista	UTM 22 M 543329/9442683	5713,44
Vila Nova Conquista	UTM 22 M 548587/9439358	1980,04
Vila do Café	UTM 22 M 706813/9395346	1913,02
PA Lajedo	UTM 22 M 697504/ 9378079	1582,30
PA Itacaiunas	UTM 22 M 686386/ 9372078	5917,32
PA Sereno	UTM 22 M 673378/ 9353979	3066,92
PA Palmares	UTM 22 M 628452/ 9342368	11927,68
PA 3 voltas	UTM 22 M 630032/9359496	1451,14
PA Brasil Novo	UTM 22 M 624605/9363822	1660,67
PA Taboqueiras	UTM 22 M 621004/9366130	2228,73
PA Jardim	UTM 22 M 623161/9368070	585,89
Vila Carimã	UTM 22 M 615771/9364137	7132,88
PA Itaperuna	UTM 22 M 616858/9367996	3486,37
PA Conquista	UTM 22 M 613683/9374988	206,06
PA Goianos	UTM 22 M 607927/9380434	165,98
PA São Raimundo	UTM 22 M 606226/9386465	3698,36
Buritirama/Vila União	UTM 22 M 589574/9388658	5702,11
Capistrano de Abreu	UTM 22 M 580124/9408452	2214,84
PA São Pedro	UTM 22 M 563748/9416604	2978,40
Vila Cruzeiro do Sul	UTM 22 M 559145/ 9418481	4757,30
Reassentamento Novo Mundo	UTM 22 M 772896/ 8946071	1050,71
Mirandópolis	UTM 22 M 761873/ 9025794	1063,33
Matinha	UTM 22 M 759344/9027982	1162,23
Canto da Vazante	UTM 22 M 761382/ 9035859	1582,34
PA Providência	UTM 22 M 733969/9107788	6281,42
PA Travessão	UTM 22 M 689585/9196639	3378,04
PA Paraíso do Araguaia	UTM 22 M 686810/9221259	5989,89
Acampamento Frei Henri	UTM 22 M 640754/9326649	5082,64

Ressalta-se que as coordenadas citadas foram obtidas nos pontos centrais de cada localidade ou em locais onde foram efetuadas entrevistas, sendo que em algumas, parte dos seus territórios cruza a LT ou estão mais próximos da mesma.

A seguir apresenta-se a caracterização de cada localidade visitada na atividade de campo

6.4.5.9.1. Belo Monte 2

A Vila de Belo Monte (Figura 130), localizada às margens da BR-230 no município de Vitória do Xingu - PA, está inserida na área rural distante 103 km da sede do município e 63 km de Altamira. O acesso e a maioria das vias internas são pavimentados (Figura 132 e Figura 133).

De acordo com o Lidinei (Figura 135), morador e professor de Educação Física, antigamente a comunidade chamava Tijuca e ficava mais afastada do rio Xingu, no igarapé Tijuca. Devido a facilidade de acesso com a abertura da BR-230 a população migrou para a margem do Xingu, próximo a BR (Figura 131).



Figura 130 - Visão geral da comunidade.



Figura 131 - BR-230 na entrada da Vila de Belo Monte 2.



Figura 132 - Vias internas pavimentadas.



Figura 133 - Via sem pavimentação.

Segundo o Sr. Edivan (Figura 78), representante da comunidade pela prefeitura, Belo Monte teve início a partir dos anos 70 com a abertura da Transamazônica e a formação das agrovilas feitas pelo INCRA, a Agrovila Leonardo D’Vinci 18 de Altamira e a 32 km, um projeto da Embrapa em um lote, mas logo foi abandonado e não teve êxito.



Figura 134 - Edivan, representante da comunidade.



Figura 135 - Lidinei, professor de educação física.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial, as moradias são, de uma maneira geral, de madeira, mas também havendo algumas de tijolo revestido (Figura 136 e Figura 137). Em Belo Monte 2 vivem, aproximadamente, 2.000 pessoas divididas em 500 domicílios.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e iluminação pública. A maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar.



Figura 136 - Residências e iluminação pública na vila.



Figura 137 - Residências com tijolo revestido na vila.

A comunidade dispõe de abastecimento de água e algumas famílias ainda utilizam poços rasos como fonte de água. Os entrevistados disseram que contam com a coleta de lixo três vezes por semana, porém foi possível verificar uma área onde se acumula muito lixo na entrada da vila (Figura 138).



Figura 138m- Lixo acumulado na entrada da vila.

Uma atividade que movimenta bastante a comunidade é a Balsa que faz a travessia de no rio Xingu (Figura 139), dependendo do dia e horário é possível encontrar longas filas para cruzar o rio na BR-230.



Figura 139 - Balsa cruzando o rio Xingu.



Figura 140 - Comunidade na margem esquerda do rio Xingu.

A comunidade possui o comércio desenvolvido (Figura 141 e Figura 142), que atende a comunidade e fluxo constante de pessoas por conta da travessia de balsa. As atividades produtivas da comunidade são o extrativismo, a agricultura, pecuária e a pesca devido à localização às margens do rio Xingu (Figura 140), da qual muitas famílias ainda dependem da pesca para subsistência.



Figura 141 - Loja de materiais de construção.



Figura 142 - Mini mercado.

Conforme os entrevistados, a pesca na comunidade envolve todos os membros das famílias e os petrechos de captura mais utilizados são a rede de espera, rede de caída e linha de mão. A atividade pesqueira costuma durar 3 dias e os peixes mais pescados são a pescada, surubim, pacú e tucunará, mas os pescadores disseram que o surubim sumiu depois da UHE de Belo Monte. Os locais mais utilizados para a pesca são rio Paranã, Posto do Piau, lagoa do Paranã, cachoeira, Tijuca, Furo do Barracão e no verão na cachoeira do Xingu.

Os pescadores fazem parte Colônia de Pescadores Z-12 (Figura 143 e Figura 144) com sede em Vitória do Xingu. A renda mensal das famílias pesqueiras gira entre 1 e 2 salários mínimos e a melhor época para praticar a pesca é de março a outubro. De acordo com os moradores os pescados estão diminuindo muito.



Figura 143 Entrevista com a pescadora Keila.



Figura 144 Entrevista com a Rosiane, representante da Colônia Z-12 nas Vilas Belo Monte 1 e 2.

A maioria da população trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias, havendo ainda alguns que trabalham para as empresas que se instalaram na região, principalmente as ligadas a UHE de Belo Monte e as linhas de transmissão associadas (Figura 89 e Figura 146).



Figura 145 UHE Belo Monte.



Figura 146 Travessia das LTs no rio Xingu, próximo a vila.

Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo e quadra de futebol (Figura 149), espaço comunitário de convivência (Figura 148), parque infantil (Figura 147) e as Igrejas Evangélicas e Católica (Figura 150).



Figura 147 - Praça e parque infantil.



Figura 148 - Espaço de convivência comunitária.



Figura 149 - Quadra de futebol sintético.



Figura 150 - Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 152) que funciona diariamente com um clínico geral e um dentista que atendem uma vez por semana. O médico é assessorado por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem e os agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 1.500 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial, diabetes e combate de verminoses, que são as doenças mais frequentes na localidade. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, aplicando vacinas quando das campanhas de vacinação do governo federal (Figura 151), e também efetua a distribuição de preservativos.



Figura 151 - Campanha de vacinação no Posto de Saúde.

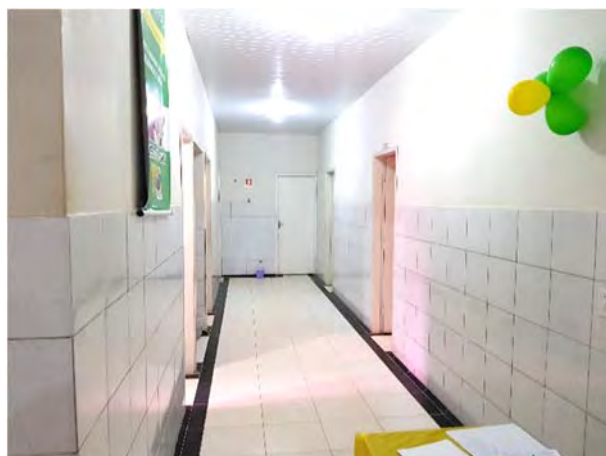


Figura 152 - Posto de Saúde.

A Escola do Evangelho (Figura 153 e Figura 154) atende o Ensino Infantil e Fundamental, sendo necessário que os jovens se desloquem para as sedes municipais para terem acesso ao Ensino Médio e ao Ensino Superior. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.



Figura 153 - Quadra de esportes da EMEIEF do Evangelho.



Figura 154 - EMEIEF do Evangelho.

A comunidade não possui nenhuma instituição voltada à organização social, mas a prefeitura tem um funcionário que se chama Edivan, um dos primeiros moradores da vila, que é responsável por representar os moradores.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Altamira, sendo o acesso à sinal de TV disponível apenas por meio de antena parabólica. Sinal de celular é disponibilizado somente pela Operadora Oi, mesma que disponibiliza o acesso à internet. Também existem empresas que fornecem o sinal de internet a rádio.

Segundo os entrevistados, a região, os principais problemas envolvem assaltos, homicídios e uso de drogas. A comunidade não conta com um posto policial havendo ronda policial diária na localidade, o posto policial mais próximo está na Vila de Belo Monte do Pontal.

Os entrevistados informaram que não existem projetos sociais ou ambientais desenvolvidos na comunidade no momento, antigamente tinha o projeto Zico 10, que ensinava futebol para as crianças, mas foi encerrado.

A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região traz empregos e desenvolvem a região, já que os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados a falta de trabalho e ao aumento da violência.

6.4.5.9.2. Belo Monte do Pontal

A Vila de Belo Monte do Pontal (Figura 155) está localizada às margens da BR-230 (Figura 156) no município de Anapu-PA, inserida na área rural e distante 70 km da sede municipal. O acesso e a maioria das vias internas são pavimentados (Figura 157).



Figura 155 - Visão geral da comunidade.



Figura 156 - BR-230 na entrada da Vila de Belo Monte do Pontal.



Figura 157 - Vias internas pavimentadas com iluminação pública.



Figura 158 - BR-230 próximo ao rio Xingu.

De acordo com o Renato Messias (Figura 159), morador mais antigo da vila e comerciante (Figura 160), a comunidade foi criada desde que iniciou a travessia de balsa na BR-230 (Figura 158), momento em que as pessoas foram se estabelecendo, sendo a comunidade Tijuca de extrativistas a primeira a se instalar.



Figura 159 - Renato, comerciante e morador mais antigo.



Figura 160 - Comércio do Renato.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial, as moradias são, de uma maneira geral, de madeira, mas também havendo algumas de tijolo revestido (Figura 161). Em Belo Monte 2 vivem, aproximadamente, 3.000 pessoas divididas em 500 domicílios de acordo com o enfermeiro Paulo.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e iluminação pública (Figura 162). A maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar.



Figura 161 - Visão geral das moradias.



Figura 162 - Residências e iluminação pública na vila.

A comunidade dispõe de abastecimento de água e algumas famílias ainda utilizam poços rasos como fonte de água. Os entrevistados disseram que contam com a coleta de lixo três vezes por semana.

Uma atividade que movimenta bastante a comunidade é a Balsa que faz a travessia de no rio Xingu (Figura 163), dependendo do dia e horário é possível encontrar longas filas para cruzar o rio na BR-230 (Figura 164).



Figura 163 - Travessia no rio Xingu.



Figura 164 - Fila para Balsa na BR-230.

As atividades produtivas da comunidade são o extrativismo, a agricultura, pecuária e a pesca devido à localização às margens do rio Xingu (Figura 166), da qual muitas famílias ainda dependem da pesca para subsistência. Conforme os entrevistados, a pesca na comunidade envolve 2 pessoas por família em média e os petrechos de captura mais utilizados são a rede de espera, espinhel de superfície, rede de caída e linha de mão.

A atividade pesqueira costuma durar 2 dias e os peixes mais pescados são a pescada, pacú, tucunaré, Matrinhã e aridua. Os locais mais utilizados para a pesca são rio Paranã, Posto do Piau, Lagoa do Paranã, cachoeira, Tijuca, Furo do Barracão e no verão na cachoeira do Xingu.

Os pescadores (Figura 165) fazem parte Colônia de Pescadores Z-12 e colônia Z-57 com sede em Altamira. A renda mensal das famílias pesqueiras gira entre 1 salário mínimo e a melhor época para praticar a pesca é de março a outubro. De acordo com os moradores, os pescados estão diminuindo muito, sendo que recebem o seguro defeso durante 4 meses por ano.



Figura 165 - Entrevista com a pescadora Roseane na Peixaria da comunidade.



Figura 166 - Comunidade na margem esquerda do rio Xingu.

A maioria da população trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias, havendo ainda alguns que trabalham para as empresas que se instalaram na região, principalmente as ligadas a UHE de Belo Monte e as linhas de transmissão e subestações associadas (Figura 167). Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo e quadra de futebol (Figura 168), as Igrejas Evangélicas e Católica (Figura 170) e bares (Figura 169).



Figura 167 - SE Xingu próxima a vila.



Figura 168 - Quadra de futebol.



Figura 169 - Choperia na comunidade.



Figura 170 - Igreja Nossa Senhora da Conceição.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 171) que funciona diariamente com um clínico geral e um dentista (Figura 172) que atendem uma vez por semana, O médico é assessorado por um enfermeiro e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 1.600 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, medicamentos dos programas e remédios para controle de pressão arterial, antibióticos e combate de verminoses, que é muito frequente nas crianças segundo o enfermeiro entrevistado. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, aplicando vacinas quando das campanhas de vacinação do governo federal, e também efetua a distribuição de preservativos.



Figura 171 - Campanha de vacinação no Posto de Saúde.



Figura 172 - Sala do dentista.

Na vila existem duas escolas, a EMEF José de Andrade Silva (Figura 174) e a EMEF Pequeno Príncipe (Figura 173). As duas atendem o Ensino Fundamental, sendo necessário que os jovens se desloquem para as sedes municipais para terem acesso ao Ensino Médio e ao Ensino Superior. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.



Figura 173 - EMEF Pequeno Príncipe.



Figura 174 - EMEF José de Andrade Silva.

A comunidade possui uma instituição voltada à organização social da comunidade que se chama Associação de Moradores e produtores Rurais - ASMOPRUBEM, que é responsável por representar os moradores e auxiliar os produtores.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Altamira, sendo o acesso à sinal de TV disponível apenas por meio de antena parabólica. Sinal de celular na comunidade é disponibilizado somente pela Operadora Oi, mesma que disponibiliza o acesso à internet. Também existem empresas que fornecem o sinal de internet a rádio (Figura 176).

Segundo os entrevistados, a região, os principais problemas envolvem assaltos, homicídios e uso de drogas. A comunidade conta com um posto policial (Figura 175), havendo ronda policial diária na localidade. Foi identificado na comunidade o Projeto Urbanístico de Revitalização da Praia do Bambu executado pela Norte Brasil.



Figura 175 - Posto da Polícia Militar.



Figura 176 - Provedor de internet.

A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região traz empregos e desenvolvem a região, já que os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados a falta de trabalho e ao aumento da violência, seguindo a mesma percepção dos moradores da comunidade de Belo Monte 2.

6.4.5.9.3. Vila do 7,5

A Vila do 7,5 (Figura 177), localizada às margens da BR-230 (Figura 178) e na margem direita do rio Xingu no município de Anapu-PA, está inserida na área rural distante 63 km da sede do município e 7,5 km de Belo Monte do Pontal. O acesso é pavimentado e as vias internas são de terra batida (Figura 179).

De acordo com o Francisca (Figura 180), primeira moradora, com a abertura da BR-230 a população migrou para ocupar os lotes disponíveis, que vieram do Maranhão em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida.



Figura 177 - Visão geral da comunidade na margem direita do Xingu.



Figura 178 - Vila às margens da BR-230.



Figura 179 - Via sem pavimentação.



Figura 180 - Francisca, primeira moradora da comunidade.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial, as moradias são, de uma maneira geral, de madeira (Figura 181 e Figura 182). Na vila vivem 18 famílias, com aproximadamente 100 habitantes divididos em 25 domicílios.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e não possui iluminação pública. A maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar.



Figura 181 - Padrão construtivo na vila.



Figura 182 - Residência com tijolo revestido.

A comunidade não dispõe de abastecimento de água e ainda utiliza poços rasos como fonte de água. Os entrevistados disseram que contam com a coleta de lixo uma vez por semana

A vila possui o comércio pouco desenvolvido (Figura 183 e Figura 184). As atividades produtivas da comunidade são o extrativismo, pecuária (Figura 185) e a pesca devido à localização às margens do rio Xingu (Figura 186).



Figura 183 - Loja de materiais de construção.



Figura 184 - Bar na Vila do 7,5.

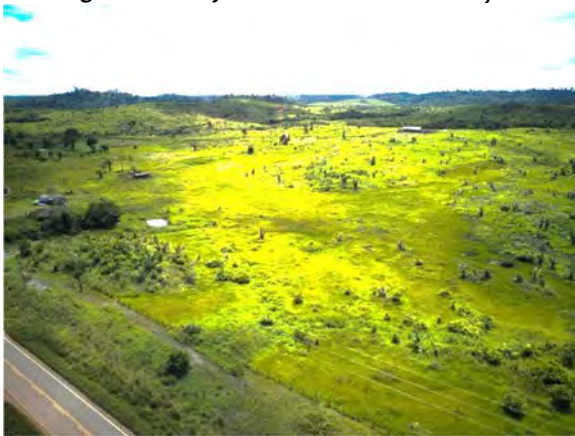


Figura 185 - Pastagem na margem da BR-230.



Figura 186 - Comunidade na margem direita do rio Xingu.

Conforme os entrevistados (Figura 187), a pesca na comunidade envolve apenas 1 membro da família e os petrechos de captura mais utilizados são a rede de espera, rede de caída e linha de mão.

A atividade pesqueira costuma durar 1 dia e os peixes mais pescados são a pescada, surubim, pirara e piau. A pesca é apenas para consumo e o local mais utilizado para a pesca é próximo a cachoeira do Xingu.



Figura 187 - Entrevista com a pescadora Lindacy.

A maioria da população trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias, havendo ainda alguns que trabalham para as empresas que se instalaram na região, principalmente as ligadas a UHE de Belo Monte e as linhas de transmissão e subestações associadas. Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo de futebol (Figura 188), uma Igreja (Figura 189) e as praias do rio Xingu (Figura 190).



Figura 188 - Campo de futebol.



Figura 189 - Igreja na Vila do 7,5.



Figura 190 - Cachoeira do rio Xingu.

A comunidade não dispõe de Posto de Saúde, quando necessitam de atendimento procuram a vila de Belo Monte ou a sede do município. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências. A vila também não possui escola e os moradores precisam se deslocar para a Vila de Belo Monte para estudar.

A comunidade não possui nenhuma instituição voltada à organização social. Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu, sendo o acesso à sinal de TV disponível apenas por meio de antena parabólica. Sinal de celular não funciona e alguns moradores utilizam internet a rádio.

Segundo os entrevistados, a comunidade não tem nenhum problema relacionado à segurança. A vila não conta com um posto policial e possui ronda policial diária, sendo que o posto policial mais próximo está na Vila de Belo Monte do Pontal. Os entrevistados informaram que não existem projetos sociais ou ambientais desenvolvidos na comunidade no momento.

A comunidade acredita que a instalação de novas empresas poderá trazer empregos e desenvolver a região. Os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados à falta de água e de saneamento básico.

6.4.5.9.4. Vila Isabel

A Vila Isabel (Figura 135) está localizada na Rodovia Transamazônica (Figura 136), na altura do km 75, no município de Anapu, inserida na área rural e distante 58 km da sede municipal. O acesso é pavimentado e as vias internas de terra batida (Figura 193 e Figura 194).

De acordo com o Raimundo (Figura 195), presidente da associação de moradores, a ocupação na comunidade começou com a construção da BR-230, mas a vila se firmou a partir de 2005 e se desenvolveu com a construção da UHE. Antigamente a comunidade se chamava São José, devido à presença de uma pequena igreja no local. A mudança de nome ocorreu em homenagem a uma antiga moradora e zeladora da escola”.



Figura 191 - Visão geral da comunidade.



Figura 192 - BR-230 na entrada da Vila Isabel.



Figura 193 - Vias internas erodidas.



Figura 194 - Via interna sem pavimentação.



Figura 195 - Raimundo, presidente da associação de moradores.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial, as moradias são, de uma maneira geral, de madeira, mas também havendo algumas de tijolo revestido (Figura 196). Na vila vivem, aproximadamente, 2.000 pessoas divididas em 500 domicílios de acordo com Raimundo.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e iluminação pública (Figura 197). A maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar.



Figura 196 - Padrão construtivo na vila.



Figura 197 - Residências e iluminação pública na vila.

A comunidade dispõe de abastecimento de água (Figura 198) e algumas famílias ainda utilizam poços rasos como fonte de água, ou captam diretamente do Igarapé Najá (Figura 199). Os entrevistados disseram que contam com a coleta de lixo uma vez por semana.



Figura 198 Caixa d'água de abastecimento da vila.



Figura 199 Igarapé Najá.

A atividade econômica principal é a agropecuária, da qual muitas famílias ainda dependem para subsistência, mas nenhum dos entrevistados possuía algum tipo de produção. A vila possui o comércio para atendimento da comunidade local (Figura 200 e Figura 201).



Figura 200 Mercado na Vila Isabel.



Figura 201 Restaurante na Vila Isabel.

Conforme os entrevistados, a pesca na comunidade envolve 2 membros da família e os petrechos de captura mais utilizados são a rede espera, rede de caída, linha de mão, espinhel de superfície, espinhel de fundo.

A atividade pesqueira costuma durar 2 dias e os peixes mais pescados são o curimataú, pescada, cachorra e mampará. A pescadora entrevistada, Marlene (Figura 202), é filiada à Colônia de Pescadores de Parauapebas e o local mais utilizado para a pesca é próximo a Vila do 7,5.



Figura 202 - Pescadora Marlene.

A maioria da população trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias, havendo ainda alguns que trabalham para as empresas que se instalaram na região, principalmente as ligadas a UHE de Belo Monte e as linhas de transmissão e subestações associadas.

Dentro da comunidade existe um canteiro de obras da LT 880 kV da Xingu Rio Transmissora de Energia – XRTE (Figura 203 e Figura 204). Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo (Figura 205) e quadra de futebol, Igrejas Evangélicas e Católica (Figura 206) e bares.



Figura 203 -Canteiro de obras da XRTE.



Figura 204 - LT cruzando a Vila Isabel.



Figura 205 - Campo de futebol.



Figura 206 - Igreja Católica na Vila Isabel.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 207) que funciona diariamente com um clínico geral que atende uma vez por semana. O médico é assessorado por um enfermeiro e por agentes comunitários de saúde (Figura 208), efetuando uma média de 500 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, aplicando vacinas quando das campanhas de vacinação do governo federal, e também efetua a distribuição de preservativos.



Figura 207 - Posto de Saúde na Vila Isabel.



Figura 208 - Maria da Cruz, agente de saúde na Vila Isabel.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Dr. Acy de Jesus Barros Pereira (Figura 209 e Figura 210) - cuja denominação anterior, segundo alguns moradores era EMEF São José II -, e de acordo com os moradores a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo inclusive alunos das áreas rurais do entorno da comunidade. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.



Figura 209 - EMEF Dr. Acy de Jesus

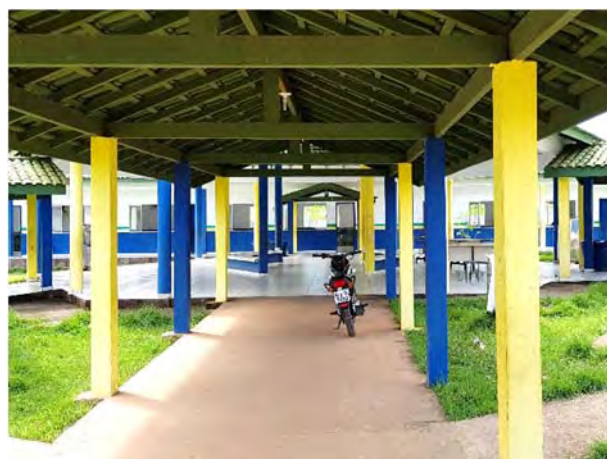


Figura 210 - EMEF Dr. Acy de Jesus

A vila possui uma instituição voltada à organização social da comunidade que se chama Associação de Moradores e Produtores Rurais da Vila Isabel – AMPROVI. A instituição é responsável por representar os moradores e auxiliar os produtores.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.

Segundo os entrevistados, os principais problemas da região, no quesito segurança, envolvem assaltos e homicídios. A comunidade conta com um posto policial e não existe ronda policial na localidade.

A comunidade acredita que a instalação de novas empresas na região trará empregos e desenvolvimento, já que os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados a falta de trabalho e ao aumento da violência e atendimento precário na saúde.

6.4.5.9.5. Vila Sucupira ou 120

A Vila Sucupira (Figura 211), localizada às margens da BR-230 (Figura 212) no município de Anapu, está inserida na área rural distante 17 km da sede do município. O acesso é pavimentado e as vias internas são de terra batida (Figura 213).

De acordo com o Delfino Gomes (Figura 214), primeiro morador e representante da comunidade, a ocupação na localidade começou com a construção da BR 230. Em 1971 a área foi destinada para ocupação, não havendo infraestrutura de apoio aos trabalhadores da obra. Em 1980 obtiveram auxílio de representante político local, e a partir de então iniciou-se o loteamento que formou a vila.



Figura 211 - Visão geral da comunidade.



Figura 212 - Drenagem pluvial da BR-230 na Vila Sucupira.



Figura 213 - Via interna sem pavimentação.



Figura 214 - Delfino Gomes, primeiro morador e representante da comunidade.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial, as moradias são, de modo geral, de madeira, mas também havendo algumas de tijolo revestido (Figura 215, Figura 217 e Figura 218). Na vila vivem, aproximadamente, 300 pessoas divididas em 100 domicílios de acordo com Delfino.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e iluminação pública (Figura 216). A maioria das residências possui fossa rudimentar ou descarta diretamente sem tratar.



Figura 215 - Visão geral das moradias.



Figura 216 - Residências e iluminação pública na Vila Sucupira.



Figura 217 - Padrão construtivo na vila.



Figura 218 - Residência de madeira com cobertura de telha de cerâmica.

A comunidade não dispõe de abastecimento de água e as famílias ainda utilizam poços rasos e artesianos como fonte de água. Os entrevistados disseram que contam com a coleta de lixo uma vez por semana.

A atividade econômica principal é a agropecuária e o extrativismo, da qual muitas famílias ainda dependem para subsistência. Dois moradores entrevistados (Figura 219 e Figura 220) exerciam atividades agrossilvipastoris com a criação de gado (Figura 221 e Figura 222), plantio de milho, mandioca, feijão e extrativismo do açaí e cacau. A vila possui o comércio para atendimento da comunidade local (Figura 223 e Figura 224).



Figura 219 - Giovani, morador e produtor rural na vila.



Figura 220 - Propriedade rural do Giovani.



Figura 221 - Áreas das atividades agrossilvipastoris dentro da Vila Sucupira.

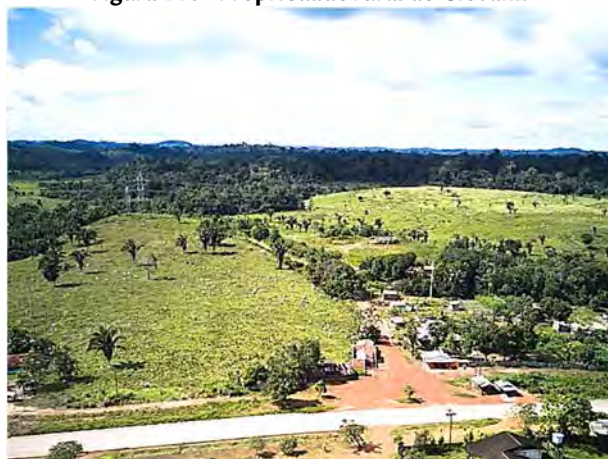


Figura 222 - Criação de gado dentro da vila.



Figura 223 - Borracharia na Vila Sucupira.



Figura 224 - Mercado da Vila Sucupira.

A maioria da população trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias, havendo ainda alguns que trabalham para as empresas que se instalaram na região. Quanto à cultura e ao lazer,

a comunidade dispõe de campo (Figura 225) e quadra de futebol, Igrejas Evangélicas (Figura 226) e Católica e bares.



Figura 225 Campo de futebol na Vila Sucupira.



Figura 226 Igreja Pentecostal na Vila Sucupira.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 227) que funciona diariamente com um clínico geral que atende uma vez por semana. O médico é assessorado por um enfermeiro e por agentes comunitários de saúde (Figura 228), efetuando uma média de 100 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências.



Figura 227 - Posto de Saúde na Vila Sucupira.



Figura 228 - Cícera, agente de saúde da Vila Sucupira.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Wenceslau Braz (Figura 229 e Figura 230), a escola atende o Ensino Fundamental, sendo necessário que as os jovens se desloquem para as sedes municipais para terem acesso ao Ensino Médio e ao Ensino Superior. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.



Figura 229 - EMEF Wenceslau Braz



Figura 230 - EMEF Wenceslau Braz

A comunidade não possui instituição voltada à organização social. Antigamente funcionava o projeto de processamento de frutas e distribuição para a comunidade, mas no momento não estava funcionando (Figura 231).

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 231 - Local do projeto desativado de processamento de frutas.

Segundo os entrevistados, os principais problemas da região envolvem vandalismo, roubo e brigas. A vila não conta com posto policial e não existe ronda policial na localidade. A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região poderá trazer empregos e desenvolvimento, mas sente falta de investimentos na área social.

Os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados a falta de saneamento básico, baixa qualidade nos serviços prestados pela saúde e a falta infraestrutura para educação. A reforma da escola, por exemplo, já parou duas vezes e quando chove molha dentro da sala de aula.

6.4.5.9.6. Vila Manoel Baiano

A comunidade Manoel Baiano (Figura 232), reconhecida como uma vila do município de Pacajá e localizada às margens da BR-230 (Figura 233), é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas, distante 68 km da sede do município e 10 km de Anapu. O acesso é pavimentado e as vias internas são de terra batida (Figura 235).

De acordo com a Patrícia (Figura 234), primeira moradora da localidade, juntamente com seu marido, a comunidade teve início em 1997 com o desmembramento de um lote de 10 hectares vendido para o irmão de Anísio Lopes da Silva, o “Negão”, que em seguida foi embora e fez a venda para a Prefeitura de Pacajá. Na ocasião, a Prefeitura loteou os terrenos e distribuiu entre a população local, o que levou ao desenvolvimento da vila.



Figura 232 - Visão geral da Vila Manoel Baiano.



Figura 233 - BR-230 na Vila Manoel Baiano



Figura 234 - Patrícia, primeira moradora da vila.



Figura 235 - Via principal da Vila Manoel Baiano, sem pavimentação.

A Vila Manoel Baiano é caracterizada por moradias construídas em madeira (Figura 236 e Figura 237) que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa

rudimentar, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos, acondicionamento de água em caixas d'água com tampa, e lixo doméstico coletado uma vez por semana.



Figura 236 - Visão geral das moradias.



Figura 237 - Casa de madeira na Vila Manoel Baiano.

Segundo referências comunitárias, na vila residem 800 pessoas que se encontram distribuídas em 150 residências. As atividades econômicas se concentram nas agricultura e pecuária, sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo do açaí e do cacau, piscicultura, criação de animais e plantio de macaxeira, milho e feijão (Figura 238, Figura 239, Figura 240 e Figura 241).



Figura 238 - Área produtiva na Vila Manoel Baiano.



Figura 239 - Tanque de criação de peixes dentro da vila.



Figura 240 - Área de agricultura dentro da vila.



Figura 241 - Chicão, produtor rural na vila.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 242) e os cultos e missas, nas igrejas locais. Entre a comemoração de destaque está a festa junina, evento esperado por toda a comunidade. A vila possui um comércio que não consegue atender a comunidade (Figura 243).



Figura 242 - Campo de futebol na Vila Manoel Baiano.



Figura 243 - Comércio na Vila Manoel Baiano.

A comunidade não possui instituição voltada à organização social. Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu e Pacajá. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.

Não há infraestrutura voltada à saúde disponível aos membros da comunidade, que precisam se deslocar aos centros urbanos de Pacajá ou Bom Jardim para atendimento médico. Geralmente, as epidemias de gripe são frequentes na comunidade.

Entre as questões que afligem os moradores de Manoel Baiano está a inexistência de um estabelecimento de Ensino Médio na vila, existindo apenas a EMEF Manoel Baiano (Figura 244 e Figura 245), que dispõe somente do ensino Fundamental, o que dificulta o acesso à educação àqueles que trabalham período integral e ainda precisam se deslocar para os estudos em Anapu no período noturno.



Figura 244 - EMEF Manoel Baiano



Figura 245 - EMEF Manoel Baiano

Outro ponto enfatizado é a falta de saneamento básico e de um posto de saúde na vila, principalmente no inverno, quando as demandas hospitalares entre os comunitários aumentam. A falta de segurança também foi citada entre os moradores, com a crescente violência na comunidade.

A vila conta com a ronda policial uma vez por semana, o que, ainda assim, não afasta os ladrões que aterrorizam a comunidade. A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região poderá trazer empregos e desenvolvimento, mas sente falta de investimentos na área social.

6.4.5.9.7. Vila Nazaré

A Vila Nazaré (Figura 246), localizada às margens da BR-230, é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas, distante 61 km da sede do município e 16 km de Anapu. O acesso é pavimentado e as vias internas são de terra batida (Figura 247).

De acordo com o Antônio José, presidente da associação de moradores, a comunidade teve início em 1974 por meio de um grupo da igreja católica que se estabeleceu no local e o nome Nazaré se estabeleceu devido a empresa responsável pela abertura das vicinais. Segundo o morador Eulis (Figura 248), o Sr. Américo foi o primeiro morador que comprou terra na região e construiu a primeira casa da vila às margens da BR-230 e a partir de então a comunidade se desenvolveu.



Figura 246 - Visão geral da comunidade.



Figura 247 - Via principal da vila sem pavimentação.



Figura 248 - Eulis, morador da Vila Nazaré.

A Vila Nazaré é caracterizada por moradias construídas em madeira (Figura 249 e Figura 250) que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos, acondicionamento de água em caixas d'água com tampa, e lixo doméstico (Figura 251) coletado uma vez por semana.



Figura 249 - Visão geral das moradias.



Figura 250 = Casa de alvenaria



Figura 251 -Lixo acumulado na vila

Segundo referências comunitárias, na vila residem 1.500 pessoas que se encontram distribuídas em 350 domicílios. As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária, sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo do açaí e do cacau (Figura 252, Figura 254 e Figura 255), piscicultura (Figura 253), criação de animais e plantio de macaxeira, milho, arroz e feijão.



Figura 252 - Fazenda de extração de cacau e açaí dentro da Vila Nazaré.



Figura 253 - Tanque de criação de peixes dentro da vila.



Figura 254 - Plantação de cacau na Vila Nazaré



Figura 255 - Açaizal na Vila Nazaré.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 256) e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 257). Entre a comemoração de destaque está a Festa do Cacau e do Açaí, eventos que movimentam a comunidade. A vila possui o comércio para atendimento da comunidade local (Figura 258 e Figura 259).



Figura 256 - Campo de futebol na Vila Nazaré.



Figura 257 - Igreja Evangélica na Vila Nazaré.



Figura 258 - Supermercado na Vila Nazaré.



Figura 259 - Lanchonete na Vila Nazaré.

A vila possui uma instituição voltada à organização social da comunidade que se chama Associação de Moradores da Vila Nazaré – AMOVIN. A instituição é responsável por representar os moradores e auxiliar os produtores.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde que funciona diariamente com um clínico geral e atende uma vez por semana. O médico é assessorado por um enfermeiro (Figura 261) e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 300 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial, diabetes e vermífugos. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Nossa Senhora de Nazaré (Figura 260), e de acordo com os moradores a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo inclusive alunos das áreas rurais e da vila Novo Baiano. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.



Figura 260 - EMEF Dr. Acy de Jesus, posto de saúde e Igreja Católica na Vila Nazaré.



Figura 261 - Entrevista com a enfermeira Lígia.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu e Pacajá. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.

Entre as questões que afligem os moradores de Nazaré está a inexistência de um estabelecimento de Ensino Médio na vila, o que dificulta o acesso à educação àqueles que trabalham período integral e ainda precisam se deslocar para os estudos em Anapu no período noturno.

Outro ponto ressaltado é a falta de saneamento básico na vila e a violência que cresce na comunidade. A vila conta com a ronda policial uma vez por semana, o que, ainda assim, não afasta os roubos e homicídios. A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região poderá traz empregos e desenvolvimento à vila.

6.4.5.9.8. Vila Bom Jardim

A Vila de Bom Jardim (Figura 206), localizada às margens da BR-230 (Figura 207), é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas. Encontra-se distante 42 km da sede do município e 36 km de Anapu. O acesso à localidade é pavimentado e as vias internas são de terra batida.

De acordo com o Alcindo (Figura 265), um dos fundadores da vila, a comunidade começou com uma senhora que vendia bolo na BR-230 para os garimpeiros, que se estabeleceu no local e então foi atraindo as pessoas e povoando a vila. Segundo o vereador Edson (Figura 264), antigamente existia um vilarejo que chamava 10, sendo que o pastor Antônio, Alcino Dantas Gregório, João Salino, Valdemar e o João, que era do dono da usina de arroz, que fundaram a vila do Bom Jardim, em 1981.



Figura 262 - Visão geral da comunidade.



Figura 263 - BR-230 na vila.



Figura 264 - Edson, vereador e representante da comunidade.



Figura 265 - Alcino, um dos fundadores da Vila Bom Jardim.

A vila é caracterizada por moradias construídas em madeira (Figura 266, Figura 267 e Figura 268) que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos,

acondicionamento de água em caixas d'água com tampa, e lixo doméstico (Figura 269) coletado duas vezes por semana.



Figura 266 - Visão geral das moradias na Vila Bom Jardim.



Figura 267 - Casa de madeira na Vila Bom Jardim.

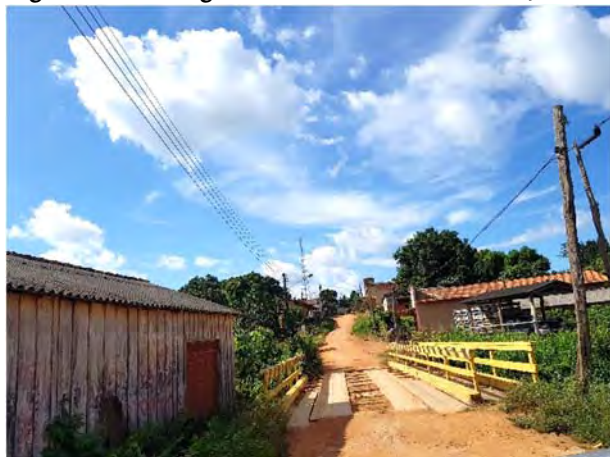


Figura 268 - Ponte dentro da Vila Bom Jardim.



Figura 269 - Lixo acumulado na vila Bom Jardim.

Segundo referências comunitárias, na vila residem 2.500 pessoas que se encontram distribuídas em 500 domicílios. As atividades econômicas se concentram nas agricultura e pecuária, sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo do açaí e do cacau (Figura 270), piscicultura, criação de animais e plantio de macaxeira, milho, arroz e feijão. Observou-se a extração de material para construção civil, dentro da própria vila (Figura 271).



Figura 270 - Fazenda de cacau, banana e açai na Vila Bom Jardim.



Figura 271 - Extração de material para construção civil dentro da vila.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 272) e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 273). Entre a comemoração de destaque está a Festa do Rodeio em agosto, que atrai muitas pessoas da região. A vila possui o comércio para atendimento da comunidade local (Figura 274, Figura 275 e Figura 276).



Figura 272 - Campo de futebol na Vila Bom Jardim.



Figura 273 - Igreja Católica na Vila Bom Jardim.



Figura 274 - Moto peças e farmácia na Vila Bom Jardim.



Figura 275 - Supermercado na Vila Bom Jardim.



Figura 276 - Hotel na Vila Bom Jardim.

A vila possui uma instituição voltada à organização social da comunidade que se chama Associação Rural de Bom Jardim. A instituição é responsável por representar os moradores e auxiliar os produtores.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde que funciona diariamente com um clínico geral que atende uma vez por semana. O médico é assessorado por uma enfermeira e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 200 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral remédios para controle de pressão arterial, diabetes anti-inflamatórios e antibióticos. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Antônio Tozetti (Figura 277), e de acordo com os moradores, a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo inclusive alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Anapu e Pacajá. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica, havendo antena de telefonia na comunidade (Figura 278) e um telecentro (Figura 279). Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 277 - EMEF Antônio Tozetti na Vila Bom Jardim.



Figura 278 - Antena para telefonia pública na Vila Bom Jardim.



Figura 279 - Telecentro na Vila Bom Jardim.

Entre as questões que afligem os moradores de Bom Jardim, a falta de saneamento básico, falta de segurança e falta de trabalho são as principais. A vila conta com posto policial e ronda diária, o que, ainda assim, não afastam os roubos e homicídios. A comunidade não teve nada a declarar sobre a chegada de novas empresas na região.

6.4.5.9.9. Vila Novo Horizonte

A Vila Novo Horizonte (Figura 280), localizada no PA Tuerê no município de Novo Repartimento, é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas. Dista 89 km da sede do município e 55 km de Maracajá. O acesso, vicinal 4 (Figura 281), e as vias internas são de terra batida.

De acordo com Evangina (Figura 282), diretora da escola, a comunidade foi formada devido a exploração de mogno, e com a criação do PA, em 1987, houve uma colonização da vila. Na ocasião, as primeiras pessoas assentadas não conseguiram ficar muito tempo na localidade devido à falta de assistência das instituições do poder público.



Figura 280 - Visão geral da comunidade.



Figura 281 - Vicinal 4 na entrada da Vila Novo Horizonte.



Figura 282 - Diretora da EMEF Rei dos Reis.



Figura 283 - Maria José, moradora mais antiga da vila.

A vila possui moradias construídas em alvenaria e em madeira (Figura 284, Figura 285 e Figura 286), que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, sem iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos (Figura 287), acondicionamento de água em caixas d'água com tampa e lixo doméstico coletado uma vez por semana.



Figura 284 - Visão geral das moradias.



Figura 285 - Casa de alvenaria na Vila Novo Horizonte.



Figura 286 - Casas de madeira na Vila Novo Horizonte.



Figura 287 - Poço raso em residência na Vila Novo Horizonte.

Segundo referências comunitárias (Figura 283), na vila residem 2.500 pessoas que se encontram distribuídas em 500 domicílios. As atividades econômicas se concentram nas agricultura e pecuária, sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo do babaçu (Figura 288), açaí e cacau, piscicultura (Figura 289), criação de animais e plantio de macaxeira, milho, arroz e feijão.



Figura 288- Produção de babaçu na Vila Novo Horizonte.



Figura 289 - Tanques de criação de peixe dentro da vila.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 290) e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 291 e Figura 292). Entre a comemoração de destaque está a Festa do Rodeio e Vaquejada em agosto, que atrai muitas pessoas da região. A vila possui o comércio para atendimento da comunidade local (Figura 293, Figura 294, Figura 295, Figura 296 e Figura 297).



Figura 290 - Campo de futebol



Figura 291 - Igreja Assembleia de Deus



Figura 292 - Igreja Católica



Figura 293 - Posto e restaurante.



Figura 294- Moto peças na Vila Novo Horizonte.



Figura 295 - Supermercado na Vila Novo Horizonte.



Figura 296 - Hotel na Vila Novo Horizonte.



Figura 297 - Movelaria na Vila Novo Horizonte.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 299) que funciona diariamente com um clínico geral que atende uma vez por semana. O médico é assessorado por uma enfermeira e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 400 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Rei dos Reis (Figura 298), e de acordo com os moradores a escola atende ao Ensino Fundamental, recebendo, inclusive, alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Novo Repartimento. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 298 EMEF Rei dos Reis.



Figura 299 - Posto de saúde na Vila Novo Horizonte.

A vila não possui instituição voltada à organização social da comunidade. Dentre as questões que afligem os moradores de Novo Horizonte, estão o acesso ruim, a falta de escolas, de atendimento na saúde e de segurança, ausência de saneamento básico e desemprego são as principais. A vila não conta com posto policial e ronda. A comunidade acha que a instalação de novas empresas na região poderá trazer empregos e desenvolver a vila.

6.4.5.9.10. Vila Novo Planalto

A Vila Novo Planalto (Figura 300), localizada no PA Tuerê, no município de Novo Repartimento, é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas. Dista 94 km da sede do município e 60 km de Maracajá. O acesso, vicinal 3 (Figura 301), e as vias internas são de terra batida.

De acordo com Maria José, ex-diretora da escola (Figura 302), a comunidade foi formada em 1990 e começou com os moradores do Assentamento Madureiras, que fizeram uma escola de palha e as pessoas vieram morar perto desta.



Figura 300 - Visão geral da comunidade.



Figura 301 - Vicinal 3 na entrada da vila.



Figura 302 - Maria José, ex-diretora da escola da Vila Novo Planalto.



Figura 303 - Mazinho, um dos moradores mais antigos da vila.

A vila é caracterizada por moradias variando as construções em madeira e em alvenaria (Figura 304 e Figura 305) que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, sem iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos, acondicionamento de água em caixas d'água com tampa e lixo doméstico coletado uma vez por semana.



Figura 304 - Casas de madeira na Vila Novo Planalto.



Figura 305 - Casa de alvenaria sem reboco.

Segundo referências comunitárias (Figura 303), na vila residem 600 pessoas que se encontram distribuídas em 200 domicílios. As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária, sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo do babaçu, açai e cacau, piscicultura, criação de animais (Figura 306) e plantio de macaxeira, milho, arroz (Figura 307) e feijão.



Figura 306 - Pastagens ao longo da vicinal 3.



Figura 307 - Secagem do arroz Vila Novo Planalto.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 308) e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 309). Entre a comemoração de destaque está a Festa do Rodeio e vaquejada em agosto na Vila Novo Horizonte, que atrai bastante gente da região. A vila possui o comércio para atendimento da demanda local (Figura 310 e Figura 311).



Figura 308 - Campo de futebol na Vila Novo Planalto.



Figura 309 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Novo Planalto.



Figura 310 - Supermercado na Vila Novo Planalto.



Figura 311 - Posto de gasolina na Vila Novo Planalto.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 313) que funciona diariamente com um clínico geral que atende uma vez por semana. O médico é assessorado por uma enfermeira e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 500 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a Escola Santa Ana (Figura 312) e, de acordo com os moradores, a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo inclusive alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Novo Repartimento. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena

parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 312 - Escola Santa Ana na Vila Novo Planalto.

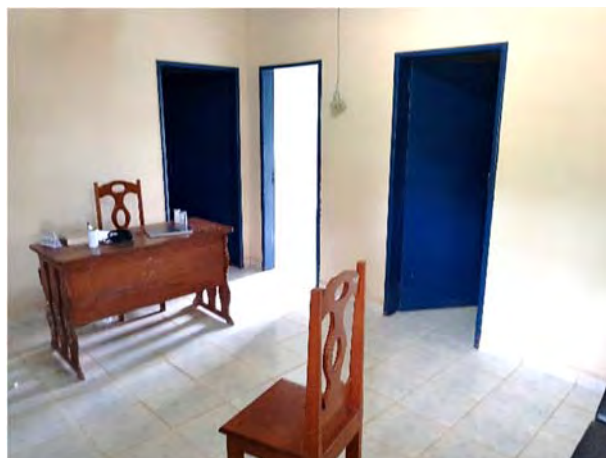


Figura 313 - Posto de saúde na Vila Novo Planalto.

A vila não possui instituição voltada à organização social da comunidade. Entre as questões que afligem os moradores de Novo Planalto, falta de manutenção dos acessos, de atendimento na saúde e desemprego são as principais. A vila não conta com posto policial e ronda.

A manutenção dos acessos é realizada com dinheiro da comunidade. Os entrevistados acham que eles não recebem informações suficientes para poder opinar sobre a instalação de novas empresas na região.

6.4.5.9.11. Vila Neteolândia

A Vila Novo Planalto (Figura 314), localizada no PA Rio Preto no município de Novo Repartimento, é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas. Distante 107 km da sede do município e 60 km de Maracajá. O acesso, vicinal 1ª (Figura 315), e as vias internas são de terra batida.

De acordo com João Carlos Santos Costa (Figura 316), genro do falecido Netelcio, que foi o fundador da vila, a comunidade foi formada pela doação de um lote para a família Ferreira pela família Brito em 1996 e, a partir daí, as pessoas começaram a povoar a vila.



Figura 314 - Visão geral da comunidade.



Figura 315 - Vicinal 1A próximo a vila.



Figura 316 - João, morador e comerciante.



Figura 317 - José Garcia, um dos primeiros moradores da Vila Neteolândia.

A vila é caracterizada por moradias (Figura 318) que variam a construção entre madeira e alvenaria, que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, sem iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos, acondicionamento de água em caixas d'água com tampa e lixo doméstico coletado uma vez por semana.



Figura 318 - Visão geral das moradias.

De acordo com as referências comunitárias (Figura 317), na vila residem 750 pessoas que se encontram distribuídas em 150 domicílios. As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária (Figura 319 e Figura 320), sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo de açaí e cacau, piscicultura, criação de animais e plantio de macaxeira, milho, arroz e feijão.



Figura 319 - Pastagem na área da Vila Neteolândia.



Figura 320 - Pastagens ao longo da vicinal 1A.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol (Figura 321) e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 322). Entre a comemoração de destaque está a festa junina. A vila possui o comércio para atendimento da demanda local (Figura 323 e Figura 324).



Figura 321- Campo de futebol na Vila Neteolândia.



Figura 322 - Igreja Católica na Vila Neteolândia.



Figura 323 - Posto de combustível na Vila Neteolândia.



Figura 324 - Loja de variedades na Vila Neteolândia.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde que funciona diariamente, mas que no momento da atividade de campo estava sem um clínico geral que, de modo geral, atende uma vez por semana. O posto conta com uma equipe formada pela enfermeira Marta (Figura 326) e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 200 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Netelcio Ferreira de Brito (Figura 325), e de acordo com os moradores a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo inclusive alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Novo Repartimento. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena

parabólica a rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 325 - EMEF Netelcio Ferreira de Brito.



Figura 326 - Enfermeira Marta no Posto de Saúde da Vila Neteolândia.

A vila não possui instituição voltada à organização social da comunidade. Entre as questões que afligem os moradores de Neteolândia, falta de escolas, de atendimento na saúde e desemprego são as principais.

A vila não conta com posto policial e ronda, segundo os moradores quem faz a segurança é a própria comunidade. Os entrevistados acham que as empresas que se instalam na região deixam a desejar, principalmente por conta da poeira quando da passagem de veículos no período do verão e o fluxo de veículos pesados das empreiteiras, e ainda danificam as estradas e depois não as recuperam.

6.4.5.9.12. Vila Capim

A comunidade Vila Capim ou Nova Zelândia faz parte do Projeto de Assentamento (PA) Rio Preto, inserida no município de Novo Repartimento, Pará. Caracterizada por áreas rurais e isoladas, a Vila Capim está localizada na vicinal 1A (Figura 328), que conserva boas condições de tráfego no verão.

Formada em 2001, quando os primeiros assentados (Figura 327) iniciaram sua construção, a Vila Capim atualmente apresenta o uso do solo caracterizado pelo uso residencial, criação de animais e atividades agrícolas temporárias de subsistência, em especial milho e mandioca.



Figura 327 - Adriana, uma das primeiras moradoras da Vila Capim.



Figura 328 - Vicinal 1A próximo à vila.

As casas, na sua maioria, feitas de madeira (Figura 329), possuem energia elétrica ligada à rede geral, sem iluminação pública, o esgotamento sanitário se dá por meio de fossas rudimentares e o lixo queimado pelos próprios moradores, tendo em vista que não há a coleta de resíduos na localidade.

Segundo informações, na Vila Capim existem, aproximadamente, 200 habitantes distribuídos entre 50 domicílios, cuja a principal atividade gira em torno da pecuária para subsistência e abate, quando comercializada.

O corpo hídrico em destaque na localidade é o Ouro Preto, que tem suas imediações cobertas por áreas de pastagens. No entanto, a água que abastece a população é proveniente de poço raso e não é tratada.



Figura 329 - Tipo de moradia predominante na Vila Capim.

Segundo referências comunitárias, na vila residem 200 pessoas que se encontram distribuídas em 50 domicílios. As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária (Figura 330). Existe ainda a atividade de comércio que atende a comunidade (Figura 333 e Figura 334).



Figura 330 -Propriedade produtora de leite na Vila Capim.

Nas horas de lazer, a comunidade costuma jogar futebol, frequentar igrejas (Figura 332) e bares (Figura 331). Dentre os festejos, destacam-se as festas juninas.



Figura 331 - Moradores jogando sinuca em bar na Vila Jardim.



Figura 332 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Jardim.



Figura 333 - Supermercado na Vila Jardim.



Figura 334 - Posto de gasolina na Vila Jardim.

A comunidade da Vila Capim não dispõe de Posto/Unidade Básica de Saúde. A doença que, de modo geral, atinge os habitantes, segundo os entrevistados, é a gripe, sendo que a malária era a enfermidade que mais acometia a população no passado.

Quanto à educação, a Vila Capim é atendida pela EMEF Silva Matias (Figura 335), que oferece o Ensino Fundamental, sendo que existe transporte escolar aos alunos que precisam se deslocar às sedes municipais para com acesso ao Ensino Médio.



Figura 335 -EMEF Silva Matias.

Os meios de comunicação abrangem os acessos às rádios locais sediadas em Novo Repartimento, aos canais abertos disponíveis através de antena parabólica, além do sinal de internet via rádio.

A vila não possui instituição voltada à organização social da comunidade. Entre as questões que afligem os moradores da Vila Capim, falta de escolas, de saneamento básico, atendimento na saúde e desemprego são as principais.

A vila não conta com posto policial e ronda, segundo os moradores quem faz a segurança é a própria comunidade. Quanto à empresa de empresas na região, os entrevistados acreditam que as mesmas trazem benefícios porque desenvolvem o comércio.

6.4.5.9.13. Vila do Gelado ou Vitória da Conquista

A Vila Gelado, localizada no PA Gelado (Figura 336), no município de Novo Repartimento, é caracterizada por áreas predominantemente rurais e isoladas, distante 183 km da sede do município. O acesso, vicinal 1A, e as vias internas (Figura 337) não são pavimentadas.

De acordo com João Nunes (Figura 338), fundador da vila, os primeiros moradores surgiram após a construção da UHE Tucuruí, deslocados das suas moradias de origem, que foram acampando em diversos locais até se estabelecerem, em 1992, onde se encontram atualmente, após a regularização, em lotes, das 226 famílias, atestadas pelo INCRA.



Figura 336 -Visão geral da comunidade.



Figura 337 - Ponte quebrada na vicinal 5, na entrada da vila



Figura 338 - João Nunes, fundador da comunidade.

A vila é caracterizada por moradias construídas em alvenaria e em madeira (Figura 339 e Figura 341), que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, com iluminação pública, esgotamento sanitário com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, abastecimento de água por meio de poços artesianos ou rasos, acondicionamento de água em caixas d'água com tampa e lixo doméstico (Figura 340) coletado uma vez por semana.



Figura 339 - Visão geral das moradias.



Figura 340 - Queima de lixo.



Figura 341 - Padrão das moradias.



Figura 342 - Escritório do representante da comunidade pela prefeitura.

Segundo referências comunitárias (Figura 342), na vila residem 3.500 pessoas que se encontram distribuídas em 800 domicílios. As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária (Figura 344), sendo o uso do solo representado por residências, extrativismo de açaí e cacau, piscicultura, criação de animais e plantio de macaxeira, milho, arroz e feijão. Ressalta-se que os moradores reclamam da pulverização aérea constante de herbicidas para formação de pastagens (Figura 343).



Figura 343 - Aplicação aérea de herbicidas para formação de pastagens



Figura 344 - Áreas produtivas ao longo da vicinal 1A

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol e os cultos e missas, nas igrejas locais (Figura 346). Entre a comemoração de destaque está a Expoarte e a Cavalgada, no mês de novembro. A vila possui o comércio desenvolvido para atendimento da demanda regional (Figura 345, Figura 347, Figura 348, Figura 349, Figura 350, Figura 351 e Figura 352).



Figura 345 - Comércio de produtos agropecuários na Vila do Gelado.



Figura 346 - Igreja Assembleia de Deus na Vila do Gelado.



Figura 347 - Comércio de eletrodomésticos na Vila do Gelado.



Figura 348 - Posto de combustível na Vila do Gelado.



Figura 349 - Açougue na Vila do Gelado.



Figura 350 - Churrascaria na Vila do Gelado.



Figura 351 - Hotel na Vila do Gelado.



Figura 352 - Comércio de hortifrúti e assistência de celulares na Vila do Gelado.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde que funciona diariamente, com um clínico geral que atende uma vez por semana. O posto é assessorado pela enfermeira e por agentes comunitários de saúde, efetuando uma média de 380 atendimentos por mês.

Também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial e diabetes. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, e a unidade também efetua a distribuição de preservativos.

Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com duas escolas, EMEF Raimundo Nonato Carmo Silva (Figura 297) e EEM Paulo VI e, de acordo com os moradores, as escolas atendem os alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento para outras instituições de ensino.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Novo Repartimento. O acesso à sinal de TV é disponível apenas por meio de antena parabólica. A rede de celular na comunidade não funciona. Na vila é possível encontrar residências com sinal de internet a rádio.



Figura 353 - EMEF Raimundo Nonato Carmo Silva

A vila não possui instituição voltada à organização social da comunidade. Entre as questões que afligem os moradores do Gelado, falta de manutenção nos acessos, atendimento na saúde, de escolas, saneamento básico e trabalho, são as principais. A vila conta com posto policial e ronda diária. Os entrevistados acreditam que as novas empresas poderão trazer empregos e desenvolver o comércio na região.

6.4.5.9.14. Vila Nova Conquista

A comunidade Nova Conquista (Figura 354) faz parte do PA Rio Gelado, situada no município de Novo Repartimento, Sul do Pará. Caracterizada por áreas rurais e afastadas de centros urbanos, a comunidade está localizada na vicinal 10, com caminhos em estado de conservação bastante precário.

Entre as vicinais utilizadas com frequência pela comunidade está a vicinal 1A (Figura 355), também em estado de conservação deficiente. Os moradores relatam ser muito raro as manutenções nas estradas de circulação da comunidade.

O início da comunidade aconteceu em 1993, quando Antônio “Garotão” cedeu 1 alqueire para um grupo de pessoas de Tucuruí construir suas casas. Com medo de contrair malária, as pessoas acabaram por ocupar o terreno doado e ao longo de 10 anos foram abrindo a estrada de 45 km até Neteolândia.



Figura 354 - Visão geral da comunidade.



Figura 355 - Vicinal 1A, na entrada da vila.



Figura 356 - Nadir, primeira moradora da Vila Nova Conquista.

Atualmente, a comunidade Nova Conquista é caracterizada por moradias construídas em madeira (Figura 357 e Figura 358) que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, esgotamento sanitário contíguo à fossa rudimentar e o abastecimento de água por meio de poços artesianos ou comuns, onde a água é acondicionada em caixas d'água com tampa. Cabe destacar que todo o lixo produzido pela comunidade é queimado *in loco* sem qualquer critério.

Segundo informações de moradores (Figura 356), na comunidade moram cerca de 40 pessoas onde existem 15 domicílios, cujas atividades produtivas giram em torno da agricultura e da pecuária (Figura 360) leiteira para subsistência, em especial com os cultivos de milho, arroz e feijão. Alguns currais e galinheiros para o atendimento da demanda familiar foram identificados nos quintais.

Nas horas de lazer, os habitantes costumam jogar futebol, frequentar igrejas (Figura 359) e ficar em casa com a família. Quanto à saúde, os moradores afirmam não haver atendimento e relatam que a doença que acomete a população é a gripe, sendo que antigamente era a malária. Dentre as lideranças locais atuais, os moradores destacam o Sr. Raimundo José.



Figura 357 - Visão geral das moradias.



Figura 358 - Casas de madeira na Vila Nova Conquista.



Figura 359 - Igreja da comunidade Vila Nova Conquista.



Figura 360 - Pastagens ao longo da vicinal 1A.

A vila não possui instituição de ensino e os moradores se deslocam até a Vila do Gelado para estudar, por meio do transporte escolar. Não existe nenhuma organização social na comunidade. Entre as questões que afligem os moradores de Novo Planalto, está a falta de atendimento na saúde.

A vila não conta com posto policial e ronda, sendo que, segundo os moradores, quem faz a segurança é a própria comunidade. Os entrevistados não souberam opinar sobre a instalação de novas empresas na região.

6.4.5.9.15. Vila do Café

A comunidade de Vila do Café consiste em área predominantemente rural, estando localizada às margens da BR 155 a, aproximadamente, 20 km da sede do município de Marabá. O acesso à localidade é predominantemente pavimentado, porém foram observados diversos pontos danificados, com muitos buracos, devido ao intenso fluxo de caminhões (Figura 361, Figura 362, Figura 363 e Figura 364).

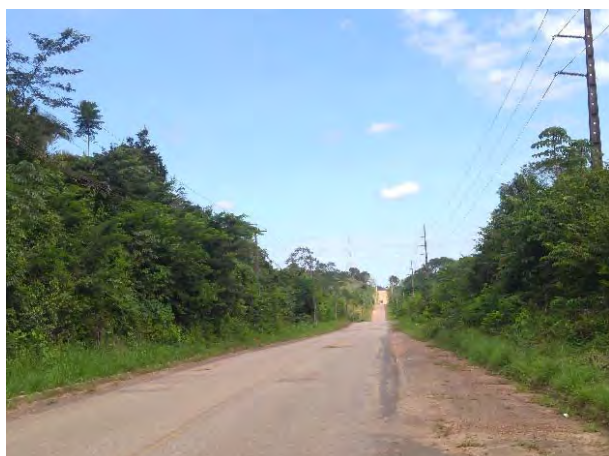


Figura 361 - Via de acesso a Vila do Café



Figura 362 - Via de acesso a Vila do Café



Figura 363 - Rodovia BR 155



Figura 364 - Pátio Ferroviário da Vale na BR 155.

Destaca-se que o intenso fluxo de veículos se deve a um quantitativo considerável de empresas ligadas à siderurgia, como Vale, Sinobrás, Mercúrio, Ibérica SA que estão instaladas e operam na região (Figura 365, Figura 366, Figura 367, Figura 368 e Figura 369).



Figura 365 - Empresa Sinobrás localizada na via de acesso à Vila do Café



Figura 366 - Registro da Entrada da empresa Sinobrás ampliada.



Figura 367 - Empresa Mercúrio localizada próxima a Vila do Café



Figura 368 - Empresa Ibérica localizada na Via de acesso a Vila do Café



Figura 369 - Viaduto e Estrada de Ferro próximas a Vila do Café

Outro ponto de destaque é a presença de linhas de transmissão que interceptam o caminho até a Vila (Figura 371). Inclusive, a própria subestação deste empreendimento está distante a aproximadamente 3 quilômetros da Vila.

Como é possível verificar nas imagens abaixo, a Subestação ainda tem a identificação da antiga ATE III (Figura 370), porém, para o presente projeto, a mesma será identificada como SE Itacaiunas.



Figura 370 - Área da Subestação Itacaiunas.



Figura 371 - Linhas de Transmissão na vicinal de acesso à Vila do Café.

Quanto ao processo histórico de formação da Vila, de acordo com José de Jesus, residente do local há mais de 30 anos, um dos moradores mais antigos da área, a Vila pertencia ao fazendeiro chamado Zé Bandeira que negociou uma área para a realocação de um Assentamento que recebeu, na década de 70, 400 famílias. Ao longo do tempo os fazendeiros foram comprando os lotes e a vila praticamente desapareceu.

Atualmente, de acordo com entrevista realizada com João Marcos de Oliveira Fernandes, agente de saúde e morador da Vila do Café (Figura 372), são 48 domicílios na vila, com um total aproximado de 160 habitantes. O entrevistado não soube estimar valores para o quantitativo masculino e feminino da região, mas afirmou que acredita que essa proporção está equilibrada em 50% de cada gênero. Quanto ao quantitativo de crianças e idosos, o agente de saúde informa que vivem em torno de 50 crianças e 15 idosos no local.



Figura 372 - Agente de saúde da Vila do Café.

No que se refere ao uso do solo e principais meios de vida da população, segundo informado pelo agente de saúde, João Marcos e seu pai, a Vila do Café tem três principais atividades: parte dos proprietários das casas tem cabeças de gados (de corte) para a venda (Figura 375), outros são trabalhadores rurais autônomos que tem uma pequena área para a produção de alimentos voltados, sobretudo, para subsistência (Figura 373, Figura 374 e Figura 376); e prestam serviços para fazendeiros como roçadeiros e cortadores de juquira.

Segundo o agente de saúde, a diária para serviços para a retirada de mato, corte de juquira, capino, plantio é de 35 reais e serviço mais especializado, como o de pedreiro, varia entre 70 e 80 reais. A média salarial da Vila é de 2 salários mínimos, já que muitos moradores já são aposentados e tem o salário somado à renda.

Por fim, outra atividade importante é o trabalho de moradores da localidade para as empresas instaladas na região, ligadas, principalmente, à siderurgia.



Figura 373 - Plantio para subsistência do senhor José de Jesus.



Figura 374 - Plantio para subsistência na Vila do Café.



Figura 375 - Criação de gado do lote de morador da Vila do Café



Figura 376 - Criação de animais para subsistência

As estruturas das casas (Figura 377 e Figura 378) são, principalmente, de madeira. É possível observar algumas estruturas construídas em alvenaria, entre elas poucas moradias, a Igreja Católica, o estabelecimento comercial e a Escola.

As características de infraestrutura têm fragilidades, principalmente no que tange esgotamento sanitário. Não há rede geral de esgoto, cada casa possui uma fossa rudimentar, sem tratamento e os resíduos gerados são queimados em cada casa. Não há iluminação pública, mas há fornecimento de energia pela Celpa nas residências.



Figura 377 - Moradias na Vila do Café.



Figura 378 - Vila do Café.

Quanto à estrutura social, a Vila do Café possui uma escola, a Escola Municipal João XXIII (Figura 379 e Figura 381). A diretora Jânia Cristina foi entrevistada (Figura 380) e informou que a unidade possui 150 alunos, com 3 turmas no período matutino e 3 no vespertino, todas na modalidade multiseriada. A escola tem transporte escolar (Figura 382) que atende a comunidade de Boa Esperança e outros assentamentos próximos



Figura 379 - Entrevista com Jânia Cristina.



Figura 380 - Entrevista com diretora da Escola João XXIII.



Figura 381 - Entrada da Escola João XXIII.



Figura 382 - Transporte escolar da Escola João XXIII.

A Vila do Café não possui infraestrutura de saúde. O agente comunitário de saúde faz o atendimento básico nas casas e encaminha os casos necessários para o Centro de Saúde Mariana Moraes, ou, em caso de emergências ou de quadros mais complexos, para o Hospital Municipal de Marabá, ambos localizados no centro urbano do município

João afirma que atualmente aumentaram os casos de hanseníase na comunidade e que, além desta, a gripe é a enfermidade mais comum na região. Informou que a última epidemia da região ocorreu em 2008, de malária, mas que a mesma já foi erradicada.

Como opção de lazer e cultura, a Vila do Café tem os seus principais festejos realizados pelas Igrejas. São duas, uma católica (Figura 383), que promove festa para São Raimundo e a Evangélica (Figura 384), que faz celebração de datas comemorativas, como dia das mães (Figura 386), natal, páscoa, etc

Os moradores afirmam que ver televisão e ouvir rádio são formas de ocupar o tempo livre. Na Vila, as principais emissoras são a Liberal FM e a Correio FM, e na televisão, os canais de TV aberta como Globo SBT e Record. Na localidade não possui sinal de internet.

Alguns residentes frequentam o estabelecimento comercial do local, que tem uma mesa de sinuca (Figura 385) e está em frente a uma área utilizada como campo de futebol, onde o time “Vila do Café”, e outros times locais, treinam para o campeonato realizado na localidade. O morador Waldenis Gonçalves informou que o Parque de Exposições de Marabá - ao qual ele se refere como Expoama - promove eventos agropecuários abertos ao público.



Figura 383 - Igreja São Raimundo (Católica).



Figura 384 - Igreja Assembléia Deus Missão.



Figura 385 - Estabelecimento comercial da Vila do Café.



Figura 386 - Ensaio de peça teatral a ser apresentada na festa da Igreja do Dia das Mães.



Figura 387 - Parque de Exposições Agropecuária de Marabá.

Os entrevistados informaram que não existem projetos sociais ou ambientais desenvolvidos na comunidade e avaliam como positiva a instalação de empresas na localidade, devido a geração de emprego, mas que precisam

de maior infraestrutura no que tange, principalmente, a saúde e o acesso a Marabá, dada a falta de opções de transporte.

6.4.5.9.16. PA Lajedo

O Projeto de assentamento do PA Lajedo é uma área predominantemente rural que fica próxima à BR 155 (Figura 389), sendo que sua entrada está situada próxima ao km 46 desta BR, dentro da comunidade Sororó (Figura 388), localizada às margens da rodovia.



Figura 388 - Comunidade Vila Sororó, entrada para vicinal de acesso ao PA Lajedo I.



Figura 389 - BR 155.

O acesso até a Vila do PA Lajedo é muito danificado, porém, segundo Ronildo Chaves Pedrosa, Presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais, a estrada de chão está melhor pois a Vale fez recente manutenção na via, ressaltando que isso acontece raramente.

O PA Lajedo surgiu há, aproximadamente, 15 anos, após a ocupação de 300 famílias em uma fazenda. De acordo com João Rodrigues da Luz, presidente da Associação de Moradores Vila Norte – PA Lajedo e um dos moradores mais antigos da localidade, as famílias foram vendendo seus lotes e hoje existem cerca de 150 domicílios, com aproximadamente 500 moradores no PA. João Rodrigues estima que a maioria são homens, mas essa proporção é balanceada. Quanto ao quantitativo de idosos, o presidente da associação de moradores informou que vivem cerca de 30 pessoas maiores de 60 anos e em torno de 200 crianças.

De acordo com Ronildo, o principal meio de vida da população do PA Lajedo ainda é a agricultura, com o plantio da mandioca, principalmente para feitura de farinha e outros alimentos como açaí e abacaxi. Produtos como feijão, milho, alface, cheiro verde, caju, laranja, abóbora, são plantados para compor a renda ou para subsistência. Alguns moradores efetuam também a criação de animais como porco e galinha para o próprio sustento. Ronildo afirma que a produção de gado de leite é também uma fonte de renda significativa na localidade. Ao todo, o PA produz, em média, 600 litros por dia.

Por fim, as atividades pesqueiras e a comercial foram apontadas como menos relevantes, porém presentes na comunidade. O Sr. Francisco Pinheiro Pereira, tem 50 anos como pescador, e trabalha com uma canoa e usa linha de mão, espinhel de superfície, espinhel de fundo, ou aligolaine, e malhadeira, ou anzol.

A prática é realizada no Rio Vermelho, que está próximo à localidade, havendo a pesca de espécies como Piau, Curimatã, Pescada Branca, Mapará, Piranha, Cari, Sardinha, Mandi e Barbado. Ele afirma que vende sua produção a 10 reais, a cada 2 quilos e que obtém como renda, menos de um salário mínimo. Informa ainda que o seguro defeso não tem sido pago.

O senhor Francisco é associado à Colônia de Pescadores Z-30, localizada em Marabá. Ele afirma que sua participação ocorre ocasionalmente, pois o deslocamento até Marabá é muito custoso. Além disso, o pescador diz que a Colônia não contribui com o desenvolvimento de seus associados. Ele afirma que eventualmente ela convoca para palestras sobre cuidados com o meio ambiente, motivadas por ações policiais de recolhimento das malhas.

Quanto à infraestrutura local, a energia é fornecida em cada domicílio pela Celpa, não havendo iluminação pública.

A estrutura sanitária do PA Lajedo se caracteriza, tanto na vila quanto nos lotes, pela presença de uma fossa rudimentar, sendo poucos os que não possuem nenhum tipo de instalação. No que tange a coleta de resíduos, a Vila do PA Lajedo tem coleta regular que passa 1 vez na semana, mas o senhor João Rodrigues da Luz afirma que é necessário um processo de Educação Ambiental, pois os moradores ainda queimam o resíduo em casa (Figura 390).



Figura 390 - Área para queima de resíduos.

O abastecimento de água da vila se dá por um poço artesiano comunitário localizado na Escola Municipal Olavo Billac, no qual os moradores fazem ligações na caixa d'água (Figura 391) da escola com mangueiras para o fornecimento de água nas casas. Nos lotes, cada morador tem o seu próprio poço raso. O acondicionamento é feito por meio de tambores e de caixa d'água tampada (Figura 392).



Figura 391 - Caixa d'água do poço artesiano comunitário, localizado atrás da Escola Olavo Billac.



Figura 392 - Forma de acondicionamento de água no PA Lajedo.

A Escola Olavo Billac (Figura 393) atende os alunos da Vila PA Lajedo até o 9º ano e oferece transporte escolar para os estudantes que residem fora da Vila do PA Lajedo. O Ensino Médio é realizado na Escola Estadual Aci Barros, localizada na Vila Sororó, mas não há oferta de transporte para a unidade escolar. Os alunos pegam carona em carros e motos, mas muitos desistem de finalizar os estudos devido a essa dificuldade na mobilidade.



Figura 393 - Escola Municipal Olavo Billac.

Quanto às opções de lazer, o Rio Vermelho (Figura 394) foi mencionado como o principal corpo hídrico, usado tanto para a pesca, como para atividades recreativas. Além disso, os homens participam do campeonato de futebol da região, com dois times representando o PA: Vila Nova e Lajedo.

O principal festejo da localidade é realizado em setembro pela Igreja Católica, em homenagem a São Miguel Arcanjo. Nele, acontecem missas, leilões e Cavalgadas, prática muito comum na região.



Figura 394 - Rio Vermelho, próximo à Vila do PA Lajedo

Quanto à segurança, o PA Lajedo apresentou casos de violência e furtos às casas.

No que tange à saúde, o Hospital Municipal de Marabá é o único com estrutura de emergência. Para casos sem gravidade, os moradores dirigem-se ao Posto de Saúde da Vila do Sororó.

Não há transporte público disponível na localidade. A comunidade conta apenas com um carro de linha, ônibus particular que faz o trajeto Itainópolis x Marabá, uma vez ao dia, saindo às 08h da manhã da vila do PA, durante a semana. Aqueles que não possuem carro ou moto ficam dependentes de caronas e da solidariedade dos vizinhos.

Por fim, os moradores e as lideranças informaram que não existe nenhum tipo de projeto ou programa socioambiental executado na comunidade e afirmaram que os principais problemas do PA estão relacionados à dificuldade dos acessos e da comunicação, e que são desassistidos no atendimento à saúde.

6.4.5.9.17. PA Itacaiunas

O PA Itacaiunas está a 45 quilômetros da sede municipal de Marabá, é caracterizado por áreas predominantemente rurais, seu acesso, de terra batida, se dá na continuidade da vicinal (Figura 395) do PA Lajedo. As condições variam de acordo com o tempo e, principalmente da época de estiagem.



Figura 395 - Vicinal de acesso ao PA Itacaiunas.

De acordo com o Sr. João Meota, representante do assentamento, as famílias vieram de uma ocupação feita na Fazenda Balão e, após negociação com o Incra, foram realocadas para onde hoje é o PA Itacaiunas. Atualmente a comunidade conta com aproximadamente 240 famílias.

No que tange ao uso e ocupação do solo (Figura 396), encontra-se, principalmente, área de pastagem e a interceptação de torres de linha de transmissão em diversos trechos dos acessos. A pecuária leiteira é a principal atividade produtiva do local, sendo que a agricultura e a criação de animais, como porcos e galinhas, são mais praticadas para subsistência. A venda da produção leiteira é feita para o Laticínio São Domingo do Araguaia, que recolhe a produção de toda comunidade.

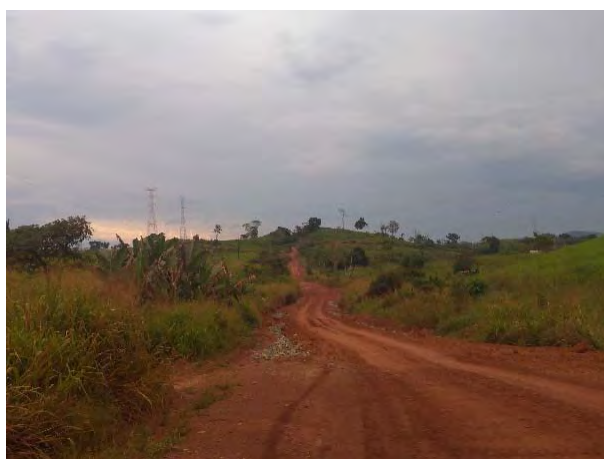


Figura 396 - Uso do solo no PA Itacaiunas.

A vila é caracterizada por moradias construídas em madeira que apresentam energia elétrica ligada à rede geral, porém não tem iluminação pública, e o esgotamento sanitário se dá por meio de fossa rudimentar. A água é

retirada por poços rasos em cada domicílio, e o acondicionamento se dá em caixas d'água com tampa ou em tambores, não havendo coleta de lixo doméstico no local.

A moradora Deidiane Barbosa (Figura 398) informou que as atividades de lazer são, principalmente, os cultos e comemorações promovidos pela igreja evangélica do local (Figura 397). Alguns moradores frequentam o Rio Vermelho para a pesca recreativa e banho.



Figura 397 - Igreja Assembleia de Deus no PA Itacaiunas.



Figura 398 - Entrevista na casa de moradora do PA Itacaiunas.

O PA não tem infraestrutura de saúde e os moradores precisam se deslocar para a Vila Sororó ou Itainópolis para conseguir os serviços que necessitam. O assentamento conta com a Escola Municipal Flor da Mata para a educação de Ensino Fundamental. O Ensino Médio funciona em Itainópolis e não há disponibilidade de transporte. A questão da dificuldade na condição dos acessos e de um sistema de transporte deficitário, bem como a falta de serviço de saúde na localidade, foram apontados como os principais problemas do PA Itacaiunas.

6.4.5.9.18. PA Sereno

O Projeto de Assentamento PA Sereno é uma área predominante rural que está distante, aproximadamente, 40 Km da sede do município de Curionópolis. A entrada para o ramal de acesso à comunidade se dá na altura do quilômetro 30 da Rodovia Estadual PA-275 (Figura 399 e Figura 400).



Figura 399 - Rodovia PA 275.



Figura 400 - Entrada para o acesso ao PA Sereno, no km 30 da PA 275.

A comunidade surgiu na década de 80, em decorrência da ocupação ilegal para a retirada de madeira e atividades mineradoras. Os primeiros grileiros ocuparam as terras e foram trazendo familiares, a maioria do Maranhão. Atualmente, o PA Sereno é formado pela Vila dos Maranhenses, Vila dos Pretos, Fazenda Santa Rita e Vila Rica.

Apesar da área do PA estar mais próxima da sede de Curionópolis, a administração responsável pela localidade é a de Marabá. Os moradores indicaram que isso é um problema pois a compra de alimentos, bem como a procura por serviços de saúde, e a manutenção das vias de acesso se dão junto ao município de Curionópolis.

O uso do solo é caracterizado pela predominância de área de pastagem e, apenas nas áreas da vila, identifica-se um uso residencial mais significativo (Figura 401 e Figura 402).



Figura 401 - Uso do solo no acesso ao PA Sereno.



Figura 402 - Uso do solo caracterizado por pastagem.

As moradias são, de maneira geral, construídas de madeira (Figura 403). É possível observar algumas de tijolo, mas as construções em alvenaria estão mais presentes em locais como a escola e as igrejas (Figura 404).

A senhora Irani Gabriel da Silva, que é agente de saúde no local, informou que o PA Sereno tem mais de 100 famílias residentes, mas ela atende somente a Vila Rica, com 31 famílias e aproximadamente 100 moradores.



Figura 403 - Moradias em madeira na Vila Rica, PA Sereno.



Figura 404 - Igreja Assembleia de Deus na Vila Rica.

As vilas do PA Sereno não possuem iluminação pública, mas tem acesso à energia elétrica fornecida para as casas pela Celpa, algumas poucas moradias têm apenas gerador.

A maioria das casas tem fossa rudimentar (Figura 405), ou lança direto no solo. Algumas moradias possuem as estruturas sanitárias dentro da residência.

No que tange ao abastecimento de água, nas principais vilas, Vila Rica e Vila dos Pretos, ele é feito por meio de um poço artesiano comum (Figura 406), instalado nas escolas municipais de Castelo Branco e Bom Jesus, respectivamente. Nas vilas menores, como a Vila dos Maranhenses, cada casa possui um poço raso para abastecimento. Em nenhum local há coleta de resíduos, sendo que os moradores queimam na própria residência.



Figura 405 - Fossa rudimentar no quintal do morador João Pereira.



Figura 406 - Poço artesiano na Escola Municipal Castelo Branco.

Na área do PA Sereno as principais atividades produtivas são a pecuária, voltada principalmente para a produção de leite (Figura 407), e atividades mineradoras. O plantio de milho, mandioca, feijão e hortaliças é feito para consumo próprio, assim como a criação de animais como galinhas e porcos (Figura 409).

Os lotes têm, em média, 16 alqueires e a maior parte é destinada a criação do gado. A venda é feita coletivamente para atravessadores que vendem posteriormente para a empresa de laticínios, em Eldorado dos Carajás. Em alguns lotes, é feita a extração ilegal de minério (Figura 408) e a venda é realizada, principalmente, para as empresas RMB (Manganês) e Sistrato.



Figura 407 - Área de armazenamento do leite na Vila Rica - PA Sereno.



Figura 408 - Área de lote do PA Sereno com atividade mineradora.



Figura 409 - Criação de animais para subsistência.

No que se refere a cultura e o lazer, os moradores citaram os festejos promovidos pela Igreja Católica em homenagem a São Francisco e a São Raimundo Nonato. As festividades são realizadas anualmente e nelas há a doação de animais, leilão, e comida compartilhada entre os moradores. Existe ainda uma igreja evangélica (Figura 410).

Além disso, na Vila de Canaã, próxima ao PA Sereno, a Associação de Produtores de Cajá promove a Reisada, realizada todo mês de janeiro com uma cavalgada e com a presença de músicos que se apresentam às vésperas do Dia de Reis.



Figura 410 - Congregação Cristã no Brasil do PA Sereno I.

No que tange à estrutura de saúde, o PA Sereno já teve uma Unidade de Saúde, mas está desativada há um ano devido ao não repasse de verbas e afastamento do enfermeiro responsável. Atualmente a Vila Rica e a Vila dos Pretos recebem a visita de agente comunitário de saúde uma vez ao mês e as vilas dos Maranhenses e Fazenda Santa Rita não tem atendimento. Os moradores procuram atendimento médico em Curionópolis.

A comunidade não tem nenhuma associação ou instituição voltada para organização social ou liderança formal dos moradores. Porém, a moradora Margarete Pereira da Silva (Figura 411) informou que existem dois vereadores de Curionópolis, Paulo Higino e Raimundo Roldão, fazendeiros, que residem próximo ao PA, e são referências para a comunidade.

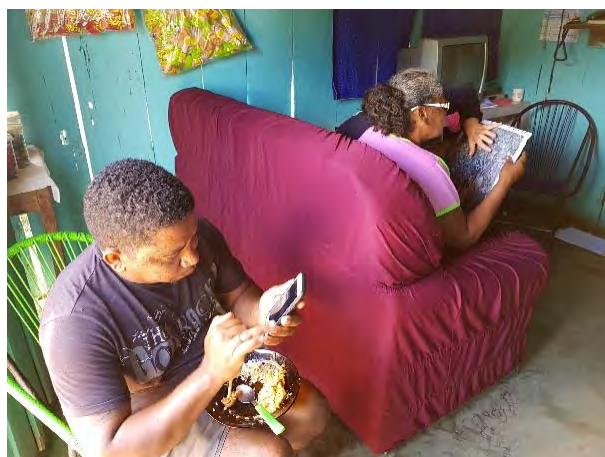


Figura 411 - Entrevista na casa da Sra. Margarete Pereira.

Quanto aos meios de comunicação, os moradores têm sinal de rádio e escutam a Liderança FM e Rádio Clube, sendo que o sinal para a rede de telefonia celular é ruim, mas em alguns pontos, afirmaram que a operadora Vivo e Oi funcionam. Não há sinal de internet, mas a televisão funciona com todos os canais de TV Aberta através de antena parabólica, e alguns moradores assinam a TV a cabo.

Os entrevistados informaram que não existem projetos sociais ou ambientais desenvolvidos na comunidade no momento, e acreditam que a instalação de novas empresas na região poderá trazer empregos e podem desenvolver a região, principalmente no que tange a acessos e comunicação, citados como principais problemas da localidade, além da falta de trabalho.

6.4.5.9.19. PA Palmares

Localizado às margens da Rodovia Faruc Salmé (Figura 412), o Projeto de Assentamento Palmares está distante, aproximadamente, 15 quilômetros da sede do município de Parauapebas. Na rodovia há uma subestação da Eletronorte e é possível observar a presença de linhas de transmissão que interceptam a área (Figura 413).



Figura 412 - Subestação Eletronorte na Rodovia Faruc Salmé.



Figura 413 - Torres de Linhas de Transmissão nas vias de acesso ao PA Palmares.

O PA é dividido em Palmares I e Palmares II, as duas agrovilas são áreas urbanizadas em que os acessos são, na maior parte, pavimentados. Ainda assim, há grande quantidade de lotes rurais em toda a extensão da localidade.

O PA Palmares surgiu no ano de 1995, com a ocupação de mais de 1.000 famílias na área onde hoje é a região de Palmares I (Figura 414). Algumas famílias precisaram ser realocadas e assim surgiu a área de Palmares II (Figura 415) e o PA Três Voltas. Esse estudo compreende a região de Palmares II, pois Palmares I não está contida na área delimitada para AEL (Área de Estudo Local).



Figura 414 - Palmares I na Rodovia Faruc Salmé.



Figura 415 - Palmares II na Rodovia Faruc Salmé.

Atualmente, o PA tem, aproximadamente, 10 mil domicílios e em torno de 15 mil habitantes, segundo o Vice-Presidente da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares - APROCPA.

Na área das agrovilas, o uso e ocupação do solo é majoritariamente residencial e comercial (Figura 417) e as moradias são, na maior parte, de tijolo revestido, podendo ser encontradas algumas estruturas de tábuas de madeira. Na área rural, a maioria das construções são de madeira e é possível encontrar algumas casas de taipa, sendo que nessa área o uso do solo é destinado prioritariamente à pastagem (Figura 416).



Figura 416 - Área Rural do PA Palmares.



Figura 417 - Agrovila Palmares II.

As casas possuem energia elétrica fornecida pela Celpa e a iluminação pública está disponível somente nas agrovilas, sendo que muitos moradores puxam energia dos postes (Figura 419). Quanto ao esgotamento sanitário, a maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar. É comum que as fossas transbordem e, quando isso acontece, é responsabilidade do morador chamar, e pagar, o caminhão limpa-fossa para higienizar. (Figura 418)



Figura 418 - Caminhão limpa fossa para higienização das fossas rudimentares.

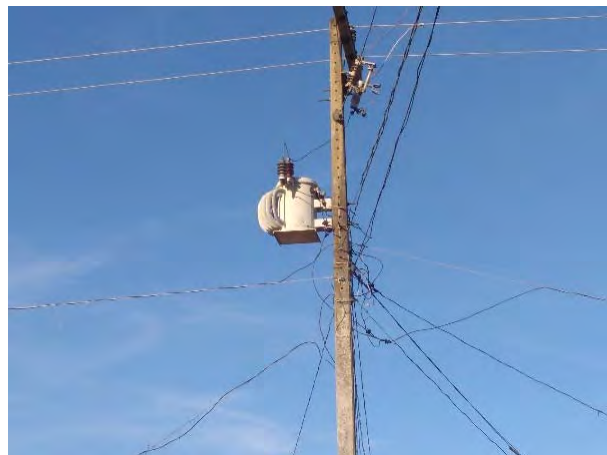


Figura 419 - Poste de luz com ligações clandestinas.

No que se refere ao abastecimento de água, as agrovilas de Palmares I e II tem um poço artesiano comum que fornece água para os moradores e nas zonas rurais, cada lote tem um poço raso. Todos utilizam como forma de armazenamento caixas d'água (Figura 420).



Figura 420 - Caixa d'água na agrovila Palmares II.

Os resíduos são recolhidos nas agrovilas, com frequência de três vezes na semana e destinados ao lixão da Prefeitura de Parauapebas. Foi encontrado um galpão de triagem de resíduos recicláveis, com um catador responsável pela coleta na área dos PA's Palmares I e II e na cidade de Parauapebas. Nas áreas rurais os resíduos são queimados, sendo o orgânico aproveitado para criação de porcos e galinhas (Figura 421).



Figura 421 - Pátio de Triagem dos resíduos recicláveis.

A pecuária, de leite e para corte, é a principal atividade produtiva do PA, seguida do hortifruti, com a produção de feijão, mandioca, abóbora e cheiro verde, vendidos no comércio local, terceira principal atividade do assentamento (Figura 422 e Figura 423).

O trabalho para indústrias de extração mineral instaladas na região também é uma atividade citada como relevante para a localidade. Assis, vice-presidente da APROCPA, informou que uma das razões do grande aumento populacional da região *“foi por causa da Vale que fez muita propaganda, prometendo emprego e qualidade de vida aqui na região”*. Ele afirma que muitas famílias trouxeram parentes e amigos, principalmente vindos do Maranhão para trabalhar na empresa, que faz da região um polo para a extração mineral.



Figura 422 - Atividade comercial na agrovila Palmares II.



Figura 423 - Área de pastagem na zona rural de Palmares II.

Por fim, a pesca, mesmo que de menor relevância, é também uma das atividades produtivas locais. A pescadora Raimunda disse que a atividade é realizada nos rios Itacaiunas e Parauapebas, com duração de 03 a 05 dias e que

a renda mensal varia entre 600 e 800 reais com a venda de peixe para a Associação de Pescadores, localizada em Marabá (Figura 424).



Figura 424 - Entrevista com a pescadora Raimunda.

Próximo ao Assentamento Palmares está localizada a Reserva dos Carajás. Quanto a comunidades tradicionais, a etnia Xicrin tem áreas próximas a região do assentamento, dentro da Reserva dos Carajás.

Não há sistema de transporte público na região, mas o PA tem a cooperativa Coopalmás que fornece ônibus saindo da praça do PA Palmares II para diversos destinos, como Parauapebas, 3 voltas, Brasil Novo e outros PA's da região (Figura 425).



Figura 425 - Transporte oferecido pela Coopalmás do PA Palmares.

No tocante à cultura e ao lazer, a principal festa da região é o aniversário do PA Palmares. Realizada na agrovila Palmares II, o evento é organizado por meio de parceria entre a APROCPA e outras associações e cooperativas locais, junto à Secretaria Rural do município de Parauapebas. A festa promove cavalgada, campeonato de

futebol com premiação, ação social, consultoria jurídica (para acesso a crédito rural). Além disso, todo ano a Escola Crescendo na Prática cria uma apresentação ou atividades para contribuir com a festa.

Ainda como atividades recreativas, os entrevistados citaram os balneários locais, o bar e Clube Skol Beats, que promove festa semanalmente, pesca nos córregos mais próximos e a presença nos cultos e celebrações promovidos pelas Igrejas Católicas e Evangélicas do local. Foi observado a prática de jogos de dominó e baralho nas ruas das agrovilas de Palmares I e II (Figura 426, Figura 427 e Figura 428).



Figura 426 - Atividade recreativa na rua da agrovila Palmares II.



Figura 427 - Balneário na Agrovila de Palmares II.



Figura 428 - Bar Skol Beats promove festas semanalmente na agrovila do PA Palmares II.

O PA Palmares II conta com uma Unidade de Saúde da Família, que funciona diariamente com um clínico geral, uma técnica de saúde bucal e três técnicas de enfermagem. A unidade tem uma sala para aplicação de vacinas e também presta serviço de ginecologia e de psicologia duas vezes ao mês. Sua abrangência atende a diversos outros PA's da região, como 3 Voltas, Brasil Novo, Vila Brasil, Barra do Cedro, Cachoeira Preta e outros.

De acordo com Sandra Regina dos Santos (Figura 429), técnica de enfermagem da Unidade, ela ainda conta com o serviço de oito agentes comunitários de saúde, que fazem visitas mensalmente nas casas de mais de 3 mil

famílias cadastradas. A farmácia da USF funciona diariamente e faz a distribuição dos principais remédios para diabetes, hipertensão, antialérgicos e antitérmicos (Figura 430).

Os casos de especialidades como cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia e quadros de maior complexidade são encaminhados para o Hospital Geral de Parauapebas. A USF Palmares II tem apenas um carro de apoio, que, além de servir como veículo de transporte em emergências, é usado para a locomoção do médico e da enfermeira que não residem no PA.



Figura 429 - Entrevista com Sandra Regina, técnica de enfermagem e moradora do PA Palmares II.



Figura 430 - USF Palmares II.

Referente à organização social do assentamento, o local possui 1 associação de moradores, 11 igrejas na agrovila, entre católicas e evangélicas e, além da APROCPA, outras duas associações de produtores e 4 cooperativas: Coopalmas, responsável pelo serviço de transporte da localidade; Coopa, que assessora e atende produtores de mandioca e seus derivados; Coterp, responsável pela articulação de políticas de emprego e renda para o PA.

A APROCPA é uma das principais associações da localidade, com mais de 700 famílias cadastradas. É vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seus sócios-fundadores fizeram parte da ocupação que deu origem ao assentamento. O presidente é o senhor Jorge Neri, uma das lideranças locais e candidato a vereador pelo PSOL (Figura 431).

A área de atividade da Associação está ligada a atuação política para defesa de direitos, fomento à produção, ao desenvolvimento, a geração de emprego e renda para os associados, pequenos produtores rurais que residem no PA e moradores da agrovila.

A APROCPA tem como principais reivindicações a obtenção de maquinário, o desenvolvimento de infraestrutura, e incentivos para a produção dos pequenos produtores rurais.



Figura 431 - Entrevista com Jorge Neri, presidente da APROCPA e liderança do MST.

O PA Palmares II tem 3 escolas: Escola Municipal Osiel Alves Pereira, que atende apenas o Ensino Fundamental e a Escola Crescendo na Prática, que atende ao Ensino Fundamental e Médio; e a Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Salete Ribeiro Moreno (Figura 432 e Figura 433).



Figura 432 - Escola Municipal Osiel Alves Pereira.



Figura 433 - EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno.

Como projetos ambientais, o PA Palmares tem o IALA Amazônico (Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico), que, em parceria com o MST e ONGs Internacionais, tem como objetivo instalar escolas de Agroecologia em diversos pontos da América do Sul.

A percepção da comunidade quanto às empresas que se instalaram na região têm ponderações positivas, no que tange o aumento de oportunidades de emprego e desenvolvimento da região, e negativas, que se referem ao pouco diálogo para conhecimento e atendimento das reais necessidades da população, bem como a oferta de oportunidades estruturantes e não pontuais, que, na opinião dos entrevistados, deixa um passivo social sem resolução.

6.4.5.9.20. PA 3 voltas

O Projeto de Assentamento Três Voltas está a 30 quilômetros de distância da sede do município de Parauapebas e surgiu a partir da ocupação de terras que deu origem ao PA Palmares. O local não foi suficiente para abrigar todas as famílias, por isso, uma nova ocupação foi realizada e um novo acampamento foi criado, dando origem ao PA Três Voltas.

O acesso ao PA é continuidade da estrada do PA Palmares II, sendo que a distância entre eles é de aproximadamente 15 quilômetros de via não pavimentada (Figura 434).



Figura 434 - Via de acesso ao PA 3 voltas.

O uso e ocupação do solo tem características divididas entre áreas de pastagem, principalmente, mas também locais de plantio. Nesse trecho é possível observar a intensa presença de torres de linhas de transmissão (Figura 435) e encontrar a estrada de ferro(Figura 436) utilizada para o escoamento da extração mineral junto com o intenso fluxo de caminhões nas vias principais e vicinais.

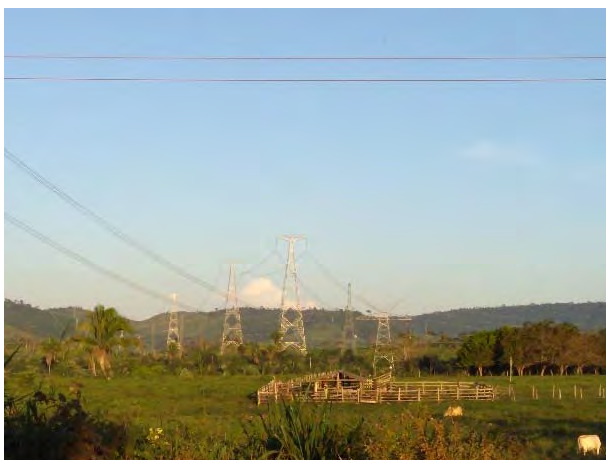


Figura 435 - Torres próximas à via de acesso ao PA 3 Voltas.



Figura 436 - Entrada para ramal de acesso ao PA 3 Voltas, cortado por ferrovia.

O PA 3 Voltas tem em torno de 400 famílias e aproximadamente 2 mil moradores. A maior parte das casas é de madeira, sendo possível encontrar diversas moradias construídas em alvenaria. A estrutura sanitária das moradias se dá por fossa rudimentar ou é inexistente. O abastecimento de água da vila é feito por um poço artesiano comum, mas na zona rural, cada lote tem o seu poço raso. O armazenamento é feito por tambores ou em caixas d'água com bomba (Figura 437e Figura 438).



Figura 437 - Poço raso na casa da entrevistada Raimunda Marques.



Figura 438 - Área de queima de resíduos.

A atividade produtiva predominante no PA 3 Voltas é a pecuária, principalmente a leiteira. Os produtores vendem para os laticínios da Vale e de Itainópolis, na qual cada empresa tem o seu resfriador e coletam a produção leiteira da comunidade.

No que tange à produção pecuária para corte, muitos produtores vendem seu gado para fazendeiros da região ou fazem negociações para a criação de gado 'de meia'. A venda para atravessadores e para o comércio local é uma outra forma de venda (Figura 439).

Ademais, os moradores fazem plantação de mandioca e milho para a comercialização no local (Figura 440 e Figura 441) ou para a venda na agrovila Palmares II. Outras culturas estão destinadas principalmente para subsistência. Por fim, a prestação de serviços por diária de moradores para fazendeiros ou para donos de lotes no próprio PA também é uma atividade praticada no assentamento.



Figura 439 - Caminhões de fazendeiros da região.



Figura 440 - Venda da Irani, moradora do PA 3 Voltas e comerciante.



Figura 441 - Venda na porta da casa da moradora Raimunda Marques.

O local não tem opções de transporte público e os moradores que não possuem carro ou moto afirmaram depender muito da solidariedade de vizinhos. A alternativa é um carro particular que faz o trecho Palmares II – Cachoeira Preta.

De acordo com os entrevistados, as principais atividades de lazer são ir à igreja (O PA tem 4 igrejas, todas evangélicas), pescar e tomar banho nos rios Parauapebas, Gameleira e Carote. Existe ainda o campeonato rural de futebol, que é organizado por Parauapebas, uma vez por ano, sendo os jogos realizados nas vilas, e a Cavalgada que acontece anualmente, promovida por Assis, morador do assentamento e candidato a vereador da região, sendo uma das principais lideranças do PA. (Figura 442Figura 443)

De acordo com Assis, a única unidade de conservação próxima a localidade é a Reserva de Carajás, onde vive a etnia Xicrins (Figura 444 - Entrevista com Francisco de Assis, liderança local.Figura 444 e Figura 445).



Figura 442 - Igreja Assembleia de Deus.



Figura 443 - Moradora pescando em um trecho do Rio Parauapebas.

No que tange a organização social, o PA 3 Voltas não tem associação de moradores, mas muitos são vinculados a APROCPA e ASMODAP, ambas associações vinculadas ao PA Palmares.

Os estudantes do PA têm aulas nas escolas de Palmares II, que disponibilizam transporte na região para mobilidade dos alunos e o PA não possui projetos ambientais ou sociais na localidade.



Figura 444 - Entrevista com Francisco de Assis, liderança local.



Figura 445 - Entrevista com moradora Raimunda Marques.

6.4.5.9.21. PA Brasil Novo

A área do PA Brasil Novo, predominantemente rural, localizada a aproximadamente 40 quilômetros da sede do município de Parauapebas, é acessada por vicinais conhecidas como “vicinais das Três Voltas”, que partem do PA 3 Voltas. Todas são estradas de terra e as condições do acesso variam de acordo com os períodos de chuva e estiagem (Figura 446 e Figura 447).



Figura 446 - Via de acesso para PA Brasil Novo.

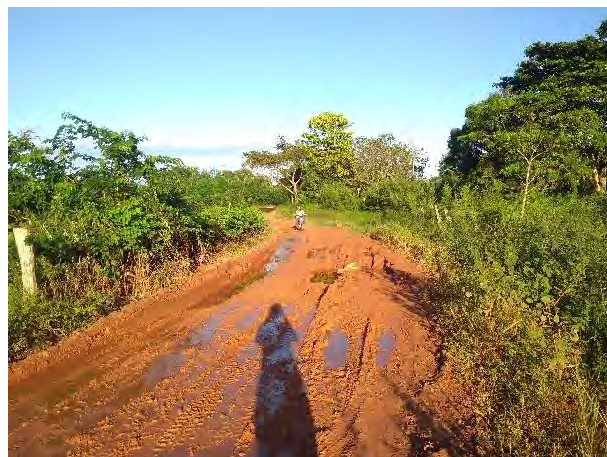


Figura 447 - Vicinal de acesso ao PA Brasil novo, após dia de chuva.

O PA Brasil Novo surgiu há 15 anos, na mesma ocupação de terra que deu origem ao PA 3 Voltas. Atualmente, o assentamento conta com 87 lotes, sendo que em muitos lotes moram de 2 a 4 famílias, o que faz com que o PA tenha uma quantidade de aproximadamente 400 habitantes.

A infraestrutura do PA é caracterizada por moradias construídas em madeira que apresentam energia elétrica fornecida pela CELPA. Na vila do PA há dois postes de iluminação pública. O esgotamento sanitário caracteriza-se com o uso de fossa rudimentar, o abastecimento de água por meio de poço raso, acondicionamento de água em tambores ou caixas d'água, e os resíduos não são coletados e são queimados nas residências (Figura 448 e Figura 449).

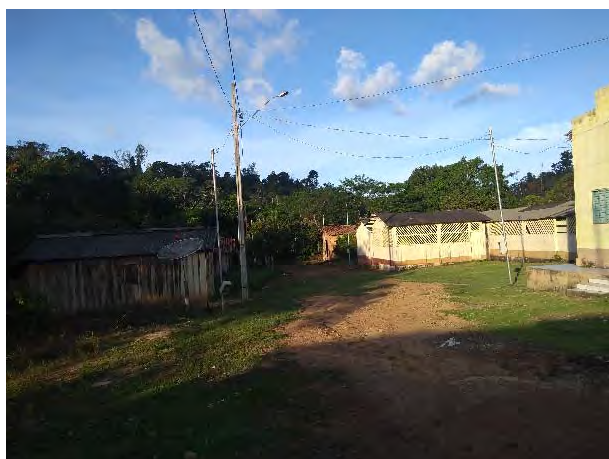


Figura 448 - Vila Brasil Novo.



Figura 449 - Poço raso na casa da moradora Noemia Rodrigues da Silva.

As atividades econômicas se concentram na agricultura e na pecuária, sendo o uso do solo caracterizado por área de pastagem. No PA Brasil Novo a venda da produção é feita para o Ceasa de Parauapebas que, de 15 em

15 dias disponibiliza transporte e alojamento para os produtores do PA. Outra atividade do local é a prestação de serviço por diárias para trabalhos como carpinteiros e outras tarefas rurais (Figura 450).



Figura 450 - Área de pastagem de lote no PA Brasil Novo.



Figura 451 - Entrevista com moradores do PA Brasil Novo.

As atividades de lazer costumam ser a frequência nos cultos realizados pela única igreja da vila, Assembleia de Deus, além das Cavalgadas que são organizadas pelos PA's próximos, e banho e pesca recreativa nos rios Gameleiras e Carotinho.

As rádios mais escutadas são a Arara Azul e Liderança FM. O PA não tem sinal de celular ou internet móvel, mas algumas casas adquiriram o serviço de Wi-Fi, que prevê instalação de torre e pagamento de taxa mensal, e, por isso, acessam a internet.

O PA não dispõe de infraestrutura de saúde e quando os moradores precisam desse serviço, procuram atendimento no PA Palmares II ou na cidade de Parauapebas.

Quanto à organização social, o PA conta com uma Associação, a Associação de Produtores Rurais do PA Brasil Novo, sendo a senhora Gelza Trindade a atual presidente da instituição.

No que tange à educação, o PA não tem escolas e os residentes em idade escolar, frequentam as escolas da Vila Carimã ou PA Palmares. O ônibus escolar é disponibilizado, mas há grande irregularidade no serviço de transporte devido à dificuldade de acesso e da falta de manutenção. O senhor Raimundo relata que *“muitos alunos perdem o ano ou desistem da escola porque sempre tem problema com o transporte. Tinha que ter uma escolinha aqui”*.

O PA não tem nenhum programa ambiental ou social sendo executado, e a falta de infraestrutura para a educação e de saúde, bem como a precariedade nos acessos foram colocados como os principais problemas da região.

6.4.5.9.22. PA Taboqueiras

O PA Taboqueiras localiza-se a, aproximadamente, 40 quilômetros da sede do município de Parauapebas, mas sua área é administrada pela prefeitura de Marabá, da qual a sede dista mais de 100 quilômetros do referido PA.

Os acessos até a Vila Taboqueiras são todos de estrada de terra e encontram-se danificados. Mesmo nos períodos de estiagem, as vias tem condições ruins para o tráfego de veículos (Figura 452 e Figura 453).



Figura 452 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueira.



Figura 453 - Vicinal de acesso ao PA Taboqueiras.

O PA está no caminho do acesso para uma das principais vilas da região, a Vila Carimã, que, depois do PA Palmares, é o local com maior estrutura comercial e ponto de apoio para os assentamentos menores, como o PA Taboqueiras que possui 40 lotes, e um total de, aproximadamente, 250 pessoas.

O uso do solo na área é voltado para a pecuária e para a agricultura, e as moradias são, na maioria, construídas de tijolo não revestido (Figura 454) Possuem energia elétrica fornecida pela Celpa, mas não há iluminação pública. O abastecimento de água é feito por poço raso em cada casa, assim como cada uma tem sua fossa rudimentar ou, em alguns casos, não há nenhum tipo de estrutura.



Figura 454 - Uso do solo na área do PA Taboqueiras.

A principal atividade produtiva do PA é a pecuária (Figura 456). A agricultura, como a plantação de quiabo, maxixe, arroz, milho, mandioca, abóbora, é mais praticada para a subsistência. O morador Kleiton da Silva (Figura 455) afirma que de vez em quando vende uma parte da sua produção no comércio da Vila Carimã ou na cidade de Parauapebas, mas que esses plantios são comuns para assentados e o mercado não é tão rentável. Por isso, o plantio está voltado para consumo próprio e, na maior parte, as sobras da produção são doadas para os vizinhos. Outra atividade dos moradores é a prática de serviços rurais por diárias que variam de acordo com a especialidade da função.



Figura 455 - Entrevista com Kleiton Silva.



Figura 456 - Curral em lote do PA Taboqueiras.

Quanto às atividades de lazer e de ocupação do tempo livre, os moradores do PA informaram que frequentam a Igreja e participam dos festejos promovidos pela Vila Carimã, principalmente a Cavalgada (Figura 457).

O PA não tem estrutura de saúde e educação, sendo que estes serviços são prestados na Vila Carimã, que fornece transporte escolar para os alunos residentes no PA Taboqueiras. O PA tem a associação de produtores,

que tem como principais reivindicações o fomento à produção, à obtenção de maquinário e à assessoria nos processos jurídicos para legalização das terras.

O PA não conta com Programas Ambientais e tem uma expectativa positiva quanto à instalação de empreendimentos e empresas na região, pois aumento a oferta de emprego para os moradores locais. Os principais problemas apontados foram a dificuldade nos acessos e a dificuldade na comunicação.



Figura 457 - Igreja Assembléia de Deus na Vila do PA Taboqueiras.

6.4.5.9.23. PA Jardim

Com área predominantemente rural, e localizado a 60 quilômetros da sede do município de Parauapebas, o Projeto de Assentamento Jardim também é administrado por Marabá, porém os entrevistados colocaram que toda a assistência ao local é prestada pelo município de Parauapebas.

Os acessos se dão pelas vicinais sentido Carimã e sentido PA Palmares, e tem condições adversas, que pioram de maneira significativa no período de chuvas (Figura 458).



Figura 458 - Via de acesso ao PA Jardim.

Segundo referências dos entrevistados, o PA Jardim surgiu há aproximadamente 20 anos, em processo de realocação das famílias assentadas na Fazenda Bamerindus, doada ao Incra pelo Banco Central, após a falência do ex-dono do Banco Bamerindus. Segundo Goiano (Figura 459) morador do PA há 18 anos e presidente da associação de produtores, o Incra negociou com a fazenda do Sr. Zé da Onça e muitas famílias foram para a localidade.



Figura 459 - Entrevista com senhor Goiano, presidente da associação e morador do PA.

A vila do PA Jardim tem como principal estrutura de moradia, casas de madeira. A energia elétrica é fornecida pela Celpa nos domicílios e na via pública da Vila. As estruturas sanitárias caracterizam-se por fossa rudimentar ou inexistentes e o abastecimento de água é feito pelo poço artesiano da Igreja para os moradores da Vila. Nos lotes rurais, cada domicílio tem um poço raso. O armazenamento se dá por caixas d'água ou tambores. O local não tem coleta de resíduos, que são queimados nas casas (Figura 460 e Figura 461).



Figura 460 - Vila do PA Jardim com seu padrão construtivo e iluminação pública.



Figura 461 - Poço raso em lote do PA Jardim.

No tocante ao uso do solo da área do PA Jardim, é possível observar o domínio da vegetação de pastagem. A pecuária de corte é a principal atividade produtiva da região, grande parte dos assentados fazem a negociação para o gado 'de meia' e a venda é feita para os fazendeiros da região. A agricultura é praticada principalmente para a subsistência, bem como a criação de animais, como porco e galinha. E por fim, alguns poucos moradores produzem peixes nos tanques (Figura 462 e Figura 463).

De acordo com os entrevistados, inicialmente o PA Jardim tinha 70 famílias, hoje são 56, pois várias pessoas foram vendendo os seus lotes e migrando para a zona urbana, principalmente do município de Parauapebas.



Figura 462 - Uso do solo na área do PA Jardim.

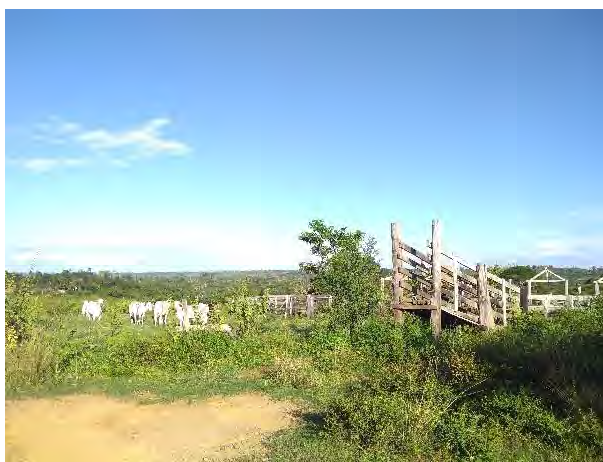


Figura 463 - Pecuária é a principal atividade produtiva do PA Jardim.

As atividades de lazer são, principalmente, frequentar a Igreja e os cultos por ela promovidos, a ida ao único estabelecimento comercial da vila, que possui uma mesa de sinuca, bem como o banho e a prática de pesca recreativa no Rio Gameleira. Os moradores do PA Jardim também disseram frequentar as Cavalgadas promovidas anualmente pela Vilã Carimã e pelo PA 3 Voltas (Figura 464).

No que tange à organização social, o PA Jardim tem duas associações de Produtores, sendo uma delas presidida pelo senhor Goiano, a ASPAFPAJ, que tem 46 associados, e que visa fomentar o desenvolvimento dos pequenos produtores do PA Jardim, mas que vem enfrentado dificuldades com os processos burocráticos para liberação de crédito e com a inadimplência dos sócios. A outra associação é presidida pelo Sr. Simplício, que não foi encontrado na Vila.

As principais rádios são a Arara Azul e a Liderança FM. O PA não tem sinal de celular ou internet móvel, e essa foi uma das principais questões que os moradores avaliam ser mais insatisfatório na comunidade.

Além disso, o PA também não tem estrutura de saúde e educação, o que faz com que os moradores precisem recorrer aos serviços da Vila Carimã e PA Palmares. Em casos mais graves de saúde, apenas o município de Parauapebas consegue atender a demanda, mas o acesso é muito difícil, principalmente para aqueles que não tem carro ou moto. Os entrevistados colocaram que dependem da sorte e da solidariedade dos vizinhos (Figura 465).



Figura 464 - Galpão da Igreja Assembléia de Deus para a realização de cultos e eventos.



Figura 465 - Entrevista com Maria e Silvino, moradores do PA Jardim.

6.4.5.9.24. Vila Carimã

A Vila Carimã pertence ao município de Marabá, e está distante mais de 100 quilômetros da sede. É caracterizada como área rural, porém a sua estrutura é mais urbanizada, apesar dos acessos não serem pavimentados, cuja área é reconhecida como polo de apoio e de serviços para outros PA's da região (Figura 466 e Figura 467).



Figura 466 - Acesso à Vila Carimã.



Figura 467 - Ponte de acesso à Vila Carimã.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial e comercial, as moradias são, de uma maneira geral, de madeira, mas também havendo algumas de tijolo revestido. O abastecimento de água se dá por meio de um poço artesiano comum.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral e há alguns postes de iluminação pública, sendo que alguns estão com defeito e a manutenção não é feita (Figura 468). A maioria das residências possui fossa rudimentar ou descarta diretamente sem tratar. Há coleta de resíduos uma vez na semana.



Figura 468 - Poste de iluminação pública na Vila Carimã.

A principal atividade econômica da Vila é o comércio. Outra parte da população também trabalha para terceiros na área de serviços gerais e recebem por meio de diárias. Além disso, alguns moradores que possuem lotes na zona rural têm como principal fonte de renda a pecuária (Figura 469 e Figura 470).



Figura 469 - Estabelecimento comercial na Vila Carimã.



Figura 470 - Atividade comercial na Vila Carimã.

Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo de futebol e os moradores mais interessados no esporte, principalmente o senhor Zé Dantas, promovem os campeonatos rurais regularmente, com a distribuição de bebidas, animais e prêmios em dinheiro. Existem ainda Igrejas Evangélicas e Católica e bares com sinuca. Também foram observada pessoas reunidas jogando dominó (Figura 471 e Figura 472).



Figura 471 - Igreja Assembleia de Deus.



Figura 472 - Moradores jogando dominó na Vila Carimã.

Conforme observado a partir das entrevistas realizadas em PA's próximos à localidade, a Vila é ponto de apoio no que tange, principalmente, aos serviços de saúde e educação. A Escola Pedro Vale, de Ensino Fundamental, disponibiliza transporte para a locomoção de assentamentos como Taboqueiras, Itaperuna, São Raimundo, Estrela Dalva I e II (Figura 473).

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde que funciona diariamente com uma técnica de enfermagem e com uma enfermeira, que atende semanalmente, aos sábados, e com um clínico geral, que atende quinzenalmente. Além disso, o posto tem um agente comunitário de saúde que faz as visitas aos domicílios uma vez no mês (Figura 474).

A unidade tem salas de vacina, de triagem, curativo, consulta e medicação. A farmácia faz a distribuição dos principais remédios para pressão, antibióticos, antitêrmicos e para diabetes. Mensalmente são atendidos em torno de 300 pessoas na unidade.



Figura 473 - Escola Municipal Pedro Vale.



Figura 474 - Entrevista com Joelma de Melo Souza.

Os entrevistados não souberam informar se a Vila Carimã tem associação de moradores formalizada, mas indicaram o nome do Sr. Juarez como representante da Comunidade.

Os principais problemas na comunidade, segundo os entrevistados, estão relacionados à falta de saneamento básico, baixa qualidade nos serviços prestados pela saúde e a dificuldade nos acessos.

6.4.5.9.25. PA Itaperuna

Localizada a 50 quilômetros do município de Parauapebas e apenas 5 quilômetros da Vila Carimã, a Vila Itaperuna é uma área predominantemente rural, suas vias são de terra batida e os acessos se dão pelas vicinais de sentido a Carimã (Figura 475).



Figura 475 - Via de acesso da Vila Itaperuna.

A comunidade teve origem a partir do mesmo processo de surgimento do PA Jardim, em que ocorreu a realocação de famílias assentadas na Fazenda Bamerindus. Atualmente, o PA Itaperuna conta com o quantitativo de 74 lotes e em torno de 50 famílias residentes.

A vila é caracterizada por moradias construídas em alvenaria que tem fornecimento de energia elétrica ligada à rede geral da Celpa, sem iluminação pública (Figura 476). O esgotamento sanitário caracteriza-se com o uso de fossa rudimentar ou sem tratamento, e o abastecimento de água por meio de poços.



Figura 476 - Moradia no PA Itaperuna.

O uso e ocupação do solo se dá por área de pastagem e é possível observar a presença de torres linhas de transmissão em parte do trecho de acesso na localidade (Figura 477). A principal atividade produtiva do PA é a criação de gado para corte, e gado para a engorda, chamada também negociação de gado de meia. A agricultura também é uma atividade praticada, principalmente no que se refere ao plantio de mandioca para feitura de farinha.



Figura 477 - Uso do solo em trecho do acesso ao PA Itaperuna.

No que tange às atividades para lazer, os moradores frequentam os cultos da Igreja Evangélica e as cavalgadas que acontecem na Vila Carimã em setembro. Além disso, vão ao Rio Itacaiunas ou Gameleira para banho e pesca recreativa (Figura 478).



Figura 478 - Igreja Evangélica da Vila Itaperuna.

A vila não tem serviço de saúde, nem instituição de ensino. Os moradores direcionam-se a Carimã para atender a essas demandas. O transporte da Escola Pedro Vale passa regularmente para buscar os alunos, sendo os alunos de Ensino Médio direcionados a escola Crescendo na Prática, do PA Palmares II.

Não há projetos ambientais ou sociais na Vila e os entrevistados colocaram que a principal problemática é a dificuldade nos acessos e na comunicação.

6.4.5.9.26. PA Conquista

O PA Conquista está localizado a 10 quilômetros da Vila Carimã e a aproximadamente 70 quilômetros do município de Parauapebas. A área é predominantemente rural, sendo todos os seus acessos de terra batida. As condições variam de acordo com a época do ano, pois são melhores no período de estiagem (Figura 479 e Figura 480).



Figura 479 - Acesso ao PA Conquista.



Figura 480 - Via de acesso ao PA Conquista.

A comunidade teve origem a partir do mesmo processo de surgimento do PA Jardim e do PA Itaperuna, em que ocorreu a realocação de famílias assentadas na Fazenda Bamerindus. Os dados habitacionais do PA Conquista atualmente são de 73 lotes, com um total de 40 famílias, pois muitas têm mais de um lote por família.

Na área do PA Conquista o principal uso do solo é representado por área de pastagem. A estrutura de moradia da vila é caracterizada por moradias construídas em alvenaria e em madeira, com fornecimento de energia elétrica ligada à rede geral da Celpa, sem iluminação pública. Quanto ao esgotamento sanitário, os moradores fazem uso de fossa rudimentar e alguns não tem nenhum tipo de estrutura.

A água é abastecida por meio de poços rasos instalados em cada domicílio e o acondicionamento se dá em caixas d'água com tampa. Não há coleta de resíduos e a prática da comunidade ainda é a queima (Figura 481).



Figura 481 - Armazenamento de água em propriedade do PA Conquista.

No que tange às atividades produtivas do PA Conquista, as duas principais são a pecuária e a agricultura. Marinês, moradora e liderança local, afirma que o PA ainda mantém uma cultura e um mercado forte de plantio da mandioca, com duas farinheiras que comercializam nos estabelecimentos locais e vizinhos. Outras atividades são a extração mineral por terceiros que vendem para a empresa Buritirama. Alguns lotes fazem criação de peixes em tanque e, por fim, o comércio local também é um ponto que movimenta a economia do PA. O Restaurante da Marinês é a maior referência da localidade e serve como ponto de apoio para caminhoneiros, outras equipes de trabalho, moradores e trabalhadores de comunidades vizinhas (Figura 482 e Figura 483).



Figura 482 - Tanque de peixe em lote do PA Conquista.



Figura 483 - Restaurante da Marinês, ponto de apoio e comércio na região.

Quanto às atividades de cultura e lazer, os moradores frequentam os rios Sapucaia e Itacaiunas para banho e pesca recreativa. Além disso, Marinês organiza a cavalgada que acontece anualmente, saindo da beira do Rio Itacaiunas até o seu restaurante no PA Conquista.

A comunicação local se dá, principalmente, via internet *Wi-fi*, disponível para os clientes, e consumidores, do Restaurante Marinês. O sinal de celular e internet móvel não estão disponíveis na área. As estações de rádio mais ouvidas são Arara Azul e Liderança FM e os canais de televisão funcionam por meio de parabólica.

Por fim, o PA não tem organização social formalizada, mas destaca-se a articulação social da candidata a vereadora, Marinês. No que tange a estrutura de educação e saúde, o PA tem a EMEF Virgem de Nazaré que atende também os PA's Estrela Dalva, Itaperuna e Alto Bonito, e não possui nenhuma estrutura de saúde. Os moradores do PA recorrem aos serviços na sede do município de Parauapebas (Figura 484 e Figura 485).



Figura 484 - EMEF Virgem de Nazaré.



Figura 485 - Aparecida, diretora da EMEF Virgem de Nazaré.

6.4.5.9.27. PA Goianos

O Projeto de Assentamento Goianos é uma área predominantemente rural, distante mais de 100 quilômetros da sede do município de Marabá, administração municipal responsável por essa área. De Parauapebas, o assentamento está a 60 quilômetros de distância. Suas vias de acesso não são pavimentadas e as condições da estrada variam de acordo com a época das chuvas (Figura 486).



Figura 486 - Via de acesso ao PA Goianos.

O uso e do solo da área do PA Goianos é representado, principalmente, por área de pastagem. A estrutura de moradia da vila é caracterizada por moradias construídas em alvenaria e em madeira, com fornecimento de energia elétrica ligada à rede geral da Celpa, sem iluminação pública. Quanto ao esgotamento sanitário, os moradores fazem uso de fossa rudimentar, a água é abastecida por meio de poço artesiano comum, localizado na Escola Célia de Jesus e o acondicionamento de se dá em caixas d'água com tampa. Há coleta de lixo doméstico quinzenalmente, mas a prática da comunidade ainda é a queima (Figura 487 e Figura 488).



Figura 487 - Vila PA Goianos.



Figura 488 - Área de queima de resíduos sólidos.

A principal atividade produtiva do PA é a pecuária, seguida da agricultura e do comércio. O senhor Benedito, conhecido como Cearense, afirma que há prática de extração mineral nas proximidades da localidade, mas que a atividade é desenvolvida por empresas clandestinas e, por conta disso, há um grande fluxo de caminhões nos acessos da Vila, o que prejudica a via e levanta muita poeira (Figura 489).



Figura 489 - Uso do solo na área do PA Goianos

No que tange à cultura e ao lazer, o principal atrativo é o Balneário Itacaiunas que fica próximo à Vila do PA (Figura 490). Principalmente nos finais de semana, o lugar recebe famílias de diversas comunidades que vão pescar e tomar banho no rio, enquanto escutam música e aguardam o almoço. Outras atividades citadas são os bares da própria Vila e a Vaquejada que acontece anualmente na fazenda do vereador Elias Filho.



Figura 490 - Balneário Itacaiunas.

Quanto à comunicação, as principais rádios escutadas no PA são Arara Azul e Liderança FM. Não há sinal de celular e, em relação à internet, algumas casas da Vila pagaram para a instalação de uma torre e cobram um valor dos moradores, variável de acordo com o tempo que queiram usufruir do serviço.

O PA não tem estrutura de saúde e os moradores procuram atendimento em Parauapebas ou na Vila União. Com relação à estrutura de educação, a comunidade conta com a EMEF Célia de Jesus Silva Pinto, e de acordo com os moradores a escola atende ao Ensino Fundamental recebendo, inclusive, alunos das áreas rurais e das vilas próximas. Os alunos dispõem de transporte escolar para o deslocamento (Figura 491 e Figura 492).

O PA não tem projetos socioambientais, nem organizações sociais formalizadas. As principais questões colocadas pelos entrevistados são a dificuldade na comunicação e a precariedade das vias de acesso, que prejudicam a mobilidade dos moradores.



Figura 491 - EMEF Célia de Jesus Silva Pinto.



Figura 492 - Oferta de transporte escolar para a EMEF Célia de Jesus Silva Pinto.

6.4.5.9.28. PA São Raimundo

O PA São Raimundo está a mais de 70 quilômetros do município de Parauapebas, 100 quilômetros da sede municipal de Marabá e 20 quilômetros da Vila União, área urbanizada mais próxima. Os acessos não são asfaltados e as condições da qualidade da via dependem, principalmente, do período de chuvas (Figura 493 e Figura 494).



Figura 493 - Via de acesso à Vila São Raimundo.



Figura 494 - Vila São Raimundo.

O PA foi criado a partir da regularização fundiária da área com o projeto de três assentamentos: PA Vinagre, PA Goiano e PA Rio Preto, sendo que este último tornou-se o que é hoje a Vila São Raimundo. Atualmente são 104 lotes e 300 casas na Vila do PA, e a estimativa dada pelos entrevistados é de 480 habitantes.

A área que compreende o PA São Raimundo tem como característica de uso do solo a ocupação por pastagem e, em alguns trechos do acesso, o plantio de açaí e outras culturas como milho e mandioca (Figura 495).



Figura 495 - Cultivo de açaí na via de acesso ao PA São Raimundo.

No que tange às estruturas de moradia da vila as construções são feitas de alvenaria e de madeira, com fornecimento de energia elétrica ligada à rede geral da Celpa, com iluminação pública. Quanto ao esgotamento sanitário, os moradores fazem uso de fossa rudimentar, com as instalações, em maioria, dentro de casa.

O abastecimento de água é feito por meio de um poço artesiano coletivo, localizado na Escola Geraldo Luiz Gonzaga, e o acondicionamento se dá em caixas d'água com tampa ou tambores. Há coleta de resíduos a cada 30 dias, mas a prática da comunidade ainda é a queima (Figura 498).

De acordo com as entrevistas realizadas, o principal meio de vida do PA São Raimundo é a pecuária, seguida da agricultura, com o cultivo, principalmente, do milho, mandioca, banana e cana, e por fim, a extração mineral e o comércio na Vila (Figura 496).



Figura 496 - Comércio, uma das atividades produtivas do PA São Raimundo.

Os moradores, assim como os do PA Goianos, informaram que uma das principais atividades de lazer é ir ao balneário Itacaiunas, além de frequentarem os cultos das igrejas, jogar futebol no campo da Vila (Figura 497) e participar da Cavalgada realizada anualmente no mês de setembro.

Quanto à comunicação, as principais rádios escutadas pelos moradores são Arara Azul e Liderança FM, e os canais de TV funcionam normalmente com o uso de antena parabólica, item que praticamente todas as casas possuem. Não há sinal de celular e, em relação à internet, algumas casas da Vila pagaram para a instalação de uma torre e cobram um valor dos moradores, variável de acordo com o tempo que queiram usufruir do serviço



Figura 497 - Campo de futebol para lazer no PA São Raimundo.



Figura 498 - Antena parabólica e armazenamento de água na residência.

Quanto à estrutura de educação da Vila, ela possui a Unidade Escolar Geraldo Luiz Gonzaga, de Ensino Fundamental e Médio, que fornece serviço de transporte para os alunos do PA Goiano, Cinturão Verde, Conquista, Vinagre e nas áreas mais rurais do próprio assentamento São Raimundo. No tocante à saúde, o PA não possui nenhuma estrutura e os moradores recorrem ao Posto da Vila União (Figura 500).

Quanto à organização social, o PA tem a Associação dos Apicultores de Marabá, cujo representante, Almir Costa Neves é morador e liderança política do PA São Raimundo. A instituição, portanto, defende os interesses da Vila São Raimundo, principalmente no que tange ao fomento da produção agrícola, melhora de infraestrutura, maquinário para os produtores, regularização de terras e implantação de unidade de saúde na vila, sendo este último o ponto de maior fragilidade e insatisfação da comunidade (Figura 499).



Figura 499 - Entrevista com Almir Costa Neves.



Figura 500 - Escola Geraldo Luiz Gonzaga.

6.4.5.9.29. Buritirama/vila união

A comunidade Buritirama está inserida no PA Cinturão Verde, pertencente ao município de Marabá, e é uma área intermediária, pois possui características urbanas, no que tange aos acessos e à estrutura social da Vila União, de uma maneira geral, mas também aspectos rurais, no que se refere aos lotes.

A Vila, ponto de referência da comunidade, está a 112km da sede municipal de Parauapebas e 141 km, via BR-230, de Marabá. Seus acessos são pavimentados na maior parte das ruas. As condições de acesso à zona rural dependem do tempo e da época das chuvas, a manutenção da via é feita pela prefeitura de Marabá, mas, conforme entrevistados, não é realizada regularmente (Figura 501 e Figura 502).



Figura 501 - Manutenção na via de acesso à Vila União.



Figura 502 - Via de acesso à Vila União.

De acordo com o Sr. Antônio Araújo, a região da Comunidade Buritirama está dentro da área do PA Cinturão Verde, que surgiu com a vinda de pessoas para exploração da madeira e, em seguida, com a ocupação de terras, realizadas a partir de abertura de picada e acampamento próximo ao Rio Parauapebas. A atividade mineradora

foi crescendo na região e, a partir daí, com a instalação das empresas, surgiu a Vila União para alojamento e apoio de funcionários.

No tocante ao uso do solo na região, a área é predominantemente ocupada por pastagem. É possível observar também partes de floresta ombrófila densa e concentração residencial na área da Vila. O uso do solo está diretamente ligado às principais atividades produtivas da região, que são: pecuária, extração mineral e comércio. As áreas de plantio e culturas como mandioca e milho também são encontradas, porém essa produção é destinada, principalmente, à subsistência (Figura 503, Figura 504 e Figura 505).



Figura 503 - Entrada da Buritirama e trecho remanescente de floresta.



Figura 504 - Área de pasto no acesso à Vila União.



Figura 505 - Comércio local na Vila União.

O padrão construtivo das casas é dividido entre madeira e alvenaria, elas apresentam energia elétrica ligada à rede geral, e as vias tem iluminação pública. O esgotamento sanitário caracteriza-se pelo uso de fossa rudimentar, com as instalações dentro de casa. O abastecimento de água é feito por poços artesanais comuns

que abastecem a localidade e o acondicionamento se dá através de caixas d'água e tambores. Há coleta de resíduos duas vezes na semana (Figura 506 e Figura 507).



Figura 506 - Padrão construtivo da Vila União.



Figura 507 - Padrão construtivo e caixa d'água de poço artesiano comunitário.

As atividades de lazer costumam ser, principalmente, ida aos cultos e celebrações realizadas pelas igrejas da localidade, como o festejo para Nossa Senhora da Aparecida, que acontece anualmente produzido pela Igreja Católica; os bares com mesas de sinuca e o Balneário Itacaiunas. Alguns moradores também frequentam o Rio Preto para banho e pesca recreativa (Figura 508, Figura 509 e Figura 510).



Figura 508 - Bar com sinuca no Buritirama.



Figura 509 - Igreja Católica da Vila.



Figura 510 - Praça da Vila União.

A comunidade dispõe de um posto de saúde, sendo que o mesmo encontrava-se fechado pois a visita foi feita ao domingo. A alternativa para os moradores, quando necessitam de atendimentos mais específicos e de maior complexidade, é procurar o serviço de saúde em Parauapebas. Quanto à estrutura escolar, a Vila União possui o Colégio Estadual Faixa Linda, com Ensino Fundamental e Médio e uma opção privada de EJA – Educação para Jovens e Adultos (Figura 511, Figura 512 e Figura 513).



Figura 511 - Posto de Saúde na Vila União.



Figura 512 - Escola Estadual Faixa Linda.

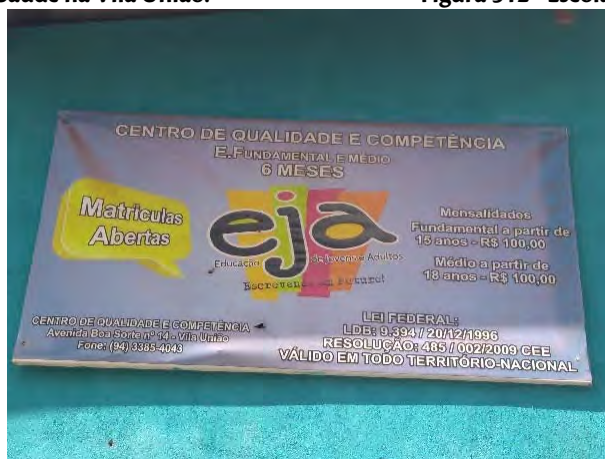


Figura 513 - Serviço de Educação para Jovens e Adultos.

Referente à organização social, a comunidade dispõe de 1 Associação de Moradores, mas o atual representante, João Padre, estava ausente da localidade quando da atividade de campo, e não se conseguiu contato posteriormente. Quanto aos meios de comunicação, os moradores têm sinal de rádio e escutam a Arara Azul FM e Rádio Clube, não havendo sinal para a rede de telefonia e internet móvel, porém, diversos estabelecimentos e algumas casas já fizeram a instalação do Wi-fi, pagando pela instalação de torre e mensalidade. A empresa que presta o serviço, na Vila e em outras localidades, como PA São Raimundo e PA Goianos, é a Connect (Figura 514 e Figura 515).



Figura 514 - Carnê de pagamento da empresa Connect, responsável pela instalação e manutenção do Wi-Fi.



Figura 515 - Um dos estabelecimentos que disponibiliza internet para seus clientes.

Na Vila União tem um posto policial onde ficam as viaturas que fazem ronda nas localidades. Os entrevistados informaram que a segurança não é um problema da localidade, e que não há muitos registros de violência. O principal problema foi a precariedade no serviço de saúde. Antônio Araújo ressaltou que o fluxo de caminhões é muito intenso, o que ocasiona muita poeira, e acarreta que as crianças vivem com problema respiratórios.

6.4.5.9.30. Capistrano de Abreu

Capistrano de Abreu está a, aproximadamente, 300 km da sede municipal de Marabá, 148 km da sede de Itupiranga e 136km da sede de Parauapebas. É uma área intermediária em que possui características urbanas, no que tange à área da Vila, e rurais, referente aos lotes. O acesso na rua principal (Av. Casimiro Florêncio) é asfaltado e nas vias internas os acessos são de terra batida (Figura 516, Figura 517 e Figura 518).

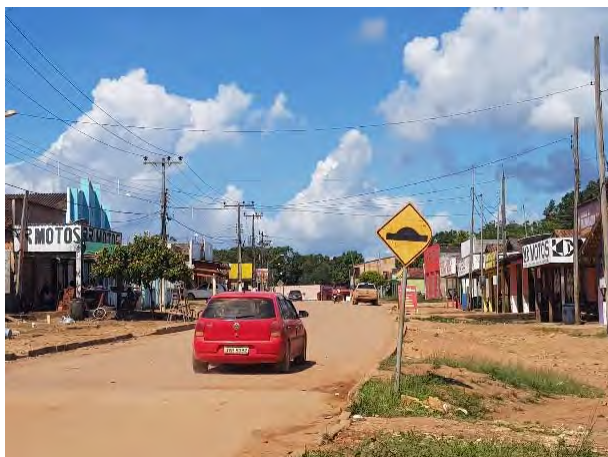


Figura 516 - Acesso pavimentado (Av. Casimiro Florêncio).



Figura 517 - Via interna de terra batida.



Figura 518 - Visão aérea da Vila Capistrano de Abreu.

Capistrano de Abreu é uma área que, segundo o senhor Alvenes Souza Castro, um dos moradores mais antigos da localidade, também pertence ao PA Cinturão Verde. A área do PA é extensa e tem, aproximadamente mil lotes, de acordo com José Airton Aires da Silva, topógrafo a serviço do Incra na região.

As moradias têm como característica a construção em alvenaria, possuem energia elétrica fornecida pela Celpa e a Vila tem iluminação pública. O esgotamento sanitário é feito por fossas rudimentares instaladas em cada domicílio e o abastecimento é feito por poço artesiano comum (Figura 519) que abastece a vila e, nos lotes rurais, são instalados poços rasos. O acondicionamento é feito por meio de caixas d'água ou tambores.

Os resíduos são recolhidos por coleta regular, 2 vezes na semana. Destaca-se que, em Capistrano, o Sr. Aroldo recolhe lata de alumínio e vidro, nos comércios locais, vendendo o material para a Denix Metais, em Marabá (Figura 520 e Figura 521).



Figura 519 - Poço artesiano de atendimento à escola.



Figura 520 - Galpão para acondicionamento e acúmulo de latas de alumínio.



Figura 521 - Caminhão responsável pelo recolhimento de recicláveis.

O uso do solo está caracterizado por áreas de pastagem no perímetro rural e por residências e comércio na área da Vila. Em acordo com o uso do solo, as principais atividades produtivas são a pecuária, de corte e leiteira, e o comércio (Figura 522 e Figura 523).



Figura 522 - Comércio na área da Vila.



Figura 523 - Comércio na principal via da Vila.

No que se refere às atividades de lazer, a Vila possui academia, pública e privada, as igrejas promovem cultos e celebrações em datas comemorativas, havendo torneio de futebol rural, masculino e feminino, promovido por moradores de Capistrano e de comunidades vizinhas. Além disso, de acordo com entrevistados, o Bar da Loira promove festas com dj e, em datas especiais, bandas de outras localidades. Ademais, os moradores frequentam os bares com mesa de sinuca e vão aos principais rios da localidade - Rio Cajazeira, Rio Preto e Rio Itaperapé - para banho e pesca recreativa, praticam Motocross e as crianças jogam bolas de gude na rua (Figura 524, Figura 525, Figura 526 e Figura 527).



Figura 524 - Bares, opção de lazer para os moradores.



Figura 525 - Conversa com o time de futebol feminino de Capistrano de Abreu.



Figura 526 - Academia na Vila.



Figura 527 - Crianças brincando com bolas de gude.

No que se refere à comunicação, as rádios mais escutadas são a Arara Azul e Nativa FM. O PA não tem sinal de celular ou internet móvel, mas algumas casas e comércios adquiriram o serviço de Wi-Fi, disponibilizada através de instalação de torre e pagamento de taxa mensal para acesso à internet.

Quanto à saúde, um clínico geral atende no Posto de Saúde Capistrano de Abreu, quinzenalmente. O PS também oferece atendimentos em pediatria, nesta mesma periodicidade. A farmácia e a enfermaria funcionam diariamente e a unidade possui ambulância (Figura 528 e Figura 529).



Figura 528 - Ambulância do Posto de Saúde de Capistrano de Abreu.



Figura 529 - Entrevista com o enfermeiro Francisco.

No que tange à organização social, Capistrano de Abreu tem uma Associação de Moradores e a Associação de Mulheres da Vila Capistrano de Abreu, que tem como principal objetivo a ação política voltada para conquistas ligadas à saúde da mulher e à geração de renda. Em Capistrano está a Escola Nagibe Muntan de Ensino Fundamental, que dispõe de linha de transporte escolar para alunos da área rural e outras localidades (Figura 530).

A unidade possui um posto policial, mas os entrevistados afirmaram que segurança não é um problema na região, que não há ocorrências frequentes e que os delitos são pequenos e pontuais. O que foi apontado como principais problemas refere-se à falta de transporte, dificuldade nos acessos e comunicação precária (Figura 531).



Figura 530 - Escola Municipal Nagibe Mutran.



Figura 531 - Posto Policial de Capistrano de Abreu.

6.4.5.9.31. PA Vila São Pedro

A Vila São Pedro é uma área predominantemente rural, distante, aproximadamente, 20 quilômetros da Vila Capistrano de Abreu e 40 quilômetros da Vila União. O principal acesso até a localidade é pela Estrada Rio Preto e há uma via alternativa que os moradores costumam chamar de Vicinal do Frutão. As condições das vias pioram na época da chuva e, segundo entrevistados, a manutenção é feita a partir de um esforço compartilhado entre a mineradora e as empresas de laticínio da região, e a população (Figura 532 e Figura 533).



Figura 532 - Acesso à Vila São Pedro.

A Vila São Pedro surgiu a partir da ocupação por madeireiros há, aproximadamente, 20 anos, sendo que, em seguida, ocorreram ocupações por movimentos de trabalhadores sem terras e a Vila foi criada, em negociação com o Incra. Atualmente, são cerca de 200 domicílios.

A estrutura de moradia da vila é caracterizada por moradias construídas em alvenaria e em madeira, com fornecimento de energia elétrica ligada à rede geral da Celpa, sem iluminação pública. Quanto ao esgotamento sanitário, os moradores fazem uso de fossa rudimentar, a água é abastecida por meio de poços rasos instalados em cada domicílio, e armazenada em caixas d'água com tampa. Há coleta de lixo doméstico semanalmente, destinado a um lixão próximo à Vila Cruzeiro do Sul, mas a prática da queima ainda é muito usada na comunidade.



Figura 533 - Via principal da Vila São Pedro, com construções em madeira.

A vila tem o uso do solo caracterizado por residências e lotes de pastagem. A principal atividade produtiva é a pecuária de gado leiteiro. A prática da agricultura e a criação de animais, como porcos e galinhas são prioritariamente destinadas à subsistência. Outra atividade que movimenta a economia da localidade é o comércio que atende, principalmente, aos moradores e produtores da localidade (Figura 534, Figura 535 e Figura 536).



Figura 534 - Laticínio instalado próximo à Vila São Pedro.



Figura 535 - Comércio local da Vila São Pedro.



Figura 536 - Comércio local para atendimento aos moradores.

As atividades de lazer costumam ser a partida de futebol e a participação no campeonato rural organizado pela Vila Cruzeiro do Sul anualmente; bem como a frequência nos cultos e missas das igrejas locais, que somam 7, sendo uma católica e outras evangélicas e a prática recreativa da pesca e de banho nos rios Cajazeiras, Rio Preto, Itaperapé. Uma atividade de destaque praticada na região da Vila é o Motocross, no qual alguns moradores praticam, mas, anualmente, ocorrem competições e a região recebe pessoas de diversas localidades (Figura 537).



Figura 537 - Igreja Assembleia de Deus na Vila São Pedro.

A Vila não tem estrutura de saúde e os moradores buscam o serviço na Vila Cruzeiro do Sul ou, para casos mais graves, em Marabá. No que se refere à estrutura de educação, na Vila São Pedro está localizada a Escola Castro Alves, de Ensino Fundamental. A opção para Ensino Médio é na Vila Cruzeiro (Figura 538 e Figura 539).

Não há projetos ambientais na área e a principal questão colocada pelos moradores se refere à comunicação e às dificuldades nos acessos à Vila.



Figura 538 - Escola Municipal Castro Alves.



Figura 539 - Transporte Escolar na Vila São Pedro.

6.4.5.9.32. Vila Cruzeiro do Sul

A Vila Cruzeiro do Sul é um território intermediário, com áreas de características urbana e outras de aspectos rurais. Está localizada no município de Itupiranga, distante 100 quilômetros da sede municipal e 180 quilômetros da sede municipal de Marabá. Parte dos acessos da Vila são pavimentados, mas a maioria das suas vias internas são de terra batida. (Figura 540, Figura 541 e Figura 542).



Figura 540 - Via pavimentada na Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 541 - Via de terra batida na Vila Cruzeiro.



Figura 542 - Via de terra batida e danificada na Vila Cruzeiro.

De acordo com o Sr. Antônio Dourado, membro da Associação de Produtores – ASPAPE, a comunidade Cruzeiro do Sul, também conhecida como 4 Bocas, devido às 4 estradas que servem de acesso à localidade, surgiu a partir da ocupação de terras por madeireiros, posteriormente vieram os colonos e, a partir de então, a vila foi se formando e surgindo a comunidade da 4 Bocas (Figura 543).



Figura 543 - Imagem aérea da Vila Cruzeiro do Sul.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominantemente residencial e comercial na área da Vila e, nos lotes rurais, predomina-se o solo característico de pastagem, sendo observado a presença de linhas de transmissão interceptando parte das propriedades (Figura 544, Figura 545 e Figura 546).



Figura 544 - Uso do solo no acesso à Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 545 - Área de comércio e residência na Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 546 - Uso do solo e torre de linha de transmissão.

As moradias são, de uma maneira geral, construídas de alvenaria, mas também é possível encontrar um quantitativo significativo de estruturas de madeira. Na vila vivem, aproximadamente, 2.000 pessoas divididas em 500 domicílios de acordo com o Sr. Antônio (Figura 547 e Figura 548).

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica e iluminação pública. No que tange o esgotamento sanitário, a maioria das residências possui fossa rudimentar ou lança diretamente no corpo hídrico sem tratar. O abastecimento de água é feito por meio de poços artesianos comuns e algumas residências possuem seu poço raso, principalmente nos lotes rurais (Figura 549 e Figura 550). Na área da Vila há coleta regular de resíduos três vezes na semana e a destinação é o lixão próximo à localidade.



Figura 547 - Estrutura de moradia na Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 548 - Estrutura de moradia e iluminação pública da Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 549 - Poço raso em residência da Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 550 - Caixa d'água de poço artesiano que abastece a Vila Cruzeiro do Sul.

As principais atividades produtivas da Vila Cruzeiro do Sul são a pecuária, leiteira e de corte, e o comércio. A agricultura e a criação de animais como porcos e galinhas são direcionadas para a subsistência (Figura 551 e Figura 552).



Figura 551 - Comércio da Vila Cruzeiro do Sul.



Figura 552 - Área de pastagem próximo à Vila Cruzeiro do Sul.

Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo e quadra de futebol, Igrejas Evangélicas e Católica (Figura 553) que promovem festejos em comemorações religiosas, e bares com mesa de sinuca e música. Os entrevistados informaram que o grande evento da localidade é a festa promovida pela ASPAPE – Associação Sul Paraense de Pecuáristas (Figura 554), que oferece leilões e sorteios de gado, além de shows e outras atrações. Os moradores também citaram o Clube de Festa Rulinha e a Piscina do Adelson, fazendeiro que abre uma área com piscina aos finais de semana para lazer da comunidade.



Figura 553 - Igreja evangélica local.



Figura 554 - ASPAPE, associação e produtora de um dos festejos da Vila Cruzeiro do Sul.

No que se refere à estrutura de saúde, a Vila dispõe de um Posto de Saúde da Família – PSF que oferece atendimento diário, sendo a consulta com o médico clínico geral de segunda a quinta. Além disso o posto oferece serviço de odontologia, vacina e a farmácia faz a distribuição dos principais medicamentos para pressão, diabetes, febre, dores e alergias. A unidade possui ambulância e são 09 agentes comunitários de saúde que atendem a localidade, efetuando visitas mensais nas residências (Figura 555 e Figura 556).



Figura 555 - PSF Cruzeiro do Sul.



Figura 556 - Entrevista com Katia Silene, Técnica de enfermagem.

No que tange à organização social local, além da Associação de Pecuáristas, a Vila Cruzeiro do Sul possui uma Associação de Mulheres que tem como principal demanda a atuação política para a conquista de direitos e benefícios das mulheres da Vila Cruzeiro do Sul. Nos últimos dois anos a Associação conseguiu uma emenda junto à câmara legislativa para a compra de aparelho de ultrassom e uma sala de parto para o PSF Cruzeiro do Sul.

A Vila Cruzeiro do Sul possui uma escola de Ensino Fundamental, Colégio Municipal José Inocêncio Junior, e outra de Ensino Médio, Escola Estadual Professora Liberalinas Carvalho de Aragão Dias. A Vila tem posto policial, mas os moradores informaram que não há problemas de segurança na área, apenas pequenos delitos que acontecem esporadicamente (Figura 557, Figura 558 e Figura 559).



Figura 557 - Escola Municipal José Inocêncio Junior.



Figura 558 - Escola Estadual Professora Liberalinas Carvalho de Aragão Dias.



Figura 559 - Posto Policial da Vila Cruzeiro do Sul.

6.4.5.9.33. Reassentamento Novo Mundo

O Reassentamento Novo Mundo teve origem há 18 anos, quando da formação do lago para a construção da UHE Lajeado, no município de Miracema do Tocantins. A princípio as famílias foram realocadas para a região da Ilha da Ema e, posteriormente, foram reassentadas no local atual.

É uma localidade rural, que dista em torno de 16 km da sede municipal e, aproximadamente, entre 2 e 3,5 km da Subestação de Miracema, a depender da vicinal utilizada. As vias de acesso à comunidade não são pavimentadas, sendo a mesma situação das suas vias internas, que são de terra batida (Figura 560).



Figura 560 - Via de acesso no Reassentamento Novo Mundo.

O uso do solo da localidade é predominantemente residencial, havendo também alguns cultivos, tendo em vista, em sua maior parte, o consumo da própria comunidade. De uma maneira geral, as moradias são de adobe, com partes de alvenaria.

Todas as residências têm acesso à energia elétrica, através de uma rede geral. São raras as residências que dispõem de fossa rudimentar, sendo os dejetos despejados à céu aberto. A localidade dispõe de poço artesiano como forma de abastecimento de água, mas a mesma chega aos domicílios sem tratamento, sendo armazenada em caixas d'água. O lixo gerado na comunidade é queimado por cada família.

São 23 famílias vivendo no reassentamento, de acordo com D. Maria dos Santos (mais conhecida como "D. Dussanto"), presidente da Associação Comunitária local (Figura 561), havendo o mesmo número de domicílios, que totalizam, em torno de 115 pessoas, ao considerar uma média de 5 pessoas por família. Segundo a mesma, a comunidade dispõe de um número maior de homens do que de mulheres, possuindo, aproximadamente, do total de moradores, 15 crianças e 46 idosos.



Figura 561 - Entrevista com D. Maria, presidente da Associação do Reassentamento Novo Mundo.

As atividades produtivas desenvolvidas na localidade abrangem culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca (Figura 562), da qual fazem farinha, que é destinada ao próprio consumo das famílias da comunidade e também vendida na feira livre do município de Miracema do Tocantins, diretamente ao consumidor. Também cultivam hortaliças e possuem algumas criações, como galinhas, que é predominante, sendo que algumas famílias ainda criam bovinos e suínos, cuja produção tem o mesmo destino das culturas temporárias citadas.



Figura 562 - Moradores descascando mandioca para a produção de farinha.

Parte da população trabalha para terceiros, por meio do sistema de diárias, havendo ainda aqueles que trabalham na sede municipal de Miracema.

As estradas no entorno da localidade, segundo os entrevistados, só são boas no período de estiagem. Não há transporte público que atenda a localidade, sendo necessário a utilização de veículo particular como alternativa de deslocamento.

No que se refere à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de um campo de futebol e uma Igreja Evangélica. Os moradores também frequentam a Praia do Mirassol, localizada na sede de Miracema, bem como as exposições agropecuárias e as festas no Parque de Exposições, a exemplo do Miracaxi, o Carnaval fora de época que ocorre anualmente na cidade. Dentro da propriedade do reassentamento encontra-se um açude localizado há, aproximadamente, 1,5km do aglomerado principal da localidade.

A comunidade não possui Posto de Saúde, sendo necessário se deslocar para a sede municipal caso algum morador fique doente. Segundo depoimento dos moradores entrevistados, as doenças mais frequentes na comunidade são gripe e diarreia, sendo que uma vez por mês ocorre a visita de um médico na comunidade, havendo ainda um agente de saúde que efetua visitas aos domicílios semanalmente.

No povoado existe uma escola municipal de tempo integral (Figura 563) que oferece o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I, ao passo que é necessário o deslocamento das crianças e jovens para a sede de Miracema visando o acesso ao Ensino Fundamental II e Médio, sendo, para tanto, disponibilizado transporte escolar.



Figura 563 - Escola Municipal de Tempo Integral Campo Verde.

O Reassentamento Novo Mundo possui como instituição voltada à organização social, a Associação Boa Esperança, fundada no ano de 2002. A associação possui sede própria (Figura 564) e um total de 10 (dez) membros efetivos, ressaltando que, segundo a Presidente D. Maria, as pessoas que adquiriram lotes dos assentados costumam não se associar, visto a considerável rotatividade. A aquisição de um trator de grande porte é a principal reivindicação da entidade. Alguns moradores são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miracema. Existem ainda aqueles que tem acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).



Figura 564 - Sede da Associação Boa Esperança

A localidade não tem acesso à sinal de rádio, sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente através de antena parabólica. Quanto ao sinal de celular na comunidade, é disponibilizado pelas operadoras de telefonia móvel Claro, Tim, Oi e Vivo, sendo esta última que oferta o acesso à internet.

De acordo com os entrevistados, a região, de modo geral, não apresenta ocorrências relacionadas à segurança, havendo ronda policial na localidade uma vez por mês.

A representante comunitária entrevistada informou que somente na época do reassentamento tiveram projetos sociais sendo desenvolvidos na comunidade, mais especificamente voltados para a capacitação profissional, realizados pela empresa contratada para execução dos programas socioambientais do empreendimento UHE Lajeado.

Os principais problemas da região que afetam a localidade referem-se à falta de trabalho, de transporte público e de atendimento de saúde. Quanto à percepção sobre os serviços e as empresas na região, os entrevistados acreditam que não traz desenvolvimento local, incomoda os moradores, não traz empregos e restringe o uso do solo.

6.4.5.9.34. Mirandópolis

A comunidade de Mirandópolis está localizada às margens da TO-336 (Figura 565), no município de Guarai, sendo seu uso caracterizado como rural e dista, aproximadamente, 12,5 km da sede do referido município. A via de acesso à mesma é pavimentada, mas as vias internas da comunidade são de terra batida.



Figura 565 - TO-336 que dá acesso à localidade de Mirandópolis.

Mirandópolis, que também é conhecida como Lajedo, segundo o Sr. Carlinhos (Figura 566), proprietário do principal bar da localidade, se formou há, aproximadamente, 80 anos, a partir da família Leite, que se instalou na localidade e, aos poucos, foi cedendo partes do terreno a famílias provenientes do Maranhão, que lá se instalaram. De acordo com depoimentos de moradores, a localidade originalmente se chamava Lajedo, e era bem povoada, até ser formado o município de Guaraí, quando as pessoas se deslocaram para onde é, atualmente, a sede do município. O nome de Mirandópolis foi estabelecido em homenagem a um político local influente, o Sr. Leôncio Miranda, sendo que a comunidade é conhecida pelas duas denominações.



Figura 566 - Entrevista com o Sr. Félix e o Sr. Carlinhos, agente de saúde e comerciante de Mirandópolis.

É uma comunidade cujo uso e ocupação do solo é predominante residencial, havendo ainda alguns cultivos visando, sobretudo, a subsistência. As moradias são, de uma maneira geral, de adobe, mas também havendo algumas de taipa.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica. Poucas residências possuem fossa rudimentar, sendo os dejetos despejados à céu aberto. A comunidade dispõe de poço artesiano, mas o mesmo

não atende a todas as residências com abastecimento de água, que chega aos domicílios sem tratamento. Alguns moradores possuem cisternas como forma de abastecimento e armazenamento da água. O lixo gerado na comunidade é queimado por cada família nos seus respectivos terrenos.

Em Mirandópolis vivem, aproximadamente, 26 famílias, tendo praticamente o mesmo número de domicílios, totalizando o número estimado de 140 pessoas, sendo considerada uma média de 5 pessoas por família. De acordo com os entrevistados, o número de mulheres e homens é equilibrado dentro da comunidade, havendo, aproximadamente 10 crianças e 15 idosos, do total de moradores.

As atividades produtivas da comunidade envolvem culturas temporárias, a exemplo de milho e mandioca (Figura 567), da qual fazem farinha, geralmente destinada à subsistência das famílias da comunidade.



Figura 567 - Cultivo de mandioca em Mirandópolis.

Em torno de 4 famílias possuem hortas nas suas residências (Figura 568), cultivando pimenta, coentro, salsa e cebolinha (cheiro verde), cuja produção, além do consumo próprio, é destinada à venda direta ao consumidor, na feira livre do município de Guaráí. Alguns moradores cultivam frutíferas, como banana, bem como criam galinhas para consumo próprio e também vendem na própria comunidade ou na feira.



Figura 568 - Horta na localidade de Mirandópolis.

A maioria da população trabalha para terceiros, através do sistema de diárias, havendo ainda aqueles que trabalham na administração pública municipal, no caso de Guarai.

Segundo os entrevistados, as estradas no entorno da localidade só são boas no período de estiagem, não havendo transporte público que atenda a mesma.

Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de campo de futebol, bem como de uma Igreja Evangélica (Figura 569) e uma Igreja Católica, sendo esta de Nossa Senhora Aparecida, na qual, anualmente, a comunidade realiza festejo em sua homenagem, no período de 03 a 12 de outubro.



Figura 569 - Igreja Evangélica em Mirandópolis.

A comunidade dispõe de 01 Posto de Saúde (Figura 570), o “Postinho”, que só é aberto quando das consultas com o médico clínico geral, que ocorre, segundo Sr. Félix, morador e agente de saúde das fazendas localizadas no entorno de Mirandópolis, duas vezes no mês. O médico é assessorado por duas auxiliares de enfermagem, sendo todos provenientes da sede de Guarai, efetuando uma média de 20 atendimentos por dia. Nos dias de

consultas também são oferecidos medicamentos, em geral, remédios para controle de pressão arterial, diabetes e combate de verminoses, que são as doenças mais frequentes na localidade. O agente de saúde que atende a localidade efetua visitas mensais nas residências, aplicando vacinas quando das campanhas de vacinação do governo federal, e também efetua a distribuição de preservativos.



Figura 570 - Posto de Saúde em Mirandópolis.

Existe também no povoado uma escola municipal (Figura 571) que atende parte do Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I, sendo necessário que as crianças e os jovens se desloquem para a sede de Guaraí para terem acesso ao Ensino Fundamental II e Médio, havendo transporte escolar para o deslocamento. Algumas crianças também estudam na comunidade vizinha de Matinha.



Figura 571 - Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima em Mirandópolis.

Mirandópolis não possui nenhuma instituição voltada à organização social, mas alguns moradores estão se organizando para constituírem uma associação de moradores. O Sr. Carlinhos informou que existem alguns habitantes na comunidade que são descendentes de remanescentes quilombolas, mas que os mesmos não se auto reconhecem como tais.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Araguaína e Pedro Afonso, sendo o acesso à sinal de TV disponível apenas através de antena parabólica. Sinal de celular na comunidade é disponibilizado somente pela Operadora Claro, mesma que disponibiliza o acesso à internet, através da telefonia móvel.

Segundo os entrevistados, a região, de uma maneira geral, não apresenta ocorrências relacionadas à segurança, não havendo ronda policial na localidade.

Os entrevistados informaram que não existem projetos sociais ou ambientais desenvolvidos na comunidade.

Os principais problemas da região, na opinião de moradores da localidade, referem-se à falta de atendimento de saúde e à precariedade no abastecimento de água. Acreditam que a presença de empresas na região pode trazer renda para as comunidades.

6.4.5.9.35. Matinha

A comunidade da Matinha está localizada às margens da TO-336, no Km 17, situada na divisa entre os municípios de Guaraí e Colméia, a cerca de 17km da sede de Guaraí. A localidade é caracterizada como rural e suas vias internas não são pavimentadas.

O uso e ocupação do solo da localidade é predominantemente residencial, prevalecendo as moradias feitas de alvenaria e adobe, mas também possuem áreas com cultivos e pastagem.

As casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica, havendo ainda iluminação pública no trecho às margens da rodovia. A maior parte das residências possui fossa rudimentar. A água que abastece as residências provém de uma nascente, situada na própria localidade, que, por gravidade, chega a uma caixa de armazenamento para, em seguida, ser distribuída nas casas. A maioria das residências possui reservatórios de armazenamento como caixas d'água ou cisternas, cuja água é analisada mensalmente por representante da Secretaria de Saúde do município de Guaraí. Quanto ao lixo gerado na comunidade, o mesmo é coletado uma vez por semana, às quintas-feiras, pela prefeitura do município de Colméia.

De acordo com Sr. Valdivino Marques Sobrinho (Figura 572), presidente de uma das associações da comunidade, vivem 55 famílias em Matinha, havendo uma média estimada de 40 domicílios, e um total aproximado de 300 pessoas. Segundo mesma fonte, existe um número maior de homens do que de mulheres na comunidade, havendo, aproximadamente, 70 crianças e 30 idosos, do total de moradores.



Figura 572 - Entrevista com o Sr. Valdivino, presidente da ASPPAG da Matinha.

Nas atividades produtivas a comunidade desenvolve a agricultura familiar através de sistemas agroecológicos, tanto para alimentação humana quanto para animal. A comunidade é formada, essencialmente, por produtores de hortaliças, frutas e verduras, tanto para subsistência quanto para venda, sendo responsáveis pelo abastecimento de várias feiras livres da região, sendo a maior delas a de Guaraí. Também fornecem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Educação Escolar (PNAE) de Guaraí, bem como para supermercados e restaurantes do mesmo município. Segundo os entrevistados, uma pequena parte dos moradores trabalha na sede municipal.

Alguns moradores também criam gado bovino, mais especificamente leiteiro, cujo leite é destinado ao próprio consumo, mas também fazem queijo, sendo que quando há excedente, este é vendido. Outros moradores também produzem farinha e polvilho, proveniente da mandioca, cuja produção também é vendida nas feiras livres e em alguns comércios locais, direto para o consumidor. Frutas como banana, coco e mamão (Figura 573) são cultivadas na comunidade, visando o próprio consumo dos moradores.



Figura 573 - Frutíferas cultivadas na comunidade da Matinha.

Dentro do território da comunidade, segundo o Sr. Valdivino, existe um córrego, denominado Córrego Matinha, situado a, aproximadamente, 5km do aglomerado principal da comunidade.

Segundo os entrevistados, a estrada que dá acesso à localidade, de uma maneira geral, é boa o ano todo, havendo manutenção semestral. Não há transporte público que atenda a mesma, sendo necessário solicitação de carros particulares, como táxi.

Quanto à cultura e ao lazer, a comunidade possui campo de futebol (Figura 574), bem como uma (01) Igreja Evangélica, uma (01) Igreja Católica e duas (02) igrejas adventistas. O Sr. José Borges, um dos entrevistados, organiza mensalmente uma festa dançante no restaurante da localidade, no qual é proprietário.



Figura 574 - Campo de futebol na localidade da Matinha.

A comunidade não dispõe de Posto de Saúde, sendo necessário se deslocar para a sede municipal de Guarai quando algum morador precisa de atendimento médico. Recebem a visita de dois agentes de saúde, sendo um de Guarai e outro de Colméia, que efetuam visitas mensais aos domicílios. As doenças mais frequentes nas comunidades são gripe, viroses e verminoses, de acordo com os entrevistados.

A escola municipal (Figura 575) existente no povoado é de tempo integral e dispõe do Ensino Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental I, cuja administração é realizada pelo município de Colméia, sendo necessário que as crianças e os jovens se desloquem para a sede deste para terem acesso ao Ensino Fundamental e Médio, havendo transporte escolar para o deslocamento.



Figura 575 - Escola Municipal Carlos Chagas na localidade da Matinha.

A localidade possui duas instituições de organização social. A Associação dos Pequenos Produtores Agroecológicos da Matinha (ASPPAG), cujo presidente é o Sr. Valdivino, tem 15 membros efetivos, que efetuam o pagamento de uma taxa administrativa para manutenção da casa de farinha (Figura 576), que foi construída pela associação, mas o uso é comunitário. A ASPPAG tem como principais necessidades a construção de uma sede da associação, assim como de uma biblioteca para a comunidade. Mantém parceria com o Núcleo de Agroecologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra), que incentiva e fomenta as práticas agroecológicas, bem como convênios com órgãos governamentais, como o Ruraltins, que atua através do fornecimento de assistência técnica para os produtores. A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Matinha (ASDECOM) possui 25 membros efetivos e tem como presidente o Sr. Belchior Caetano Pereira, mantendo parceria e convênio com as mesmas instituições que a ASPPAG, também tendo como necessidade principal a construção de uma sede. Ressalta-se que, de acordo com o Sr. Valdivino, os moradores da Matinha são geraizeiros que estão em fase de organização como comunidade tradicional.



Figura 576 - Casa de Farinha da comunidade da Matinha.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Conceição do Araguaia e Araguacema, sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente por meio de antena parabólica. Sinal de celular na comunidade é disponibilizado por antena rural, atuando somente a Operadora Claro, mesma que disponibiliza o acesso à internet, através da telefonia móvel.

Segundo os entrevistados, a região, de modo geral, não apresenta ocorrências relacionadas à segurança, havendo ronda policial na localidade duas vezes na semana.

De acordo com o Sr. Valdivino, o povoado é jurisdicionado ao município de Guaraí, mas não possui os serviços públicos totalmente administrados por este, visto que os atendimentos relativos à Educação são disponibilizados pelo município de Colmeia. A indefinição sobre a qual município pertence a totalidade do território da localidade tem ocasionado transtornos à mesma, sobretudo no que se refere à aplicação dos investimentos públicos. Áreas como educação e saúde, demandas mais evidentes para a localidade, tem sido negligenciada, segundo os entrevistados, visto que tal impasse acaba não permitindo o acesso à benefícios e infraestrutura, pois nenhum dos dois municípios assume efetivamente as responsabilidades pelas necessidades locais.

Quanto aos principais problemas na região, relatou-se a dificuldade de acesso à informação e a falta de investimentos governamentais na comunidade, sobretudo no que tange às atividades produtivas.

Os moradores entrevistados acreditam que a presença de empresas na região pode trazer emprego para as comunidades.

6.4.5.9.36. Canto da Vazante

A localidade Canto da Vazante fica situada no município de Guaraí, numa área predominantemente rural, tendo por acesso principal a TO-336, da qual a comunidade dista, aproximadamente, 12km, e também a BR-153, que dista em torno de 17km da localidade, mas que encontrava-se interditado por conta da queda de uma ponte, quando da realização da atividade de campo. Por este último acesso são 27km até a sede do referido município, e pelo primeiro são 30km. Saindo das citadas rodovias os acessos à comunidade não são pavimentados, bem como seus acessos internos.

O uso do solo que predomina na localidade é o residencial, ocorrendo ainda alguns plantios e criações para subsistência. A comunidade surgiu há 61 anos, de acordo com D. Raimunda, mais conhecida como D. Dica, uma das moradoras mais antigas do local (Figura 577).



Figura 577 - Entrevista com D. Raimunda em Canto da Vazante.

Os moradores plantavam fumo de rolo na beira do rio, no caso o Córrego da Água Fria (Figura 578) – que está localizado no território da localidade -, e quando o mesmo estava no período da vazante, a terra ficava úmida e propícia para o plantio, daí o nome ‘Canto da Vazante’. No período de origem da localidade também faziam a extração do babaçu e vendiam na região, atividade não mais exercida na localidade.



Figura 578 - Córrego da Água Fria na localidade Canto da Vazante.

As moradias (Figura 579) tem como tipo predominante, alvenaria e adobe. Todas as residências possuem energia elétrica, havendo ainda iluminação pública. Algumas casas possuem fossa rudimentar, mas, de modo geral, os dejetos são despejados à céu aberto.



Figura 579 - Tipos de moradias na comunidade Canto da Vazante.

O abastecimento de água para as residências é efetuado através de um poço artesiano, que funciona precariamente, havendo ainda mais três poços, que encontram-se sem funcionar pela ausência de bombas para levar a água até as casas. A água que chega aos domicílios não tem tratamento. Os moradores relatam que o poço fica distante das residências, sendo que a bomba não aguenta e acaba queimando. Relatou-se ainda que fazendeiros da região estão utilizando agrotóxicos em seus cultivos e que, quando chove, acaba contaminando o córrego, fato que está levando os moradores a não utilizarem a água deste recurso hídrico. Não são utilizadas formas de acondicionamento de água. Quanto a destinação do lixo gerado na comunidade, relatou-se que tais resíduos são queimados.

Segundo os moradores entrevistados, são 48 famílias, em média, vivendo na comunidade, num total aproximado de 240 pessoas, ao considerar uma média de 5 moradores por família. Relatou-se a existência de mais mulheres do que homens, havendo, aproximadamente, 19 crianças e 37 idosos. De acordo com a mesma fonte, devido à falta de oportunidades de trabalho na comunidade, os homens e os jovens saem da localidade para morar nas sedes municipais ou até em outros estados, restando somente as mulheres e os aposentados.

Boa parte dos moradores do Canto da Vazante tem como forma de renda, aposentadorias e recursos de programas sociais, como o Bolsa Família. Quanto às atividades produtivas, alguns moradores possuem horta e outros, no período do verão, quando da vazante do córrego, plantam abóbora, melancia, alguns tipos de feijão e mandioca, somente para consumo próprio, mesmo destino da farinha e do polvilho produzido na casa de farinha da comunidade. Existem ainda moradores que criam galinhas, suínos e bovinos, também para subsistência. Quando há excedente, alguns moradores vendem o leite para laticínio de Itaporã do Tocantins, que vem buscar o produto na localidade.

No que se refere à cultura e lazer, a comunidade dispõe de campo de futebol, quadra esportiva (Figura 580) e ainda o Córrego Água Fria, também utilizado para banho. A festividade realizada na comunidade é a festa do padroeiro São Miguel Arcanjo, que ocorre, anualmente, entre os dias 20 e 29 de setembro. Antigamente, segundo relato dos moradores, existia a festa do Bumba Meu Boi, mas a mesma não é mais realizada na comunidade.



Figura 580 - Quadra esportiva na localidade Canto da Vazante.

Existe uma infraestrutura de saúde na localidade, mais especificamente uma casa utilizada como posto, a qual é utilizada a cada 3 meses, quando da visita do médico à comunidade. De uma maneira geral, é necessário o deslocamento para Guaraí, quando algum morador precisa de atendimento médico. As principais doenças que acometem a população são hipertensão, verminoses e gripe. Em 2018, segundo relatos, ocorreu um surto de conjuntivite entre os moradores, que foi devidamente controlado. Um agente de saúde efetua visitas mensais às residências, na qual efetua aplicação de vacinas. Eventualmente, ocorre a visita de um médico à comunidade.

A comunidade possui uma escola que atende o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I (Figura 581). Para terem acesso ao Ensino Médio, os jovens precisam se deslocar para a sede de Guaraí, havendo transporte escolar, realizado por veículo de um morador da comunidade, terceirizado pela prefeitura.



Figura 581 - Escola Municipal Núcleo São Miguel em Canto da Vazante.

De acordo com os entrevistados, as estradas no entorno da localidade só são boas no período de estiagem, não havendo transporte público que atenda a mesma. De uma maneira geral, a comunidade não dispõe de veículos para deslocamento para a sede municipal ou outras localidades. Para tanto, os moradores utilizam transporte

particular, pagando R\$13,00 o trecho, às segundas, quartas e sextas-feiras, saindo da comunidade às 7:30 e retornando entre as 16:30 e as 17hs.

A aproximadamente 3,3km da localidade, partindo da TO-336, existe um cemitério, utilizado pela comunidade (Figura 582).



Figura 582 - Cemitério utilizado pela comunidade Canto da Vazante.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outro município, como é o caso de Conceição do Araguaia, sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente por meio de antena parabólica. Sinal de celular na comunidade é disponibilizado por antena rural, atuando somente a Operadora Oi e Vivo, sendo esta que disponibiliza o acesso à internet, através da telefonia móvel.

Segundo os entrevistados, de modo geral, a região não apresenta ocorrências relacionadas à segurança, não havendo ronda policial na localidade.

Os moradores entrevistados citam como principais problemas que afetam a localidade, a falta de atendimento de saúde, a precariedade no abastecimento de água e ainda a falta de opções de trabalho, sobretudo para as mulheres. Quanto à presença de empresas na região, acreditam que pode trazer benefícios à comunidade, a exemplo de cursos de capacitação visando a geração de renda para os moradores.

6.4.5.9.37. PA Providência

O Projeto de Assentamento Providência, ou PA Providência está situado no município de Bernardo Sayão, às margens da TO-164, distando em torno de 20km da sede do referido município. É caracterizada como uma localidade rural, cujas vias internas não são pavimentadas.

A comunidade surgiu há 19 anos, com a invasão das terras onde a agrovila se encontra atualmente, por pessoas do próprio município de Bernardo Sayão e de Colinas do Tocantins, segundo o Sr. Cleiton Lopes (Figura 583), tesoureiro da Associação local. Posteriormente, o assentamento foi criado e devidamente constituído pelo

INCRA. De acordo com o entrevistado, atualmente, restam em torno de 30% dos assentados inicialmente, visto que os demais foram vendendo os lotes.



Figura 583 - Entrevista com o Sr. Cleiton Lopes no PA Providência.

A localidade tem como uso e ocupação do solo predominantemente residencial, na área da agrovila, prevalecendo as moradias feitas de alvenaria, sendo que no território do PA predominam áreas de pastagem.

Todas as casas da localidade possuem acesso à rede geral de energia elétrica, havendo ainda iluminação pública nas suas vias internas. A maior parte das residências possui fossa rudimentar. A água que abastece as residências provém de um poço artesiano situado na própria comunidade, cuja água chega aos domicílios sem tratamento. A maioria das residências possui reservatórios de armazenamento como caixas d'água, tambores ou cisternas. O lixo gerado na comunidade é coletado uma vez por semana, às terças-feiras, pela prefeitura do município de Bernardo Sayão.

De acordo com Sr. Cleiton, são aproximadamente 120 lotes, vivendo em torno de 100 famílias, havendo uma média estimada de 5 habitantes por domicílio, ficando em um total aproximado de 500 pessoas. Segundo mesma fonte, o quantitativo entre o número de homens e de mulheres na comunidade é equilibrado, havendo, aproximadamente, 150 crianças e 40 idosos, do total de moradores. Os lotes variam de 15 a 80 ha, sendo que a maior parte fica em torno de 40ha, no qual cada um possui sua área de reserva legal.

A atividade produtiva predominante no PA é a pecuária, mais especificamente a bovina de leite, cuja produção é vendida diretamente para laticínios de Bernardo Sayão, Colinas do Tocantins, Conceição do Araguaia e Arapoema. Alguns moradores criam galinhas, sobretudo para subsistência. Existem ainda aqueles que possuem criatórios de peixes, visando também o consumo próprio.

Grande parte dos moradores possui hortas, cuja produção é incentivada pela prefeitura tendo em vista o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), havendo também o cultivo de mandioca para subsistência. Frutíferas são cultivadas nos quintais das residências, a exemplo da banana, principalmente para consumo próprio.

Logo na entrada da agrovila existe uma fábrica de cimento (Figura 584) e (Figura 585) que emprega parte dos moradores, cujo proprietário não é da comunidade, mas teve autorização para instalação do estabelecimento. Dentro do território do PA, conforme o Sr. Cleiton, existem alguns córregos, como o Sucuri e o Gato Preto.



Figura 584 - Fábrica de cimento no PA Providência.



Figura 585 - NProdução de cimento no PA Providência.

De acordo com os entrevistados, boa parte das estradas que dá acesso à localidade, bem como suas vias internas, não são boas, havendo muitos buracos, e só ficam em bom estado no período de estiagem, praticamente não ocorrendo manutenção. Não há transporte público que atenda a mesma, sendo que parte dos moradores possui veículos, como carro e moto, havendo ainda aqueles que se deslocam através do carro da feira, aos sábados.

No que se refere à cultura e ao lazer, a comunidade possui campo de futebol (Figura 586), bem como 4 igrejas dentre evangélicas (Figura 587) e católica, havendo, anualmente, o evento do Divino Pai Eterno, comemoração evangélica que ocorre no mês de maio.



Figura 586 - Campo de futebol no PA Providência.



Figura 587 - Igreja evangélica no PA Providência.

A vila dispõe de Posto de Saúde (Figura 588), que funciona das 7 às 17hs - e fica fechado entre às 11 e às 13hs para almoço -, no qual a técnica de enfermagem Adriana Alves atende os moradores. O atendimento de segunda à sexta-feira envolve a realização de curativos, retirada de ponto, aferição de pressão arterial e medição de glicemia, e aplicação de injeção. A unidade não oferece medicamentos, mas efetua a distribuição de preservativos. Uma vez por mês ocorre o atendimento por um médico clínico geral. Em média, são atendidas 250 pessoas, mensalmente, na unidade, que é vinculada à Estratégia de Saúde da Família. Os casos de maior complexidade são encaminhados para o Centro de Saúde na sede de Bernardo Sayão.



Figura 588 - Posto de Saúde no PA Providência.

A localidade conta com a atuação de 4 agentes de saúde, sendo 1 na agrovila e 3 no restante do território do assentamento, que efetuam visitas mensais aos domicílios. Ressalta-se que a unidade não realiza atendimento de emergência, não possui ambulância, sendo que a região não é coberta pelo SAMU. As doenças mais frequentes na comunidade são diarreia, hipertensão e viroses, sendo esta a que mais acomete as crianças, sobretudo quando das mudanças de tempo. Relatou-se que, há um ano, ocorreu uma epidemia de conjuntivite, mas a mesma foi controlada.

A principal carência na área de saúde na localidade, segundo a técnica Adriana, é a presença de mais médicos e uma maior frequência destes no posto. A mesma também informou que a unidade atua em parceria com o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do município no que tange ao acompanhamento de idosos, através da aferição de pressão, medição de glicemia e realização de palestras informativas.

A escola municipal (Figura 589) existente na localidade dispõe do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental I e II. Para terem acesso ao Ensino Médio os jovens precisam se dirigir às sedes de Bernardo Sayão ou de Colinas do Tocantins, havendo transporte escolar (Figura 590) para o deslocamento.



Figura 589 - Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.



Figura 590 - Veículo de transporte escolar no PA Providência.

A localidade possui uma instituição de organização social, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Águas Limpas (APPAL), cujo presidente é o Sr. Damásio, mas o mesmo não se encontrava quando da visita ao PA. Possui aproximadamente 200 membros efetivos, havendo cobrança de taxa para a manutenção da associação, mas somente entre 10 e 20 pessoas contribuem. Também realizam eventos como bingos e festas como fonte de recursos. Existe ainda um líder político atuante na comunidade, o Sr. Roberto, vereador que reside na localidade, e que já conseguiu um trator para uso da comunidade.

As principais reivindicações do público atendido pela organização são cursos de qualificação profissional voltados para o beneficiamento de leite e assistência técnica rural.

Quanto aos meios de comunicação disponíveis, a localidade tem sinal de rádio proveniente de outros municípios, como Conceição do Araguaia (Terra FM) e Colinas do Tocantins (Líder FM), sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente por meio de antena parabólica. O sinal de celular na comunidade é disponibilizado pelas Operadoras Oi e Claro, que disponibilizam o acesso à internet, através da telefonia móvel.

Segundo os entrevistados, a região apresenta algumas ocorrências relacionadas à segurança, como furto de animais e problemas com drogas, sendo que não há ronda policial na localidade.

Quanto aos principais problemas da região, na opinião dos moradores entrevistados, estão o acesso viário deficiente e a necessidade de assistência técnica e extensão rural para ajudar no desenvolvimento das atividades produtivas da localidade, bem como de incentivos e infraestrutura. A falta de oportunidades de trabalho na localidade também foi mencionada, pois faz os jovens migrarem para as sedes municipais em busca de emprego.

Os moradores acreditam que a presença de novas empresas na região poderá gerar empregos para as comunidades.

6.4.5.9.38. PA Travessão

O Projeto de Assentamento Travessão ou PA Travessão está situado no município de Floresta do Araguaia, estado do Pará, distando em torno de 200km da sede do referido município, a depender da via acessada. É caracterizada como uma localidade rural, cujas vias internas (Figura 591) não são pavimentadas, bem como as vicinais que dão acesso à mesma.



Figura 591 - Via interna no território do PA Travessão.

A comunidade teve origem há 22 anos, quando da invasão da Fazenda Travessão. Os primeiros moradores surgiram por conta de atividades como o garimpo e a extração madeireira. Posteriormente, o assentamento foi criado e devidamente constituído pelo INCRA. Atualmente, segundo o Sr. Luís Jardim (Figura 592), vice-presidente da associação local, a maior parte dos moradores é da região, o que não ocorria nos primórdios do assentamento.



Figura 592 - Entrevista com o Sr. Luís Jardim, vice-presidente da Associação do PA Travessão.

O uso do solo da localidade é predominantemente residencial, havendo também alguns cultivos, visando, em sua maior parte, o consumo da própria comunidade, bem como áreas de pasto. De uma maneira geral, as moradias são de alvenaria.

As residências não têm acesso a energia elétrica, através de uma rede geral, sendo que cada morador improvisou as suas instalações elétricas através de ligações irregulares. Parte das residências dispõe de fossa rudimentar, sendo os dejetos despejados à céu aberto. Cada residência dispõe de uma cisterna como forma de abastecimento de água, sendo que alguns moradores colocam cloro como forma de tratamento para a mesma. O lixo gerado na comunidade é queimado por cada família.



Figura 593 - Tipo de residência no PA Travessão.

Vivem no assentamento uma média de 250 famílias, havendo aproximadamente o mesmo número de domicílios, sendo que não há um aglomerado principal de residências, que se encontram espalhadas ao longo do território do PA. Considerando uma média 5 pessoas por família, totalizam em torno de 1.250 pessoas. A comunidade apresenta um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres, possuindo, aproximadamente, do total de moradores, entre 10 e 15% de crianças e entre 50 e 60 idosos.

As atividades produtivas envolvem a agricultura familiar, sendo os principais cultivos milho, feijão e mandioca (sendo que alguns moradores produzem farinha para consumo próprio) para subsistência, e ainda abacaxi (Figura 594), cuja produção é vendida para diversos estados do país, como São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Goiás. Desenvolvem ainda a pecuária bovina de leite e de corte, sendo que a primeira é destinada ao município de Arapoema, no Tocantins, e a última tem como destino frigoríficos de municípios vizinhos. Também cultivam hortaliças e possuem algumas criações, como galinhas, sendo que algumas famílias ainda criam suínos e ovinos, cuja produção é destinada ao próprio consumo. Alguns moradores da localidade possuem pequenos comércios (Figura 595), como bares e vendas de produtos diversos.



Figura 594 - Plantação de abacaxi no PA Travessão.



Figura 595 - Pequeno comércio no PA Travessão.

As estradas vicinais no entorno da localidade, segundo os entrevistados, são muito ruins, havendo manutenção anual das vias. Não há transporte público que atenda a localidade, sendo necessário a utilização de veículo particular e ainda os transportes de aluguel, como alternativa de deslocamento.

No que se refere à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de quatro campos de futebol e seis igrejas, entre evangélicas (Figura 596) e católicas. Os moradores também frequentam os córregos que se encontram no território do PA, como o Córrego Grotão, ou os rios que estão próximos ao mesmo, como Rio Maria, Rio Curica e Rio Araguaia. Existem também os festejos a São Mateus, que ocorre no final do mês de maio, e a São José, em 19 de março.



Figura 596 - Igreja Evangélica no PA Travessão.

A localidade não possui Posto de Saúde, sendo necessário haver deslocamento para a sede municipal de Floresta do Araguaia, ou ainda de Redenção, Arapoema ou Araguaína, caso algum morador necessite de atendimento médico. Segundo depoimento dos moradores entrevistados, as doenças mais frequentes na comunidade são

gripe, viroses, hipertensão e diabetes, sendo que três agentes de saúde, uma vez por mês, efetuam visita aos domicílios.

Na localidade, segundo os entrevistados, existem três escolas municipais que oferecem o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I, ao passo que é necessário o deslocamento das crianças e jovens para a sede de Floresta do Araguaia visando o acesso ao Ensino Fundamental II e Médio, sendo, para tanto, disponibilizado transporte escolar, que também é disponibilizado para o acesso às escolas de dentro do PA.

O PA Travessão possui como instituição voltada à organização social, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Araguaia, que conta com 150 membros efetivos. A associação tem auxiliado na remediação dos lotes, tendo em vista o recebimento dos títulos de posse por cada assentado da PA. A aquisição de dois tratores é a principal reivindicação da entidade.

A localidade tem acesso à sinal de rádio de municípios vizinhos, como Conceição do Tocantins (Terra FM) e Arapoema, sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente através de antena parabólica. Quanto ao sinal de celular, é disponibilizado pela operadora de telefonia móvel Claro, sendo que para ter acesso à internet parte dos moradores possui a sua própria antena.

De acordo com os entrevistados, a região apresenta algumas ocorrências relacionadas à segurança, como furto de gado e de equipamentos agrícolas, não havendo ronda policial na localidade, sendo que a polícia só atende a localidade quando solicitada.

Não foram mencionados projetos sociais e ambientais desenvolvidos na localidade.

Os principais problemas da região que afetam a comunidade dizem respeito à falta de investimentos governamentais, ao acesso viário deficiente e à falta de transporte público.

A geração de empregos para as comunidades é a opinião de parte dos moradores quando questionado sobre a presença de empresas na região, sendo que outros ressaltam que após o fim das obras de tais empresas, as oportunidades de trabalho terminam.

6.4.5.9.39. PA Paraíso do Araguaia

O Projeto de Assentamento Paraíso do Araguaia ou PA Paraíso do Araguaia situa-se no município de Xinguara, estado do Pará, distando, aproximadamente, 118km da sede do referido município, a depender do acesso utilizado. Caracteriza-se como uma localidade rural, cujas vias internas não são pavimentadas, bem como as vicinais que dão acesso à mesma.

A comunidade originou-se há 18 anos, cujos primeiros moradores são provenientes dos estados do Maranhão, Goiás e Minas Gerais, segundo o Sr. Horizontino Antunes (Figura 597), vice-presidente da associação local. É um assentamento constituído pelo INCRA.



Figura 597 - Entrevista com Sr. Horizontino, vice-presidente da Associação do PA Paraíso do Araguaia.

O uso do solo da localidade é predominantemente residencial, havendo também alguns cultivos, prevalecendo o consumo da própria comunidade, e ainda áreas de pasto. As moradias, de modo geral, são de alvenaria.

As residências têm acesso à rede geral de energia elétrica, havendo também iluminação pública. A maior parte das residências dispõe de fossa rudimentar. Cada residência dispõe de um poço raso (Figura 598) e caixas d'água (Figura 599), como forma de abastecimento e acondicionamento de água, que chega aos domicílios sem tratamento. O lixo gerado na comunidade é queimado em um terreno baldio.



Figura 598 - Poço raso em residência no PA Paraíso do Araguaia.



Figura 599 - Caixa d'água em residência no PA Paraíso do Araguaia.

São 89 famílias vivendo no assentamento, havendo aproximadamente o mesmo número de domicílios, num total aproximado de 356 pessoas, ao considerar uma média de 4 pessoas por família. A comunidade possui um maior quantitativo de homens em relação às mulheres, possuindo, em torno de 50 crianças 25 idosos.

As atividades produtivas envolvem o cultivo de milho, para subsistência e para o gado, sendo que alguns cultivam mandioca e possuem horta, também para consumo próprio. Desenvolvem ainda a pecuária bovina de

leite, cuja produção é entregue no frigorífico da comunidade e depois vendido para o município de Araguaia. Parte dos moradores cria galinhas para subsistência.

As estradas vicinais (Figura 600) no entorno da localidade, de acordo com os entrevistados, são boas no período de estiagem, ficando ruins no período chuvoso. Não há transporte público que atenda a localidade, sendo necessário a utilização de veículo particular e ainda os transportes de aluguel, como alternativa de deslocamento.



Figura 600 - Estrada vicinal de acesso ao PA Paraíso do Araguaia.

No que se refere à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe da quadra de futebol da escola e três igrejas (Figura 601), sendo duas evangélicas e uma católica. Os moradores também frequentam o Rio Água Fria, nas proximidades da localidade, e a Praia do Pontão, no distrito de São José do Araguaia. Existem também os festejos ao padroeiro São José Carpinteiro, em junho, e a Cavalgada do Assentamento, que ocorre no mesmo mês.



Figura 601 - Igreja no PA Paraíso do Araguaia.

A localidade possui Posto de Saúde da Família – PSF (Figura 602), que foi construído em parceria da prefeitura de Xinguara com a Fazenda Água Fria, que dispõe de uma enfermeira e atendimento médico uma vez por mês. No período da atividade de campo a enfermeira encontrava-se doente, não sendo possível obter dados relativos à unidade de saúde. Os moradores entrevistados informaram que, de uma maneira geral, a doença que acomete eventualmente a população local é a gripe, havendo um agente de saúde que efetua visitas mensais aos domicílios



Figura 602 - Posto de Saúde da Família (PSF) no PA Paraíso do Araguaia.

Na localidade, segundo os entrevistados, existem uma escola municipal que oferece o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I e II (Figura 603). Há transporte escolar disponibilizado para aqueles que estudam no Ensino Médio na Vila São José, no distrito de São José do Araguaia. Jovens da Vila da Fazenda Água Fria (em torno de 77km do PA), também estudam na escola do PA, para terem acesso ao Ensino Fundamental II.



Figura 603 - E M E F Ayrton Senna no PA Paraíso do Araguaia.

O PA Paraíso do Araguaia possui como instituição voltada à organização social, a Associação dos Produtores Rurais Unidos do Paraíso do Araguaia, que conta com 42 membros efetivos, e tem como fonte de recursos da

entidade a cobrança de uma taxa no valor de R\$15,00. A aquisição de equipamentos como trator, grade e carreta, é a principal reivindicação da entidade.

A localidade tem acesso à sinal de rádio de municípios vizinhos, como Canaã dos Carajás, Araguaína e Conceição do Tocantins (Terra FM), sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente através de antena parabólica. De modo geral, não há sinal de celular na localidade, havendo acesso em alguns pontos específicos do território do PA. Para ter acesso à internet parte dos moradores possui a sua própria antena.

Segundos moradores entrevistados, a região apresenta algumas ocorrências relacionadas à segurança, como furto de equipamentos como bomba de poço e transformadores de energia, havendo ronda policial esporadicamente na localidade.

Não foram mencionados projetos sociais e ambientais desenvolvidos na localidade.

A faltam investimentos dos órgãos públicos no assentamento, a exemplo de assistência técnica e equipamentos para auxiliar nas atividades produtivas, foi o principal problema citado pelos moradores.

Quanto à presença de empresas na região, acreditam que gera poucos empregos e trabalho temporário.

6.4.5.9.40. Acampamento Frei Henri

O Acampamento Frei Henri está localizado às margens da PA-275, no município de Curionópolis, estado do Pará, distando 16km da sede do referido município. Os acampados - a maioria proveniente do estado do Maranhão - estão ocupando a área, que é desapropriada, há 10 anos, de acordo com o Sr. Raimundo Ferreira (Figura 604), mais conhecido como 'Neguinho', um dos líderes comunitários.



Figura 604 - Entrevista com o Sr. Raimundo Ferreira no Acampamento Frei Henri.

O nome do acampamento é uma homenagem ao religioso francês que atuava no estado do Pará desde a década de 1970 e representava juridicamente os acampados, sendo que, após sua morte, em 2017, um memorial foi construído no acampamento para abrigar suas cinzas (Figura 605).



Figura 605 - Memorial a Frei Henri no acampamento.

É uma localidade rural, cujo acesso principal à mesma é pavimentado, mas as suas vias internas são de terra batida. O uso do solo é predominantemente residencial, havendo também alguns cultivos e criações, tendo em vista, em sua maior parte, o consumo da própria comunidade. De uma maneira geral, as moradias são de taipa, havendo também construções em madeira (Figura 606)



Figura 606 - Exemplo de moradia no Acampamento Frei Henri.

As residências não têm acesso à energia elétrica, havendo instalações elétricas através de ligações irregulares. São raras as residências que dispõem de fossa rudimentar, sendo os dejetos despejados à céu aberto. A localidade dispõe de poço 'cacimbinha' e cisternas como forma de abastecimento de água, que é armazenada em tambores. O lixo gerado na comunidade é queimado por cada família.

São 121 famílias cadastradas no assentamento, havendo, aproximadamente, 800 habitantes, sendo equilibrada a proporção entre homens e mulheres. Existe uma média de 100 crianças e 70 adolescentes, e ainda 150 idosos.

As atividades produtivas desenvolvidas na localidade abrangem culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca, da qual fazem farinha, cuja produção é destinada ao próprio consumo das famílias da comunidade e também vendida na feira livre do município de Parauapebas, diretamente ao consumidor, e na feira de Curionópolis, em menor proporção. Também cultivam hortaliças e frutíferas, possuindo algumas criações, como galinhas.

Não há transporte público que atenda a localidade, sendo necessário a utilização de veículo particular como alternativa de deslocamento.

No que se refere à cultura e ao lazer, a comunidade dispõe de um campo de futebol e duas igrejas evangélicas e uma católica (Figura 607). Existem ainda comemorações, a exemplo do aniversário de acampamento, que ocorre entre os dias 6 e 8 de agosto, bem como o dia da chegada das cinzas do Frei Henri na comunidade, que é o dia 14 de abril.



Figura 607 - Igreja no Acampamento Frei Henri.

A comunidade possui Posto de Saúde (Figura 608), que somente é aberto no dia de vacinação, período que o agente de saúde efetua visita aos domicílios, ou quando do atendimento médico, uma vez por mês. De acordo com relatos, existe uma pessoa na comunidade que disponibiliza medicamentos fitoterápicos, voluntariamente, a moradores que necessitam. Quando algum morador precisa de atendimento médico, veículos particulares levam para a sede de Curionópolis ou de Parauapebas. Segundo depoimento dos moradores entrevistados, as doenças mais frequentes na comunidade são as viroses.



Figura 608 - Posto de Saúde no Acampamento Frei Henri.

No povoado existe uma escola (Figura 609), anexo da escola Domingos Martins, com sede em Curionópolis, cujos professores e a merenda escolar são fornecidos pela prefeitura deste município. A escola atende uma média de 120 alunos, entre crianças e adultos do acampamento. Os adolescentes estudam na sede municipal.



Figura 609 - EMEF Domingos Martins - Anexo São Benedito.

O Acampamento não possui instituição voltada à organização social, mas os moradores estão em processo de criação de uma associação, sendo que os mesmos são vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem como líderes comunitários o Sr. Raimundo Ferreira e o Sr. Abdoral.

A localidade tem acesso à sinal de 3 rádios de Parauapebas e 1 de Curionópolis, sendo que o acesso à sinal de TV é disponibilizado somente através de antena parabólica. Quanto ao sinal de celular na comunidade, é disponibilizado pela operadora de telefonia móvel Vivo, sendo esta última que oferta o acesso à internet.

De acordo com os entrevistados, a região, de modo geral, não apresenta ocorrências relacionadas à segurança, não havendo ronda policial na localidade.

Não foram mencionados projetos sociais e ambientais desenvolvidos na localidade.

Os principais problemas da comunidade referem-se à falta de atendimento de saúde a à infraestrutura de educação deficiente.

Não opinaram a respeito da presença de empresas na região.

6.4.5.10. *Considerações Finais*

O levantamento de campo efetuou 180 entrevistas e identificou um universo de 40 comunidades na área de influência do empreendimento, o que permitiu evidenciar os processos que deram origem a essas comunidades e sua atual configuração.

Pode-se verificar que a ocupação do solo pelas comunidades lindeiras aos grandes eixos rodoviários, sejam federais ou estaduais, realizam um uso do solo mais intenso do que as comunidades espalhadas nos assentamentos. Outra questão importante a ser considerada é a similaridade da realidade socioeconômica entre as comunidades que vivem ao longo de tais eixos, o mesmo acontecendo com as comunidades residentes nos Projetos de Assentamentos.

Os dados apresentados mostram que as comunidades próximas aos eixos rodoviários, ainda que não tenham dentro das próprias comunidades os serviços e equipamentos sociais necessários, tem mais facilidade de locomoção até os grandes centros do que as comunidades localizadas nos assentamentos.

Como visto, a área do empreendimento está cercada por áreas de práticas agrossilvipastoris e as comunidades possuem um baixo nível econômico, com diversos problemas no que tange à ocupação e uso do território.

O cenário social e econômico da área de abrangência, portanto, poderá ser favorecido com a implantação do empreendimento, tendo em vista as oportunidades que serão criadas na região. Um empreendimento desse porte possibilita a criação de postos de trabalho, além de favorecer o desenvolvimento dos setores de prestação de serviços e comércio local.

A possibilidade de implantação do empreendimento gera expectativas, sobretudo relacionadas a uma expansão de forma organizada e à chegada de benefícios em termos econômicos e sociais, de modo a fomentar, por exemplo, a ampliação e a melhoria das vias de acesso na região.